

HISTÓRIA

Questões
& Debates



Reitor

Zaki Akel Sobrinho

Vice-Reitor

Rogério Mulinari

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Deise Cristina de Lima Picanço

História: Questões & Debates, ano 33, volume 64, n. 2, jul./dez. 2016
Publicação semestral da Associação Paranaense de História (APAH)
e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR

Editoras

Ana Paula Vosne Martins e Renata Senna Garraffoni.

Conselho Editorial

Renato Augusto Carneiro Jr. (Presidente da APAH-Associação Paranaense de História);
Ana Paula Vosne Martins, Departamento de História, UFPR; André Macedo Duarte, Departamento de
Filosofia, UFPR; Euclides Marchi, Departamento de História, UFPR; Luiz Geraldo Santos da Silva,
Departamento de História, UFPR; Márcio B. S. de Oliveira, Departamento de Ciências Sociais,
UFPR; Marilene Weinhardt, Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculos, UFPR;
Renan Frighetto, Departamento de História, UFPR; Renata Senna Garraffoni,
Departamento de História, UFPR; Sergio Odilon Nadalin, Departamento de História, UFPR

Conselho Consultivo

Angelo Priori (Universidade Estadual de Londrina), Celso Fonseca (Universidade de Brasília),
Claudine Haroche (Universidade Sorbonne, França), José Guilherme Cantor Magnani (Universidade
Estadual de São Paulo), Marcos Napolitano (Universidade Estadual de São Paulo), Pablo de la Cruz
Diaz Martinez (Universidade de Salamanca, Espanha), Pedro Paulo Funari (Universidade Estadual de
Campinas), Rodrigo Sá Mota (Universidade Federal de Minas Gerais), Ronald Raminelli (Universidade
Federal Fluminense), Sidney Munhoz (Universidade Estadual de Maringá), Stefan Rink (Universidade
Livre de Berlim), Wolfgang Heuer (Universidade Livre de Berlim, Alemanha)

Indexada por Historical Abstracts, America: History and Life e Ulrich's



Sistema Eletrônico de Revistas - SER
Programa de Apoio à Publicação de Periódicos da UFPR
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
www.prppg.ufpr.br

O Sistema Eletrônico de Revistas (SER) é um software livre e permite a submissão de artigos e acesso às revistas de qualquer parte do mundo. Pode ser acessado por autores, consultores, editores, usuários, interessados em acessar e obter cópias de artigos publicados nas revistas. O sistema avisa automaticamente, por e-mail, do lançamento de um novo número da revista aos cadastrados.

HISTÓRIA

Questões & Debates

VOLUME 64 – N. 02 – JULHO A DEZEMBRO DE 2016

Endereço para correspondência

História: Questões & Debates

Rua General Carneiro, 460 – 6.º andar

80060-150, Curitiba/PR

Tel.: +55 (41) 3360 5105

E-mail: hqd.ufpr@gmail.com

<http://revistas.ufpr.br/historia>

Editoração eletrônica: Willian Funke

Capa: Lucio Costanzo

Imagem da Capa

Colagem feita a partir de imagens
disponíveis em <https://goo.gl/M5nnNH>

A revista *História: Questões & Debates* v. 64, n. 2, jul./dez. 2016
poderá ser obtida, em permuta, junto à Biblioteca Central
Caixa Postal 19.051 – 81531-980 – Curitiba – Paraná – Brasil
inter@ufpr.br

Coordenação de Processos Técnicos de Bibliotecas, UFPR

HISTÓRIA: Questões & Debates. Curitiba, PR: Ed. UFPR, — ano 1, n. 1,

1980.

Volume 64, n.2, jul./dez. 2016

ISSN 0100-6932

e-ISSN 2447-8261

1. História – Periódicos

Samira Elias Simões CRB-9/755

PRINTED IN BRAZIL

Curitiba, 2016

PEDE-SE PERMUTA

WE ASK FOR EXCHANGE

APRESENTAÇÃO

Os saberes historiográficos produzidos sobre as ditaduras latino-americanas, e, especialmente, sobre a ditadura civil-militar argentina (1976-1983), revelam continuamente a vitalidade desse objeto de estudo para a compreensão mais abrangente do recente contexto social, político e intelectual de nossas culturas. Nas últimas duas décadas, com a gradativa abertura dos “arquivos da repressão” em alguns países, associada à mobilização de organizações da sociedade civil no marco de uma política ostensiva de direitos humanos pautada pela consigna “justiça e reparação”, foi propiciada, relativamente, a (re)descoberta de registros e evidências mais nítidos da dimensão alcançada e dos métodos empregados por sistemas repressivos historicamente constituídos e com alto grau de capilaridade e permanência no imaginário social.

Os dispositivos de controle, censura, e repressão generalizada levados a cabo pelos sistemas autoritários regionais, mas, igualmente, o papel ambíguo dos movimentos e partidos de esquerda, a pauperização de vastos segmentos das sociedades, as atitudes sociais de repulsa, resistência, consenso/consentimento, ou indiferença a esses regimes foram inscritos como temáticas centrais na agenda dos historiadores identificados com o problema. Dentro desse horizonte, o Dossiê “Argentina: 40 anos (1976-2016)” publicado pela Revista *História: Questões & Debates* volume 64, n. 2 (2016),¹ almeja explorar o potencial analítico da história política do cone sul de nosso continente, ao sugerir como especificidade reflexões que envolvem uma série de enfoques sobre a natureza da ditadura civil-militar argentina.

Mais que destacar uma efeméride, o Dossiê busca contribuir para o debate ético acerca de um período da história argentina possível de ser cotejado a outras situações autoritárias no tocante a parentescos fenomenológicos, distanciamentos práticos e quanto à orientação de sentidos que tal processo intercambiou com experiências contemporâneas a ele.

1 A Revista está realizando um ajuste necessário em seus volume e número adequando-se às normatizações vigentes. Assim, a referência ao volume 64 e ao n. 2 correspondem respectivamente à informação do ano da Revista, e à quantidade de fascículos publicados no mesmo período.

Embora tenha na violência política e no terrorismo de Estado seus elementos constitutivos, a ditadura imposta à margem da lei em 1976 não é um excepcionalismo na vida do país no que se refere ao desenvolvimento de formas autoritárias de organização social. Ainda na década de 1980, o sociólogo Alain Rouquié falava em “tutela militar” e “golpe de Estado permanente” como as práticas políticas assumidas pelos militares desde 1930 na construção de um projeto de poder altamente profissional, e que não alienava as elites civis do processo de governabilidade. Com mais ênfase na ditadura de Juan Carlos Onganía (1966-1970), os militares passaram a ser vistos como “parceiros legítimos” dessas elites, e a angariar um papel político central, porque sua crescente autonomia em relação aos poderes civis associava-se à relevância que atribuíam às intervenções depuradoras e realizadas em série. Assim, imaginaram-se os gendarmes da nação, os guardiães de uma determinada ordem social ao mesmo tempo excludente e seletiva, mas também alicerçada no expressivo apoio de parcelas da opinião pública.

Por sua vez, a configuração de memórias no período que marca o eclipse das ditaduras do cone sul é extremamente díspar. No caso argentino, observou-se na aurora democrática a adoção de medidas que visaram o esclarecimento dos crimes de Estado e a punição dos líderes das juntas militares. Além do papel desempenhado pelo sistema judiciário, pela CONADEP (Comisión Nacional para Desaparición de Personas), e pelos diversos organismos de direitos humanos; nesse movimento pelo cumprimento da justiça esteve presente um ator de primeira ordem: o conjunto de vítimas sobreviventes dos centros clandestinos de detenção que assentiu em participar como testemunha nos ajuizamentos aos chefes militares. Tais medidas, entretanto, não prescindiram de acirradas disputas políticas e de recuos, como bem comprovam os episódios de anistias e indultos proferidos desde os governos civis de Raúl Alfonsín e Carlos Menem, somente revistos e declarados inconstitucionais pela Suprema Corte da Nação em junho de 2005.

Ao mesmo tempo, um dos imperativos programáticos da era Kirchner ancorou-se na elaboração de uma “política de memória”, apropriando-se claramente das experiências e demandas de parte da sociedade civil argentina que, desde meados da década de 1990 sinalizava para o não apagamento do passado e por uma rediscussão sobre as responsabilidades pelos crimes. A despeito de suas

limitações e interesses, mas também de sabotagens originadas em setores sociais refratários ou nostálgicos do autoritarismo, essas políticas foram concebidas como políticas de Estado, com notórios deslizamentos em forma de projetos para os campos da pedagogia, da museologia, da estética, da arquivística, e, claro está, da história. Assim, não há como dissociar a historiografia mais recente sobre a ditadura argentina, de uma “batalha pela memória histórica” que encampa vários níveis de intervenção, assim como não há dúvidas que esses embates passaram a repercutir nos modos de os historiadores refletirem e escreverem sobre a época, e ensinaram uma renovação nas indagações e nos problemas de pesquisa.

Em um inspirado ensaio crítico publicado no ano de 2015, a historiadora Marina Franco ² havia destacado que a pesquisa profissional na Argentina não se encontrou diante da tarefa de romper um silêncio social e político pós-ditatorial. Ao contrário, ela situou-se diante de um terreno próprio para se pensar e se pesquisar sobre o tema da ditadura, tendo em vista que o processo de transição para a democracia não se apoiou em uma política de ocultamento sobre os crimes do passado, tampouco em um olhar complacente sobre o ocorrido; ou, ainda, diríamos nós, em conciliações cínicas operadas desde o vértice da sociedade política.

Foi precoce, na Argentina, a iniciativa das Ciências Sociais – impulsionadas pela profusão de testemunhos públicos e políticas oficiais – em atribuir visibilidade às facetas fundamentais do terrorismo de Estado. No entanto, a mesma autora recorda que esse aspecto não representou, necessariamente, em consolidação de linhas de pesquisa, ou em sistematização de estudos sobre as características, conteúdos e alcances da ação repressiva nos seus distintos âmbitos. Nesse sentido, o que é efetivamente pleiteado em termos de investigação histórica sobre a ditadura argentina vincula-se a perspectivas que possam circunscrever agendas empíricas e teóricas em que sejam considerados: novos atores vítimas da violência, novos atores executores da violência, ampliação dos espaços (como a ênfase nas práticas regionalizadas da repressão), novos objetos e processos, e novas periodizações.

2 FRANCO, Marina. Do terrorismo de Estado à violência estatal: Problemas históricos e historiográficos no caso argentino. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). *Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 61-81.

Assim, queremos acreditar que os artigos publicados neste Dossiê tendam a subscrever algumas das exigências elencadas acima, e permitam ao leitor a ampla reflexão e um conhecimento mais acurado sobre o período, mormente agora, quando nos deparamos com a ressignificação de fantasmagorias autoritárias e com a valorização de mitos políticos do passado.

Abrimos o Dossiê com um artigo que não trata explicitamente da ditadura argentina, mas desenvolve uma instigante discussão sobre os múltiplos efeitos e sentidos das políticas de esquecimento em sociedades que vivenciaram traumas políticos. “Políticas del olvido”, texto de autoria de Daniel Lvovich, da Universidad Nacional de General Sarmiento, é uma proposta adensada de conferência do historiador pronunciada no encerramento do Fórum “Violência de Estado, Justiça e Reparação: Relatos da Comissão Estadual da Verdade”, realizado em Curitiba no mês de junho de 2015, e organizado pela Linha de Pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade do PPGHIS (Programa de Pós-Graduação em História da UFPR). Lvovich reflete sobre a tensão entre lembrar e esquecer como modelos indeterminados de pensar a relação passado/presente, porque memória e esquecimento não resultam em elementos opostos, mas em produtos simultâneos dos mesmos processos de seleção, hierarquização e transmissão de aspectos, valores, imagens, mitos localizados no passado. Enquanto o esquecimento coletivo aparece quando um grupo humano não consegue, voluntária ou passivamente, por rechaço, indiferença ou em razão de uma catástrofe, transmitir à posteridade o que aprendeu do passado, o dever de memória é, com efeito, a obrigação de o sobrevivente dar testemunho de uma experiência traumática, de falar por aqueles que desapareceram, e de os grupos relegados fazerem presente sua voz e suas demandas na esfera pública.

Em seguida, Emilio Crenzel, professor e pesquisador da Universidad de Buenos Aires, no artigo “Entre la historia y la memoria. A 40 años del golpe de Estado en la Argentina” nos proporciona uma auspiciosa aula de história das memórias construídas sobre os quarenta anos do golpe de Estado na Argentina. Primeiro, sem descuidar da dimensão processual, enfoca alguns dos conflitos chaves que desencadearam o golpe e suas consequências mais imediatas para a sociedade, destacando-se aí, o terrorismo de Estado e os embates iniciais da sociedade civil quanto aos

posicionamentos adotados sobre as graves violações aos direitos humanos como a tortura e os desaparecimentos. Num segundo momento, Crenzel sugere uma criativa tipologia de batalhas pela memória desde a década de 1990 até 2012: o “eclipse da memória” (1990-1994) tem como marcas o impacto moral e político ocasionado entre os organismos de direitos humanos em razão dos indultos de Carlos Menem, o que aprofunda a sensação de frustração e a certeza de uma era de impunidades; e uma relativa desmobilização da sociedade tendo em conta que esse presente é lido, na perspectiva de Crenzel, como a imagem espectral de um passado sem direitos. A “explosão da memória” (1995-2003) é o contexto no qual uma situação bem específica narrada pelo autor revitaliza a memória do passado de violência e a faz adquirir um status independente do discurso punitivo ou da busca pela verdade. As iniciativas em constituir pontes para a transmissão intergeracional assumem diversas formas, mas o fundamental é que um cenário pleno de significados de rememoração é preparado e gerenciado pela sociedade à parte de qualquer ação efetiva de um Estado que se fragmentava diante de crises sociais insolúveis. Por fim, Crenzel designa como “estatalização da memória” (2003-2012), o período em que o Estado argentino toma para si a responsabilidade em produzir conteúdos sobre o passado. A derrogação das leis de impunidade permite reabrir os processos, e um novo Prólogo do emblemático Informe *Nunca Más* transforma em discurso estatal um sentido do passado forjado desde o vigésimo aniversário do golpe, quando os organismos de direitos humanos associaram os crimes da ditadura com a imposição do modelo econômico neoliberal.

Em “Represión clandestina y discursos públicos: los informes oficiales sobre la ‘lucha antsubversiva’ en los años iniciales de la dictadura argentina”, a pesquisadora e professora Gabriela Águila, da Universidad Nacional de Rosario, analisa detidamente um discurso público da Junta Militar de 1977 e constrói uma teia de significados em torno à estrutura repressiva da ditadura: o informe “La subversión en Argentina” foi uma narrativa que procurou sistematizar definições e conceitos sobre a alegada luta ou guerra antsubversiva. Gabriela, atenta estudiosa e com vasta pesquisa sobre as formas de atuação do sistema repressivo em suas modalidades regionalizadas e autônomas, investiga os modos de reconhecimento elaborados pela hierarquia militar a respeito do exercício da repressão nos seus anos iniciais. Um

dos principais argumentos da autora, é que tais manifestações não devem ser vistas como “contradiscursos” ou meras reações às denúncias e pressões internacionais, mas estão inscritas em um contexto amplo, que combinou respostas políticas do governo aos “ataques” provenientes do exterior, estratégias especificamente militares e mecanismos de legitimação social e política. Um deles, foi plasmar no vocabulário político a terminologia “luta contra a subversão”, por onde os militares tanto definiam o perfil do inimigo, quanto procuravam mobilizar a sociedade na direção de atitudes de denúncia e apoio contra a “subversão”. Uma das chaves para entender a extensão do exercício repressivo esteve caracterizada desde o início pela descentralização operativa e pela organização de tal processo mediante escalas territoriais com perfis e notas distintas, segundo as áreas de risco e com graus de autonomia das forças de segurança bastante amplos.

O próximo artigo traz a contribuição de uma das pesquisadoras que pode ser considerada pioneira na sistematização de estudos sobre o exílio argentino no marco da última ditadura. Silvina Jensen, professora e pesquisadora na Universidad Nacional del Sur, em Bahía Blanca, além de autora de dezenas de livros e artigos sobre o tema exilar, organizou diversas coletâneas nas quais reuniu investigadores especialistas na massiva diáspora política latino-americana da década de 1970. Silvina apresenta em “Exilio y legalidad. Agenda para una Historia de las luchas jurídico-normativas de los exiliados argentinos durante la última dictadura militar” uma reflexão sobre um lugar pouco explorado acerca do exílio: os modos em que a ação coletiva dos desterrados argentinos questionou as dimensões jurídico-normativas do terrorismo de Estado. Sua proposta consistiu em revisitar os inúmeros arquivos onde se depositam as denúncias exilares para compreender como é representada a política repressiva do Estado não em suas modalidades mais abjetas como o desaparecimento de pessoas e o funcionamento dos centros clandestinos de detenção, mas sua indagação é como reconhecer a forma de os desterrados lidarem com as paradoxais relações entre terrorismo de Estado e legalidade. Nessa perspectiva, a discussão é desenvolvida a partir de três eixos: 1) por quais racionalidades a luta empreendida pelos exilados respondeu às facetas repressivo-legais da ditadura; 2) na denúncia da legalidade autoritária, qual o território ocupado pelas diferentes formas institucionalizadas de exílio; 3) os

modos adotados pelos exilados na sua apelação ao direito (nacional e internacional), para obtenção da verdade sobre o destino dos desaparecidos, conseguir a liberdade dos detidos sem causa nem processo, e para responsabilizar penalmente os responsáveis pelas violações aos direitos humanos.

O último artigo do Dossiê é de autoria de Marcos Gonçalves (UFPR), no qual o autor dialoga com um ex-militante da Organização Política Montoneros que, depois de breve refúgio no Brasil e do exílio na Suécia entre meados das décadas de 1970 e 1980, rememora algumas experiências políticas e pessoais de sua trajetória. O texto procura referências na tensão da passagem do tempo e como ela repercute na diversidade de transmissão das informações memorizadas.

Este volume da Revista *História: Questões & Debates* conta ainda com três artigos de temáticas diversificadas: “Considerações Histórico-Arqueológicas como Elementos para uma Reavaliação de Max Weber”, de Andréa Bernardes de Tassis Ribeiro, onde a autora, apoiada em recentes pesquisas dialoga com a sociologia weberiana que trata dos costumes tradicionais relacionados aos rituais de segregação. Na sequência, Máira de Souza Nunes, em “As demolições de Paris: a modernidade em ‘Rocambole’ (1857-1870)”, parte da leitura do romance de folhetim *Rocambole*, e analisa as transformações da cidade de Paris durante o II Império de Napoleão III, investigando as representações do processo civilizador oitocentista, da experiência burguesa, e as relações entre a cidade e o enredo da obra. Por fim, no artigo “O alimento como categoria histórica: saberes e práticas alimentares na região do Vale do Rio Pardo (RS/Brasil)”, Everton Luiz Simon e Éder da Silva Silveira, desenvolvem um exercício de caracterização de alguns costumes alimentares da Região do Vale do Rio do Pardo, Rio Grande do Sul. Os autores buscam perceber a influência ou a presença de características dos modelos alimentares “romano” e “bárbaro” em hábitos de descendentes de alemães e italianos nessa região.

Desejamos uma boa leitura!

Marcos Gonçalves
Organizador

SUMÁRIO

DOSSIÊ – Argentina, 40 anos (1976-2016)

- 17** Políticas del Olvido
Oblivion Politics
Daniel Lvovich
- 39** Entre la historia y la memoria. a 40 años del golpe de estado en la Argentina
Between history and memory. 40 years after the coup d'état in Argentina
Emilio Crenzel
- 71** Represión clandestina y discursos públicos: los informes oficiales sobre la “lucha antisubversiva” en los años iniciales de la dictadura argentina
Clandestine repression and public speeches: the official reports about the “anti-subversion fight” during the early years of the argentine dictatorship
Gabriela Águila
- 97** Exilio y legalidad. Agenda para una Historia de las luchas jurídico-normativas de los exiliados argentinos durante la última dictadura militar
Exile and legality. Agenda for a History of the legal-normative struggles of the Argentine exiles during the last military dictatorship
Silvina Jensen
- 123** Entre o refúgio brasileiro e o exílio europeu: Fragmentos de memória de um Montonero
Between a Brazilian refuge and the European exile: Fragments of memory of a “Montonero”
Marcos Gonçalves

Artigos

- 153** Considerações histórico-arqueológicas como elementos para uma reavaliação de Max Weber
Historical-Archaeological considerations as elements for a reassessment of Max Weber
Andréa Bernardes de Tassis Ribeiro
- 181** As demolições de Paris: a Modernidade em “Rocambole” (1857-1870)
The demolitions of Paris: Modernity in Rocambole (1857-1870)
Máira de Souza Nunes
- 213** O alimento como categoria histórica: saberes e práticas alimentares na região do Vale do Rio Pardo (RS/Brasil)
Food as a historical category: knowledge and food practices in the region of Vale do Rio Pardo(RS/Brazil)
Everton Luiz Simon e Éder da Silva Silveira

Dossiê

Argentina, 40 anos (1976-2016)

Organizador: Marcos Gonçalves

POLÍTICAS DEL OLVIDO¹

Oblivion Politics

Daniel Lvovich *

RESUMEN

En este artículo realizamos un recorrido conceptual por los diversos sentidos de la noción de olvido y su vinculación con la vida política y las demandas de justicia, y presentamos distintos casos de procesos de olvido en las experiencias europeas y latinoamericanas.

Palabras-clave: olvido; memoria política

ABSTRACT

In this article we make a conceptual path on the various meanings of the concept of Oblivion and its relationship to Politics and the demands of justice, and present different cases of processes of forgetfulness in the European and Latin American experiences.

Keywords: Oblivion; memory Politics

En abril de 1598, el Rey Enrique IV de Francia emitió el edicto de Nantes, un decreto que autorizaba la libertad de conciencia y la libertad de culto para los calvinistas. La promulgación de este edicto puso fin a las Guerras de Religión que habían desgarrado a Francia en el siglo XVI, y cuyo punto culminante fue la Matanza de

1 Versión revisada de la conferencia de cierre de las Jornadas Violência de estado, justiça e reparação: relatos da Comissão Estadual da Verdade, Curitiba, Paraná. Brasil, 19 de junio de 2015

* Universidad Nacional de General Sarmiento/ Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de la Argentina/ PICT 2013 “Desafíos historiográficos, teóricos y didácticos del bordaje del pasado reciente en Argentina” de la Agencia Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas

San Bartolomé, de 1572, en la que fueron asesinados miles de hugonotes en París y otras regiones del reino. El primer artículo es un artículo de amnistía que ponía fin a la guerra civil:

Que la memoria de todos los acontecimientos ocurridos entre unos y otros tras el comienzo del mes de marzo de 1585 y durante los convulsos precedentes de los mismos, hasta nuestro advenimiento a la corona, queden disipados y asumidos como cosa no sucedida. No será posible ni estará permitido a nuestros procuradores generales, ni a ninguna otra persona pública o privada, en ningún tiempo, ni lugar, ni ocasión, sea esta la que sea, el hacer mención de ello, ni procesar o perseguir en ninguna corte o jurisdicción a nadie.

Artículo a: Prohibimos a todos nuestros súbditos de cualquier estado y calidad que sean que renueven la memoria, ataquen, resientan, injurien ni provoquen uno a otro por reproche de lo que ocurrió por cualquier causa y pretexto que sea, disputen, impugnen querellen ni ultrajen u ofendan de hecho o de palabra, sino que se contengan y vivan apaciblemente juntos como hermanos, amigos y conciudadanos, so pena a los contraventores de ser castigados como infractores de la paz y perturbadores del reposo público.

Nicole Loraux analiza la prohibición ateniense de recordar las desgracias, que selló en el año 403 A.C. la reconciliación democrática tras la guerra civil y la oligarquía de los Treinta tiranos. “Llamamos a esto amnistía modelo, paradigma de todas aquellas que conocerá la historia occidental”.² Esta borradura en un doble sentido, material y metafórico, buscaba expurgar el conflicto de la historia: los atenienses establecían una estrecha relación de equivalencia entre prohibir en la memoria y borrar. Por ello los ciudadanos dan solemne

² LORAUX, Nicole, *De la amnistía y su contrario*, en YERUSHALMI, Yosef et al., *Usos del olvido. Comunicaciones al coloquio de Royaumont*, Buenos Aires, Nueva Visión, 1989, p.27.

juramento de no recordar los males, relegados ahora al pasado.³ El olvido tiene así, afirma Loreaux, una cualidad indispensable: la política comienza más allá del conflicto y del terror, solo es posible allí donde cesa la venganza. En la *Odisea* está presente esta llamada al olvido: olvidar no solo las maldades de los otros sino la propia cólera, para que se restablezca el lazo de la vida en la ciudad. Cuando la memoria en carne viva se convierte en ira – como en Ulises o Electra – resulta el peor enemigo de la política. Por ello “... las ciudades se esfuerzan por acantonar en la esfera de la anti – (o de la ante-) política” a la memoria que arrastra la conflictividad.

Más de dos milenios después de aquella amnistía ateniense, en 1882, Ernst Renán pronunció en la Sorbona la célebre conferencia *Que es una Nación*. Discutiendo con las posturas de los que enfatizaban el carácter étnico y primordial de las naciones, Renán destacaba su carácter de novedad y constructo, resultado de la mezcla de poblaciones y de los elementos volitivos. De tal modo, la conciencia de un pasado común resulta un elemento indispensable para la constitución de naciones, aunque esta memoria resulta necesariamente selectiva, ya que debía ocluir los elementos disruptivos para resultar eficaz como principio de cohesión: “Porque el elemento esencial de una nación consiste en que todos sus individuos deben tener muchas cosas en común, pero también haber olvidado muchas cosas. Todo ciudadano francés tiene que haber olvidado la noche de San Bartolomé y las masacres que ocurrieron en el Sur en el siglo XIII. No hay diez familias en Francia que puedan probar su origen franco y una tal prueba resultaría deficiente, pues millares de desconocidos y mezclados linajes podrían desorganizar todos los sistemas genealógicos”⁴ Así, Renán descubre en el olvido un carácter virtuoso, dado que resulta una condición de posibilidad de la vida nacional.

Contra nuestras intuiciones, el llamado al olvido, o su sanción legal en forma de edicto, decreto o ley de amnistia, se presenta en estos tres casos – como en tantos – a la luz de un

3 LORAUX, Nicole, *La ciudad dividida. El olvido en la historia de Atenas*, Buenos Aires, Katz, 2008.

4 RENAN, Ernest, “El significado de la nacionalidad” en: KOHN, Hans, *El nacionalismo. Su significado y su historia*, Buenos Aires, Paidós, 1966, p. 188.

propósito virtuoso: comenzar un nuevo ciclo de convivencia, fundar una comunidad política, evitar la reiteración de la lucha y los agravios, impedir la cadena infinita de la venganza, favorecer la reconciliación. Sin embargo, el llamado al olvido, o su sanción bajo la forma de amnistía, no borra el pasado ni lo da por no ocurrido. Por el contrario, exige, impone, decreta la necesidad de no recordar ese pretérito a través de un acto voluntario o forzado, pero que resulta siempre un reconocimiento de su imprescindible relación con la memoria, y del consiguiente carácter selectivo de ambas dimensiones.

En su libro *Zajor*, (recuerda), el historiador Yosef Yerushalmi se concentra en el examen de la tradición hebrea, recordando que en el Antiguo Testamento no hay usos del olvido, sino terror al olvido: el olvido es siempre negativo, el pecado cardinal del que se derivan todos los demás. “La Biblia hebrea no parece vacilar cuando ordena recordar. Sus mandatos para recordar son incondicionales, e incluso cuando no hay orden de recordar, la memoria es siempre esencial. En conjunto, el verbo *zajor* aparece en la Biblia, en sus distintas flexiones, no menos de ciento sesenta y nueve veces (...) El verbo se complementa con su opuesto, olvidar. Así como se obliga a Israel a que recuerde, se lo conmina a no olvidar.”⁵

Sin embargo, la conminación a recordar nada tiene que ver con la curiosidad con los elementos fácticos del pasado, sino con su significación, en particular con su conexión con la normativa ética religiosa que se convertía en principio de selección y valoración de lo memorable.. En la tradición que explora Yerushalmi, los criterios de este movimiento se derivan de la Ley, la *Halakha*. En consecuencia, la única historia que la memoria retiene es aquella que puede integrarse en el sistema de valores de la *Halakha*. El resto es “olvidado”. Pero no es esta una peculiaridad judía: todo pueblo tiene un conjunto de creencia y ritos que les da identidad y sentido de

5 YERUSHALMI, Yosef. *La Historia judía y la memoria judía*, Barcelona, Antrophos, 2002, p.2.

destino: del pasado solo se transmiten los episodios que se juzgan ejemplares.⁶

El elemento del olvido, como el de la memoria, aparece por tanto, también aquí como el resultado de un proceso de selección determinado por el sistema de creencias.

Yerushalmi no deja de advertir la problematización de la noción de olvido colectivo: “Estrictamente los pueblos y grupos solo pueden olvidar el presente, no el pasado (...) los individuos que componen el grupo pueden olvidar acontecimientos que se produjeron durante su propia existencia, no podrían olvidar un pasado que ha sido anterior a ellos, en el sentido en que el individuo olvida los primeros estadios de su propia vida. Por eso decimos que un pueblo “recuerda”, en realidad decimos primero que un pasado fue activamente transmitido a las generaciones contemporáneas” a través de los canales y receptáculos de la memoria y que Pierre Nora llama lugares de memoria.⁷ En consecuencia un pueblo “olvida” cuando la generación poseedora del pasado no lo transmite a la siguiente, o cuando este rechaza lo que recibió o cesa de transmitirlo a su vez. Por lo tanto lo que llamamos olvido colectivo aparece cuando un grupo humano no logra – voluntariamente o pasivamente, por rechazo, indiferencia o por causa de una catástrofe – transmitir a la posteridad lo que aprendió del pasado.

Memoria y olvido no resultan así elementos opuestos, sino productos simultáneos de los mismos procesos de selección, jerarquización y transmisión de aspectos, valores, imágenes, mitos, ubicados en el pasado. En palabras de Marc Augé, “Los recuerdos son moldeados por el olvido como el mar moldea los contornos de la orilla”⁸

Pero si el olvido no es lo opuesto de la memoria, cual es su antónimo? En un pasaje celebre Yerushalmi formula una pregunta

6 SABATO, Hilda, ha señalado la insuficiencia de este argumento para el caso de sociedades complejas y pluralistas en las que conviven diversos sistemas de valores. Hilda Sabato, “La cuestión de la culpa” en *Puentes*, N°1, agosto de 2000.

7 YERUSHALMI, Yosef, “Usos del olvido”, en: YERUSHALMI, Yosef et al, op. cit., p.17.

8 AUGÉ, Marc, *Las formas del olvido*, Barcelona, Gedisa, 1998, p.12.

altamente instigante: “¿Es posible que el antónimo del olvido no sea la memoria sino la justicia?”⁹

Esta es en efecto, la ecuación que, sobre todo en relación a los crímenes masivos desarrollados en el siglo XX, ha predominado: El olvido implica en este sentido la falta de reparación ante los crímenes cometidos, la consagración de la injusticia, la continuidad de la impunidad, el quiebre de nuestras obligaciones hacia los asesinados, los torturados, los desaparecidos. Esta es la connotación que sostiene las ideas del “deber de memoria”, de la obligación del sobreviviente de dar testimonio, de lemas como “ni olvido ni perdón”. Esta es la línea interpretativa que propone Eduardo Rabossi en su prólogo de 1989 a *Usos del olvido*, al señalar que en la Argentina la tesis que primó con el advenimiento de la democracia fue “la de la memoria como reverso moralmente virtuoso y políticamente valioso del olvido”, ya que es imposible sostener que el olvido “va a asegurar la salud de los individuos y la nación”.¹⁰

Existe otra connotación del olvido a la que quiero referir aquí antes de ingresar en un conjunto de experiencias históricas de usos del olvido que consideraré. Me refiero al olvido por saturación. Como es bien sabido, en 1874 Friedrich Nietzsche proclamaba en sus *Consideraciones intempestivas* que todos sufrimos de una fiebre histórica devoradora, que implicaba la imposibilidad de vivir sin olvidar. Por ello, y dado que el sentido no histórico y el sentido histórico resultaban igualmente necesarios para la salud de un individuo, de una nación o de una civilización, postulaba la necesidad de saber olvidar voluntariamente, así como recordamos adrede, como un requisito para evitar que el peso del pasado destruya la vitalidad de una cultura e inhiba a la vida para la acción.¹¹ Probablemente en un sentido algo similar pensaría Carlos Marx, cuando al iniciar *El dieciocho Brumario de Luis Bonaparte* afirmaba que “La tradición de todas las generaciones muertas oprime como una pesadilla el cerebro de los vivos”, para concluir que “La revolución social del siglo XIX

9 YERUSHALMI, Yosef, “Usos del...”, p.26.

10 RABOSSO, Eduardo, “Algunas reflexiones... A modo de prólogo.”, en: YERUSHALMI, Yosef et al, op. cit., p. 11.

11 NIETZSCHE, Friedrich, *Segunda Consideración Intempestiva*, Buenos Aires, Del Zorzal, 2006.

no puede sacar su poesía del pasado, sino solamente del porvenir. No puede comenzar su propia tarea antes de despojarse de toda veneración supersticiosa por el pasado. Las anteriores revoluciones necesitaban remontarse a los recuerdos de la historia universal para aturdirse acerca de su propio contenido. La revolución del siglo XIX debe dejar que los muertos entierren a sus muertos, para cobrar conciencia de su propio contenido”¹².

Nuestras sociedades de fines del siglo XX y comienzos del XXI han hecho un culto de la memoria de sus muertos, de sus mártires, de sus víctimas. Orientadas en este aspecto hacia el pasado – quizás como resultado de la pérdida en la confianza de dominar los modos en que conducirlas hacia futuros deseables – proliferan las instituciones de la memoria: los museos, los archivos específicos, los monumentos, los ritos conmemorativos, las efemérides, y la industria cultural representa de mil modos los pasados más trágicos. La valoración de esta “cultura de la memoria” convive con las llamadas de atención y las críticas: una memoria banalizada, mercantilizada, reificada, un objeto estetizado y rentable¹³, un abuso de la memoria que inhibe toda mirada crítica¹⁴, una “memoria saturada” que por exceso representa una de las formas del olvido.¹⁵

Paul Ricoeur ha propuesto una clasificación que distingue dos grandes figura del olvido profundo. Una de ellas es el olvido por destrucción – voluntaria o no – de huellas, sean estas de tipo documental, cortical o afectivo. La segunda es la que llama olvido de reserva, y abarca el olvido como memoria manipulada o como memoria impedida en el sentido freudiano.¹⁶

Abordemos en primer lugar esta idea. Desde comienzos del siglo XX, y en una trayectoria que reconoce en *Psicopatología de la vida cotidiana* (1901) su primer eslabón, Sigmund Freud postulaba

12 MARX, Carlos, *El 18 Brumario de Luis Bonaparte*, Madris, Fundación Federico Engels, 2003, pp. 10 y 13.

13 TRAVERSO, Enzo.: “Historia y Memoria: Notas sobre un debate” en: FRANCO, Marina y LEVIN, Florencia (comps.). *Historia Reciente. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires, Paidós, 2007.

14 TODOROV, Tzvetan (2000). *Los abusos de la memoria.*, Barcelona, Paidós.

15 ROBIN, Regine, *La memoria saturada*, Buenos Aires, Waldhuter, 2012.

16 RICOEUR, Paul. *La historia, la memoria, el olvido*, Buenos Aires, FCE, 2004, pp.

que, lejos de resultar un déficit o una falla, el olvido constituía una dimensión constitutiva ineludible de la vida psíquica, producto de operaciones de censura y represión y resultado de los tamices inconscientes de los individuos.¹⁷ Lejos de resultar una dimensión deficitaria o negativa, el olvido aparece desde entonces como un elemento imprescindible para la estructuración individual, como parte de unos mecanismos inconscientes imprescindibles. El olvido aparece entonces como un elemento estructuralmente necesario de nuestra propia conformación subjetiva.

Sigo aquí la reflexión de Regine Robin.¹⁸ En *Duelo y Melancolía* Freud evoca las distintas reacciones que puede tener una persona frente a la pérdida de un ser querido. Puede ocurrir que el duelo no se haga, y la persona entre en una fase de melancolía y depresión, aunque en la mayor parte de los casos ese trabajo se lleva a cabo: pese a las rebeliones del individuo que no quiere abandonar al ser querido perdido, el principio de realidad se impone: el ser querido ya no está. En el duelo, el mundo parece pobre y vacío, en la melancolía, es el mismo yo el que es atacado. El análisis freudiano del par duelo//melancolía se articula con la reflexión acerca de la repetición por oposición al recuerdo: dado que el pasado no puede ser recordado debido a que el recuerdo fue reprimido, ese pasado se manifiesta como acto. La compulsión a la repetición es por lo tanto la manera específica de recordar inconscientemente, sin saber que elementos del pasado son los que están en juego. Se requiere tiempo y trabajo analítico para que el sujeto conozca las resistencias que le impiden reelaborar ese pasado.

Que ocurre cuando empleamos, siquiera como metáforas, las categorías freudianas para pensar procesos sociales traumáticos? Este es el caso del libro que probablemente haya fundado los estudios sobre la historia de la memoria: *El síndrome de Vichy*, de Henry Rousso.¹⁹ Al preguntarse por las dificultades de la sociedad francesa para confrontar el período de la república de Vichy, extremadamente

17 FREUD, Sigmund, *Obras completas, volumen VI, Psicopatología de la vida cotidiana*, Buenos Aires, Amorrotu, 1989.

18 Op cit, 32 y ss.

19 ROUSSO, Henry, *The Vichy Syndrome. History and Memory in France since 1944*, London – Massachusetts, Harvard University Press, 1994.

complejo por la superposición de la segunda guerra, los enfrentamientos civiles y las purgas que lo sucedieron, y sostener como hipótesis que el carácter de Guerra Civil juega un rol central en las dificultades para lidiar con aquel pasado, Rousso postula un esquema de cuatro fases, cuya nominación deriva de la terminología freudiana.

Así, la primera etapa desarrollada entre 1944 y 1954 es caracterizada como la fase de duelo, en la que resulta hegemónica una memoria gaullista en la que la resistencia de todos los franceses resulta omnipresente, y Vichy aparece como un paréntesis en la historia de una Francia eterna que nunca dejó de combatir. Una segunda etapa está enmarcada entre la derrota de Dien Bien Phu en 1954 - que pone en cuestión la grandeza de Francia y el año 1971 con la difusión de la película de Michel Ophuls “La pena y la piedad”, que pone de manifiesto el colaboracionismo francés durante Vichy. Esta fase es denominada como la de la memoria reprimida, sucedida por un tercer período del “espejo roto” o retorno de lo reprimido, en el que el mito de la resistencia estalla en mil pedazos, y que se extiende hasta 1974. Desde entonces, afirma Rousso, Francia vive un período de obsesión, en el que gana lugar el debate sobre la ocupación y logra hacerse escuchar la memoria judía de las deportaciones. Al respecto afirma Robin, citando a Ricouer que narrar un drama es olvidar otro, y lo que se había “olvidado” en el primer momento era simplemente el exterminio.²⁰

Cito ahora textualmente a Regine Robin: “¿Realmente nos enfrentamos con la “represión” o, como lo evocaba Benjamin Stora a propósito de la guerra de Argelia, con una puesta en escena de la represión en función de las coyunturas y los reacondicionamientos de los grandes relatos del pasado, o de la fragmentación de los relatos, de sus descomposiciones, reacondicionamientos de configuraciones y reconfiguraciones narrativas? Siempre hay desplazamientos, deslizamientos, sustituciones, invención de nuevos mitos. Pero ¿es totalmente inconsciente?. Los historiadores, al utilizar el concepto de manera metafórica (Henry Rousso no lo niega) hacen pensar que los pueblos no tienen ninguna responsabilidad en el hecho de “reprimir”,

20 ROBIN, p.34.

de olvidar en el momento oportuno lo que molesta. Se busca entonces lo que sería en lo social el equivalente a la reelaboración y el trabajo del duelo”.²¹ La operación es mas compleja en tanto la historia y el psicoanálisis no tienen la misma concepción del tiempo: Para el psicoanálisis el olvido es activo, retorna, hasta puede gobernar el presente. Para la historiografía, existe un corte entre pasado y presente “Ocurre que no es posible captar el trabajo memorial sin esos hojaldres del tiempo, eso “olvidos” eficaces que permanecen agazapados”.²²

Si la consideración por lo tanto de la memoria impedida en un sentido freudiano resulta sumamente compleja por los motivos señalados - a los que se podría agregar la dificultad de suponer la existencia de un trauma colectivo que afecta por igual a toda una sociedad - la idea de Ricouer de memoria manipulada se presentan con mayor claridad, dado el carácter intencional que supone este concepto.

Es esta dimensión manipulatoria a la vez un abuso de la memoria y del olvido, considerando que – sostiene Ricouer - antes del abuso hay un uso, dado el carácter ineludiblemente selectivo del relato y el carácter performativamente imposible de un relato exhaustivo. De tal modo, la manipulación de la memoria encuentra su base en los recursos de variación que ofrece el trabajo de configuración narrativa: “Las estrategias del olvido se injertan directamente en este trabajo de configuración: siempre se puede narrar de otro modo, suprimiendo, desplazando los momentos de énfasis, refigurando de modo diferente a los protagonistas de la acción al mismo tiempo que los contornos de la misma.”²³

El respaldo del poder y el consenso o la pasividad social son determinantes para la configuración de formas de olvido social basados en la manipulación consciente del pasado: El recurso al relato se convierte así en trampa cuando poderes superiores toman la dirección de la configuración de esta trama e imponen un relato canónico mediante la intimidación o la seducción, el miedo o el

21 Ídem, 34-35.

22 Ibid, p.35.

23RICOUER, Paul, op.cit. , p.572.

halago. “Se utiliza aquí una forma ladina de olvido, que consiste en desposeer a los actores sociales de su poder originario de narrarse a sí mismos. Pero este desposeimiento va acompañado de una complicidad secreta, que hace del olvido un comportamiento semipasivo y semiactivo, como sucede en el olvido de elusión, expresión de la mala fe, y su estrategia de evasión y esquivar motivada por la oscura voluntad de no informarse, de no investigar sobre el mal cometido por el entorno del ciudadano, en una palabra, por un querer-no-saber. Europa Occidental y el resto de Europa dieron el penoso espectáculo de esta terca voluntad, después de los plúmbeos años de mediados del siglo XX.”²⁴

Los ejemplos se pueden multiplicar al infinito. Consideremos brevemente el caso alemán. Tras el hundimiento del nazismo, la sociedad alemana reprimió el recuerdo de los aspectos consensuales del régimen y concentró en éste las responsabilidades criminales, en el marco del realineamiento alemán en la guerra fría, que tornaba el escenario poco propicio para la reflexión sobre aquel pasado. Nadie recordaba haber sido nazi, nadie de haber sostenido con entusiasmo al régimen de Hitler, nadie – contra toda evidencia – reconocía haber sabido nada del exterminio de los judíos, ni del trabajo esclavo, ni de haberse beneficiado con el nazismo. Había motivos para decidir no recordar: eran centenares de miles los directamente implicados en las prácticas criminales del nazismo, y millones los que lo sustentaron. Más de 300.000 alemanes habían sido arrestados al finalizar la guerra por pertenecer a la Gestapo, la SS o la dirección del NSDAP, partido que tenía más de ocho millones de afiliados. El reconocimiento de su papel en el pasado inmediato podía hacerlos enfrentar un juicio penal.

En el propio año 1945, Karl Jaspers publicó su célebre texto acerca de la *culpabilidad alemana*, en la que distinguía entre una *culpabilidad criminal*, una *culpabilidad política* y una *culpabilidad moral*. Mientras la primera no ofrece mayores problemas, las segundas implican el problema de la responsabilidad por lo que la sociedad promovió activamente e incluso por lo que fue incapaz de evitar. La publicación de su ensayo provocó que Jaspers fuera a la vez ser tildado de americanista por la izquierda y de antialemán por los

24 Ibidem.

conservadores. Después de 1945 la mayoría de los alemanes se esforzó por olvidar el pasado nazi y los terribles crímenes de un régimen que había contado con el apoyo de al menos un sector de la población. Pretendiendo no haber estado al tanto de los crímenes nazis, evitaron preguntarse por el problema de la culpabilidad. Considerándose a sí mismos como víctimas, se concentraron en el recuerdo de sus propios sufrimientos – los bombardeos, el hambre, el éxodo – y prefirieron ignorar los que el nazismo infligió a otros. El aislamiento de Jaspers fue tal que decidió abandonar Alemania para radicarse en Basilea. Simultáneamente, los exiliados antifascistas que regresaban a Alemania eran mirados con sospecha y desconfianza. La voluntad de no recordar duró demasiado tiempo. El juicio a Eichmann en Jerusalén y el juicio a los guardias de Auschwitz de 1963 serán jalones determinantes en ese proceso, que comenzó a completarse cuando la generación de 1968, como parte de su cuestionamiento al orden social, no dejó de poner en tela de juicio la conducta de sus antecesores en los años del nazismo, y alcanzó su coronación simbólica cuando el Canciller Willy Brandt se arrodilló frente al monumento del Gheto de Varsovia en 1970.

Tampoco la RDA escapó en los años de la posguerra, y casi hasta el final del régimen, a las políticas del olvido. Al calor de la guerra fría, la memoria oficial de la RDA se apropió de la tradición antifascista, a la que incorporó a unos usos que reforzaban la tradición antiliberal y nacionalista alemana, marginalizando el recuerdo de la Shoa mientras la pretendida lucha contra el “cosmopolitismo” encubría el renacimiento del antisemitismo de los regímenes stalinistas.²⁵

Más cerca en el tiempo, el fin de los sistemas políticos comunistas del este europeo fue acompañado por una verdadera explosión memorial: memorias colectivas antes reprimidas y constreñidas al silencio se reapropiaron del espacio público, mientras que la memoria comunista oficial, privada de sus sostenes institucionales, se borraba. El pasado reciente fue reinterpretado de acuerdo con nuevos criterios y en función de nuevas exigencias

25 HERF, Jeffrey, *Divided Memory. The nazi past in the two Germanys*, Cambridge, Harvard University Press, 1997.

políticas e identitarias: la historia de los sufrimientos infligidos a la nación por el régimen comunista constituye el esquema de interpretación dominante. El paradigma antifascista, que estaba en el centro de la memoria y de la historia oficiales comunistas, fue reemplazado por el paradigma anticomunista: el comunismo es presentado, en lo sucesivo, casi exclusivamente como un régimen de terror y de violencia comparable al régimen nazi, impuesto por la Unión Soviética y que se habría mantenido en el poder solo por la fuerza y la violencia. Así es, atribuido a causas y circunstancias exteriores sobre las cuales las sociedades involucradas no tenían influencia. Aparece como una especie de catástrofe natural que se habría abatido sobre la nación. Las políticas de la memoria implementadas en esos países están fuertemente marcadas por una visión nacionalista de la historia, de la que proponen una lectura muy selectiva, que oculta los aspectos no conformes a la imagen que quieren transmitir. En ocasiones, estas no dudan en rehabilitar, en nombre de la lucha contra el comunismo, a figuras que no podrán en ningún caso considerarse democráticas. En Rumania se erigieron monumentos a la memoria del mariscal Antonescu, que estuvo involucrado, entre otros crímenes, en el exterminio de los judíos rumanos. En Estonia, a los voluntarios de esa nacionalidad que formaron parte de las SS se los conmemora como a luchadores por la libertad.²⁶

No podemos olvidar, por cierto, aquellos casos en que la negación del pasado involucra a un estado nacional en relación a un colectivo que les resulta ajeno, sosteniendo lisa y llanamente la inexistencia de los actos de extrema violencia denunciados por ese colectivo. Aunque han transcurrido exactamente 100 años, el Estado Turco continúa negando de manera ininterrumpida la existencia misma de un genocidio contra el pueblo Armenio, y en la sociedad turca apenas comienza en nuestros días un debate al respecto.²⁷ El 17 de octubre de 1961 una manifestación de la Federación Francesa del

26 GROPPPO; Bruno , *Políticas de la memoria y políticas del olvido en Europa central y oriental después del fin de los sistemas políticos comunistas*, en FLIER, Patricia y LVOVICH, Daniel (eds) *Los usos del olvido. Recorridos, dimensiones y nuevas preguntas*, Rosario, Prohistoria, 2014.

27 http://elpais.com/elpais/2015/05/19/eps/1432036819_084599.html

FLN para protestar contra el toque de queda sufrió una violentísima represión, con decenas de miles de detenidos y al menos cien argelinos asesinados, cuyos cadáveres fueron arrojados al Sena. El cruel acontecimiento permaneció en el olvido hasta 1999 cuando el estado francés reconoció la terrible masacre.²⁸ Ese fue también el año en que el estado francés admitió que los brutales acontecimientos desarrollados en el territorio de Argelia desde la década de 1950 no habían sido “operaciones de mantenimiento del orden” sino una guerra.

Presentemos brevemente, por último, un caso latinoamericano. Al analizar a fines de la década de 1990 la transición chilena, sostenía Tomás Moulian que una de las características de su presente era la “compulsión al olvido”, manifiesta en la imposibilidad de hallar un modo en común para nombrar los eventos de la década de 1970 y 1980.²⁹ Para las víctimas del pinochetismo el olvido era vivido como un remanso tras largos años de tensión, para los que apoyaron al régimen pero ingresaron a carreras políticas en democracia, se trata de un olvido de la connivencia o de la participación. Pero más allá de ambos, Moulian destaca el rol del olvido estratégico, pactado, como un resultado de la razón de estado. En sus palabras: “La llamada transición ha operado como un sistema de trueques: la estabilidad, se dijo, tiene que ser comprada con el silencio. Pero creo que se trató de una trampa de la astucia (...) Pienso que el sentimiento de miedo existió, efectivamente, en la masa, en los ciudadanos comunes. Pero la élite decisora actuó inspirada por otra estrategia, la del “blanqueo” de Chile”.³⁰ Se trataba de una estrategia que tomaba al miedo como justificación, pero que en realidad buscaba “... resituar a Chile, construirlo como país confiable y válido, el Modelo, la Transición Perfecta. Para ello era necesaria la cirugía plástica, la operación transexual que convirtió al Dictador en el Patriarca.”, concediéndole así a Pinochet no solo la impunidad sino también la majestad.³¹ De este modo Chile renunció a examinar su pasado no sólo en nombre de

28 ROBIN, 197 – 200.

29 MOULIAN, Tomás, *Chile actual: Anatomía de un mito*, Santiago de Chile, LOM, 1997, p. 37

30 Idem, p.38.

31 Ibidem, p.39.

los valores de una democracia que no se concibe sino atada al libre mercado, sino por la convicción de las élites de que se debía renunciar al pasado en nombre del futuro. De este modo, “el consenso es la etapa superior del olvido”.³²

Volvamos a la propuesta de Ricouer, y retomemos el olvido por destrucción de huellas. Una vez más aparece aquí la faz más siniestra de las masacres del siglo XX, desde el nazismo en retirada volando las cámaras de gas y los crematorios hasta la política argentina de desapariciones, en la que el ocultamiento primero de los prisioneros en centros clandestinos de detención o luego de los cuerpos – arrojados al mar o inhumados clandestinamente – pretendía borrar toda huella del crimen, y con ello, arrojarlos al olvido para siempre. Esa era la intención explícitamente formulada por Himmler en su discurso de Poznan del 4 de octubre de 1943, cuando al referirse al exterminio del pueblo judío decía “Ésa es una página de gloria en nuestra historia que nunca se ha escrito y que nunca se escribirá...”

Considero que hay aun dos formas excepcionales de olvido que vale la pena reseñar aquí. La primera está referida al caso español, en el que las demandas de olvido y amnistía provinieron no de los vencedores sino de los derrotados. La segunda a aquellos grupos que por su relativa debilidad, no lograron imponer en el espacio público una política de memoria sobre sus padecimientos.

Desde la transición a la democracia hasta fecha muy reciente, no se fomentó ninguna política sobre los lugares de memoria por parte de las instituciones centrales del Estado, y todo lo referente al cambio de nominación de calles, y construcción de monumentos y museos fue dejado en manos de los ayuntamientos y comunidades autónomas. Producto de ello, persisten hasta hoy en distintas ciudades una gran cantidad de símbolos del franquismo. Solo en fecha muy reciente, ya en el siglo XXI, se desarrollaron acciones parlamentarias dedicadas a condenar la dictadura y revisar algunos de sus efectos. La más relevante de ellas es la conocida como *Ley de Memoria Histórica* del 26 de diciembre de 2007, por la que se reconocen y amplían derechos y se establecen medidas en favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la guerra civil y la dictadura. Por

32 Idem, p.42.

motivos opuestos, la ley no contó con el apoyo del Partido Popular ni Esquerra Republicana de Cataluña.³³ La sanción de esta ley implicó una ruptura fundamental respecto al acuerdo implícito de “echar al olvido” el pasado de guerra y dictadura formulado durante la transición. Echar al olvido no significó olvidar, sino evitar el uso en el debate político de la naciente democracia de recriminaciones y atribuciones de responsabilidad que imposibilitaran el diálogo.³⁴ En efecto, durante la transición se adoptaron lo que Stephen Holmes ha llamado reglas mordaza estabilizadoras de la democracia, de manera que “sujetando nuestra lengua en situaciones delicadas podemos asegurarnos unas formas de cooperación y compañerismo que de otra forma serían inalcanzables.”³⁵ Las consecuencias de esta estrategia resultaron múltiples, pero entre ellas dos son de fundamental importancia. Por un lado, la supuesta neutralidad del silencio benefició a la derecha, mucho menos interesada en hurgar en el pasado que la izquierda. Por otro, no abrir las heridas del pasado supuso una renuncia explícita a hacer de la memoria de la dictadura el fundamento de la naciente democracia, produciéndose en nombre de la utilidad política un daño innegable a la verdad y la justicia. Como resumió Saz “El recuerdo de un mal – la guerra civil – había marcado los límites por donde debía transitar la transición, pero (...) era el recuerdo de otro mal el que se eclipsaba. La democracia española nació curada de memoria – de la guerra civil – pero ‘enferma’ de olvido del franquismo”.³⁶

Tres conjuntos de explicaciones explican las políticas de “olvido” desarrolladas durante la transición. Todas parten de la evidencia de que, a diferencia de otros regímenes dictatoriales europeos, el franquismo no fue derrotado militarmente, ni por la fuerza de la oposición política antidictatorial. Unas enfatizan el

33 El texto completo de esta ley puede consultarse en la página web del Boletín Oficial del Estado, de España, http://www.boe.es/g/es/bases_datos/doc.php?coleccion=iberlex&id=2007/22296.

34 JULIA, Santos, “Echar al olvido: memoria y amnistía en la transición”, en: *Claves de Razón Práctica*, N° 129. 2003

35 AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma, “La presencia de la guerra civil y del franquismo en la democracia española” en: *Pasajes de pensamiento contemporáneo*, 11, Valencia, Universidad de Valencia, 2003.

36 SAZ, Ismael, *Fascismo y franquismo*, Valencia, Universidad de Valencia, 2004, p.284.

carácter estratégico de las mismas: se trataba de desactivar las amenazas provenientes de la extrema derecha y el ejército a la nascente democracia. Esta habría sido la raíz de la doble amnistía de 1976 y 1977.³⁷ El diario *El País*, por entonces vocero de la oposición democrática antifranquista señalaba en relación a la ley de amnistía de octubre de 1977 que “La España democrática debe, desde ahora, mirar hacia adelante, olvidar las responsabilidades del pasado y los hechos de la guerra civil, hacer abstracción de los cuarenta años de dictadura”.

Otro conjunto de explicaciones se vincula con las anteriores, pero enfatizando en los efectos del pasado traumático sobre aquel presente. La larga sombra de la sangre derramada durante la Guerra Civil y la dictadura promovieron una voluntad generalizada de no repetir dicha experiencia bajo ninguna circunstancia.

Una tercera perspectiva, en algún punto discordante con las anteriores, señala la existencia de una gran cantidad de precedentes que explicarían las decisiones tomadas durante la transición. Santos Juliá ha rechazado la crítica de las nuevas generaciones que, al rehabilitar a sus abuelos asesinados, arrojan una sospecha sobre la generación de sus padres, a los que acusan de haber optado por la amnesia y la desmemoria en lugar de enfrentarse abiertamente al pasado. Esta acusación sostiene que los españoles de 1977, atemorizados, no se atrevieron a mirar atrás, y guardaron silencio. “Gracias a ese supuesto pacto de silencio, el franquismo habría podido sobrevivir a la muerte de su fundador, los españoles habrían vivido sometidos a una ‘tiranía de silencio’ (...) y el sistema político en construcción por aquellos años no sería más que la continuación de lo mismo por distintos medios”³⁸. En su óptica, estos juicios se basan en la falsa identificación entre amnistía y amnesia. Por el contrario, Juliá propone un recorrido por la historia de las representaciones de la guerra para comprender la génesis de la tensión entre memoria y

37 La ley de 15 de octubre de 1977 fue resultado de un acuerdo parlamentario que involucro a las principales fuerzas, y no abarcó sólo al período franquista, ya que permitió la liberación de miembros de ETA condenados por terrorismo, en un intento de integrar al grupo separatista a la vida democrática.

38 JULIÁ Santos “Memoria, historia y política de un pasado de guerra y dictadura”, en JULIA, Santos (dir.), *Memoria de la guerra y del franquismo*, Madrid, Taurus/Fundación Pablo Iglesias, 2006, p.24.

olvido que explicaría las políticas de la transición. Frente a las políticas de venganza y exterminio desplegadas durante y tras la guerra civil, resultaron escasas las voces, todas ellas del lado de la República, que definieron la guerra como una catástrofe nacional o como una guerra fratricida, y rechazados por el franquismo todos los intentos por alcanzar alguna negociación. De hecho, cuando el propio Cardenal Gomá afirmó en 1939 que había llegado la hora de “perdonar y amar a los que han sido nuestros enemigos”, el gobierno le prohibió propagar sus recomendaciones. Por el contrario, el régimen de Franco siempre empleó el recuerdo de la victoria en la guerra como fuente de su legitimación. Esta memoria de la guerra sostenida por el Estado y la Iglesia, y se difundió en los años de la dictadura a través de ritos, celebraciones y agobiantes formulas de adoctrinamiento.³⁹

Con la llegada a la vida pública de una nueva generación, la contienda civil comenzó a ser definida como una “guerra fratricida”. Con el resurgir de la militancia estudiantil en 1956, antiguos falangistas actuaron junto a nuevos comunistas “una novedad que derribaba barreras y mezclaba los campos divididos por la guerra civil”. En la nueva oposición al régimen no importó el campo en que hubieran militado ellos mismos o sus padres en la Guerra Civil. La Agrupación Socialista Universitaria se presentó el 1 de abril de 1956 con un manifiesto que decía “nosotros, hijos de los vencedores y los vencidos” [deseamos] “reconciliarnos con España y con nosotros mismos”.⁴⁰

El nuevo relato de estos jóvenes exentos de responsabilidad en la guerra, la definía como una tragedia inútil, y las llamadas a la reconciliación se multiplicaron. Esta tendencia abarcó también a sectores relativamente amplios del mundo católico, aunque hasta 1971 la Iglesia española no se enfrentó de forma oficial al debate sobre su papel en la guerra civil.⁴¹

39 PEREZ LEDESMA, Manuel “La guerra Civil y la historiografía: No fue posible el acuerdo” en *Idem*, p.101.

40 JULIÁ, Santos (coord) , *Víctimas de la guerra civil*, Madrid, Temas de Hoy, 1999, pp. 173-174.

41 *Idem*, p. 47.

De modo que las exigencias de reconciliación procedieron de los derrotados. Guerra fratricida, amnistía y reconciliación estaban íntimamente entrelazadas: había que olvidar la guerra entre hermanos para fundar otro Estado. La política de olvido como base de una amnistía general se formuló varias décadas antes de la transición y no implicó borramiento de la memoria. "Desde 1937 el presidente de la República y entre pequeños grupos de exiliados, desde 1944 en grupos de la oposición interior, desde 1948 en monárquicos y socialistas, desde 1956 en la nueva generación nacida durante la República y la guerra, desde 1962 entre los reunidos de Munich y en el nuevo movimiento obrero, la amnistía de una amnistía general como umbral a la democracia jamás tuvo que ver con una general amnesia. Por el contrario, cada vez que se hablaba de amnistía se recordaba necesariamente la guerra (...) Solo la guerra daba sentido a la amnistía, sólo el recuerdo podía llenar de contenido político la decisión de olvido"⁴². La radical novedad de la transición fue que la decisión de olvido se extendió desde las fuerzas antifranquistas hasta abarcar a los herederos directos del franquismo.

Si la memoria de la guerra y el franquismo tuvieron un uso escaso en el debate político, la historiografía no ha dejado de prestarle atención. Se han publicado más de veinte mil libros sobre la Guerra Civil y los estudios sobre la dictadura se cuentan por miles. En las últimas décadas la disciplina histórica ha contribuido enormemente a conocer los mecanismos represivos del franquismo y a establecer el escalofriante número de sus víctimas más directas: 150.000 asesinados, 400.000 personas aprisionadas en campos de concentración y 270.000 encarcelados, sobre una población total de unos 26 millones de habitantes⁴³.

A estas investigaciones se sumaron innumerables artículos periodísticos, publicaciones de memorias, obras literarias y cinematográficas, y otras formas de expresión. Sin embargo, estos

42 Idem, 49.

43 MOLINERO, Carmen, "Memoria de la represión y olvido del franquismo" en: *Pasajes de pensamiento contemporáneo*, Valencia, Universidad de Valencia, 2003, MIR CURCO, Conxita (ed.), *La represión bajo el franquismo*, Dossier de la Revista Ayer, Madrid, Asociación de Historia Contemporánea/ Marcial Pons, 2003, PEREZ LEDESMA, Manuel (2006) "La guerra Civil y la historiografía: No fue posible el acuerdo" en Juliá Santos (dir.), *Memoria de la guerra y del franquismo*, Madrid, Taurus/Fundación Pablo Iglesias, 2006.

caminos no encontraron vinculación alguna con la acción política ni la exigencia de reparaciones, hasta el año 2000, cuando surgió la *Asociación para la recuperación de la Memoria Histórica*, que recabó apoyos para la exhumación de fosas comunes de la Guerra Civil.⁴⁴ A fines del siglo XX, el discurso de la memoria se multiplicó en España, e impactó sobre el ámbito político institucional. La idea de que existían culpas compartidas fue puesta en cuestión no solo por los nietos de los que sufrieron la represión, para quienes equiparar a víctimas y verdugos era intolerable, sino también por la mayoría de los partidos políticos, que en 1999 aprobaron por primera vez una resolución parlamentaria condenando “el levantamiento militar contra la legalidad constituida”. Frente a ello, fue el Partido Popular el único que mantuvo la interpretación de la guerra como un enfrentamiento fratricida.

La otra forma de olvido a la que quiero referirme tiene que ver, como señale, con su posición subalterna o invisible, que condena su voz a una audibilidad casi imperceptible, en definitiva, una de las formas del olvido. Pensemos en el caso de las víctimas homosexuales del Tercer Reich. Solo a comienzos del siglo XXI se construyó en Berlín un Memorial de las víctimas homosexuales de la dictadura nazi, como resultado del auspicio de la fracción verde del *Bundestag*. Muy pocos son los sobrevivientes de las 50.000 personas condenadas a prisión bajo el nazismo por violación del artículo 175 del Código Penal, que definía las relaciones homosexuales como un delito, mientras otros 5000 fueron internados en campos para ser reeducados a través del trabajo forzado y otras fueron sometidas a experimentos médicos. La estigmatización social de la homosexualidad continuó por décadas (el delito de homosexualidad no fue abolido sino en 1969) lo que motivó que muchos homosexuales ocultaran su condición a través de casamientos ficticios u otras estrategias, o bien emigraran. A este “olvido” contribuyeron de modo voluntario o involuntario los parientes o descendientes de las víctimas, que

44 RUIZ TORRES, Pedro, “Los discursos de la memoria histórica en España” en: *Hispania Nova, Revista de Historia Contemporánea* <http://hispanianova.rediris.es/>, 2007.

pudiendo haber exigido compensaciones al Estado, prefirieron no hacerlo para no exponer la vida privada de sus parientes.⁴⁵

También aquí los ejemplos podrían expandirse por miles: es necesario recordar las polémicas desatadas en EEUU con la construcción de un Museo del Holocausto que, aunque bienvenido, dejaba más que nunca de manifiesto la inexistencia de un Museo de la Esclavitud, o uno que diera cuenta del destino trágico de los pueblos originarios americanos? Es preciso señalar la casi ínfima presencia de las memorias campesinas, indígenas, migrantes, en las políticas públicas de nuestros países latinoamericanos?

Como hemos visto, el despliegue de las políticas del olvido resulta tan amplio en variedad como las de las políticas de memoria, y dependen no solo de la voluntad estatal sino de la aceptación o acompañamiento social, sea por acuerdo, complicidad, acatamiento o impotencia. En la era de la memoria es fundamental comprender que el olvido no resulta una dimensión independiente, sino el resultado de un proceso deliberado de selección, justificación, construcción, puesta en narración. Por ello, las políticas de memoria y de olvido son el resultado de las luchas políticas de nuestro presente, de nuestro balance de poder, de las circunstancias de nuestra cultura. Quizás como nunca antes en nuestras historias latinoamericanas podemos aspirar en este comienzo de siglo a que, por un lado, los grupos más relegados puedan por fin hacer presente su voz, la narración de su historia y de sus demandas en las esferas públicas de nuestros países, y a que por otro, el antónimo del olvido sea esta vez sí, la justicia.

RECEBIDO EM: 31/08/2016
APROVADO EM: 20/10/2016

45 REGGIANI, Andrés H. "Culto de las víctimas" y políticas de la memoria en la Alemania reunificada" en *Punto de Vista* N° 87, abril – mayo de 2007.

ENTRE LA HISTORIA Y LA MEMORIA. A 40 AÑOS DEL GOLPE DE ESTADO EN LA ARGENTINA

*Between history and memory. 40 years after the coup
d'état in Argentina*

Emilio Crenzel*

RESUMEN

Este artículo historiza las etapas que ha recorrido, desde hace cuarenta años cuando se produjo el último golpe de Estado, la memoria social de la dictadura y el período de violencia política que recorrió la Argentina durante los años setenta del siglo XX y su figura emblemática, los desaparecidos. Luego de trazar un perfil general de las dimensiones cuantitativas y cualitativas de la violencia de Estado que atravesó el país, se presentan los diversos contextos políticos e institucionales que signaron cada etapa por el cual atravesó la memoria social sobre este proceso, los actores principales que intervinieron en las luchas por dotar de sentido a este pasado, y las claves narrativas e interpretativas que enarbolaron en esos enfrentamientos. El artículo propone y demuestra que la historia de la memoria no es resultado directo de la voluntad del poder y que, en el caso argentino, la memoria dominante ha sido y es producto de las iniciativas de verdad y justicia que propuso, en diversas coyunturas, el movimiento de derechos humanos. Esa perspectiva fue, luego, asumida por diversas conducciones del Estado. En cambio, las propuestas de olvido e impunidad, impulsadas por diversas conducciones estatales, fueron derrotadas por la hegemonía construida, en la esfera pública, por el movimiento de derechos humanos respecto a cómo tramitar las violaciones a los derechos humanos sucedidas en el país.

Palabras-clave: Argentina, Cuarenta años, Golpe de Estado.

* Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)-Universidad de Buenos Aires.

ABSTRACT

This article historicizes the stages, since the last coup d'état, of the construction of the social memory of the dictatorship and the period of political violence of 1970s Argentina and its emblematic figure, the disappeared. It begins with a general outline of the quantitative and qualitative dimensions of the state violence that affected the country during this process, and goes on to examine the various political and institutional contexts that marked each stage of the social memory of these processes, the actors engaged in the struggles to give meaning to that past, and the key narrative and interpretative strategies deployed in such confrontations. The article proposes and demonstrates that the history of the social memory of the human rights abuses is not a direct result of the will of the power and. On the contrary, in the case of Argentina, the dominant memory has been and is a product of the initiatives of truth and justice proposed, at various junctures, by the human rights movement. That perspective was then taken over by various state governments. Instead, the proposals of forgetfulness and impunity, launched by several state governments were defeated by the hegemony built, in the public scenario, by the human rights movement regarding how to deal with human rights violations occurred in the country.

Keywords: Argentina, Forty years, Coup d'état.

Introducción

El Parque de la Memoria, a orillas del Río de La Plata en Buenos Aires, fue escenario de un hecho original al conmemorarse los 40 años del golpe de Estado de 1976. La escena hubiese resultado inverosímil años atrás. Por primera vez, un presidente de los Estados Unidos y un presidente argentino, miembro de la élite económica local, coincidían en pronunciarse sobre el golpe en un sitio de memoria y en un acto oficial. Barack Obama y Mauricio Macri, contemplaron con gesto serio el “Monumento a las víctimas del terrorismo de Estado”, en el cual se inscriben los nombres de los desaparecidos y asesinados y arrojaron flores al río para homenajearlos. Luego, coincidieron en condenar ese pasado y recurrieron, para ello, a una frase emblemática: “Nunca Más”. Obama, afirmó que los Estados Unidos “tardaron” en defender los

derechos humanos, obliterando su apoyo al golpe, se comprometió a desclasificar documentación oficial sobre el período, reconoció la lucha y la valentía de los familiares de las víctimas y los propuso como la garantía del Nunca Más. Macri, por su parte, condenó la violencia “política e institucional” y recordó a “las víctimas que han pagado con su vida estas intolerancias y divisiones entre los argentinos” despojando, así, de toda dimensión distintiva a la violencia dictatorial, cuyo aniversario conmemoraba, y a sus víctimas concretas.¹ La asistencia de los presidentes al Parque de la Memoria y sus discursos son resultado y expresión de una larga historia de luchas por escribir la historia e inscribir en la memoria el significado de la dictadura y de sus víctimas. De esa historia y esas memorias tratan estas páginas.

La violencia política que atravesó Argentina en la década de 1970 y principios de los años ochenta no fue ajena a su vida institucional entre 1930 y 1975, y al nuevo contexto internacional de la segunda postguerra. Desde 1930 hasta 1983 se sucedieron en Argentina una docena de golpes de Estado encabezados por las fuerzas armadas. Desde entonces, el intervencionismo militar en la escena institucional fue normalizado por amplios sectores de la sociedad civil y política. La intervención castrense, junto a la influencia de las ideas nacionalistas, conservadoras y del integrismo católico, conformaron una cultura signada por el desprecio a la ley y la alteridad. La tortura contra los presos políticos adquirió un carácter regular y el recurso a la violencia un estatus privilegiado.² A mediados de los años cuarenta, el surgimiento del peronismo, conducido por el coronel Juan Perón, de perfil industrialista y que incorporó de manera subordinada en una alianza de clases al movimiento obrero a la vida política, generó en el país una polarización política acentuada en 1955 tras su derrocamiento y

1 “Obama y Macri rindieron homenaje a las víctimas de la dictadura y coincidieron en el reclamo de “Nunca más” *La Nación*, 24 de marzo de 2016. Disponible en <http://www.lanacion.com.ar/1883023-barack-obama-mauricio-macri-homenaje-victimas-golpe-militar-parque-de-la-memoria> [Consulta: 23 de julio de 2016].

2 Sobre el intervencionismo militar, véase GARCÍA, Prudencio. *El drama de la autonomía militar*. Madrid: Alianza, 1995. Sobre la influencia de las ideas nacionalistas y católicas, véase ZANATTA, Loris. *Del estado liberal a la nación católica. Iglesia y ejército en los orígenes del Peronismo 1930-1943*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 1996.

proscripción. Desde entonces, y en el marco de la guerra fría y la victoria de la Revolución cubana, se abrió un ciclo de inestabilidad institucional, agitación social y radicalización política que incluyó el surgimiento de guerrillas marxistas y peronistas. Las fuerzas armadas adoptaron la idea de que tenían como misión institucional combatir a la “subversión” e incorporaron las experiencias francesas de guerra en Argelia e Indochina y la Doctrina de Seguridad Nacional norteamericana, que incluían la tortura, la consideración de que la guerra era total y que el enemigo podía hallarse en toda la sociedad.³

El regreso de Perón al gobierno en 1973 no clausuró la violencia. Las organizaciones guerrilleras retomaron la lucha armada y comenzó a operar, con apoyo oficial, la Alianza Anticomunista Argentina, la “Triple A”, que asesinó a centenares de opositores políticos. Tras la muerte de Perón, asumió la presidencia su viuda, María Estela Martínez, quien declaró el 6 de noviembre de 1974, por decreto 1.368, el estado de sitio y, en febrero de 1975, por el decreto 265, autorizó a las fuerzas armadas a aniquilar el accionar subversivo en la provincia de Tucumán extendiendo, en octubre de 1975, por el decreto 2.772, esa autorización a todo el país. La violencia política se volvió cotidiana.

En ese marco se produjo el golpe de Estado de 1976, tras el cual las desapariciones se volvieron sistemáticas. Consistían en la detención o el secuestro de personas, efectuado por militares o policías; su reclusión en lugares ilegales de cautiverio, generalmente ubicados en dependencias militares o policiales, donde eran torturadas y, mayoritariamente, asesinadas. Sus cuerpos eran enterrados en tumbas anónimas, incinerados o arrojados al mar; sus bienes saqueados y las Abuelas de Plaza de Mayo estiman en 500 los hijos de desaparecidos apropiados por las fuerzas represivas y cuyas identidades fueron falseadas. De ellos, las Abuelas restituyeron hasta

3 La influencia francesa se extendió en las filas castrenses con la difusión del integrista católico que combinaba el anticomunismo y el antiliberalismo mediante la creación, en 1957, de las primeras vicarías militares. Entre 1950 y 1975, 3.676 militares argentinos recibieron instrucción en academias militares norteamericanas. Véase DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado terrorista argentino*. Buenos Aires: Argos-Vergara, 1983, 39.

julio de 2016 la identidad de 120. Simultáneamente, el Estado negaba toda responsabilidad en los hechos.⁴

Los organismos de derechos humanos postulan la existencia de 30.000 desaparecidos, pero hasta 2016 la Secretaría de Derechos Humanos de la Nación registró 7.018 casos, 1.613 asesinados; 2.793 sobrevivientes de los Centros Clandestinos de Detención (CCD) y estaba procesando 1000 denuncias adicionales.⁵ Como sostiene Brisk, la cifra de desaparecidos está condicionada por la propia naturaleza del crimen; la negativa de los perpetradores a divulgar los registros en su poder; el papel que ciertos actores juegan enarbolando sus propias cifras en la esfera pública y los contextos políticos que enmarcan las disputas por este dato.⁶ El 80% de las desapariciones ocurrió en las principales ciudades del país (Buenos Aires, el conurbano bonaerense, Córdoba, La Plata, Rosario y Tucumán); 81% de los desaparecidos tenía, al ser secuestrado, entre 16 y 35 años y 73% eran hombres.

El 30% de los desaparecidos eran obreros, 21% estudiantes, 18% empleados y 11% profesionales. La mayoría, integraba organizaciones peronistas y marxistas, guerrilleras o clasistas. Más de 10.000 personas estuvieron en condición de presos políticos; 1.613 fueron asesinadas y se estima que 250 mil, sobre una población para 1975 de 25 millones de habitantes debieron exiliarse. Toda la población fue privada de derechos civiles y políticos.⁷

4 Fuente: Centro de Estudios Legales y Sociales <http://www.cels.org.ar> [Consulta: 23 de julio de 2016] y Abuelas de Plaza de Mayo, <http://www.abuelas.org.ar> [Consulta: 23 de julio de 2016].

5 Fuente: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, Secretaría de Derechos Humanos, Registro Unificado de Víctimas del Terrorismo de Estado <http://www.jus.gob.ar/derechoshumanos/areas-tematicas/rvte.aspx> [Consulta: 23 de julio de 2016].

6 BRISK, Alison. The politics of measurement. The contested count of the disappeared in Argentina. *Human Rights Quarterly*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 16, (4) (1994): 676–692.

7 Para la cifra de exiliados, véase BERTONCELLO, Rodolfo y LATTES, Alfredo. Medición de la emigración de argentinos a partir de la información nacional. En LATTES, Alfredo y OTEIZA, Enrique (eds.). *Dinámica migratoria argentina (1955-1984) Democratización y retorno de los expatriados*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1987, pp.39-50.

La dictadura y las violaciones a los derechos humanos (1976-1983)

Las desapariciones promovían entre los familiares de los desaparecidos ciclos de angustias y expectativas una y otra vez renovados. Aunque sus allegados presumieran que los desaparecidos estaban cautivos, ignoraban la localización y duración del cautiverio. En la mayoría de los casos, la inexistencia de cuerpos y tumbas borró la distinción que supone el cementerio entre el mundo de los vivos y el de los muertos e impidió la práctica de ritos, como el velatorio y el funeral, que ayudan a elaborar la pérdida.⁸ También, implicaron un quiebre en la historia de la violencia política en Argentina al desplazar la presencia pública y con responsables de la muerte política por su ejercicio clandestino y anónimo.

Tras casi dos años de rechazar la existencia de desaparecidos, o de negar mediante las respuestas a los miles de *habeas corpus* presentados por los familiares de desaparecidos ante instancias oficiales, cualquier interés del Estado en las personas reclamadas, en diciembre de 1977 en conferencia de prensa, el presidente de facto Jorge Videla señaló que:

En toda guerra hay personas que sobreviven, otras que quedan incapacitadas, otras que mueren y otras que desaparecen [...]. La desaparición de algunas personas es una consecuencia no deseada de esta guerra. Comprendemos el dolor de aquella madre o esposa que ha perdido a su hijo o marido, del cual no podemos dar noticia, porque se pasó clandestinamente a las filas de la subversión, por haber sido presa de la cobardía y no poder mantener su actitud subversiva, porque ha desaparecido al cambiarse el nombre y salir clandestinamente del país o porque en un encuentro bélico su cuerpo al sufrir las explosiones, el fuego o los

8 DA SILVA CATELA, Ludmila. *No habrá flores en la tumba del pasado: la experiencia de reconstrucción del mundo de los familiares de desaparecidos*. La Plata: Al Margen, 2001, 114-119 y 122-123.

proyectiles, extremadamente mutilado, no pudo ser reconocido, o por exceso de represión (*La Prensa*, 15 de septiembre de 1977, 2 y 3).

Así, la dictadura describía a los desaparecidos como guerrilleros y explicaba sus desapariciones por el estado de guerra, como prácticas de la "subversión" o como hechos aislados de la represión.

El pronunciamiento de Videla obedeció a la creciente presencia pública de la Liga Argentina por los Derechos Humanos fundada en 1937; del Servicio de Paz y Justicia formado en 1974 bajo la idea de la no violencia; de la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH) creada en 1975 ante la creciente violencia política; del Movimiento Ecuaménico por los Derechos Humanos creado en 1976 y formado por grupos religiosos de diversas iglesias; del Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), desprendimiento de la APDH fundado en 1979, y de las organizaciones de familiares de víctimas: Familiares de Detenidos y Desaparecidos por Razones Políticas creado en 1976 y las Madres de Plaza de Mayo y Abuelas de Plaza de Mayo que, en abril y octubre de 1977, agruparon a madres y abuelas de desaparecidos respectivamente. Este heterogéneo movimiento, mediante la recopilación de denuncias, la presentación de reclamos en diversos foros y medios de comunicación en el país y el exterior; movilizaciones públicas, como las rondas de las madres en torno a la pirámide de la Plaza de Mayo, frente a la Casa Rosada, sede del gobierno argentino, comenzó a demandar al Estado información sobre el destino de los desaparecidos. Su reclamo, se articuló con las denuncias de las organizaciones de exiliados como la Comisión Argentina de Derechos Humanos (CADHU) y el Centro Argentino de Información y Solidaridad (CAIS), localizadas en México, España, Francia y Venezuela; las organizaciones transnacionales de derechos humanos, como Amnesty International, que incluso realizó una inspección *in situ* en 1976, y los reclamos del gobierno de los Estados Unidos –bajo la presidencia de James Carter- y de países europeos como Francia y Suecia.

En un contexto signado por el terror y la estigmatización de los perseguidos, retratados por la dictadura como parte de la "subversión internacional" y la simultánea atribución de las fuerzas armadas de la representación de los valores patrióticos y morales, entendidos como naturales de la civilización "occidental y cristiana", los familiares de desaparecidos y los organismos de derechos humanos comenzaron a presentar a los desaparecidos en sus denuncias a partir de sus datos identitarios básicos, como sus edades y sexos; mediante categorías comprensivas, como sus nacionalidades, creencias religiosas, ocupaciones y profesiones, y resaltando sus valores morales y familiares.⁹ Estas categorías restituían la humanidad negada a los desaparecidos y subrayaban el carácter amplio e indiscriminado de la violencia del "Estado terrorista" y la "inocencia" de sus víctimas, ajenas a todo compromiso político, en especial el guerrillero. Las denuncias no ubicaban en un contexto histórico las violencias de Estado, proponiendo el enfrentamiento en términos de víctimas y victimarios, desplazando la matriz marxista de la lucha de clases o el binomio entre el pueblo y la oligarquía, predominantes en las denuncias de la militancia radicalizada antes del golpe. Con igual sentido, la legitimación de la violencia política fue reemplazada por la defensa de principios liberales: el derecho a no ser torturado, objeto de desaparición, ejecución extrajudicial o arresto arbitrario. La verdad asumió, así, un carácter factual y el relato de los sufrimientos corporales se convirtió en su eje medular.

Esta presentación del alegato de denuncia obedeció, además, como demostró Markarian para el caso uruguayo, a las nuevas relaciones establecidas por los denunciantes de la dictadura con las redes transnacionales de derechos humanos. Estos lazos significaron la incorporación de la cultura de los derechos humanos, en expansión en la arena internacional en los años setenta del siglo XX.¹⁰

En septiembre de 1979 arribó al país una misión de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH), tras haber

9 Véase FILC, Judith. *Entre el parentesco y la política: familia y dictadura, 1976-1983*. Buenos Aires: Biblos, 1997.

10 MARKARIAN, Vania. *Idos y recién llegados. La izquierda uruguayo en el exilio y las redes transnacionales de Derechos Humanos 1967-1984*. México: Uribe y Ferrari Editores, 2006, 104-105.

recibido centenares de denuncias por desapariciones. En medio del rechazo dictatorial y de innumerables organizaciones sociales y políticas que objetaron su “intromisión en los asuntos internos” del país, recibió denuncias en las principales ciudades y la APDH le entregó las denuncias que había recopilado hasta entonces. También, inspeccionó dependencias militares y policiales, como la Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA) y la Coordinación Federal en la Capital Federal y La Rivera en la provincia de Córdoba, denunciadas como “centros clandestinos de detención”, término que desde entonces se volvió dominante para denominar a los lugares donde estaban cautivos los desaparecidos, y cementerios públicos donde existían tumbas N.N, abreviatura en latín de “*nomen nescio*”, “nombre desconocido”, usada en sepulturas de identidad ignorada.

El informe de la CIDH, publicado en abril de 1980, aseguraba haber recibido 5.580 denuncias de desapariciones, y atribuyó la responsabilidad de dichas desapariciones a una decisión de los “más altos niveles de las fuerzas armadas”. Además, manifestó “su preocupación por los miles de detenidos desaparecidos que por las razones expuestas en este informe se puede presumir fundadamente que han muerto” y recomendó, entre otras medidas, enjuiciar y sancionar a los responsables. Días antes de la visita de la CIDH, la dictadura promulgó la ley 22.068, que suponía la presunción de fallecimiento de la persona cuya desaparición hubiese sido denunciada y de la que no se hubieran tenido noticias sobre su suerte, ley que los organismos de derechos humanos y la CIDH rechazaron.¹¹ Desde entonces, la consigna “aparición con vida” se tornó central para las Madres de Plaza de Mayo, renuentes a aceptar la muerte de sus hijos sin que se determinarse sus circunstancias y se identificara a los responsables.

Éstas y otras denuncias fueron neutralizadas con relativo éxito por la dictadura, la cual sólo tras la derrota argentina ante el Reino Unido en la guerra de las islas Malvinas, en junio de 1982, perdió consenso interno e internacional. A diferencia del resto de los países del Cono Sur de América latina, la dictadura no pudo

11 COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Informe sobre la situación de los derechos humanos en Argentina*. Washington: OEA, 1980, 13-18 y 147-152.

imponerle a la oposición política –la cual sólo entonces objetó los métodos usados en la “lucha antisubversiva”–, condiciones pactadas para la transición a la democracia. Por ello, en medio del rechazo público, cercano al 70% según las encuestas de opinión, sancionó el 22 de septiembre de 1983, un mes antes de los comicios, la ley 22.924 de “pacificación nacional” conocida como “Ley de Autoamnistía”, declarando extinguidas las causas penales por delitos cometidos durante la “lucha antisubversiva”. Mientras Italo Luder, candidato a presidente por el peronismo, aseveró la irreversibilidad de sus efectos jurídicos, Raúl Alfonsín, el candidato de la Unión Cívica Radical, se pronunció por derogar la ley por inconstitucional.¹² En ese contexto, las denuncias de las organizaciones de derechos humanos recibieron atención pública. Desde la “Marcha por la vida”, en octubre de 1982, que reunió a 100.000 personas, incorporaron la consigna de “juicio y castigo a todos los culpables” la cual, desde entonces, fue central en sus demandas. Interpelando al futuro gobierno constitucional, articularon su demanda de justicia retributiva con el reclamo de constituir una comisión bicameral que investigaran todas las prácticas del “terrorismo de Estado”.

La lucha por los alcances de la verdad y la justicia (1983-1990)

Tres días después de asumir la presidencia el 10 de diciembre de 1983, Raúl Alfonsín derogó por inconstitucional la ley de “autoamnistía” y ordenó enjuiciar a siete jefes guerrilleros del

¹² Para la Ley de “Pacificación nacional”, véase *Boletín Oficial de la República Argentina*, núm. 25.266, 27 de septiembre de 1983; 2 y 3. Para la encuesta de opinión sobre la ley de autoamnistía, véase GONZÁLEZ BOMBAL, Inés. *Nunca Más*. El juicio más allá de los estrados. En ACUÑA, Carlos., GONZÁLEZ BOMBAL, Inés; JELIN, Elizabeth; LANDI, Oscar; SMULOVITZ, Catalina; QUEVEDO, Luis y VACCHIERI, Susana., *Juicio, castigos y memorias. Derechos Humanos y justicia en la política Argentina*, Buenos Aires: Nueva Visión, 1995, 193–216.

Ejército Revolucionario del Pueblo y de Montoneros por actos de violencia cometidos desde 1973 y a las tres primeras juntas de la dictadura por homicidio, privación ilegítima de la libertad y torturas, ya que la desaparición forzada no estaba tipificada en el Código Penal. Esta disposición fue denominada la "teoría de los dos demonios", pues limitaba a dos actores la responsabilidad por la violencia y postulaba a la violencia de Estado como respuesta a la guerrilla.

Alfonsín propuso que los tribunales militares juzgasen, en primera instancia, las violaciones –imaginando que las fuerzas armadas se autodepurarían–, con posibilidad de apelar a la Cámara Federal y el principio de presunción de obediencia sobre los actos cometidos según planes de la junta militar. Se distinguirían tres categorías de autores: “los que planearon la represión y emitieron las órdenes; quienes actuaron más allá de las órdenes, movidos por crueldad, perversión, o codicia, y quienes las cumplieron estrictamente”. Sólo las dos primeras serían enjuiciadas ya que se sostenía que la naturaleza jerárquica militar y el contexto ideológico que enmarcó la represión impidieron desobedecer las órdenes y discernir su naturaleza.¹³ Así, esta propuesta buscaba materializar un castigo ejemplar, desde una perspectiva disuasiva de la pena. Los juicios fueron rechazados por las fuerzas armadas que reclamaron el reconocimiento por su victoria ante la “subversión”, y por los organismos de derechos humanos que demandaron que actuase la justicia civil y el “juicio y el castigo a todos los culpables” de la represión.

Asimismo Alfonsín creó, el 15 de diciembre, la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP) para investigar el destino de los desaparecidos. La CONADEP fue rechazada por las fuerzas armadas y sus aliados que se negaban a que se revisase la “lucha antisubversiva” y por los organismos que pedían una comisión parlamentaria bicameral. La CONADEP, compuesta por personalidades de la sociedad civil y tres diputados de la nación, tenía como metas recibir denuncias y pruebas sobre las desapariciones

13 NINO, Carlos. *Juicio al mal absoluto. Los fundamentos y la historia del juicio a las juntas del proceso*. Buenos Aires: Emecé, 1997, 106 y 107.

y remitirlas a la justicia; averiguar el destino de los desaparecidos, incluyendo los niños sustraídos por las fuerzas represivas; denunciar a la justicia el ocultamiento o destrucción de pruebas y emitir un informe final. Tras recibir miles de denuncias de familiares y sobrevivientes de las desapariciones, examinar documentos oficiales e inspeccionar cerca de cincuenta centros clandestinos de detención en todo el país, el 20 de septiembre de 1984 entregó al presidente su informe *Nunca más*, constituyéndose así en la primera comisión de la verdad en el mundo en cumplir con sus objetivos.

De estilo factual y realista, e incluyendo testimonios de familiares de desaparecidos y sobrevivientes de las desapariciones, *Nunca más* derrumbó en la esfera pública el monopolio de la interpretación ejercido hasta entonces por las fuerzas armadas sobre los desaparecidos, al postular la existencia de un sistema clandestino de alcance nacional, bajo la responsabilidad de dichas fuerzas, que sirvió para perpetrar las desapariciones. Sin embargo, en su prólogo, el informe no explica históricamente el origen de la violencia política; propone a la violencia de Estado como respuesta a la violencia guerrillera; omite las intervenciones represivas que antecedieron en décadas al surgimiento de la guerrilla; presenta a las desapariciones como responsabilidad exclusiva de la dictadura y propone la ajenidad y la condición de víctima de la sociedad civil respecto de la violencia de Estado, omitiendo sus responsabilidades y las de la sociedad política en la violencia.¹⁴ Así, el prólogo del *Nunca más* propone un “nosotros”, una “comunidad imaginada” externa a la violencia. *Nunca más* presenta a los desaparecidos por sus nombres, sexos, edades y ocupaciones, en sintonía con la narrativa forjada durante la dictadura por los familiares de desaparecidos, recalcando su ajenidad respecto de la guerrilla y de la militancia política (Crenzel, 2008). A partir de estos atributos, la comisión postula la condición de “víctimas inocentes” de los desaparecidos. Así, su denuncia de los derechos violados se asentó en la condición moral de las víctimas y no en el

14 COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS (CONADEP). *Nunca Más. Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*. Buenos Aires: EUDEBA, 1984, 9 y 10.

carácter universal de estos derechos.¹⁵ Las películas *La historia oficial* (1985), ganadora del Oscar a la mejor película extranjera en 1986, y *La noche de los lápices* (1986), ambas vistas por millones de espectadores y difundidas en televisión, reprodujeron estas claves interpretativas, evidenciando que trascendían a la conducción del Estado y conectaban con ideas de grupos diversos de la sociedad civil.

En el plano judicial, el intento de Alfonsín de no procesar a la mayoría de los cuadros militares a los que amparaba el alegato de obediencia, fue afectado rápidamente. En febrero de 1984, una enmienda del senador Elías Sapag, del Movimiento Popular Neuquino, tío de desaparecidos, excluyó del alegato de obediencia a los autores de hechos "atroces y aberrantes". Todas las prácticas que comportaron las desapariciones quedaban entonces pasibles de ser juzgadas, tal como reclamaban los organismos. Otro escollo a la estrategia oficial lo constituyó la decisión de la justicia militar que calificó de "inobjetable" las órdenes de las juntas. Tras esa declaración, en octubre de 1984, el fiscal de la Cámara Federal de Apelaciones de la Capital, Julio Strassera, pidió avocarse a la causa por interpretar esos actos como denegatorios de justicia.

El juicio a las juntas comenzó el 22 de abril de 1985 y supuso una decisión excepcional en el tratamiento de las violaciones a los derechos humanos en el continente. Los máximos responsables del poder dictatorial eran llevados a juicio. La fiscalía presentó 711 casos mayoritariamente producto de la investigación de la CONADEP para demostrar la responsabilidad conjunta y mediata de las juntas en la construcción de un aparato de poder con el cual perpetraron innumerables casos de privación ilegítima de la libertad; aplicaron sistemáticamente la tortura; eliminaron a los cautivos, cuyos bienes fueron saqueados y que este sistema de represión ilegal fue utilizado de manera indiscriminada más allá de la lucha contra la guerrilla.¹⁶

15 CRENZEL, Emilio. *La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

16 Sobre el juicio a las juntas militares, véase ACUÑA, Carlos y SMULOVITZ, Catalina. *Smulovitz. Militares en la transición argentina: del gobierno a la subordinación constitucional*. En GONZÁLEZ BOMBAL, Inés. *Nunca Más. El juicio más allá de los estrados*. En ACUÑA, Carlos; GONZÁLEZ BOMBAL, Inés; JELIN, Elizabeth; LANDI, Oscar; SMULOVITZ,

Para ello, su estrategia se basó en el *Nunca más*. En primer lugar, presentó los casos de afectados que se alejaban de toda sospecha de pertenencia guerrillera pero también de militancia política y resaltó su indefensión. Esta táctica coincidió con la decisión de ciertos sobrevivientes de presentarse ante el tribunal como militantes políticos o sectoriales silenciando su militancia guerrillera.¹⁷ Además, la fiscalía evitó la apertura de nuevas confrontaciones que desviarán la acusación hacia actores que, antes o después del golpe, apoyaron la “lucha antisubversiva”. Tampoco procuró establecer los nexos entre las desapariciones, las corporaciones económicas, religiosas y políticas, buscando que el juicio conjugara el enfrentamiento exclusivo entre la dictadura y la democracia. Así, el decreto de juzgamiento a las juntas y a las cúpulas guerrilleras y el *Nunca más* fueron los marcos políticos de la acusación y sus límites para interrogar el pasado.

Por su parte, las defensas adujeron la validez de la ley de amnistía de la dictadura y denunciaron el carácter “político” del juicio el cual, consideraron, cuestionaba a la fuerzas armadas victoriosas en la “guerra antisubversiva”. Frente a la acusación, justificaron todo lo actuado en la “guerra antisubversiva” y negaron las denuncias concretas descalificando a los testigos por su condición “subversiva”. Con igual sentido, atribuyeron la intervención militar a los decretos del gobierno peronista para dotarla de legalidad y procuraron demostrar que las desapariciones empezaron entonces, pero descalificaron a quienes denunciaron su práctica bajo la dictadura. Así, mientras la fiscalía y los testigos convocados por el tribunal silenciaron las pertenencias políticas de los desaparecidos para legitimar los derechos ciudadanos, las defensas buscaron exponerlos para negar la condición ciudadana de los testigos. Ambas estrategias ilustran los límites de la noción de ciudadanía de la democracia temprana en Argentina, ya que no asumieron en plenitud el carácter universal de los derechos humanos.

Catalina; QUEVEDO, Luis y VACCHIERI, Susana., *Juicio, castigos y memorias. Derechos Humanos y justicia en la política Argentina*, Buenos Aires: Nueva Visión, 1995, 21-99.

17 Sobre la decisión de los sobrevivientes, de mi entrevista a Graciela Daleo, Buenos Aires, 17 de junio de 2005.

El 9 de diciembre de 1985 el tribunal sentenció a los comandantes considerando que ejecutaron una represión ilegal con métodos clandestinos, pero desestimó la existencia de una conducción unificada. Por ello, determinó condenas disímiles para los generales Videla y Viola, los almirantes Massera y Lambruschini, y el brigadier Agosti, absolviendo a los otros cuatro acusados, el brigadier Graffigna, el general Galtieri, el almirante Anaya y el brigadier Lamidozo. En cambio, el punto 30 del fallo extendió la acción penal contra oficiales superiores en contra de la voluntad oficial de limitar los juicios.

El juicio a las juntas estableció la escena de la ley en la tramitación del pasado de violencia y, a la vez, como premisa fundacional de la comunidad política. Sin embargo, las fuerzas armadas rechazaron la sentencia calificándola de venganza subversiva, presionaron para clausurar los juicios en curso y liberar a los miembros de las juntas. Los organismos cuestionaron las absoluciones y redoblaron la lucha para ampliar los procesos penales. Así, los juicios se transformaron en una nueva fuente de conflictos.¹⁸

En función de la meta del gobierno de Alfonsín de limitar los juicios en el tiempo y en la cantidad de procesados, en abril de 1986 el Ministerio de Defensa instruyó a los fiscales para que sólo continuaran con los casos en los que "los subordinados actuaron con error insalvable" ante órdenes superiores, iniciativa que la Cámara Federal rechazó. En diciembre de 1986 el Ejecutivo envió al Congreso el proyecto de "Punto final" que establecía que, tras sesenta días, se extinguirían las causas de aquellos no citados a declarar. Pese al rechazo opositor y de los organismos, la ley se aprobó el 26 de diciembre de 1986, pero no evitó que antes de que expirara este plazo los organismos presentasen ante las cámaras federales centenares de casos.

En abril de 1987 se produjo la sublevación de un sector del ejército que rechazaba la continuidad de los juicios. Ciento cincuenta mil personas reunidas en la Plaza de Mayo rechazaron la sublevación.

18 MALAMUD GOTI, Jaime. *Terror y justicia en la Argentina. Responsabilidad y democracia después de los juicios al terrorismo de Estado*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2000, 215-231.

Tras ello, el gobierno envió al Congreso un nuevo proyecto de ley de obediencia debida, que consideraba todo acto –excepto la sustitución del estado civil, la sustracción de menores y la usurpación de propiedad–, como ejecutados bajo estado de coerción y subordinación a órdenes superiores. Pese a la aprobación de esta ley, Alfonsín enfrentó dos nuevas rebeliones militares en enero y diciembre de 1988. Finalmente, un proceso hiperinflacionario condujo a la entrega anticipada del gobierno al peronista Carlos Menem, triunfador en las elecciones.

Tras asumir la presidencia el 9 de julio de 1989, Menem proclamó su intención de "reconciliar" y "pacificar" a la sociedad "resolviendo la cuestión militar" y clausurando las querellas que dividieron al país desde el siglo XIX.¹⁹ Pese al rechazo internacional del 90% de la población y movilizaciones de 100 000 personas, el 7 de octubre de 1989 dictó los decretos 1002, 1003, 1004 y 1005 indultando a militares procesados por violaciones a los derechos humanos, sublevados contra el gobierno de Alfonsín, y a guerrilleros procesados. Tras un nuevo levantamiento militar, el 29 de diciembre de 1990 dictó los decretos 2741, 2742, 2743, 2744, 2745 y 2746 que beneficiaron a los miembros de las juntas presos, a otros responsables de violaciones a los derechos humanos y al jefe de Montoneros, Mario Firmenich. Los indultos, de este modo, reponían en escena la "teoría de los dos demonios".

El eclipse de la memoria (1990-1994)

El indulto produjo un gran impacto moral y político entre los organismos de derechos humanos. El “duelo” público al que convocaron para repudiarlo, condensaba la sensación de clausura de toda posibilidad de justicia. De hecho, tras esa medida sus

19 SABATO, Hilda. Olvidar la memoria. *Punto de Vista* Buenos Aires, 36 (1989): 8–

10.

movilizaciones disminuyeron en regularidad y convocatoria. Otro tanto sucedió con las producciones culturales sobre el periodo de violencia. Las películas sobre estos temas, excepto el film *Un muro de silencio* (1993) de Lita Stantic, tuvieron escasa repercusión. Además del impacto del indulto, este “enfriamiento” de la presencia del pasado fue fruto de los rápidos y profundos cambios económicos del periodo que concentraron la atención pública: la privatización de las principales empresas estatales, el despido de miles de empleados y las políticas de apertura económica. Al decretarse el indulto, diversas encuestas registraban que 38% de los consultados lo consideraban la peor medida del gobierno de Menem. Un año después, en diciembre de 1991, 7% de los consultados sostenía esa afirmación y sólo 1% consideraba a los derechos humanos el problema más urgente del país. En 1994 este tema no era mencionado por la población, que priorizaba el desempleo, la estabilidad cambiaria y la corrupción.²⁰

Asimismo, tras el indulto, las fuerzas armadas se replegaron de la escena pública y luego fueron redimensionadas al calor de las políticas de reforma del Estado y en función del nuevo contexto internacional y regional signado por el fin de la Guerra Fría, los acuerdos limítrofes con Chile y la constitución con Brasil, como socio principal, del Mercado Común del Sur (Mercosur), que pusieron fin a las hipótesis de conflicto con ambos países vecinos.

En este nuevo contexto, los organismos dirigieron a la Comisión Interamericana de Derechos Humanos su demanda de justicia. La CIDH recomendó reparar a las víctimas y señaló la incompatibilidad de las leyes e indultos con la Declaración Americana de los Deberes y Derechos del Hombre y con la Convención Interamericana de Derechos Humanos. Simultáneamente, en Francia, España, Italia y Suecia se retomaron juicios por violaciones a los derechos humanos perpetradas en Argentina. Ante la presión de la CIDH, el gobierno de Menem otorgó mediante la Ley 24.043, en noviembre de 1991, una reparación a los detenidos a disposición del Poder Ejecutivo entre el 6 de noviembre de 1974, al declararse el estado de sitio, y el 10 de diciembre de 1983,

20 Véase Sergio Ciancaglini, “Qué nos preocupa a los argentinos,” *Clarín*, 5 de junio de 1994: portada, 2 y 5.

presentándose 12.890 demandas. Asimismo, sancionó la Ley 24.411 “de beneficio a las personas ausentes por desaparición forzada y a las fallecidas por el accionar de las Fuerzas Armadas”, reglamentada el 29 de agosto de 1995, que estableció reparaciones económicas para sus familiares de hasta 220 mil dólares. Hubo 3.151 presentaciones por personas asesinadas y 8.950 por personas desaparecidas.

Las leyes reparatorias dividieron a los organismos. Mientras la Asociación Madres de Plaza de Mayo la rechazó argumentando que su autor era el Estado que denegaba justicia y cuestionó a quienes las aceptaban, el resto argumentó que significaba un reconocimiento oficial de las violaciones que no impedía seguir reclamando la sanción de los culpables.

En 1994 se incorporó, con rango constitucional superior a las leyes locales, una serie de tratados internacionales de protección y defensa de los derechos humanos. Pero, al mismo tiempo, la creciente pérdida de derechos sociales, la violencia policial y los ataques terroristas en Buenos Aires contra la embajada de Israel en 1992 y contra la Asociación Mutual Israelita Argentina (AMIA) en 1994 –los cuales provocaron 29 y 85 muertos–, provocaban una sensación de anomia e indefensión. La condición ciudadana combinaba la incorporación normativa de derechos con el recorte de la capacidad efectiva de ejercerlos. En ese marco, el presente fue leído como la imagen espectral del pasado sin derechos. El presidente Menem identificó a la protesta social con la “subversión”; las Madres de Plaza de Mayo igualaron a los afectados por las políticas económicas neoliberales con los desaparecidos; la protesta social incorporó ciertas prácticas de los organismos y éstos incorporaron sus demandas.²¹

21 Sobre la incorporación mutua de demandas y prácticas entre los organismos de derechos humanos y los movimientos de protesta social, véase FILC, Judith. La memoria como espacio de confrontación política. Los relatos del horror en Argentina. *Apuntes de investigación del CECYP* Buenos Aires: CECYP, II, 2/3, 37–53, 1998.

La explosión de la memoria (1995-2003)

Tras años de relativo silencio, en febrero de 1995 el debate público de las violaciones a los derechos humanos regresó al primer plano a partir de las declaraciones del capitán Adolfo Scilingo quien narró su participación en operativos en los cuales arrojó desaparecidos con vida al mar desde aviones de la Marina.²² Sus declaraciones causaron un gran impacto y suscitaron otras confesiones de oficiales y suboficiales, las cuales sólo se interrumpieron cuando el jefe del ejército, Martín Balza, realizó una autocrítica pública en la cual impugnó la intervención militar en la vida política y rechazó la obediencia a la autoridad como justificación de crímenes.

Tras estas declaraciones la memoria del pasado de violencia se revitalizó y adquirió un estatus específico, independiente de la meta punitiva o de la búsqueda de la verdad, en la agenda del movimiento de derechos humanos, de los poderes públicos y los medios de comunicación. Por un lado, ello se debió al creciente reconocimiento del proceso de tránsito generacional que la proximidad del vigésimo aniversario del golpe de Estado de 1976 ponía de relieve y a la toma de conciencia de que las nuevas generaciones ignoraban aspectos sustantivos de esa historia y que era necesario constituir vehículos o soportes que asegurasen la transmisión intergeneracional. Por otra parte, la inexistencia de un contexto punitivo habilitó el surgimiento de las memorias de la militancia, en especial la armada, cuyos portadores habían sido perseguidos y estigmatizados por la dictadura y luego habían sido objeto, ya en democracia, de la persecución penal hasta los indultos. Es decir, las memorias de la política surgieron en un contexto signado por la anulación del escenario jurídico, hasta entonces territorio casi exclusivo donde se tramitaba este pasado. Por último, surgió una nueva generación dentro del movimiento de derechos humanos –los

²² Para las declaraciones de Scilingo, véase Verbitsky, Horacio. *El vuelo*. Buenos Aires: Planeta, 1995.

hijos de los desaparecidos—, que interrogó con otras claves este pasado y a sus protagonistas.

Las iniciativas por constituir diversos puentes para la transmisión intergeneracional asumieron diversas formas. En primer lugar, desde el verano de 1994, por iniciativa de los organismos y compañeros de estudio o de trabajo de los desaparecidos, se conformaron "comisiones por la memoria" en facultades, colegios, sindicatos y barrios para reconstruir los nombres y biografías públicas y privadas de los desaparecidos. En segundo lugar, el movimiento de derechos humanos en alianza con diversos estados, en especial de las ciudades de Buenos Aires y Rosario gobernadas por alianzas de centroizquierda, impulsó la constitución de lugares de memoria: museos, archivos, parques o marcas en las topografías urbanas, como placas y baldosas, que objetivaran el recuerdo de las víctimas.

Una de estas iniciativas fue la creación, en Buenos Aires, por ley 46 de 1998, del Parque de la memoria, a orillas del Río de La Plata, donde se erigió el Monumento a las víctimas del terrorismo de Estado, en el cual se inscribieron los nombres de los desaparecidos y asesinados.

Pese a la aparente unanimidad de criterios sobre la existencia de "víctimas" fruto del "terrorismo de Estado", pronto surgieron fuertes divergencias en la comisión promotora del monumento, compuesta por legisladores de la ciudad (muchos de ellos militantes revolucionarios en los años setenta), y representantes de los organismos. La comisión debatió desde cuándo considerar la existencia del "terrorismo de Estado" (si desde antes o tras el inicio de la dictadura), ya que centenares de víctimas correspondían al periodo de los gobiernos constitucionales peronistas (1973-1976); si incluir entre las víctimas a los guerrilleros muertos en combate y si inscribir sólo los nombres de los desaparecidos registrados oficialmente o presentar la cifra de 30.000, enarbolada por los organismos. Estas discusiones pusieron de manifiesto que tanto la categoría de "víctima" como la de "terrorismo de Estado", lejos de revestir meramente una condición objetiva eran fruto de las luchas políticas cuyo resultado determina la inclusión y la exclusión de

identidades y fija la periodización del pasado, operaciones, ambas, que determinan las fronteras de estas categorías.²³

Otras iniciativas para inscribir topográficamente la memoria de las víctimas de la violencia de Estado, fueron resistidas por las instituciones armadas y el gobierno de Carlos Menem. Específicamente, el presidente Menem propuso en 1998 demoler la Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA), uno de los más importantes centros clandestinos de detención, donde estuvieron cautivos cerca de 5.000 desaparecidos, y erigir allí un “monumento a la unidad nacional”. Los organismos, mediante una presentación judicial, paralizaron esa iniciativa e impulsaron, en 2000, junto a concejales de centroizquierda de la ciudad de Buenos Aires, la Ley 392 que dispuso destinar la ESMA a un museo de la memoria. Los primeros debates sobre el contenido de este museo incluyeron la discusión de estrategias para restituir la historia política de los desaparecidos; establecer puentes narrativos entre las desapariciones; los atentados a la AMIA y a la embajada de Israel; la desigualdad social y, como en el caso del monumento, la condición de “víctimas” de los desaparecidos y la periodización del terrorismo de Estado. Así, el consenso narrativo del *Nunca más* fue crecientemente puesto en discusión.²⁴

Por último, la transmisión de este pasado se cristalizó en la renovación de los contenidos de los textos escolares de historia y educación cívica de la escuela media. Estos textos habían permanecido casi sin modificaciones desde los cambios introducidos por la dictadura, que presentaban la intervención militar del 24 de marzo de 1976 como una gesta patriótica que había salvado al país de la “subversión”, omitían la palabra “golpe de Estado” y la existencia de desaparecidos. Los nuevos textos incorporaron al relato de la historia reciente la asociación entre el golpe de 1976 y la implantación de un modelo económico regresivo y excluyente y

23 Al respecto, véase VECCHIOLI, Virginia. “Políticas de la memoria y formas de clasificación social ¿Quiénes son las ‘víctimas’ del Terrorismo de Estado en Argentina?” En *La imposibilidad del olvido. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay* En Bruno GROPO y Patricia FLIER (eds.), La Plata: Al Margen, 2001, 83-102.

24 Véase MEMORIA ABIERTA. *Primeras Jornadas de debate interdisciplinario. Organización institucional y contenidos del futuro museo de la memoria*. Buenos Aires: Dirección Municipal de Museos, 2000.

presentaron a los desaparecidos como sujetos de derecho y, en algunos casos, como militantes políticos.²⁵

Este cambio en la literatura escolar fue paralelo a la emergencia de memorias militantes, en libros biográficos o autobiográficos, que buscaron confrontar la perspectiva del *Nunca más* porque, entendían, ocultaba, tras un manto de inocencia, la militancia de los desaparecidos. Los libros testimoniales carecieron de una perspectiva analítica y propusieron una nueva literatura de las virtudes, resaltando los ideales de la militancia y su compromiso con el cambio social pero excluyendo la crítica de la violencia política. Así, reprodujeron, bajo otras formas, el aura de inocencia que extendió la CONADEP sobre los desaparecidos, aunque sus compromisos políticos y la propia política como claves para explicar las tensiones que surcaron esa época.²⁶

Por último, en 1995 se conformó Hijos contra la impunidad, por la justicia, contra el olvido y el silencio (H.I.J.O.S.), organización que agrupó a los descendientes de los desaparecidos y que, desde su constitución, discutió la perspectiva del *Nunca más* al cuestionar al Estado por la ausencia de justicia, enfrentar la "teoría de los dos demonios" y rescatar la militancia política de sus padres desaparecidos, pero también a la sociedad por su "olvido y silencio". Películas como *Papá Iván* (2000), de María Inés Roqué, y *Los rubios* (2003) de Albertina Carri, ambas hijas de desaparecidos, ilustran estos dilemas. Así, el surgimiento de H.I.J.O.S. evidenció que la elaboración del pasado es producto de la transmisión de quienes tuvieron experiencia de él pero también de la voluntad de saber de las nuevas generaciones. En el acto masivo de marzo de 1996, al cumplirse el vigésimo aniversario del golpe, las Madres de Plaza de Mayo traspasaron simbólicamente la lucha humanitaria a H.I.J.O.S.,

25 BORN, Diego, TSCHIRNHAUS, Hernán y MORGAVI, Martín. De cómo los desaparecidos se hacen *presente* en el colegio. Los textos escolares de historia de nivel medio en la ciudad de Buenos Aires (1980-2001). En CRENZEL, Emilio (ed.) *Desapariciones y violencia política en Argentina. Representaciones, imágenes e ideas (1983-2008)*, Buenos Aires: Biblos, 2010, 189-210.

26 Para el más representativo de estos libros, véase ANGUIA, Eduardo, y CAPARRÓS, Martín. *La Voluntad. Testimonios de la militancia revolucionaria*. Buenos Aires: Norma, 1996.

escenificando el nuevo lugar que la memoria y su transmisión habían adquirido en la esfera pública.²⁷

La estatalización de la memoria (2003-2012)

Tras la crisis económica, política y social de 2001 que culminó con la renuncia del presidente radical Fernando de la Rúa, y tras el interinato de Eduardo Duhalde, el presidente peronista Néstor Kirchner (2003-2007), impulsó una serie de iniciativas que modificaron el escenario de luchas por los derechos humanos. En el plano judicial, tras el pedido del juez español Baltazar Garzón de extradición de 46 militares acusados de genocidio, el presidente Kirchner decidió derogar el decreto que impedía la extradición a partir del principio de territorialidad y el 12 de agosto de 2003, a propuesta de Patricia Walsh, diputada de izquierda e hija del escritor y militante Rodolfo Walsh desaparecido durante la dictadura, el congreso anuló las leyes de Punto Final y Obediencia Debida, decisión que tenía por antecedentes la derogación de ambas leyes el 24 de marzo de 1998 y la declaración, del 6 de marzo de 2001, del juez federal Gabriel Cavallo, quien había declarado su inconstitucionalidad.

La derogación de las leyes de impunidad permitió reanudar los juicios, los cuales fueron rechazados por los represores y sus aliados aduciendo que constituían “juicios políticos”. Asociaciones como “Memoria completa”, denunciaron las políticas oficiales retomando el discurso castrense que proponía como víctimas a las fuerzas amadas de la subversión, ahora encarnada en el gobierno de Kirchner. En estos procesos se reunió nueva evidencia, pero también fue clave la recabada por la CONADEP, el juicio a las juntas y la

27 Sobre la conmemoración del vigésimo aniversario del golpe, véase LORENZ, Federico. ¿De quien es el 24 de Marzo? Las luchas por la memoria del golpe de 1976. En JELIN, Elizabeth *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas in-felices*, Madrid: Siglo XXI, 2002, 53-100.

presentada en los "juicios por la verdad", una original estrategia jurídica impulsada desde 1998 por el CELS la cual, sin metas punitivas, se desarrolló en varias ciudades del país.²⁸ Hasta julio de 2016, 2.071 personas, en su mayoría militares y policías, estuvieron o están involucradas en causas por violaciones a los derechos humanos. De ellos, 370 fueron condenadas, entre ellas los generales Jorge Videla, Antonio Bussi y Luciano Benjamín Menéndez, así como los marinos Jorge Acosta y Alfredo Astiz, figuras emblemáticas de la represión.²⁹

La reanudación de los juicios reafirmó la centralidad de los tribunales en la elaboración de la verdad y el ejercicio de la memoria, escenario donde prima el relato realista de las vejaciones. Como novedad, varias sentencias condenatorias consideraron que los delitos perpetrados se produjeron en el marco de un genocidio. Esta caracterización era impulsada por ciertos organismos de derechos humanos, y adquirió renovada potencia con el fallo del 4 de noviembre de 1998 del Pleno de la Sala de lo Penal de la Audiencia Nacional de España, al intervenir en la causa donde luego se condenó al marino Scilingo por los crímenes perpetrados en la ESMA. Dado que la definición de genocidio excluye a los grupos políticos, las sentencias postularon que mediante las desapariciones y otros delitos, se procuró destruir a un "grupo nacional" específico, una porción de la sociedad argentina, aquella que cuestionaba los valores del orden establecido.³⁰ Las ideas de Daniel Feierstein, citado en estos fallos, contribuyeron a esta caracterización. Creyente fervoroso de que la represión en Argentina replicó el genocidio nazi, Feierstein fuerza las categorías jurídicas para que se subordinen a sus ideas. Así, propone a los desaparecidos como un "grupo nacional" y oblitera que, lejos de constituirlo, eran, mayoritariamente, militantes políticos de izquierda,

28 Para el análisis de un juicio por la verdad, véase ANDRIOTTI ROMANIN, Enrique. *Memorias en conflicto. El Movimiento de derechos humanos y la construcción del Juicio por la Verdad de Mar del Plata*, Mar del Plata: Editorial Universitaria de Mar del Plata, 2013.

29 Para un panorama de los juicios en curso, véase <http://www.cels.org.ar/comunicacion/?info=detalleDoc&ids=4&lang=es&ss=46&idc=1246> [Consulta: 13 de enero de 2016].

30 Véase la sentencia en el juicio al comisario Miguel Etchecolatz, La Plata, 19 de septiembre de 2006 en <http://www.derechos.org/nizkor/arg/ley/etche.html> [Consulta: 16 de julio de 2016]

peronistas y marxistas. Así, pese a su aparente radicalidad, este planteo reproduce la despolitización de los desaparecidos y tergiversa la historia argentina reciente, la del genocidio nazi y la identidad de las víctimas de ambos procesos.³¹

La administración de Néstor Kirchner, además, impulsó en 2006 la reedición del informe *Nunca más* al cumplirse el trigésimo aniversario del golpe. Como novedad, esta edición incluyó un nuevo prólogo escrito por la Secretaría de Derechos Humanos de la Nación conducida por Eduardo Luis Duhalde y Rodolfo Mattarollo, quienes militaron en organizaciones revolucionarias de los años setenta, fueron defensores de presos políticos y denunciaron a la dictadura desde el exilio.

La adición del nuevo prólogo confirmó la importancia del *Nunca más* en las ideas y representaciones de la sociedad argentina sobre esos hechos, ya que la iniciativa lo transformó en un instrumento para exponer una nueva lectura oficial sobre el pasado de violencia.³²

El nuevo prólogo refleja la impronta fundacional con la cual se presentó el gobierno de Kirchner respecto de sus predecesores constitucionales. Estas políticas son calificadas como parte de un momento "histórico" y "excepcional", fruto de la política oficial y de su encuentro con "las ineludibles exigencias de verdad, justicia y memoria mantenidas por nuestro pueblo a lo largo de las últimas tres décadas". Asimismo, tras asociar el terror de Estado con la imposición de un modelo económico excluyente, el nuevo prólogo postula el sintagma "Nunca más" para los crímenes de Estado pero, también, la desigualdad social. Pero, en especial, confronta la explicación de la CONADEP sobre el proceso de violencia, a la cual presenta como una "simetría justificatoria" entre la violencia guerrillera y estatal y hace suya, pese a los registros oficiales

31 FEIERSTEIN, Daniel. *El genocidio como práctica social. Entre el nazismo y la experiencia argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007. 2003 15 de Noviembre. Para una temprana crítica a sus ideas, véase CRENZEL, Emilio. La memoria de la desaparición de personas y el tropos del genocidio nazi. Ponencia presentada en el "Primer Encuentro Internacional: Análisis de las prácticas sociales genocidas", Facultad de Derecho, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2003.

32 CRENZEL, Emilio. *La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008, 172.

existentes, la cifra de 30.000 desaparecidos enarbolada por los organismos.³³

En síntesis, el nuevo prólogo al *Nunca más* transformó en discurso estatal un sentido del pasado forjado desde el vigésimo aniversario del golpe, cuando los organismos asociaron los crímenes dictatoriales con la imposición del modelo económico neoliberal. Pese a ello, al igual que el prólogo original, no historiza la dictadura ni el proceso de violencia política y omite las responsabilidades del Estado, las fuerzas armadas, la sociedad política y civil en las desapariciones previas al golpe. A la vez, postula la relación de la sociedad argentina con el horror desde una mirada inversa al original pero igual de totalizante en la que el pueblo, sin fisuras, lo enfrenta eclipsando, así, la soledad de los denunciantes del crimen durante la dictadura. Pese al discurso oficial del gobierno de Kirchner, que valorizó la militancia de los años setenta, el prólogo de 2006 reproduce el retrato de los desaparecidos del prólogo original. Los presenta por sus datos identitarios básicos (niños, jóvenes, hombres y mujeres de todas las edades); sus perfiles ocupacionales (obreros, periodistas, abogados, psicólogos, profesores universitarios, docentes, estudiantes), o como hombres y mujeres de todos los estamentos sociales. Prolonga, así, una imagen indiscriminada, que retoma la narrativa humanitaria forjada durante la dictadura que excluyó, como la CONADEP, a la guerrilla y a la militancia política de ese universo.³⁴

En este periodo, las iniciativas oficiales abarcaron también la creación de “lugares de memoria”. Se incorporó en 2006 al calendario oficial el feriado del 24 de marzo como el “Día Nacional de la Memoria por la Verdad y la Justicia” y, ese día en 2004, en un acto público en la ESMA, se creó el “Espacio para la Memoria y para la Promoción y Defensa de los Derechos Humanos”, bajo responsabilidad de la nación y la ciudad de Buenos Aires y representantes de los organismos. Allí, el presidente Kirchner

33 SECRETARÍA DE DERECHOS HUMANOS DE LA NACIÓN. Prólogo. En COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS. *Nunca Más. Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*. Buenos Aires: EUDEBA, 2006, 7 y 8.

34 CRENZEL, Emilio. *La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008, 172-179.

impugnó la "teoría de los dos demonios" y pidió perdón por el "silencio del Estado" en los veinte años de democracia. El discurso recibió el apoyo de la mayoría de los organismos, pero provocó la objeción de sectores opositores por la omisión de iniciativas estatales como la CONADEP o el juicio a las juntas, que deshistorizaba la acción estatal que el discurso presidencial reivindicaba.

La constitución de los ex centros clandestinos en sitios de memoria, evidencia el avance en la lucha contra el olvido y la impunidad de los crímenes de Estado. Este proceso, sin embargo, revela aristas conflictivas. Por un lado, sus nóveles burocracias evidencian la disolución de las fronteras entre la sociedad civil y el Estado, dado el simultáneo ejercicio de la función pública con la pertenencia a un organismo o asociación de víctimas. Ello se ha traducido en la pérdida de autonomía del movimiento de derechos humanos al diluir su distancia con el Estado y en la ausencia de una política estatal que tome en cuenta estas voces pero que no se subordine a ellas. Es posible pensar que las fronteras entre lo decible y lo silenciado en estos sitios expresan dificultades comunes a actores estatales y de la sociedad civil para inscribir las violaciones a los derechos humanos, y a sus perpetradores y víctimas en términos históricos y políticos. Es decir, para formular una política de la memoria que incorpore la memoria de la historia y la política como claves de su relato.

El lugar de memoria visitado por Obama y Macri, el Parque de la Memoria- Monumento a las Víctimas del Terrorismo de Estado, fue inaugurado en noviembre de 2007. Tras arduas discusiones, el monumento presentó el ejercicio del "terrorismo de Estado" más allá de la dictadura, al considerarse el período 1970-1983. Los nombres de los desaparecidos y asesinados fueron inscritos cronológicamente, dejándose placas en blanco hasta completar 30.000 en función del emblema de los organismos y se omitió toda referencia a las adscripciones políticas de las víctimas, que evidencia la dificultad para integrar sus compromisos en una política oficial de la memoria.

En el caso de la ESMA, tras varios años, se hizo efectivo el desalojo de los institutos militares del predio, sus edificios fueron cedidos por el Estado a los organismos, excepto el CELS, que decidió autoexcluirse. Cada organismo dispone con autonomía para el uso de cada instalación, situación que se tradujo en la ausencia de una

política coordinada.³⁵ La elaboración del relato museístico tampoco fue el resultado de un consenso amplio y deliberativo y el uso del predio suscitó fuertes polémicas públicas. La de mayor repercusión sucedió cuando se realizaron asados, con participación de murgas, que reunieron a funcionarios y militantes oficialistas. Ante las denuncias de sobrevivientes de la ESMA, la presidenta Cristina Kirchner afirmó que "En la ex-ESMA se han hecho y se seguirán haciendo asados. Es la vida que por fin alcanza un lugar donde reinaron la muerte, el dolor, la tragedia y también las miserias humanas" insistiendo, así, en la necesidad de "resignificar" los centros clandestinos "recuperados".³⁶ La "recuperación" alude a algo que se imagina propio y fue perdido y traduce una particular concepción de la relación entre el pueblo y las Fuerzas Armadas y policiales. La "resignificación" de los centros clandestinos, mediante la realización de actividades banales con el argumento de que desafían la apuesta de los perpetradores de negar la vida, desplaza los crímenes dictatoriales de la historia y la política, al enajenarlos de la vida institucional del país. La muerte, que transcurrió en la vida política argentina sufre, como hizo notar Phillippe Ariès al analizar la cultura occidental, su interdicción.³⁷

Tras la asunción de la presidencia Macri, en diciembre de 2015, se ha verificado un marcado retroceso de las políticas de memoria, verdad y justicia. Según los abogados querellantes en juicios por crímenes de lesa humanidad, en este breve lapso se desmantelaron parcial o totalmente áreas que investigaban la responsabilidades corporativas con los crímenes dictatoriales, que aportaban pruebas a los juicios y/o asistían a las víctimas –entre ellos el Grupo Especial de Relevamiento Documental, el Programa Verdad y Justicia, el Centro de Asistencia a Víctimas de Violaciones de Derechos Humanos Dr. Fernando Ulloa, la Subgerencia de Promoción de los Derechos Humanos del Banco Central-. En otros

35 VEZZETTI, Hugo. *Sobre la violencia revolucionaria. Memorias y olvidos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009, 217-230.

36 Denuncian nuevos "asados" de funcionarios del Gobierno en la ex ESMA. *La Nación*, 2 de septiembre de 2013 <http://www.lanacion.com.ar/1616295-denuncian-indignacion-y-lagrimas-por-nuevos-asados-de-funcionarios-en-la-ex-esma> [Consulta: 10 de agosto de 2016]

37 ARIÉS, Philippe. *Western Attitudes Toward Death: from the Middle Ages to the Present*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1974.

casos, se designó personal militar para dirigir el Programa Nacional de Protección de Testigos.³⁸ En paralelo, la genérica condena de la violencia y las referencias de igual tono a las víctimas marcan un giro discursivo que deja de lado el carácter distintivo de los crímenes de la última dictadura. Se comienza a asistir, entonces, a un nuevo ciclo en este largo proceso de luchas en el cual la voz del Estado vuelve a confrontarse con las ideas y políticas del movimiento de derechos humanos. Ello evidencia que el sentido del pasado no está definido de una vez y para siempre y que la historia de la confrontación por el sentido de la dictadura y sus crímenes se sigue escribiendo en el presente.

Conclusiones

A 40 años del comienzo de la última dictadura en la Argentina, la memoria social sobre sus crímenes permanece viva. La historización de sus memorias revela la coexistencia y lucha permanente, desde que se produjeron los hechos, entre diversos sentidos y representaciones, y la relación entre estas luchas con los diversos contextos políticos que las fueron modelando y modificando.

A la interpretación dictatorial que enmarcaba su propia intervención golpista como una gesta salvadora y entendía el proceso de violencia como fruto de una “guerra antisubversiva”, quienes denunciaron sus crímenes respondieron incorporando el discurso de los derechos humanos, en expansión a escala internacional a mediados de los años setenta del siglo XX. La transición a la democracia en Argentina, signada por la derrota en la guerra de Malvinas y el triunfo electoral de Alfonsín, hicieron que el país se distinguiera por sus políticas de justicia transicional. Argentina fue pionera al formar una comisión de la verdad exitosa y enjuiciar a los

³⁸ *Página/12*, Del dicho al hecho, nota de Victoria Ginzberg, 15 de agosto de 2016. Disponible en: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-306881-2016-08-15.html> [Consulta: 16 de agosto de 2016].

máximos responsables de los crímenes de la dictadura. Estas iniciativas derrumbaron el monopolio de la interpretación ejercido hasta entonces por los perpetradores. Bajo el gobierno de Alfonsín, el discurso oficial incorporó la narrativa humanitaria forjada durante la dictadura por sus denunciantes, y la encuadró en los marcos del derecho penal subordinado, a su vez, a la “teoría de los dos demonios”, cuya funcionalidad estribaba en legitimar el monopolio estatal del uso de la fuerza y en evitar la revisión de las responsabilidades de la sociedad política y civil en el proceso de violencia.

La memoria de la política comenzó a emerger cuando la vía judicial se había aparentemente cerrado tras los indultos. En este contexto, la memoria cobró autonomía de las metas de verdad y justicia. Despojada de los límites del discurso jurídico, fue incorporando, la memoria de la militancia revolucionaria, asoció las violaciones a los derechos humanos con la transformación económica y la ampliación de las desigualdades sociales producidas por la dictadura y revisó la periodización de las violaciones a los derechos humanos incorporando las ocurridas antes del golpe de Estado. Desde 2003, muchas de estas ideas fueron asumidas por los gobiernos de Néstor y Cristina Kirchner.

Al examinar esta larga trayectoria, es evidente el papel que desempeñó el Estado en la configuración de representaciones e ideas sobre este pasado pero, sobre todo, el rol decisivo de los organismos de derechos humanos. Estos actores tenaces prefiguraron, en contextos desfavorables (la dictadura, los gobiernos de Menem), los discursos que el Estado en buena medida asumió más tarde como propios (gobiernos de Alfonsín y Kirchner). Es decir, para comprender la trayectoria y dinámica de la historia de la memoria de la dictadura y los desaparecidos en la Argentina, es necesario trascender las miradas economicistas de la memoria que explican la hegemonía de determinadas concepciones sobre el pasado como fruto mecánico de la voluntad del poder.

Más allá de ignorar que memorias circulan en amplios sectores de la sociedad argentina, especialmente los trabajadores y en el interior del país, la historia de la memoria de la dictadura evidencia la indudable derrota de la voluntad de dejar impunes y olvidar sus crímenes y de que la sociedad celebre su victoria en la "guerra

antisubversiva". La escena de Obama y Macri en el Parque de la Memoria sería impensada sin esa derrota. Sin embargo, las características de la verdad elaborada sobre estos crímenes, su tramitación jurídica y su inscripción en la memoria social, nos advierten de la perdurabilidad de una matriz de sentido que rehúye la dimensión histórica y política de los enfrentamientos que desgarraron a esta sociedad, incluyendo las responsabilidades de otros actores que, además de las fuerzas armadas, los tornaron posibles. Otro tanto ocurre al omitirse los compromisos políticos de los desaparecidos. Estas obliteraciones trascendieron, aún, las iniciativas de gobiernos y actores que se propusieron quebrar el legado dictatorial. Y, por ello, su persistencia evidencia los límites de la memoria sobre este pasado y la propia incorporación de la cultura de los derechos humanos. En estas páginas se intentó poner en evidencia estos límites revelan las dificultades que, aún hoy, perviven en la sociedad argentina para evocar, pensar e interrogar su pasado más trágico e inscribirlo en un relato que tenga a la política y a la historia como sus claves interpretativas. La apertura de un nuevo escenario, con la presidencia Macri, abre diversos interrogantes. En especial, pondrá a prueba el grado de institucionalización de las políticas de derechos humanos y la capacidad del "nosotros" que la ha sostenido de enfrentar la política regresiva del ejecutivo. La historia de la memoria de la dictadura, a cuarenta años, se sigue escribiendo.

RECEBIDO EM: 31/08/2016
APROVADO EM: 20/10/2016

REPRESIÓN CLANDESTINA Y DISCURSOS PÚBLICOS: LOS INFORMES OFICIALES SOBRE LA “LUCHA ANTISUBVERSIVA” EN LOS AÑOS INICIALES DE LA DICTADURA ARGENTINA

Clandestine repression and public speeches: the official reports about the “anti-subversion fight” during the early years of the argentine dictatorship

Gabriela Águila*

RESUMEN

El 19 de abril de 1977, a un año del golpe de estado, se desarrolló una conferencia de prensa convocada por el gobierno militar para los medios nacionales y extranjeros denominada “La subversión en la Argentina”. El informe oficial, calificado por la prensa como “inhabitual”, se centró en el desarrollo de la subversión desde los años 60 hasta su situación actual y en el accionar de las fuerzas de seguridad en la denominada “guerra antisubversiva”.

El objetivo de este artículo es poner el foco en esa coyuntura para analizar las declaraciones públicas y/o el reconocimiento que la jerarquía militar planteó respecto del ejercicio de la represión. En el periodo de mayor intensidad represiva el gobierno militar y en particular el Ejército difundieron información sobre el “inminente” final de la guerra contra la subversión, que daba cuenta o, al menos, permitía atisbar las complejas y fluidas articulaciones entre las dimensiones clandestinas y los discursos públicos respecto del accionar represivo. Como argumentaremos, estas manifestaciones no deben entenderse únicamente como “contradiscursos” o meras reacciones a las denuncias o presiones internacionales sino que deben ser inscriptas en un entramado más amplio, que combinó unas respuestas políticas del gobierno a esos “ataques” provenientes desde el exterior, estrategias

* ISHIR/CONICET-Universidad Nacional de Rosario, Argentina.

específicamente militares (contrasubversivas) y mecanismos de legitimación social y política.

Palabras-clave: dictadura argentina; represión; *lucha antisubversiva*.

ABSTRACT

On April 19, 1977, one year after the coup, was held a press conference convened by the military government for domestic and foreign media called "Subversion in Argentina". The official report, described by the press as "unusual", focused on the development of subversion from the 60s to its present situation and the actions of the security forces in the so-called "anti-subversive war".

This article seeks to focus at this juncture to analyze public statements of the military hierarchy raised regarding the exercise of repression. In the period of greatest repression, military government and specially the army spread information about the "imminent" end of the war against subversion, which showed or at least allowed to glimpse the complex and fluid joints between the clandestine dimensions and public discourses regarding the repressive action. As we will argue, these statements should not be understood only as "counterdiscourses" or mere reactions to complaints or international pressure but must be enrolled in a broader framework, which combined government policy responses to foreign "attacks", military strategies (counterinsurgency) and mechanisms of social and political legitimacy.

Keywords: argentine dictatorship, repression, *anti-subversion fight*.

El 19 de abril de 1977, a poco de cumplirse el primer aniversario del golpe de estado, se desarrolló en Buenos Aires una conferencia de prensa convocada por el gobierno militar para los medios nacionales y extranjeros denominada "La subversión en la Argentina". El informe oficial, calificado por la prensa como "inhabitual", se centró en el desarrollo de la *subversión* desde los años 60 hasta su situación actual y en el accionar del Ejército en la denominada *lucha o guerra antisubversiva*.¹

¹ Para los años 70, el término *subversión* definía al enemigo interno a ser aniquilado por la acción represiva del estado y sus fuerzas armadas y de seguridad. Sus contornos eran imprecisos

Si bien no hubo referencias a las modalidades más extendidas de la estrategia represiva que las Fuerzas Armadas y de seguridad estaban implementando desde hacía más de un año y que se ocultaba tras esa definición (la clandestinidad de las prácticas represivas, la desaparición forzada de personas, el crecimiento exponencial de presos políticos y exiliados), el informe sistematizó e hizo públicas ciertas definiciones y conceptos, información de inteligencia y tácticas contrainsurgentes que se habían restringido hasta el momento al ámbito estrictamente castrense. A la vez, la realización de la conferencia de prensa daba cuenta de las dificultades que tenía el gobierno militar para mantener ocultas aquellas modalidades represivas, en tanto se vio compelido a dar explicaciones a la prensa, al país y a la comunidad internacional frente a las reiteradas denuncias de violaciones a los derechos humanos que se difundían en particular en el exterior.

Existen un conjunto de trabajos que han analizado algunas de estas cuestiones articulando dicho panorama internacional –desde la activa tarea de denuncia de los exiliados y los informes de los organismos de derechos humanos con sede en el exterior hasta la política del gobierno de James Carter hacia las dictaduras latinoamericanas–, con sus efectos sobre el gobierno militar y el contexto político nacional (destacando, por ejemplo, el papel cumplido por la prensa argentina), si bien en general se han centrado en coyunturas posteriores como la denominada “campaña

y aludía en primer lugar a los miembros de las organizaciones político-militares o a quienes eran sospechados de algún tipo de participación o simpatía con aquellas, pero también a militantes de organizaciones políticas no armadas, delegados sindicales y activistas estudiantiles, familiares o amigos de las víctimas e intelectuales sindicados como “ideólogos de la subversión”. Como afirma Pontoriero, desde 1975 “... la “subversión” se había definido como un enemigo que se caracterizaba por estar oculto en la población, por su extremismo ideológico, su acción en varios frentes para corroer la seguridad interna y por buscar la instauración de una dictadura comunista en la Argentina”. Por su parte, la *lucha o guerra antisubversiva* definía una estrategia represiva cuyo objetivo era el exterminio del enemigo a través de la utilización de tácticas y métodos “no convencionales” inspirados en la Doctrina de la Seguridad Nacional y en la doctrina francesa de guerra contrainsurgente. Ver PONTORIERO, Esteban. “De la guerra (contrainsurgente): la formación de la doctrina antisubversiva del Ejército argentino (1955-1976)”. In: ÁGUILA, Gabriela, GARAÑO, Santiago y SCATIZZA, Pablo (coords.). *Represión estatal y violencia paraestatal en la historia reciente argentina: nuevos abordajes a 40 años del golpe de Estado*. Universidad Nacional de La Plata: Ediciones FaHCE, 2016, disponible en: <http://www.libros.fahce.unlp.edu.ar/index.php/libros/catalog/book/63>

antiargentina” de 1978 o la visita de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) en 1979, cuando aumentó la visibilidad del problema de las violaciones a los derechos humanos en el exterior, las denuncias se sistematizaron y se volvieron más precisas en sus contenidos y alcances y el impacto sobre la dictadura fue más acusado.²

En esta perspectiva, el objetivo de este artículo es poner el foco en una coyuntura más temprana, la que rodea al primer aniversario del golpe de estado, para analizar las declaraciones públicas y/o el reconocimiento que la jerarquía militar planteó respecto del ejercicio de la represión en esos años iniciales. En el período de mayor intensidad represiva el gobierno militar y en particular el Ejército difundieron información sobre el “inminente” final de la guerra contra la subversión, que daba cuenta o permitía registrar las complejas y fluidas articulaciones entre las dimensiones clandestinas y los discursos públicos respecto del ejercicio de la represión.

Como argumentaremos, estas manifestaciones no deben entenderse únicamente como “contradiscursos” o meras reacciones a

² Nos referimos a ACUÑA, Carlos y SMULOVITZ, Catalina. “Militares en la transición argentina: del gobierno a la subordinación constitucional”, en PÉROTIN-DUMON, Anne (comp.). *Historizar el pasado vivo en América Latina*. Universidad Alberto Hurtado, 2007, en línea; FRANCO, Marina. “La ‘campaña antiargentina’: la prensa, el discurso militar y la construcción de consenso”. In: CASALI DE BABOT, Judith y GRILLO, María V. (eds.). *Derecha, fascismo y antifascismo en Europa y Argentina*. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 2002 y *El exilio, argentinos en Francia durante la dictadura*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008; JENSEN, Silvina. *La provincia flotante. El exilio argentino en Cataluña (1976-2006)*. Barcelona: Casa América Catalunya, 2007 y, en particular para la visita de la CIDH, *Los exiliados. La lucha por los derechos humanos durante la dictadura*. Buenos Aires: Sudamericana, 2010. Para la prensa en la dictadura véase SCHINDEL, Estela. *La desaparición a diario: sociedad, prensa y dictadura, 1975-1978*. Córdoba: EDUVIM, 2012; BORRELLI, Marcelo. *Por una dictadura desarrollista. Clarín frente a los años de Videla y Martínez de Hoz, 1976-1981*. Buenos Aires: Biblos, 2016; SABORIDO, Jorge y BORRELLI, Marcelo (eds.). *Voces y Silencios. La prensa argentina y la dictadura militar (1976-1983)*. Buenos Aires: EUDEBA, 2011. Para el tema de la política internacional véase SIKKINK, Kathryn. “Kissinger y la Guerra Sucia: Un análisis de los documentos desclasificados recientemente”. *Revista Iberoamericana de Análisis Político*, Año 1, N° 2, Buenos Aires: FCE, 2004; AVENBURG, Alejandro. “Entre la presión y el apoyo a los ‘moderados’: La política de derechos humanos de Carter y el régimen militar argentino (1976-1978)”. Tesis de maestría, FLACSO, 2009, recuperado de internet: http://flasco.org.ar/wp-content/uploads/2014/06/Disertacion_Alejandro.Avenburg-05-06.pdf; LLORET, Rodrigo. “Represión, derechos humanos y política exterior. El rol de los diplomáticos argentinos en el Comité de Derechos Humanos de la ONU (1976-1983)”. *Papeles de Trabajo*, IDAES, Año 10, N° 17, 2016.

las denuncias o presiones internacionales sino que deben ser inscriptas en un entramado más amplio, que combinó unas respuestas políticas del gobierno a esos “ataques” provenientes desde el exterior, estrategias específicamente militares (contrasubversivas) y mecanismos de legitimación social y política.

A los efectos del análisis, este artículo se divide en tres partes: en la primera referiremos a la mencionada conferencia de prensa y el contexto político en el que se desarrolló; en la segunda nos ocuparemos de algunas de las cuestiones planteadas en el “Informe sobre la subversión”, en particular respecto de las modalidades operativas del ejercicio de la represión; para cerrar con un abreviado planteo sobre el “final” de la lucha antisubversiva.

En torno al primer aniversario del golpe de estado: el ejercicio de la represión, las denuncias internacionales y los discursos públicos sobre la “inminente” derrota de la subversión

El 24 de marzo de 1977 se conmemoró el primer aniversario del golpe de estado, con un mensaje de la Junta Militar transmitido por radio y televisión y actos castrenses en todo el país, organizados por los comandos en jefe de los distintos cuerpos de Ejército. La declaración de la Junta Militar apuntaba que los objetivos fijados en marzo de 1976 se habían cumplido o estaban en vías de hacerlo y que a partir de aquí se iniciaba una “nueva etapa”.³

En los días subsiguientes, una serie de anuncios y declaraciones de “contenido político”, como la convocatoria de

³ Acta Nro. 17 de la Junta Militar, Anexo 1. Mensaje de la Junta Militar del 24 de marzo de 1977. En *Actas de la dictadura* Actas 1 a 35, tomo 1. Buenos Aires: Ministerio de Defensa, pp. 86-88.

Videla a la “unidad nacional” y la “convergencia cívico-militar”,⁴ la ratificación del rumbo económico (que respondía a los cuestionamientos que el plan Martínez de Hoz venía generando entre distintos sectores)⁵ o las manifestaciones de algunos de los principales jerarcas de la dictadura como Díaz Bessone, Massera y Harguindeguy a propósito de la marcha del Proceso de Reorganización Nacional, crearon expectativas sobre la “nueva etapa”, así como especulaciones y trascendidos que fueron recogidos por distintos medios periodísticos.

La ampliamente difundida convocatoria a una conferencia de prensa ante medios nacionales y extranjeros donde se analizaría la marcha de la *lucha antisubversiva* se enmarca en tal contexto. Precedida por una reunión de altos mandos del Ejército y por las noticias sobre el accionar de la *subversión* y sus conexiones económicas y financieras (el denominado “caso Graiver”),⁶ el 19 de abril se realizó “en una atmósfera de expectativa” la anunciada conferencia de prensa en el edificio del Comando en Jefe del Ejército en Buenos Aires.

La reunión duró cuatro horas, fue presidida por el presidente *de facto* el teniente general Videla, y contó con la presencia de numeroso público, unos 300 invitados entre militares, dirigentes de asociaciones empresarias y representantes de medios nacionales y extranjeros. En el discurso inaugural, Videla planteó:

⁴ “Videla propuso un proceso de convergencia cívico-militar”, en tapa y “Videla propuso un proyecto de unidad nacional”, *Clarín*, 1/4/77, p. 1.

⁵ CANELO, Paula. *El proceso en su laberinto. La interna militar de Videla a Bignone*. Buenos Aires: Prometeo, 2008, Cap. 1.

⁶ Si bien parece plausible que la conferencia de prensa ya estaba convocada cuando se conocieron datos de la investigación oficial sobre el denominado “caso Graiver”, la articulación entre ambos hechos es muy visible. En esos días las noticias daban cuenta de la muerte en un accidente de avión en los últimos meses de 1976 del empresario y banquero David Graiver, al que se vinculaba con el financiamiento de la organización Montoneros. La investigación que oficialmente llevó a cabo el Comando del I° Cuerpo de Ejército sobre el grupo empresario, así como sobre familiares y allegados a Graiver y que culminó con la detención de algunos de ellos (la más resonante fue la del periodista Jacobo Timerman) y la confiscación o venta fraudulenta de sus propiedades (entre ellos, de la empresa Papel Prensa), era considerada por los militares como un elemento esencial para la desarticulación del aparato financiero de la *subversión*, el paso que seguía a la derrota “objetiva” del accionar armado.

“...la verdad que hoy queremos hacer conocer a ustedes, y por vuestro medio a todos los hombres de buena voluntad, es justamente cuál es la realidad de la subversión en la Argentina y la lucha que contra la misma realizan las Fuerzas Armadas, en particular el Ejército (...) Le hemos prometido a la Nación combatir la subversión hasta su aniquilamiento y hemos dicho que estamos muy próximas a acariciar con la mano la victoria militar. Le hemos prometido a la Nación ganar la paz, que no es negociarla y (...) esa paz será, palabra de militar, la que hemos de obtener”.⁷

El núcleo de la conferencia de prensa fue el informe oficial, contenido en un documento elaborado por el Estado Mayor del Ejército denominado “La subversión en la Argentina” y brindado por los jefes del Departamento II–Inteligencia (general de brigada Carlos Alberto Martínez) y del Departamento III–Operaciones (general Luciano Adolfo Jáuregui).

Es importante mencionar que la elección de los expositores no fue azarosa, sino que corrió por cuenta de los jefes de las dos áreas del Ejército que tuvieron una participación central en la *lucha antisubversiva*: Inteligencia y Operaciones. Las exposiciones tuvieron extensión y objetivos diversos, vinculados con las misiones y funciones de cada una de las áreas y fueron “profusamente ilustradas” con gráficos, fotos y documentación.⁸

El general Martínez, jefe del Departamento II-Inteligencia, fue quien tuvo a su cargo el informe más amplio. Definió a la subversión como “parte de la agresión marxista a nivel mundial”, describió sus causas poniendo especial atención a las “frustraciones” de la población, así como sus fases de desarrollo. Luego analizó la trayectoria de las BDSM (bandas de delincuentes subversivos marxistas) en la Argentina desde los años 60, sus orígenes y expansión, su caracterización ideológica, sus tácticas y

⁷ Vid. *La Prensa*, 20/4/77, p. 1; *La Capital*, 20/4/77, p. 1, *Clarín*, 20/4/77, pp. 2-3.

⁸ La conferencia fue cubierta por toda la prensa de la época y el contenido del informe y algunos de los gráficos presentados fueron reproducidos en los diarios total o parcialmente a partir del 20 de abril. El informe fue publicado textualmente en *Clarín* y *La Prensa*, 20/4/77.

procedimientos en distintos ámbitos (barrial, estudiantil, laboral, religioso, político, social), con especial énfasis en las dos principales organizaciones armadas, Montoneros y el PRT-ERP. Se refirió a la situación presente, caracterizada por el desgaste y el declive del accionar armado,⁹ a los “errores” de las *bandas subversivas* y alertó sobre el cambio de estrategia en la presente fase, caracterizada por “acciones indirectas” dirigidas hacia la población.

El pormenorizado informe -que ponía de manifiesto el anticomunismo visceral de las autoridades militares y ciertas confusiones y simplificaciones propias de la derecha respecto del universo de la izquierda argentina-, mostraba un conocimiento bastante amplio y preciso de las organizaciones armadas y su accionar. En particular en sus tramos más doctrinales era una repetición de gran parte de los contenidos de algunos reglamentos elaborados hacia 1975 por el Ejército, especialmente el *RC-9-1. Operaciones contra elementos subversivos*.¹⁰ En lo que refiere a la descripción y análisis de la actuación de las organizaciones armadas, el informe completaba y ajustaba la caracterización de estas organizaciones y su actuación que el Ejército había elaborado hacia 1975-76,¹¹ dando cuenta de la importancia clave que el área de inteligencia y la producción de información revestían para el

⁹ Con respecto a Montoneros, Martínez sostuvo que se encontraba reducida a un 25% respecto de 1975 (la época de mayor desarrollo), que el desgaste era menor en La Plata, Gran Buenos Aires y arco ribereño del Paraná (su desgaste oscila entre un 30 y un 60%) y de “*muy fuerte desgaste y próxima a ser aniquilada*” en el resto del país (entre el 60 y el 90%). En el caso del ERP la situación fue definida como de “*muy fuerte desgaste y próximo a ser aniquilado en todo el país*”, reducido al 10% de lo que era en 1975. Preciso que Montoneros seguía siendo la organización de mayor desarrollo y peligrosidad, como consecuencia del “*hábil encubrimiento de su marxismo*”.

¹⁰ EJERCITO ARGENTINO, *RC-9-1. Operaciones contra elementos subversivos*, Instituto Geográfico Militar, Buenos Aires, 1977. Dicho reglamento había sido aprobado como proyecto en 1975 y reemplazó los reglamentos vigentes hasta ese momento y es “*la referencia fundamental para estudiar las ideas represivas sistematizadas en una doctrina contrainsurgente por parte del Ejército*”. Vid. PONTORIERO, Esteban. “En torno a los orígenes del terror de Estado en la Argentina de la década de los setenta. Cuándo, cómo y por qué los militares decidieron el exterminio clandestino”. *Papeles de trabajo*, IDAES, Año 10, N° 17, 2016, p. 40.

¹¹ Véase la “Directiva del Comandante General del Ejército N° 404/75 (Lucha contra la subversión)”, Anexo 1 y Apéndices 1 al 5. *Documentos del Estado Terrorista*, Cuadernos del Archivo Nacional de la Memoria, N° 4, 2012, en línea en: <http://www.jus.gob.ar/derechoshumanos/publicaciones/busqueda-por-temas/memoria,-verdad-y-justicia.aspx>. Otro documento donde se encuentra una caracterización similar es “*Marxismo y subversión. Ámbito laboral*”, Estado Mayor General del Ejército, 1976, en línea: <http://apm.gov.ar/periplosdememorias/materiales/1-2/Documentos/MarxismoYSubversion/DictaduraMarxismo.pdf>.

desarrollo de la *lucha antisubversiva* y como elemento central en la *aniquilación* de las organizaciones político-militares.

El general Jáuregui -jefe de Operaciones del Estado Mayor del Ejército-, tuvo a su cargo el informe sobre el desarrollo y alcances de la *lucha antisubversiva* desde el inicio del Operativo Independencia y las tareas realizadas por las fuerzas de seguridad entre 1975 y 1977. A diferencia de su par de Inteligencia, la exposición fue más sucinta y se centró en explicar sus etapas y modalidades operativas.

Finalmente, el jefe del Estado Mayor General del Ejército, el teniente general Roberto Eduardo Viola, contestó un listado de preguntas de los periodistas previamente “depurado”, sobre el desarrollo de la *subversión* y sus “conexiones económicas y gremiales” y concluyó:

“El objetivo último de la subversión es la toma del poder por la violencia para instalar un estado totalitario marxista-leninista (...) Si deseamos preservar nuestra escala de valores, nuestra forma y estilo de vida, en paz, cristianamente, en libertad, gozando de la propiedad privada lograda con el trabajo honesto, no caben transacciones (...) La lucha es global, total (...) nada ni nadie queda excluido, ni debe excluirse. Consecuentemente, la población debe continuar colaborando estrechamente con las Fuerzas Legales (...) El Ejército, apoyado por las otras dos Fuerzas Armadas, está derrotando a los órganos de ejecución de la acción armada y a los activistas de la acción insurreccional de masas. Gracias a esta acción militar, la delincuencia subversiva se encuentra en franca retirada. Sin embargo, debemos estar conscientes que los agentes marxistas seguirán intentando la erosión de nuestros valores y la captación de ingenuos entre nuestros obreros, nuestros estudiantes y hasta en los barrios (...) Es por ello que el centro de gravedad de nuestra estrategia nacional contrasubversiva se llevará a contrarrestarlos con

máxima energía en todos aquellos ámbitos en que intenten accionar (...),¹²

Pero, qué decía de nuevo el informe sobre “La subversión en la Argentina” brindado por los altos mandos del Ejército? A primera vista no parecía revestir mucha novedad.

Desde 1975 la *lucha contra la subversión* se había constituido en argumento principal para la intervención militar en el ejercicio directo de la represión, a la vez que cimentó la cohesión interna de las Fuerzas Armadas y fue un elemento clave para la legitimación del golpe de estado, al menos en sus primeros años.¹³ A partir del 24 de marzo de 1976 la Junta Militar, los altos mandos castrenses y los funcionarios gubernamentales convirtieron a la *lucha antisubversiva* en el núcleo discursivo fundamental de la dictadura. En tal sentido, el informe y su contenido estaban en consonancia con los discursos oficiales y con las declaraciones públicas sobre la aniquilación total o parcial del accionar de la *subversión* que venían planteando algunos jefes militares y que se seguirán enunciando en la segunda mitad de 1977 y 1978.

Por otro lado, no introducía variaciones significativas a lo que los reglamentos militares de la época planteaban en términos del accionar de la *subversión* y de las estrategias y tácticas para desarticularla, si bien esos reglamentos tenían carácter secreto y no se habían difundido por fuera de la órbita militar. En este aspecto, el informe condensó e hizo públicas ciertas definiciones y conceptos, información de inteligencia y tácticas contrainsurgentes que se habían restringido hasta el momento al ámbito estrictamente castrense.

La última cuestión sobre la queremos poner el foco es que en que la novedad radicó en su carácter “inhabitual”, en tanto se trató del

¹² *La Prensa*, 20/4/77.

¹³ CANELO, Paula. *El proceso en su laberinto. La interna militar de Videla a Bignone*, Cap. 1, *op. cit.* y CANELO, Paula. *La política secreta de la última dictadura (1976-1983)*. Buenos Aires: Edhasa, Buenos Aires, 2016, Cap. 1.

primer informe “completo” sobre la subversión brindado por fuentes oficiales.¹⁴

En este punto, resulta necesario plantear otros elementos de análisis, en tanto la conferencia de prensa ante los medios nacionales y extranjeros así como la realización del informe sobre el *accionar antissubversivo* no pueden ser elucidados únicamente en clave argentina, sino que deben ser inscriptos en un contexto donde se multiplicaban las denuncias por los secuestros, asesinatos y desapariciones perpetradas por la dictadura, realizadas por los exiliados argentinos y diversos organismos de derechos humanos con sede en el exterior.

En los primeros meses de 1977 y, en particular, en la coyuntura del primer aniversario del golpe de estado, las presiones sobre el gobierno militar se intensificaron e incluyeron el recorte de la ayuda militar para la Argentina por parte del gobierno del presidente Carter y reclamos por vía diplomática, así como presentaciones en el seno de organismos internacionales como la OEA y la ONU. Más concretamente, el informe resultante de la visita de Amnesty International a la Argentina realizada en noviembre de 1976, fue presentado en Londres ante la prensa el 24 de marzo de 1977¹⁵ y sus repercusiones fueron inmediatas.¹⁶

¹⁴ Las caracterizaciones corresponden a los diarios *La Tribuna*, 15/4/77, portada y *Clarín*, 20/4/77, p. 2.

¹⁵ Allí se denunciaban las “*groseras violaciones a los derechos humanos*” que se cometían en la Argentina, se analizaba la legislación represiva vigente, la situación de las prisiones y se brindaban cifras extraoficiales sobre el número de presos políticos, refería a los lugares de reclusión clandestina, las torturas, los asesinatos y desapariciones y la situación de los refugiados, e incluía una lista de más de 300 personas desaparecidas, fijando en 15.000 personas el número posible de desapariciones. El diario *Página 12* publicó en 2014 una entrevista a una de las integrantes de la misión de Amnesty, Patricia Feeney, apuntando que “*La visita de Amnistía Internacional de 1976 es menos recordada que la encarada por la Comisión Interamericana de Derechos Humanos en 1979, pero según Feeney generó un hecho importante: “Instaló en el mundo, y sobre todo en algunas capitales europeas, el nivel de atrocidades masivas que estaban cometiendo los militares argentinos”*”. Vid. *Página 12*, 24/3/14. El informe de Amnesty International se encuentra disponible en <http://www.ruinasdigitales.com/revistas/ddhh/Informe%20Amnistia%201976.pdf>; véase también <http://www.amnistia.org.ar/noticias-y-documentos/archivo-de-noticias/38-a%C3%B1os-del-golpe-de-estado-del-24-de-marzo-de-1976>. Aunque su repercusión sobre el ámbito político argentino fue mucho menor, también en el mes de marzo de 1977 se publicó en España el texto de la Comisión Argentina por los Derechos Humanos (CADHU), *Argentina: Proceso al genocidio*, que sistematizó y difundió las violaciones a los derechos humanos que se estaban perpetrando en la Argentina. Y si

Así, las conexiones entre la conferencia de prensa que reseñábamos y la difusión e impacto internacional de las denuncias acerca de la represión dictatorial resultan muy visibles. Tal como refería el corresponsal del diario santafesino *El Litoral* a propósito del acontecimiento: “*debe interpretarse como una respuesta política a la insistente presión que se ejerce desde el exterior sobre el gobierno*”.¹⁷

Y si bien no hubo referencias a las modalidades más extendidas de la represión (la desaparición forzada de personas, la clandestinidad de las prácticas represivas, el crecimiento exponencial de presos políticos y exiliados), la conferencia de prensa y el informe sobre “La subversión en la Argentina” mostraban que el gobierno militar se veía compelido a dar explicaciones a los medios, al país y a la comunidad internacional sobre las reiteradas acusaciones de violaciones a los derechos humanos.¹⁸

Sin embargo, reducirlos meramente a una respuesta a las denuncias que circularon en esa coyuntura resulta insuficiente, en tanto se trató más que de una reacción o una respuesta política a las presiones internacionales. La conferencia de prensa y el informe contribuyeron a sistematizar un discurso oficial sobre la subversión y su “inminente” derrota (que, con matices, se seguirá enunciando en los meses siguientes),¹⁹ que articulaba varios tópicos: una

bien no tuvo difusión o impacto significativo en aquella coyuntura, no podríamos dejar de mencionar que en ese primer aniversario del golpe Rodolfo Walsh publicaba su “Carta Abierta de un escritor a la Junta Militar”, una contundente denuncia pública sobre los crímenes de la dictadura que derivó en su cautiverio y muerte.

¹⁶ Si bien los diarios argentinos no publicaron ni el informe ni refirieron a su contenido, el mismo 24 de marzo la Cancillería argentina refutó los términos de informe, ver *La Capital*, 24/3/77.

¹⁷ *El Litoral*, 21/4/77, p. 2.

¹⁸ Por esos días uno de los principales jerarcas de la dictadura, el Ministro de Planeamiento general Genaro Díaz Bessone, de visita oficial por los Estados Unidos fue interrogado sobre las violaciones a los derechos humanos que se cometían en la Argentina y debió responder ante la prensa sobre el número de víctimas, sobre desaparición de personas y sobre los presos políticos. Las explicaciones de Díaz Bessone no fueron muy diferentes de las que se plantearon en la citada conferencia de prensa. Al respecto *La Capital*, *La Prensa* y *Clarín*, 20/4/77.

¹⁹ Véase por ejemplo las declaraciones de Videla en Washington en septiembre de 1977: “El Gral. Videla expuso la situación del país”, *Diario El Litoral*, 9/9/77, p. 1 y ante periodistas ingleses en Buenos Aires, en diciembre de 1977, *Diario El Litoral*, “A distintos temas se refirió el presidente”, 18/12/77, p. 1.

caracterización del accionar “global” de la subversión que justificaba la respuesta amplia e integral del gobierno y las “fuerzas legales” con el objetivo de su aniquilación; la ausencia de cualquier reconocimiento sobre el accionar represivo clandestino y los crímenes cometidos por las Fuerzas Armadas y de seguridad (o su negación lisa y llana); la denuncia de los apoyos financieros y las vinculaciones internacionales de la subversión viabilizada a través de una “*amplia y conocida campaña de desprestigio a la Argentina que se realiza en Europa y otros países*”²⁰ –lo que para 1978 y en el contexto del Mundial de Fútbol se denominaría oficialmente “campaña antiargentina”-.

A la vez, respondía a una estrategia muy utilizada por el Ejército respecto de su involucramiento en el ejercicio de la represión, antes y durante la última dictadura: la de notificar a los medios de comunicación por la vía de comunicados o, más raramente, de conferencias de prensa²¹ sobre lo que se estaba haciendo para enfrentar tales amenazas así como los resultados obtenidos y utilizar la información dirigida a la población como un elemento clave para contrarrestar la “acción psicológica” de la subversión interna y externa. Y si bien esa información era manipulada, retaceada o

²⁰ Declaraciones del General Viola en la citada conferencia de prensa, *La Capital*, 20/4/77. También véase el comunicado del Comando en Jefe del Ejército del 21/4/77, informando sobre una reunión que mantuvieron jefes montoneros en Roma con periodistas extranjeros. *La Capital*, 22/4/77.

²¹ El informe se reprodujo en algunas ciudades en los meses siguientes: en julio de 1977, el Jefe de Operaciones del V Cuerpo de Ejército, general Benjamín de Piano, presentó en el Teatro Municipal de Bahía Blanca el “Informe sobre la Subversión”, que reproducía el presentado en abril en Buenos Aires. Según la crónica del Diario *Nueva Provincia* no hubo referencias específicas a lo sucedido en el plano local (*Nueva Provincia*, 5/7/77, citado en VIDAL, Ana M., “Experiencias del “teatro militante” en Bahía Blanca, 1972-1978”. Tesis de doctorado, Universidad Nacional del Sur, 2016, inédita). Por su parte, en septiembre de 1977 el general Sasaiñ, jefe de la Subzona 11, dio una conferencia en el Teatro Argentino de la ciudad de La Plata ante industriales y empresarios para “*informar sobre aspectos principales de la lucha antisubversiva que llevan a cabo las fuerzas armadas*” con un discurso muy similar. Ver Diario *El Litoral*, “Es crítica la situación de las bandas subversivas”, 9/9/77. A los efectos de señalar algunas continuidades, mencionaremos que durante la comandancia del General Juan Carlos Sánchez en el II Cuerpo de Ejército con sede en Rosario (1970-72) se realizaron conferencias de prensa con un formato muy similar al menos en dos ocasiones. Al respecto ver ÁGUILA, Gabriela. “El accionar represivo entre dos dictaduras y el rol del Ejército, 1966-1983”. In: ÁGUILA, Gabriela (dir.). *Territorio ocupado. La historia del Comando del II Cuerpo de Ejército en Rosario (1960-1990)*. Rosario: Editorial Municipal de Rosario/Museo de la Memoria, en prensa.

falseada, funcionaba como un mecanismo de legitimación de la actuación del Ejército y del accionar represivo que se estaba implementando.

A propósito del “Informe sobre la subversión”, la cronología de la represión y sus modalidades operativas

Unos días antes de la conferencia de prensa, el 12 de abril, una noticia en la primera plana del diario *La Capital* de Rosario reflejaba la expectativa que su convocatoria había provocado así como algunos trascendidos:

“Las fuentes militares se muestran reticentes a adelantar el carácter de los anuncios (...) Esas fuentes, e inclusive los medios políticos, manejan información en el sentido de que en la oportunidad se podrá anunciar que la represión de la subversión se ejercerá desde un comando centralizado, con representantes de las tres Fuerzas Armadas y un aparato coordinado con las delegaciones de la Policía Federal en las provincias, los comandos militares correspondientes y los organismos policiales de las propias provincias (...) Desde el punto de vista de la efectividad militar en la lucha contra la subversión, la central sería un paso muy importante. También lo sería en cuanto su creación permitiría ubicar los procedimientos represivos en un marco legal que favorecerían la imagen exterior del país cuando cunden imputaciones de que en Argentina se violan los derechos humanos, en una particular referencia a los casos de

secuestros y a la falta de información sobre detenidos y causas que en realidad se les imputan”.²²

Poco tiempo después el diario Clarín anunciaba que “oficiosamente (...) no cabe esperar nada nuevo en cuanto a la estructura militar que opera en la acción contra las actividades subversivas”,²³ reflejando que los trascendidos no se verían corroborados por los anuncios oficiales. Con todo, interesa retomar la noticia de La Capital porque registraba dos aspectos centrales que caracterizaron el accionar represivo en los años de la última dictadura y que fueron aludidos, de modos diversos, en la conferencia de prensa y en el “Informe sobre la subversión”.

Por un lado, el diario apuntaba la necesidad de dar un “carácter legal a la acción antiterrorista del gobierno” como respuesta a las denuncias por violaciones a los derechos humanos (y en particular a los casos de secuestros y desapariciones) y a las presiones del exterior.²⁴ Más allá de las afirmaciones periodísticas, ni los discursos oficiales ni el “Informe sobre la subversión” darían por ciertas tales especies, por el contrario el Jefe del Estado Mayor del Ejército, el general Viola, destinó una parte de su alocución a plantear que la lucha contra la subversión estaba contemplada en diversos y

²² “Expectación por un anuncio oficial”, *La Capital*, 12/4/77, p. 1.

²³ “Darán un amplio informe militar sobre subversión”, *Clarín*, 15/4/77, p. 2.

²⁴ No deja de sorprender que un diario al que no podría sospecharse de crítico con el gobierno militar, refiriera en una coyuntura tan temprana y aunque de manera elusiva, sobre el carácter ilegal o extralegal de las prácticas represivas. Sin embargo, este tipo de perspectivas no eran privativas del diario rosarino, sino que también fueron planteadas para la misma época por otros periodistas ampliamente consustanciados con la defensa de la dictadura, como Bernardo Neustadt en la revista que dirigía, *Extra*, tal como lo han mostrado ITURRALDE, Micaela y BORRELLI, Marcelo. “Desde la “zona de confianza” de la dictadura: la revista extra y la “lucha antisubversiva” (1976-1978)”. *Intersecciones en Comunicación*, N° 8, Facultad de Ciencias Sociales, UNCPBA, 2014, recuperado de internet: https://www.academia.edu/9955651/DESDE_LA_ZONA_DE_CONFIANZA_DE_LA_DICTADURA_LA_REVISTA_EXTRA_Y_LA_LUCHA_ANTISUBVERSIVA_1976-1978. Para un estudio sobre el diario *La Capital* de Rosario ver LUCIANI, Laura. “La ciudad en orden. El diario La Capital frente a la gestión municipal de Rosario en dictadura (1976-1983)”. In: *La prensa periódica provincial durante la última dictadura militar argentina (1976-1983)*. Buenos Aires: ReHiMe - Red de Historia de los Medios, 2014, en línea: <http://www.rehime.com.ar/escritos/dossier/07prensapro/dossier07-prensapro-04.pdf>

sucesivos “dispositivos legales”.²⁵ Esta perspectiva, que inscribía la participación de las Fuerzas Armadas en la lucha contra la subversión en un marco estrictamente legal, sujeto a derecho y a la Constitución, formará parte del discurso de la dictadura hasta el final (e incluso hasta hoy, si consideramos las estrategias de las defensas de los militares acusados en los juicios de lesa humanidad).

Por otro lado, la noticia de La Capital daba cuenta de la inexistencia de una “organización centralizada de la represión”. Según el diario, la idea de crear dicho organismo venía siendo considerada por el Estado Mayor del Ejército desde 1976 pero ni en la conferencia de prensa ni en el informe castrense se aludió en lo absoluto al establecimiento de una “agencia central de inteligencia”, siguiendo un modelo como el implementado en Chile con la creación de la DINA.

Con todo, una parte del informe se centró en la descripción de las características y modalidades operativas de la lucha contra la subversión, y corrió a cargo del jefe del Departamento III-Operaciones, general Luciano Adolfo Jáuregui. Examinemos brevemente su contenido.

Tal como lo hicieron todos los expositores, Jáuregui también definió el perfil del enemigo subversivo y refirió a la gravedad de la amenaza que representaba -“una minoría extranjerizante [que] pretende imponer, abierta o solapadamente por la violencia o la incautación ideológica, un sistema extraño a la idiosincrasia del ser argentino y a los valores que fluyen de su historia y religión”-,²⁶ justificando así la magnitud de la respuesta represiva.

Pero a diferencia del informe del Jefe de Inteligencia sobre las bandas subversivas que se retrotraía a los años 60, el Jefe de Operaciones ubicó la inauguración del proceso represivo en 1975, definiendo las siguientes etapas: 1) la “Operación Independencia” en la provincia de Tucumán, desde febrero de 1975; 2) la “extensión de

²⁵ Incluían desde las disposiciones del Poder Ejecutivo Nacional dictadas con anterioridad a marzo de 1976 para iniciar la *acción antisubversiva*, primero en Tucumán y luego en todo el país, “*en cumplimiento de los objetivos enunciados en la Constitución Nacional*”; los objetivos básicos del Proceso de Reorganización Nacional o las leyes 21460 y 21461 “*que otorgan competencia a las FFAA para la investigación de todo delito de carácter subversivo, e inclusive su juzgamiento*”.

²⁶ *La Capital*, 20/4/77.

la lucha a todo el ámbito nacional”, desde octubre de 1975 a marzo de 1976 y 3) las operaciones a partir del 24 marzo de 1976.

La periodización señalada ponía el foco en la participación del Ejército y las Fuerzas Armadas en el ejercicio de la represión. Señalaba como un hito el Operativo Independencia, una “operación militar” que involucró la movilización de 5000 efectivos entre militares y soldados y donde se aplicó una “estrategia de aniquilamiento” del accionar armado, así como la implementación de la “acción cívica”, dirigida hacia la población con el objetivo de hacerla “inmune” a la propaganda y la acción subversiva.

Por su parte, apuntaba que recién a partir del 24 de marzo de 1976:

“con las FF.AA. en función de gobierno, fue posible concebir y ejecutar una estrategia nacional que contemplara una acción integral, coherente y coordinada como condición ineludible para enfrentar con éxito a un adversario para quien el fin justifica los medios y cuya agresión alcanza por igual a todos los ámbitos del quehacer argentino”.²⁷

Lo que no planteaba el informe del Estado Mayor del Ejército eran continuidades más extendidas en el tiempo, en tanto la vigilancia, la persecución y la represión sobre quienes eran sindicados como izquierdistas, “subversivos” o potenciales opositores habían comenzado bastante antes del golpe de estado de marzo de 1976 e incluso bastante antes del Operativo Independencia. Tampoco planteaba que no era una novedad que los militares se involucraran en el ejercicio de la represión. Si nos centramos exclusivamente en los años de mayor intensidad represiva (entre fines de los 60 y los 70), la intervención activa del Ejército en la represión política y social ya se había verificado en la anterior dictadura, en el contexto específico de los procesos de movilizaciones urbanas masivas de 1969-71 (los

²⁷ “El Operativo en Tucumán y la lucha en todo el país”, *Clarín*, 20/4/77

Rosariaz, el Cordobazo, el Viborazo) –aunque con la llegada al poder del peronismo por la vía electoral en 1973, los militares se retiraron nuevamente a los cuarteles dejando en manos de las fuerzas policiales la lucha antisubversiva–.

Incluso sin perder de vista el aumento de la escalada represiva verificado durante el año 1974 (en particular desde la implantación del estado de sitio en noviembre de ese año) y la creciente violencia paraestatal de los grupos de la derecha en un contexto que no puede ser escindido del proceso de depuración interna del peronismo,²⁸ hasta 1975 la represión de lo que se consideraban acciones subversivas había corrido por cuenta de la policía Federal y de las policías provinciales.

En tal sentido no caben dudas que el año 1975 resulta clave para dar cuenta de los cambios que se operaron en las modalidades represivas. Entre febrero (cuando se inicia el Operativo Independencia en la provincia de Tucumán)²⁹ y octubre de ese año el Poder Ejecutivo Nacional dictó una serie de decretos que colocaban a las Fuerzas Armadas en el comando de la denominada *lucha contra la subversión*. Esto se completó con dos directivas, la N° 1/75 “Lucha

²⁸ Al respecto véase FRANCO, Marina. *Un enemigo para la Nación. Orden interno, violencia y “subversión”, 1973-1976*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012; MERELE, Hernán. “El proceso represivo en los años setenta constitucionales. De la “depuración” interna del peronismo al accionar de las organizaciones paraestatales”. In: ÁGUILA, G., S. GARAÑO Y P. SCATIZZA (coords.). *Represión estatal y violencia paraestatal en la historia reciente argentina: nuevos abordajes a 40 años del golpe de Estado*, cit.

²⁹ El llamado Operativo Independencia fue una acción contrainsurgente ordenada por el gobierno peronista y llevada adelante por las Fuerzas Armadas y las fuerzas represivas de la provincia, destinada a eliminar el foco guerrillero instalado en el monte tucumano por el ERP en 1974-75. Sin embargo, no se redujo a una ofensiva militar contra la guerrilla sino que se articuló con una amplia represión hacia militantes y activistas así como con estrategias de guerra psicológica destinadas a disciplinar a través del terror a la población civil. El Operativo Independencia ha sido analizado como un “laboratorio” donde se ensayó una estrategia represiva basada en prácticas clandestinas que se extendieron al resto del país en el período posterior al 24 de marzo de 1976. Para el tema véase: NOVARO, Marcos y PALERMO, Víctor. *La dictadura militar. 1976/1983*. Buenos Aires: Paidós, 2003, pp. 69-70; ARTESE, Matías y ROFFINELLI, Gabriela. “Guerra y genocidio en Tucumán (1975-1983)”. In: IZAGUIRRE, Inés et al. *Lucha de clases, guerra civil y genocidio en la Argentina. 1973-1983*. Buenos Aires: Eudeba, 2009; GARAÑO, Santiago. “Entre el cuartel y el monte. Soldados, militantes y militares durante el Operativo Independencia (Tucumán, 1975-1977). Tesis doctoral, Universidad de Buenos Aires, 2012 y “Las formas de represión política en el ‘teatro de operaciones’ del Operativo Independencia (Tucumán, 1975-1977)”, en ÁGUILA, G., GARAÑO, S. y SCATIZZA, P. (comps.). *Represión estatal y violencia paraestatal en la historia reciente argentina: nuevos abordajes a 40 años del golpe de Estado*, cit.

contra la Subversión” y la Directiva Secreta N° 404/75, donde se establecían las modalidades operativas, las tareas y objetivos para “*aniquilar el accionar de los elementos subversivos en todo el territorio del país*”.³⁰

En la primera directiva se estableció un esquema de división del territorio nacional en zonas (I, II, III, IV, V), al comandando de los cuerpos de Ejército existentes y de Institutos Militares, completado con la demarcación de subzonas y áreas. Estas subdivisiones constituyeron espacios jurisdiccionales donde operarían militarmente, bajo un único mando, las fuerzas represivas.³¹ Así, y en términos operativos, la represión se implementó a escala territorial, organizada sobre la base de comandos de zona donde se ubicaban las principales autoridades militares, equivalentes a los cuerpos de Ejército en términos geográficos y de mandos. A su vez, las zonas se dividieron en subzonas y áreas, definiendo los límites territoriales de los circuitos represivos, los recursos utilizados y las fuerzas actuantes.³²

Volvamos nuevamente sobre el informe del general Jáuregui. El otro tópico que relevaremos refiere a la definición de la estrategia contrasubversiva asumida por las Fuerzas Armadas desde antes del golpe de estado, basada “*en el concepto de conducción centralizada y ejecución descentralizada y flexible por las distintas jurisdicciones militares en que está dividido el país*”.

Tal estrategia respondía, según la doctrina militar vigente, a las características específicas del accionar de la *subversión*, como se especifica en el Reglamento RC-9-1. *Operaciones contra elementos subversivos*:

³⁰ Al respecto puede consultarse la Mesa debate: “A 40 años de la sanción de los decretos ‘de aniquilamiento de la subversión’. Problemas e interpretaciones, (1975-2015)”. *Aletheia*, Vol. 6, N° 11, octubre 2015, en línea.

³¹ Ver D’ANDREA MOHR, José Luis. *Memoria deb(v)ida*. Buenos Aires: Colihue, 1999: 270 y ss.; MITTELBAACH, Federico y MITTELBAACH, Jorge. *Sobre Áreas y Tumbas. Informe sobre desaparecidos*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000.

³² A partir de ese momento las fuerzas policiales y penitenciarias fueron colocadas bajo el “control operacional” del Consejo de Defensa y del Comando del respectivo Cuerpo de Ejército, con el objetivo declarado de “luchar contra la subversión”. La extendida presencia del Ejército en todo el territorio nacional y su activa participación en ejercicio de la represión, se combinó con una intervención no menos activa de la Armada y la Aeronáutica, si bien más acotada en términos de jurisdicciones territoriales.

“La dirección del esfuerzo contrasubversivo exige objetivos claros y una multiplicidad de acciones coordinadas y coherentes. Ello será posible con una dirección centralizada y una ejecución descentralizada. (...) La subversión plantea la necesidad de responder con una multiplicidad de acciones que será difícil poder ejecutar sin la necesaria descentralización. (...) Mientras la dirección centralizada asegurará la necesaria armonía y coherencia de las operaciones de conjunto, la ejecución descentralizada permitirá obtener la máxima eficacia en cada uno de los distintos niveles de la conducción y de acuerdo a las prioridades que surjan en los campos político, económico, social y militar”.³³

Como plantea Pontoriero, “gracias a estas prescripciones el Ejército intentaba dinamizar y flexibilizar su estructura y tácticas de combate para ser capaz de reprimir rápidamente y/o ejecutar las tareas de seguridad que dictara el nivel de la amenaza interna”.³⁴

³³ EJERCITO ARGENTINO, *RC-9-1. Operaciones contra elementos subversivos*, cit., pp. 77-78. El Reglamento destina más de 70 páginas a caracterizar a la subversión, para luego ocuparse de las Fuerzas Legales y las operaciones “contrasubversivas”.

³⁴ PONTORIERO, Esteban. “En torno a los orígenes del terror de Estado en la Argentina de la década de los setenta. Cuándo, cómo y por qué los militares decidieron el exterminio clandestino”. *Papeles de Trabajo*, IDAES, Año 10, N° 17, 2016, en línea, p. 37. Muchos años más tarde, el mismo Jáuregui, en su descargo frente a la Justicia Federal imputado en una causa por violaciones a los derechos humanos afirmaba sobre la misma cuestión: “Es importante recoger de la documentación que se menciona, un dato que, a modo de denominador común en esa y las sucesivas directivas, aparece consagrado. Consiste ese dato en las amplias prerrogativas conferidas a los Comandantes de Zonas de Defensa, equivalentes a Cuerpo de Ejército, con excepción del Comando de Institutos Militares, para trazar la arquitectura de su plan de operaciones dentro del área jurisdiccional coincidente con las fronteras del Cuerpo de Ejército, valiéndose para eso de los recursos humanos y medios con que regularmente contaba esa gran unidad. En otras palabras, cada Jefe de Zona gozó de atribuciones para establecer en su jurisdicción la cantidad de Subzonas que estimó necesarias y la cantidad de Áreas que igualmente concibió imprescindibles, para cumplimentar la misión. (...) Estas subdivisiones, obedecían a la lógica imposibilidad de centralizar la conducción, ejecución y control de las operaciones en la acción antisubversiva en tan vasto territorio como lo es nuestro país, máxime considerando que el accionar de la subversión se caracterizaba por operaciones dispersas, sorpresivas, con pluralidad de objetivos y modalidades de lucha. Esto obligó necesariamente, reitero, a descentralizar la autoridad de conducción, ejecución, y control hacia los niveles más bajos de mando, (SUBZONAS y/o AREAS), que al tener vivencia directa de las diversas situaciones que ocurrían, podían responder con plena autonomía rapidez y eficacia”. Descargo de Luciano Adolfo Jáuregui, Juzgado Federal N° 4, mimeo, s/f.

Esto nos remite nuevamente a los trascendidos que recogía el diario rosarino unos días antes de la conferencia de prensa respecto de la inexistencia de un “comando centralizado de la represión”. Y muestra una de las claves del ejercicio represivo durante la última dictadura: aunque no podría minimizarse el comando y la coordinación que realizaron las Fuerzas Armadas y en particular el Ejército, el ejercicio de la represión estuvo caracterizado por la descentralización operativa o, en otras palabras, por la organización de procesos represivos que se desplegaron a escala territorial con características y notas distintivas según las áreas y, en el caso de las fuerzas represivas involucradas, con grados de autonomía bastante amplios.³⁵

En sus consideraciones finales, el informe de Jáuregui hacía referencia a la doble estrategia para enfrentar a la subversión: la “acción militar” y la “acción de gobierno”, dirigida hacia la sociedad. Ello constituye un punto nodal de la estrategia represiva, en tanto para los militares la lucha contra la subversión debía hacerse “sobre la población misma, mediante una decidida acción integral: política, económica y sicosocial, desde el más alto nivel nacional”.³⁶ Así, la población no sólo era concebida como un lugar de difusión de las ideas subversivas y de captación de sectores e individuos que debe conjurarse por distintos medios (la acción psicológica, la acción cívica),³⁷ sino que se la convocaba a ser partícipe:

³⁵ Las variaciones y diversidades locales y/o regionales en la implementación de la represión fueron tan significativas como la sistematicidad del accionar represivo diseñado e implementado desde el Estado y sus agencias. He analizado en profundidad la cuestión en ÁGUILA, Gabriela. “La represión en la historia reciente argentina: fases, dispositivos y dinámicas regionales”. In: ÁGUILA, Gabriela y ALONSO, Luciano (comps.). *Procesos represivos y actitudes sociales: entre la España franquista y las dictaduras del Cono Sur*. Buenos Aires: Prometeo, 2013 y “Modalidades, dispositivos y circuitos represivos a escala local/regional: Rosario 1975-1983”. In: ÁGUILA, G., GARAÑO, S. y SCATIZZA, P. (coords.). *Represión estatal y violencia paraestatal en la historia reciente argentina: nuevos abordajes a 40 años del golpe de Estado*, cit.

³⁶ EJERCITO ARGENTINO, *RC-9-1. Operaciones contra elementos subversivos*, cit., pp. 76-77.

³⁷ Desde los años 60, las Fuerzas Armadas incluyeron en sus reglamentos estrategias y operaciones dirigidas hacia la población. La renovación doctrinaria y reglamentaria de seguridad nacional, que enfatizaba la lucha contra el “enemigo interno” o contra la acción “revolucionaria o subversiva”, incorporaba no sólo nuevos métodos de lucha contrainsurgente, sino acciones y dispositivos para influir sobre el comportamiento de determinados públicos y en particular de la población civil. En el caso de la “acción psicológica” se trataba de operaciones que, utilizando

a) “Las FF.AA. continuarán la L.C.S. [lucha contra la subversión], sin prisa pero sin pausa, con la misma decisión que pusieron de manifiesto hasta hoy y con la creciente eficacia que diariamente se pone en evidencia, hasta alcanzar su objetivo de erradicar la subversión marxista de la Argentina.

b) Sin embargo, nuestro accionar tendrá siempre presente que esta lucha, que no buscamos, se desenvuelve en el seno de nuestra población, de nuestras familias, y por eso seremos siempre cuidadosos en el empleo medido e indispensable de la violencia legal que es nuestra obligación ejercer, de manera de contribuir realmente a su tranquilidad, al trabajo fecundo, al aquietamiento de los espíritus.

c) Será aquí donde asumirá un papel fundamental la participación de cada argentino sea cual fuere el rol que le corresponda en la sociedad, para ejercer a conciencia y plenamente sus responsabilidades, en esta lucha que es de todos a fin de erradicar definitivamente la infiltración marxista de nuestro país”.

En tal sentido, esta cuestión adquiere un papel central como argumento de legitimación social del *accionar antisubversivo*, amplificando los márgenes de la lucha más allá del ámbito

medios como la propaganda o la información, podían apuntar a objetivos diversos: desde quitarle apoyo o influencia a la *subversión* entre la población civil hasta la “guerra psicológica” considerada como parte de una lucha global contra el “enemigo subversivo” e incluso utilizar la acción psicológica dirigida hacia las propias tropas involucradas en ese combate (por ejemplo, hacia los soldados). Todos los reglamentos militares desde 1968/69 incorporan apartados sobre “acción psicológica” o incluían directivas o instrucciones respecto de la población civil. Asimismo, la “Directiva del Consejo de Defensa nro. 1/75 (Lucha contra la subversión)”, de octubre de 1975, que especificaba como se llevaría a cabo la “aniquilación de la subversión” incorporaba un Régimen de Acción Psicológica y la creación de un Sistema de Comunicación Social encargado de tales operaciones. Ver al respecto ÁGUILA, Gabriela. “Disciplinamiento, control social y ‘acción psicológica’ en la dictadura argentina. Una mirada a escala local: Rosario, 1976-1981”. *Revista Binacional Brasil-Argentina*, vol. 2, N° 3, 2014, en línea. En el caso de la “acción cívica” se trataba de estrategias dirigidas hacia la población en esferas como servicios y obras públicas, educación, salud, atención en situaciones de emergencia o catástrofes naturales, etc. Para el tema véase DIVINZENSO, Alicia. “La transformación de las relaciones cívico-militares: la ‘Acción Cívica’ del Ejército (1960-1983)”. In: ÁGUILA, G., GARAÑO, S. y SCATIZZA, P. (coords.). *Represión estatal y violencia paraestatal en la historia reciente argentina: nuevos abordajes a 40 años del golpe de Estado*, cit.

estrictamente militar con la pretensión de hacer a la población sujeto y objeto de aquella lucha, a través de su participación directa.³⁸

Finalmente diremos que nada de lo que el Jefe de Operaciones planteó en su informe –y lo mismo podríamos decir de los otros jefes militares– daba cuenta de dimensiones o modalidades operativas que estuvieran por fuera de la doctrina castrense y el marco legal vigente. Así, las dimensiones clandestinas e ilegales del accionar represivo, aquello que constituyó el núcleo de la represión en los años iniciales de la dictadura, no se enunciaron, estuvieron por completo y deliberadamente ausentes o negadas en estos discursos públicos.

Al respecto conviene mencionar que cuando se trata de reconstruir las modalidades represivas clandestinas del ejercicio represivo (los secuestros, los centros clandestinos de detención, el uso amplio de la tortura como mecanismo para obtener información, la desaparición forzada), los registros documentales disponibles resultan siempre insuficientes, en tanto las Fuerzas Armadas y de seguridad ocultaron o destruyeron la información sobre ello y, como se sabe, la posibilidad de conocer esas dimensiones se centró mayormente en los relatos de las víctimas.

Pero como se ha planteado para otros corpus documentales como los reglamentos militares (que, por lo demás, eran secretos y restringidos al ámbito castrense), donde tampoco hay referencias explícitas a los modos en que se ejecutó la represión pero que proveyeron “una serie de lineamientos de orden teórico y práctico para llevar adelante su objetivo criminal”,³⁹ postularemos que las declaraciones públicas de los jefes militares pueden analizarse en una lógica similar. Esos discursos, comunicados y declaraciones que exteriorizaban o revelaban parte del ejercicio represivo (lo que los

³⁸ Por ejemplo instando a denunciar a los “elementos subversivos”, ver al respecto ÁGUILA, Gabriela. *Dictadura, represión y sociedad en Rosario (1976/1983). Un estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura*. Buenos Aires: Prometeo, 2008, Cap. 8.

³⁹ Ver PONTORIERO, Esteban. “En torno a los orígenes del terror de Estado en la Argentina de la década de los setenta. Cuándo, cómo y por qué los militares decidieron el exterminio clandestino”, cit. También véase PÉRIES, Gabriel. “La doctrina militar contrainsurgente como fuente normativa de un poder *de facto* exterminador basado sobre la excepcionalidad”. In: FEIERSTEIN, Daniel (comp.). *Terrorismo de Estado y genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

militares *decían* que estaban haciendo y *cómo* lo estaban haciendo) a la vez que cumplieron una función significativa como soporte del ejercicio represivo, de su visibilización y su legitimación social, permiten reconstruir unas tramas represivas que se caracterizaron por articular lo legal-reglamentario, lo visible y público, con lo ilegal-clandestino, invisible y oculto.

A modo de cierre: el “final” de la guerra contra la subversión

Hacia abril de 1977, cuando se realizó la conferencia de prensa, los altos jefes militares aún no planteaban que la subversión había sido derrotada, sino que estaba “*muy próxima*” (Videla), o que era “*un hecho irreversible y se concretará en un plazo más o menos cercano*” (Jáuregui). Sin embargo, para fines de 1977 y sobre todo en el curso de 1978 varios jefes militares anunciaron la victoria de las Fuerzas Armadas en la *guerra contra la subversión*.⁴⁰ Para ese momento, el accionar represivo había perdido la virulencia que lo había caracterizado en los primeros años, así como su escala masiva y sus modalidades clandestinas o paralegales.

En ese contexto, y como una respuesta a las presiones internacionales, el gobierno militar invitó a la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) a visitar la Argentina y constatar la “falsedad” de las denuncias. Como se ha afirmado, este era el modo de “blanquear” la política represiva, cerrar la cuestión de los desaparecidos y evitar cualquier revisión sobre el accionar

⁴⁰ Vid. “El terrorismo fue aniquilado en el campo militar”, *La Capital*, 3/6/78. Para el tema NOVARO, Marcos y PALERMO, Vicente. *La dictadura Militar 1976/1983*, cit., pp. 170 y ss. Al respecto, Paula Canelo ha apuntado que el final de la guerra contra la subversión representó un punto de quiebre del proyecto de la dictadura, en tanto desplazó el “consenso antisubversivo” que había mantenido cohesionadas a las Fuerzas Armadas en los primeros años de la dictadura, abriendo paso a la formulación de diversos proyectos políticos con el objetivo de legitimar a la dictadura y sus políticas, y fracturando el equilibrio dentro de la Junta Militar y el gobierno. Vid. CANELO, Paula. *La política secreta de la última dictadura argentina (1976-1983)*, cit., Cap. 3.

represivo.⁴¹ La visita de la CIDH se concretó en 1979 y el crítico informe sobre la situación de los derechos humanos en la Argentina (publicado en 1980) tuvo efectos bien distintos a los imaginados por la Junta Militar, contribuyendo a visibilizar y legitimar las demandas de los organismos de derechos humanos en el país y el exterior. Aunque la cuestión de los derechos humanos estaba lejos de ser clausurada, las denuncias sobre los crímenes y violaciones a los derechos humanos cometidos por las fuerzas represivas en la Argentina mostraban en esa coyuntura una importante efectividad no solo en el plano internacional sino también en la situación interna.

Nada similar sucedió en 1977: si bien existieron presiones internacionales, denuncias de los exiliados y visitas e informes de organizaciones de derechos humanos (como la de Amnesty International), los militares y las fuerzas de seguridad continuaron con la ejecución de la estrategia represiva hasta que determinaron que la subversión estaba derrotada. La dictadura mostraba aún un importante margen de maniobra y un visible consenso social y político, en el que la lucha antsubversiva desempeñó un papel clave en tanto mecanismo de legitimación del régimen en sus primeros años.

RECEBIDO EM: 31/08/2016
APROVADO EM: 20/10/2016

⁴¹ ACUÑA, Carlos y SMULOVITZ, Catalina. "Militares en la transición argentina: del gobierno a la subordinación constitucional", cit. Por su parte, Jensen afirma que en el contexto de la visita al país de la CIDH, el régimen castrense avanzó a clausurar el "problema de los desaparecidos" aprobando dos leyes que regulaban, por una parte, los beneficios previsionales en casi de ausencia de una persona y por la otra, establecía que podía certificarse el fallecimiento presunto de los "desaparecidos". Vid. JENSEN, Silvina. *Los exiliados. La lucha por los derechos humanos durante la dictadura*, cit., pp. 135 y ss.

EXILIO Y LEGALIDAD. AGENDA PARA UNA HISTORIA DE LAS LUCHAS JURÍDICO-NORMATIVAS DE LOS EXILIADOS ARGENTINOS DURANTE LA ÚLTIMA DICTADURA MILITAR¹

Exile and legality. Agenda for a History of the legal-normative struggles of the Argentine exiles during the last military dictatorship

Silvina Jensen *

RESUMEN

Este artículo se propone delinear una agenda de trabajo para problematizar las relaciones entre exilio y legalidad en la Argentina del “Proceso de Reorganización Nacional” (1976-1983).

Atento a que la historiografía argentina ha hecho foco en las dimensiones extrajudiciales, ilegales y clandestinas de la represión dictatorial y que el énfasis en la desaparición forzada de personas y el sistema concentracionario ha retrasado la interrogación de sus dimensiones institucionalizadas, legales y jurídicas, este trabajo se interroga sobre tres cuestiones en las que la denuncia de los exiliados se incardinó con las dimensiones jurídico-normativas del Estado terrorista, a saber: 1. Las razones

1 Este trabajo forma parte del PICT *La investigación académica sobre el proceso de violencia política y la última dictadura militar en la Argentina. Perspectivas disciplinarias, configuraciones institucionales y articulaciones sociales y políticas*, financiado por la Agencia Nacional de Promoción Científica y Tecnológica (ANPCyT) y el Fondo para la Investigación Científica y Tecnológica (FONCyT) de Argentina.

* Doctora en Historia por la Universidad Autónoma de Barcelona. Profesora de grado y posgrado en la Universidad Nacional del Sur, Bahía Blanca e Investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina.

por las que la lucha antidictatorial de los exiliados atendió a la faz represivo-legal de la dictadura; 2. El lugar que ocupó en la denuncia de la legalidad autoritaria las diferentes formas del exilio producidos por el Estado terrorista; 3. Las formas que adoptó la apelación de los exiliados al Derecho (nacional e internacional) para obtener verdad sobre el destino de los “desaparecidos”, conseguir la libertad de los detenidos sin causa ni proceso y para perseguir penalmente a los responsables de violaciones a los derechos humanos.

Palabras-clave: Exilio argentino; estrategia jurídica; Proceso de Reorganización Nacional.

ABSTRACT

This article aims to outline an agenda to problematize the relationship between exile and legality in Argentina during the "National Reorganization Process". Since Argentina has made historiography focus on extrajudicial, illegal and clandestine dimensions of dictatorial repression and that emphasis on the forced disappearance of persons and the concentration camp system has delayed the question of their institutionalized, legal and legal dimensions, this paper asks about three issues on which the complaint was incardinated exiles with legal regulations terrorist-state dimensions, namely: 1. The reasons why the anti-dictatorship struggle exiles attended the repressive-legal face of the dictatorship; 2. The place occupied by the different forms of exile caused by the terrorist state in denouncing the authoritarian legality; 3. The forms adopted by the appeal of exiles to law (national and international) for truth about the fate of the missing, to get the release of those detained without charges or trial and to prosecute those responsible for violations of human rights.

Keywords: Argentine exile; legal strategy; National Reorganization Process.

Consideraciones iniciales

En la notable expansión que en los últimos años ha evidenciado la historiografía argentina sobre los exilios políticos del

pasado reciente² se detectan aún importantes áreas de vacancia, sobre las que inciden los desafíos temático-problemáticos lanzados por el campo de estudios de la represión y la violencia política.³

Si en la historiografía exiliar se consolidan las investigaciones sobre las labores de denuncia y solidaridad encaradas por heterogéneas organizaciones de exiliados localizadas en diferentes geografías nacionales (Francia, México, España, Israel, Italia, Bélgica, Suecia, Brasil, entre otras), sobre las coyunturas de mayor efervescencia antidictatorial –Mundial de Fútbol 1978, visita a la Argentina de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) de la Organización de Estados Americanos (OEA) 1979, guerra de Malvinas 1982) –, sobre los clivajes de tensión y conflicto en torno a la derrota, la guerra de Malvinas o las elecciones democráticas de 1983⁴, y sobre las reconfiguraciones identitarias operadas en la militancia exterior que mutó desde identificaciones político-partidarias ancladas en una matriz revolucionaria a otras de naturaleza más amplia y de perfil ético-humanitario; poco es lo que se ha realizado hasta el momento en orden a reconstruir las lecturas que los exiliados hicieron en la contemporaneidad de los hechos acerca del sistema represivo, su estructura operatoria, temporalidad, cifras regionales y modalidades (legales/ilegales, públicas/secretas, sistemáticas/irregulares, en su compleja articulación).

² Para un análisis del estado actual del campo de la Historia de los exilios argentinos de los años setenta, véase JENSEN, Silvina y LASTRA, Soledad. Para una nueva Historia de los exilios políticos de la Argentina reciente. En: JENSEN, Silvina y LASTRA, Soledad (eds.). *Exilios: militancia y represión. Nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata: EDULP, 2014, pp. 5-39. JENSEN, Silvina. Desafíos actuales de la Historia de los exilios políticos en la Argentina. Diálogos con la Historia Reciente. *Migraciones y Exilios*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, n° 16, pp. 79-106, 2016a.

³ Para un análisis del estado actual del campo de la Historia de la represión, véase: ÁGUILA, Gabriela. Estudiar la represión: entre la historia, la memoria y la justicia. Problemas de conceptualización y método. En: FLIER, Patricia (comp.). *Dilemas, apuestas y reflexiones teórico-metodológicas para los abordajes en Historia Reciente*. La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, UNLP, Estudios / Investigaciones, 52, 2014, pp. 20-55. ÁGUILA, Gabriela. La represión en la Argentina: modalidades, dinámicas regionales y efectos sociales. En: ÁGUILA, Gabriela y ALONSO, Luciano (comps.). *Procesos represivos y actitudes sociales: entre la España franquista y las dictaduras del Cono Sur*. Buenos Aires: Prometeo, 2013, pp. 97-121.

⁴ En buena medida ésta fue la lógica de las compilaciones de: YANKELEVICH, Pablo. *Represión y destierro. Itinerarios del exilio argentino*. La Plata: Al Margen, 2004. YANKELEVICH, Pablo y JENSEN, Silvina. *Exilios. Destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Al Margen, 2007.

¿Cuáles son las razones que podrían explicar esta laguna en la producción historiográfica argentina sobre los exilios políticos de los años setenta?

Más allá de que la agenda de temas de la historiografía exiliar reconoce puntos de confluencia con otras Historias de destierros nacionales (exilio republicano de la guerra civil española, exilios antifascistas italianos, exilios judíos de la Europa bajo los totalitarismos), algunas de estas ausencias pueden relacionarse con el tipo de fuentes privilegiadas por la primera historiografía exiliar, construida sobre la recuperación de memorias de los desplazados⁵ e inclinada a entender el exilio como experiencia política, pero sobre todo como experiencia humana fundada en el dolor. En esta primera producción, el tratamiento historiográfico del trabajo de denuncia parece duplicar los énfasis que los propios exiliados exponían en sus memorias, esto es, ha estado más atento a identificar sus objetivos (informar, denunciar, conseguir solidaridad), reconocer sus interlocutores (en el país de residencia o en la esfera pública internacional) y describir tareas específicas (campañas, manifestaciones, solicitadas, manifiestos, encuentros, publicaciones, etc.), que a historizar y contextualizar esa lucha que movida por la urgencia de salvar vidas, conocer el paradero de un “desaparecido” o conseguir la libertad o mejores condiciones de detención para un preso político, no fue ajena a profusos y complejos debates políticos, éticos, históricos y hasta jurídicos sobre las formas y alcances de la represión dictatorial.

Si en el último quinquenio la exploración de la denuncia exiliar evidencia un punto de inflexión y viene avanzado a paso sostenido desde la historización de las consignas de lucha, el reconocimiento de la diversidad de espacios de interlocución (locales, nacionales, regionales, internacionales y transnacionales) y el análisis

⁵ El reconocimiento de la impronta del testimonio en la reconstrucción del último exilio no pretende subestimar que desde los primeros trabajos académicos se expresa un manejo amplio de materiales escritos provenientes de tres agentes fundamentales: las organizaciones de Derechos Humanos creadas por los exiliados en sus países de residencia y sus homólogas en Argentina; la amplia gama de organizaciones gubernamentales, no gubernamentales y humanitarias que fueron interlocutores de los exiliados en su tarea de denuncia (Amnesty Internacional, Comisión Internacional de Juristas, CIDH, y las organizaciones políticas o político-militares en el país y en el destierro.

de las disputas protagonizadas por los exiliados en torno a la caracterización del régimen (“genocidio”, “Estado terrorista”, “fascismo dependiente”, etc.); aún queda mucho por hacer en orden a quebrar con ciertos sentidos comunes. Quizás dos de los más extendidos sean que: 1. la lucha exiliar estuvo incardinada desde los inicios del “Proceso de Reorganización Nacional” con el desvelamiento de la situación de los detenidos-desaparecidos; y 2. todo la acción colectiva exiliar se concentró en desnudar la naturaleza del dispositivo desaparecedor y de esa “forma novedosa de la muerte por causas políticas: su práctica clandestina”.⁶

Este trabajo pretende incidir en un nicho poco explorado de la denuncia exiliar y en lo que considero problemas de la nueva agenda de los estudios de los exilios en diálogo con la Historia de la represión: los modos en que la acción colectiva de los desterrados argentinos atendió/cuestionó las dimensiones jurídico-normativas bajo el imperio del terrorismo de Estado. En este contexto, mi propuesta consiste en revisitar el archivo de materiales de denuncia del exilio⁷ de cara a analizar no tanto cómo aparece tematizada la

⁶ CRENZEL, Emilio. “Desaparición, memoria y conocimiento”, en: *La Historia Política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008, pp. 27-51, p. 27.

⁷ Cabe señalar que abordo el problema desde una escala transnacional y sin atender a la reconstrucción de la historia de las diferentes organizaciones de exiliados en contextos nacionales. Sin embargo, la sobrerepresentación de materiales de la Comisión Argentina de Derechos Humanos (CADHU) merece ser explicada atendiendo al perfil de la institución y a la trayectoria de sus referentes en las más importantes de sus delegaciones (París, México, Madrid). La CADHU fue una organización humanitaria del exilio argentino que intervino en la lucha antidictatorial atendiendo preferentemente a su expertise jurídico-legal. Para un estudio pormenorizado de la CADHU y de algunas de las otras organizaciones cuyos materiales son utilizados en este trabajo (Comisión de Solidaridad de Familiares de Desaparecidos, Muertos y Presos Políticos (COSOFAM) –con sedes en diversos países de Europa, México e Israel y también Argentina – y Comité de Solidaridad con el Pueblo Argentino (COSP) – surgido en México en febrero 1976 y con sedes en diferentes geografías de la diáspora –, véase: ALONSO, Luciano. ALONSO, L. *Defensa de los Derechos Humanos y cultura política entre Argentina y Madrid, 1975-2005*. Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía, 2010. Tesis de Maestría. Disponible en: http://dspace.unia.es/bitstream/handle/10334/187/0068_Alonso.pdf?sequence=1 MIRA DELLI-ZOTTI, GUILLERMO. La singularidad del exilio argentino en Madrid: entre las respuestas a la represión de los ’70 s y la interpelación a la Argentina posdictatorial. En: YANKELEVICH, Pablo (comp.). *Represión y destierro. Itinerarios del exilio argentino*. La Plata: Al Margen, 2004, pp. 87-112.; FRANCO, Marina. *El exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008. YANKELEVICH, Pablo. *Ráfagas de un exilio. Argentinos en México, 1974-1983*. México: FCE, 2010. JENSEN, Silvina. El descubrimiento de los derechos humanos en el exilio español. Los derroteros de COSOFAM Barcelona en la lucha antidictatorial

política represiva del Estado en su modalidad más extendida y más aberrante – la desaparición forzada de personas y los centros clandestinos de detención –, sino para reconocer cómo los desterrados dieron cuenta de las paradójicas⁸ relaciones entre terrorismo de Estado y legalidad.

El artículo se organiza en tres apartados que pretenden incidir sobre: 1. Las razones por las que la lucha antidictatorial de los exiliados atendió a la faz represivo-legal de la dictadura; 2. El lugar que ocupó en la denuncia de la legalidad autoritaria las diferentes formas institucionalizadas de exilio; 3. Las formas que adoptó la apelación de los exiliados al Derecho (nacional e internacional) para obtener verdad sobre el destino de los desaparecidos, conseguir la libertad de los detenidos sin causa ni proceso y para perseguir penalmente a los responsables de violaciones a los derechos humanos.

¿Para qué denunciar la legalidad represiva?

Si ya durante el primer año de la dictadura, los exiliados percibieron la dificultad que enfrentaban a la hora de denunciar a un régimen que operaba punitivamente en forma clandestina, “por los cauces de una guerra sucia y despiadada contra el conjunto del pueblo argentino,”⁹; no menos dilemas enfrentaron a hora de decidir si valía la pena y si tenía algún efecto en términos de cerco

(1978-1983). En: KOTLER, Rubén (coord.). *En el país del sí me acuerdo: los orígenes nacionales y transnacionales del movimiento de derechos humanos en Argentina: de la dictadura a la transición*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2014, pp. 157-186.

⁸ Victoria Crespo afirmaba que “una de las paradojas de la dictadura instaurada [en Argentina] en 1976 es que simultáneamente creó inusitados espacios de violencia y ausencia del Estado de derecho y uno de los órdenes más legalistas de nuestra historia moderna. Esta incongruente relación entre legalidad y dictadura nos conduce a uno de los problemas fundamentales del pensamiento político contemporáneo. En palabras de Agamben: ‘El estado de excepción aparece como la forma legal de lo que no puede tener forma legal’”. CRESPO, Victoria. Legalidad y dictadura. En: LIDA, Clara et al. *Argentina 1976. Estudios en torno al golpe de Estado*. México: El Colegio de México, 2007, pp. 165-186, p. 165.

⁹ “Informe n° 2: Hechos generales hasta el 7 de julio de 1976”, Madrid. Colección CADHU, Caja 29, Archivo Nacional de la Memoria, Buenos Aires.

internacional y multiplicación de la solidaridad, atender a las estructuras jurídicas represivas activadas o profundizadas por los gobiernos del “Proceso de Reorganización Nacional” en orden a la eliminación del “enemigo subversivo”.

El primer desafío que asumieron las agrupaciones del exilio fue mostrar que mientras la Junta afirmaba protagonizar un “proceso de reorganización nacional” en base al “accionar de las instituciones constitucionales revitalizadas” y a la “vigencia plena del orden jurídico y social”, estaba operando la más completa “cesación del Estado de derecho”¹⁰, en tanto la Constitución Nacional era apenas una “referencia formal”¹¹ y todos los derechos amparados por los instrumentos internacionales del sistema humanitario de los que Argentina era signataria (Declaración Universal de Derechos Humanos de 1948, Protocolos Adicionales, Convenciones Internacionales de Ginebra, Convenciones 87 y 89 de la Organización Internacional del Trabajo, Cartas de las Naciones Unidas (NNUU) y de la OEA, entre otros) eran vulnerados en forma cotidiana y sistemática.¹² Asimismo, los exiliados denunciaron que más allá de la difícil cohabitación entre una Constitución vigente, pero subordinada y reformada¹³, y una pseudo-juridicidad represiva puesta en marcha en los días posteriores al golpe de cara al “adecuado cumplimiento de los objetivos políticos, económicos y sociales”; la Junta ponía en entredicho en la práctica esa manifiesta “vocación legalista”¹⁴ procediendo punitivamente de modo extrajudicial, clandestino y extremadamente violento (muertes, desapariciones).

¹⁰ CADHU. *Argentina: Proceso al Genocidio*. Buenos Aires: Colihue, 2014, p. 49.

¹¹ Tribunal Permanente de los Pueblos. “Resolución sobre la situación de los Derechos Humanos en la Argentina”. Ginebra, 3-4/5/1980. Colección CADHU, Caja 19: Informes y declaraciones, Archivo Nacional de la Memoria, Buenos Aires.

¹² En *Argentina Proceso al Genocidio*, la CADHU enumeraba los derechos conculcados por la Junta militar en el marco jurídico nacional e internacional, a saber: a la vida, la libertad y seguridad individuales, prohibición de la tortura, detención arbitraria y destierro, al debido proceso, al asilo, a la soberanía popular, libertad sindical, opinión y expresión, reunión y asociación y derechos culturales y sociales. CADHU, ob cit, 2014, pp. 173-174.

¹³ GROISMAN, Enrique. Utilización del derecho en la dictadura de la Junta Militar. *Espacios de crítica y producción*, Buenos Aires: UBA, n° 27/28, pp. 10-19, octubre-noviembre de 2001, p. 10.

¹⁴ CADHU, ob cit, 2014, p.51.

Mientras los militares generaban esta “avalancha legisferante”¹⁵, los exiliados discutían acerca del verdadero alcance de la normativa represiva y en tal sentido, acerca de la necesidad o no de denunciarla. Sin duda existía un amplio acuerdo acerca de que esa “fiebre” represivo-legal¹⁶ era funcional a la necesidad de “ocultar la violencia que los militares consideraban necesaria para reordenar la sociedad, dotando a sus acciones punitivas de un “ropaje de legitimidad”. Como señalaba el Comité de Solidaridad con el Pueblo Argentino (COSPA) de México, “esa legalidad opera como el instrumento que ordena y racionaliza la violencia”; si en algún sentido sirve para fijar “ciertas reglas de juego”, ante todo “este ordenamiento sirve como filtro disimulador de la violencia”.¹⁷

¿Pero ese carácter de artilugio leguleyo, anulaba su eficacia y su incidencia en la realidad social?; ¿la denuncia del alcance de la pseudo-institucionalidad debía limitarse a exponer que era una máscara, una excrescencia, un adorno, una cortina de humo, una ficción diabólica?; o ¿se imponía explicitar, como dirá Victoria Crespo¹⁸, que esa “dimensión jurídica” no sólo desvelaba la “lógica de la dictadura” y sus objetivos últimos, sino que trazaba una línea recta con aquellos aspectos que hacían a la singularidad represiva de la Argentina en el contexto de la región: la metodología de la desaparición forzada de personas, el accionar de los grupos de tareas y la existencia de centros clandestinos de detención.¹⁹

De hecho, los exiliados evaluaron que la denuncia de la legislación represiva tenía un triple valor. En primer lugar, porque iluminaba la auténtica “ideología de la Junta” y su “política de dominación”, en particular “su contenido antiobrero y opresor”²⁰. En segundo lugar, porque mostraba el propósito de la Junta de producir

¹⁵ CADHU. “La ruptura de la legalidad constitucional en Argentina, 1983”. Colección CADHU, Caja 28: Cuadernillos/Volantes y Catálogos, Archivo Nacional de la Memoria, Buenos Aires.

¹⁶ CADHU, ob cit, 2014, p.51.

¹⁷ Comité de Solidaridad con el Pueblo Argentino (COSPA). “Documento de denuncia de la situación de los derechos humanos en Argentina”. Sin lugar, circa 1979/1980, Archivo Nacional de la Memoria, Buenos Aires.

¹⁸ CRESPO, ob cit, p. 168.

¹⁹ PEREIRA, Anthony. *Dictadura e repressão. O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Sao Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 200.

²⁰ CADHU, ob cit, 2014, p.139.

comportamientos sociales en orden a intimidar, aterrorizar y por fin desarticular toda “forma de oposición, resistencia o simple desobediencia” por “imposición de graves y desproporcionadas penas”²¹. La CADHU denunciaba que esas “normas de excepción” formaban parte de los instrumentos de “autoexplicitación” y naturalización del terror²² y de producción de conductas sociales disciplinadas, cómplices²³ o convencidas de la legitimidad de la represión.²⁴ Y, en tercer lugar, porque desvelaba la política exterior del gobierno castrense en aras de retardar o diluir las condenas internacionales sobre la situación de los Derechos Humanos en el país. Como denunciaba Emilio Mignone en el Coloquio de París sobre Desaparición Forzada de Personas (enero de 1981)²⁵, “actuar con dureza pero dentro de un sistema sancionado legalmente, fundado en el funcionamiento de tribunales militares ordinarios en jurisdicción ampliada y la aplicación en determinados casos de medidas extremas”, fue parte de una estrategia cuidadosamente diseñada para evitar “influencias y presiones externas”²⁶ – como las sufridas por Chile – y para gestionar en forma racional los desafíos planteados por los actores de la esfera internacional (gobiernos, organizaciones no gubernamentales, foros internacionales). Como explicaba la CADHU

²¹ CADHU, ob cit, 2014, p. 49.

²² En el mediodía de la dictadura, la CADHU denunciaba que “la legislación será un marco que determinará algunas reglas de juego, pero fundamentalmente este ordenamiento servirá como filtro disimulador de la violencia, y para que a ésta se la pueda considera como algo “natural”. Obviamente que estamos ante una violencia sesgada dirigida en contra de quienes osaron cuestionar la “sociedad occidental y cristiana”. CADHU. “Documento de denuncia”, spi, circa 1980/1981. Colección CADHU, Caja 20: Informes y declaraciones, Archivo Nacional de la Memoria, Buenos Aires.

²³ La problematización de las formas represivas legales permitió a la CADHU denunciar a la “cohorta de “juristas” que encontraban justificación “constitucional” a las más aberrantes monstruosidades jurídicas y que cubrían afanosamente a través de diversas y complicadas “leyes”, la necesidad de “legalizar” la represión y la persecución política e ideológica” (CADHU, op cit, 2014, p. 51). En esa línea, la denuncia del aparato represivo legal se convirtió en un medio indirecto para desnudar responsabilidades corporativas y sociales con el terrorismo de Estado.

²⁴ CADHU. “Documento de denuncia”, spi, circa 1980/1981.

²⁵ Entre los impulsores del Coloquio aparecían la CADHU y en concreto el abogado Rodolfo Mattarollo, referente de la sede parisina.

²⁶ MIGNONE, Emilio (Centro de Estudios Legales y Sociales). “El caso argentino: desapariciones forzadas como instrumento básico y generalizado de una política”. Coloquio Internacional “La Política de desaparición forzada de personas”, Senado de la República Francesa, 31/2-1/2/1981. En: AMORÓS, Mario (coord.) *Argentina en el Archivo de IEPALA (1976-1983)*. Madrid: IEPALA, 2011, p. 315.

en 1977, la “Junta militar necesita vitalmente ocultar a la opinión pública nacional y sobre todo mundial, el número de prisioneros políticos para ‘cuidar’ su ya deteriorada imagen internacional y para intentar diferenciarse de las dictaduras militares chilena y uruguaya, ya definitivamente condenadas por los actos de verdadero genocidio cometidos contra sus pueblos”²⁷.

Pero ¿qué nuevo valor asumió para los exiliados la denuncia de esa “institucionalidad del terror”²⁸ cuando en el contexto de la visita de la CIDH a la Argentina los militares usaron la ley²⁹ con la pretensión de pasar al terreno de lo público y de lo institucional aquel “genocidio”³⁰ que venían perpetrando en la clandestinidad y a través de procedimientos extrajudiciales y absolutamente violentos?

En este contexto, los exiliados percibieron que la Junta militar pretendía avanzar hacia el borramiento de los crímenes clandestinos, diluyendo las responsabilidades penales de los perpetradores y cercenando a los familiares de las víctimas cualquier posibilidad de justicia futura. Desde el exilio se planteó que las leyes sobre “ausentes para siempre”³¹ respondían a una doble estrategia

²⁷ CADHU, ob cit, 2014, p. 69

²⁸ CADHU. “La ruptura de la legalidad constitucional en Argentina, 1983”....

²⁹ Me refiero a los decretos-leyes 22.062 (5/9/1979) y 22.068 (12/9/1979) que regulaban por una parte el tema de “jubilaciones, pensiones y prestaciones no contributivas” de los “ausentes del lugar de su residencia o domicilio”; y por la otra, habilitaban por vía *express* a certificar el fallecimiento presunto de los “desaparecidos”. La Ley 22.062 pretendía “regularizar la situación que aflige a un número de familias argentinas, motivada por la ausencia prolongada y el destino de algunos de sus integrantes, como consecuencia de los graves eventos que afrontó nuestro país en el pasado reciente” (Boletín Oficial de la República Argentina (BORA), 12/9/1979). Como explicaba la CIDH, esta ley establecía que transcurrido un año de ausencia de la persona, se “facultaba a quienes tuvieran un derecho reconocido por las leyes nacionales de jubilaciones y pensiones o de prestaciones no contributivas, subordinado a la muerte de esa persona, a ejercerlo en la forma prescrita por la presente ley” (CIDH, 1980). La Ley 22.068 establecía que “podría declararse el fallecimiento presunto de la persona cuya desaparición del lugar de su domicilio o residencia [...] hubiese sido fehacientemente denunciada entre el 6 de noviembre de 1974, fecha de declaración del Estado de sitio [...] y la fecha de la presente ley” (CIDH, 1980).

³⁰ En el contexto de la visita de la CIDH a la Argentina (6-20/9/1979) y mientras los militares aprobaban los decretos-leyes que pretendían dar una respuesta al “problema de los desaparecidos”, desde diversas comunidades del exilio, por caso España, se agitó la consigna “Contra la legalización del genocidio”. Véase por ejemplo: Centro Argentino de Madrid. *Contra la legalización del genocidio. Presencia Argentina. Periódico del Centro Argentino de Madrid*, año 1, nº 1, octubre 1979, p. 2.

³¹ “Ausentes” fue la calificación incluida en las leyes para referirse a los “desaparecidos” y fue la expresión utilizada en julio de 1979 por el general Roberto Viola en declaraciones ante la prensa española. En la coyuntura de aprobación de las leyes, el Ministro del

exculpatoria dirigida hacia la opinión pública nacional e internacional. Como sentenciaba el Centro Argentino de Madrid, las leyes fueron el último recurso para “legitimar el genocidio mediante la declaración judicial de fallecimiento de los desaparecidos”.³² Como declaraban los exiliados ante la prensa internacional, las leyes eran una continuidad de la política oficial de silencio y negación que tenía su clímax en esta “cruel farsa legal”³³, fruto del “cinismo de la dictadura” y del “ingenio de sus juristas”³⁴. Un intento de formatear por medio de un decreto-ley un “pasado a la carta”³⁵.

En esta coyuntura, la denuncia de la nueva “aberración jurídica” llevó al exilio a clarificar sus implicancias presentes y futuras.³⁶ Presentes porque facultaba al Poder Judicial a dar “oficialmente por muertos y de manera unilateral a los “desaparecidos”³⁷, y todo esto, como señalaba la CIDH, sin que el Estado movilizara sus recursos para identificar y castigar a los responsables de las desapariciones, para esclarecer las circunstancias de los secuestros o para localizar los lugares donde pudieran haber

Interior, general Albano Harguindeguy, confirmó que en Argentina “no había desaparecidos, sino muertos no registrados” y aclaró que en el país no había “más presos políticos que los reconocidos oficialmente”. El reconocimiento de las “desapariciones”, un cambio de postura del gobierno argentino. *El País*, Madrid, 25/8/1979.

³² Centro Argentino de Madrid. La OEA y el terrorismo de Estado. *Presencia Argentina. Periódico del Centro Argentino de Madrid*, año 1, nº 1, octubre 1979, p. 6.

³³ Dos años después de la promulgación de las leyes, la CADHU declaraba ante las NNUU que “el propio Estado dictatorial ha tratado de dar amparo normativo a la acción del Estado terrorista y clandestino, la otra faceta de este modelo de Estado de excepción, arquetípico de los regímenes implantados en los países del Cono Sur de América Latina. La prueba de ello lo constituye el dictado de la ley nº 22.068, del 12 de septiembre de 1979, en virtud de la cual tanto el Estado como un pariente pueden declarar muerta a cualquier persona “desaparecida” durante los cinco años previos, sin que el propio Estado arbitre normas investigativas sobre las circunstancias de modo y lugar en que se produjeron esos presuntivos fallecimientos, intentando así legalizar el crimen de las víctimas sujeto de tal declaración”. CADHU. La violación sistemática de los Derechos Humanos persiste en la República Argentina. En: AMORÓS, Mario (coord.) *Argentina en el Archivo de IEPALA (1976-1983)*. Madrid: IEPALA, 2011, p. 415.

³⁴ Centro Argentino de Madrid. La OEA y el terrorismo de Estado, ob cit., p. 6.

³⁵ Protestas argentinas por “muerte” de desaparecidos. *El Periódico de Catalunya*, Barcelona, 1/9/1979.

³⁶ La revista *Testimonio Latinoamericano* de Barcelona – vocera del peronismo en el exilio – calificaba a las leyes como un “intento de “solución final” del problema de los desaparecidos” y reflexionaba sobre su impacto en la denuncia exiliar: “¿Podían haber pergeñado los amanuenses de la Junta un engendro jurídico tan infortunado y más idóneo para levantar un huracán de protestas?” (año I, nº 1, marzo/abril 1980, p. 6).

³⁷ Salvemos a los desaparecidos en Argentina. *Tele/éXpres*. Barcelona, 28/8/1979.

sido inhumados aquellos detenidos que estuvieran muertos³⁸. Futuras porque como denunciaban la Comisión de Solidaridad de Familiares de Muertos, Presos Políticos y Desaparecidos de Barcelona (COSOFAM) y la Casa Argentina de Catalunya, la Junta estaba desarrollando un “burdo intento por lavarse las manos ante los por lo menos quince mil detenidos-desaparecidos que el terrorismo de Estado torturó y asesinó³⁹”, buscando, como denunciaba la CIDH, incapacitar a los familiares para proseguir acciones penales futuras o incluso para recurrir al *habeas corpus* con el fin de investigar la desaparición⁴⁰.

En este contexto, el exilio manifestó que el pasado no pasaría por medio de decretos-leyes. Frente a la estrategia militar de cimentar un “doble cementerio” (“muertos reales y legales”⁴¹), los exiliados levantaron una bandera con cuatro consignas fundamentales: “aparición con vida de todos los desaparecidos”, “derogación de toda norma jurídica que intentara legalizar el genocidio”, “liberación de todos los presos políticos” y “plena vigencia de los derechos humanos”.⁴²

En definitiva, la sanción de estas leyes pareció confirmar a los exiliados la utilidad de una denuncia integral de la represión. La normativa sobre los “ausentes para siempre” daba cuenta de que cuando los militares no pudieron seguir administrando las desapariciones en el terreno de lo clandestino, el secreto y el silencio, las pasaron al aparato legal público, convertidas en meras certificaciones oficiales de muerte. De esa peculiar modalidad de muerte violenta, que no acreditaba cadáver, responsables, ni circunstancias.

³⁸ CIDH. *Informe sobre la situación de los Derechos Humanos en Argentina*. Washington: O.E.A., 1980. Disponible en: <http://desaparecidos.org/nuncamas/web/document/internac/cidh79/03b.htm#F.Las Leyes sobre Desaparecidos>

³⁹ Campaña de solidaridad con presos y desaparecidos en la Argentina. *El Periódico de Catalunya*, 9/7/1980.

⁴⁰ Sobre la opinión de la CIDH sobre las leyes, véase: <http://desaparecidos.org/nuncamas/web/document/intemac/cidh79/03b.htm#F.Las Leyes sobre Desaparecidos>

⁴¹ Palomares, Alfonso. Argentina: muertos reales, legales. *El Periódico de Catalunya*, Barcelona, 8/9/1979.

⁴² Centro Argentino de Madrid. *Contra la legalización del genocidio*, ob cit, p.2.

¿En qué medida la denuncia de la legalidad represiva dictatorial comprometió modalidades de exilio?

Aunque una de las singularidades del exilio dictatorial radica en que el grueso de las salidas no fueron sancionadas por procedimientos jurídico-legales, sino determinadas por el contexto político y asumieron la forma de huidas y fugas⁴³ –consecuencias directas o indirectas de la represión estatal o paraestatal –; la dictadura argentina también aplicó penas de destierro y de expulsión/deportación a individuos y conjuntos específicos de la población.

Curiosamente, dos modalidades de exilio legal/normativizado resultaron foco de atención desde momentos tempranos de la acción colectiva de los desterrados. Por un lado, la situación que vivían asilados y refugiados latinoamericanos residentes en el país; y por el otro, la situación de los presos políticos que pretendían utilizar el derecho constitucional de “opción” para salir del país.⁴⁴

¿Por qué hacer foco en esas modalidades de exilio para denunciar la pseudojuricidad represiva?, ¿En qué medida permitían mostrar la verdadera matriz punitiva dictatorial que no se agotaba en sus reglas formales y públicas, que eran sistemáticamente flexibilizadas y rebasadas en los hechos?, ¿De qué forma lo vivido

⁴³ Considero que la modalidad prioritaria de concretar el exilio en Argentina no fue ajena a su matriz represiva dominante: la desaparición forzada y el centro clandestino de detención. La mayoritaria modalidad de exilio-huida asume de hecho algunas marcas propias del universo de lo represivo extrajudicial y clandestino: fueron salidas informales, más o menos precipitadas, configuradas por el miedo, viajes subrepticios, secretos, silenciosos y silenciados, desfigurados por el Estado y autonegados, y que por regla general carecieron de impronta normativa o burocrática. Estos exilios-fuga distinguen la experiencia de expatriación argentina de la chilena donde los decretos de expulsión, los extrañamientos públicos y las prohibiciones legales de retorno – aún tampoco siendo las modalidades más numerosas – han permitido afirmar de forma más clara y menos controvertida (tanto en el debate público como en la academia) que el exilio fue una práctica represiva contemplada por el régimen pinochetista.

⁴⁴ La “opción” es un derecho contemplado por la Constitución Nacional (art. 23) que establece que cuando por determinado clima político o estado de conmoción interior, el presidente declara el Estado de sitio, el Ejecutivo tiene la prerrogativa de trasladar a detenidos considerados peligrosos dentro del territorio del país y eventualmente concederles el beneficio de salir del mismo.

por asilados y refugiados latinoamericanos y presos políticos-opcionados expresaba el nítido “concubinato entre la legalidad dictatorial y la violencia clandestina”, conceptos que como afirmaba la CADHU, lejos de ser “antagónicos”, se “complementaban entre sí retroalimentándose” en la dinámica punitiva dictatorial?⁴⁵.

En marzo de 1977 y como ampliación de sus primeras denuncias de alcance internacional ante el Congreso de los EEUU⁴⁶, la CADHU publicaba en Madrid *Argentina: Proceso al genocidio*. La prensa española lo consideró el primer retrato de la “tragedia” que vivía la Argentina y “uno de los golpes más contundentes en el plano de la difusión internacional acerca de la política criminal” del gobierno militar surgido del “golpe de Estado más fascistizante que recuerde la historia del país sudamericano” (*El País*, 10/4/1977). En ese documento, la CADHU confirmaba que si Argentina había sido lugar de amparo y protección para las “víctimas de la persecución política y social” que habían salido de sus países tras los sucesivos golpes en Bolivia (Hugo Banzer), Uruguay (Juan María Bordaberry) y Chile (Augusto Pinochet)⁴⁷; desde el verano de 1974 y la muerte del presidente Juan Domingo Perón (1/7/1974) y sobre todo desde 1975, se había convertido en una trampa para esos miles de ciudadanos de

⁴⁵ CADHU. “Documento de denuncia”, spi, circa 1980/1981.

⁴⁶ El 28 y 29 de septiembre de 1976, el Subcomité de Asuntos Hemisféricos de la Cámara de Representantes norteamericana escuchaba el testimonio de dos abogados argentinos perseguidos por las FFAA y de Seguridad, exiliados e integrantes de CADHU. Gustavo Roca y Lucio Garzón Maceda denunciaron la situación de los Derechos Humanos en su país de origen y dieron cuenta de la persecución que estaban sufriendo refugiados y asilados latinoamericanos. Garzón Maceda recuerda que las preguntas de los diputados estadounidenses versaron principalmente sobre el número de refugiados provenientes de países vecinos residentes en Argentina (aproximadamente 15.000, de los cuales entre 2000 y 3000 estarían pidiendo asilo en terceros países); la veracidad de las noticias sobre secuestros e intimidación de los refugiados alojados en hoteles especialmente acondicionados para ellos; y sobre la actuación conjunta de policías y fuerzas militares de Argentina, Chile, y Uruguay en orden a la represión de exiliados chilenos, uruguayos y bolivianos residentes en el país. Véase: GARZÓN MACEDA, Lucio. Testimonio. La primera derrota de la dictadura en el campo internacional. En: QUIROGA, Hugo y TCACH, César (comps.), *Argentina 1976-2006. Entre la sombra de la dictadura y el futuro de la democracia*. Rosario: UNL-Homo Sapiens, 2006, pp. 233-270.

⁴⁷ La CADHU incluía también la situación de paraguayos y brasileños que habían iniciado tempranamente un “verdadero éxodo hacia Argentina”, como consecuencia de la instalación de dictaduras, ahora ya consolidadas (CADHU, 2014, p. 94).

países de la región instalados como estudiantes, asilados, refugiados, inmigrantes con residencia permanente o transitoria.⁴⁸

Para la CADHU, la situación de refugiados y asilados latinoamericanos⁴⁹ revelaba en forma nítida la verdadera naturaleza del régimen militar argentino. El análisis de la operatoria represiva (prácticas de inteligencia, persecución, detención ilegal, tortura, muerte, desaparición, expulsión, repatriación forzada, transferencias ilegales y accionar extraterritorial), de los comportamientos que punía, de la identidad de los perpetradores y del cuadro de derechos que conculcaba⁵⁰, mostraba una lógica común de actuación del Estado terrorista argentino sobre uruguayos, chilenos, paraguayos, bolivianos, brasileiros o peruanos residentes en el país y sobre su

⁴⁸ En un documento elaborado en junio de 1978 por juristas uruguayos y firmado por Leandro Despouy -, integrante del Comité Directivo del Secretariado Internacional de Juristas por la Amnistía en Uruguay -, se reconocían varias categorías de refugiados en la Argentina: 1. personas con asilo político formalmente concedido por el gobierno (Zelmar Michelini y Enrique Erro); 2. personas beneficiadas por el procedimiento simplificado de tramitación de residencia permanente para extranjeros llegados antes del 1/1/1974; 3. personas que gozaban de protección y ayuda del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR); 4. refugiados de hecho, es decir, los que buscaban un permiso de radicación pero no estaban registrados como exiliados aunque su salida del país de origen obedeció a motivos políticos; y 5. personas para quienes Argentina era un segundo país de refugio (muchos de los latinoamericanos que procedían de Chile. Archivo CEDINCI.

⁴⁹ La situación de paraguayos y chilenos residentes (exiliados políticos, militantes en tránsito desplegando política extraterritorial, antiguos inmigrantes devenidos en perseguidos políticos o en actores políticos y asilados territoriales) en Argentina viene despertando un creciente interés historiográfico. Pueden verse entre otros: HALPERN, Gerardo. *Etnicidad, inmigración y política. Representaciones y cultura política de exiliados paraguayos en Argentina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009. AZCONEGUI (2014), LASTRA, Soledad y PEÑALOZA, Carla. *Asilos en dictaduras: chilenos en la embajada argentina*. *Perfiles Latinoamericanos*. México: FLACSO, México, 24 (48), pp. 83-109, 2016. Disponible en: <http://perfilesa.flacso.edu.mx/index.php/perfilesa/article/view/724/667>, CASOLA, Natalia. Continuidades y rupturas en la actividad de la DIPBA sobre los exiliados chilenos (1973-1990). Algunas notas sobre la función de la inteligencia estatal en el pasado reciente. En: *II Jornadas de Trabajo de la Red de Estudios sobre Represión y Violencia Política*. Buenos Aires: IDAES, UNSAM, abril 2016. Inédito.

⁵⁰ Por referencia a instrumentos jurídicos humanitarios internacionales (Declaración Universal de Derechos Humanos (art. 8, 14, 15), la Convención de Ginebra (art. 31, 32, 33), la Declaración sobre Asilo Territorial de las NNUU (1967), el Tratado de Derecho Penal Internacional de Montevideo (1889), la Convención sobre extradición de Montevideo (1933) y Declaración Americana de los Derechos y Deberes del Hombre (1948)), la CADHU denunciaba la vulneración de los derechos de circular libremente y elegir su residencia en el territorio de un Estado; salir de cualquier país incluso del propio y regresar; buscar asilo y disfrutar de él en cualquier país; no ser expulsado o devuelto a un territorio donde la vida o libertad peligrase por causa de raza, religión, nacionalidad, pertenencia a determinado grupo social o por opiniones políticas; y no ser detenido o desterrado en forma arbitraria.

población nativa. Lógica que no se reducía al uso de los resortes represivos legales, sino al sostenido incremento de modalidades clandestinas y procedimientos extrajudiciales que fueron configurándose desde antes del golpe y que combinados tras el quiebre institucional con la rigurosa “legislación de facto” de la Junta militar, terminaron por imponer un tipo de Estado que, a juicio de la CADHU, modificó “la relación entre el aparato represivo y los aparatos ideológicos”, eliminando los límites a la “antijuridicidad” que un Estado de derecho se obliga a respetar.⁵¹

En *Proceso al genocidio*, la CADHU asumía el diagnóstico de otras organizaciones humanitarias como Amnistía Internacional (AI)⁵² y la Comisión Internacional de Juristas (CIJ) y denunciaba que las restricciones, la intimidación, los ataques y la persecución directa sobre la población de origen extranjero residente en la Argentina y en particular sobre los fugitivos de otros países de la región, no se había iniciado con el golpe de Estado del 24 de marzo de 1976. Desde su perspectiva, el verano de 1974 fue el punto de arranque de la coordinación policial y militar entre los países de la región en orden al intercambio de información y para la cooperación represiva política e ideológica sobre el universo de los refugiados y asilados. En este contexto, la CADHU señalaba que “el gobierno de la Junta Militar no innovó al respecto. Siguió exactamente la misma política, con la diferencia de que extendió y profundizó la empresa persecutoria”.⁵³ La sucesión de eventos represivos durante el primer año de gobierno militar incluía, a juicio de la CADHU, desde la intensificación de los mecanismos de control estatal, imponiendo a los asilados la obligación de actualizar la información acerca de sus domicilios y renovar mensualmente los permisos de permanencia; el secuestro de exiliados notables como el general Juan José Torres – ex presidente

⁵¹ Duhalde, Eduardo, *El terrorismo de Estado y la Doctrina de la Seguridad Nacional en la República Argentina*, sin fecha (presumiblemente finales de 1977). Archivo Nacional de la Memoria. Colección CADHU, Caja 28: Cuadernillos/Volantes y Catálogos.

⁵² En su informe de la vista al país de diciembre de 1976, AI ratificaba que desde el gobierno de Isabel Perón la seguridad de los refugiados latinoamericanos se fue deteriorando. En forma progresiva, “ser extranjero, terminó por ser equivalente de ser “subversivo” y los refugiados chilenos se convirtieron en el blanco privilegiado de amenazas, intimidación y muerte de grupos paraestatales. Amnistía Internacional. *Informe de la misión de AI a la República Argentina*, 5-7/11/1976. Barcelona: Blume, 1977, p. 56.

⁵³ CADHU, ob cit, 2014, p. 97.

de Bolivia (mayo 1976), cuya detención fue negada por el gobierno y cuyo cadáver apareció pocos días después acribillado a balazos –, o el de los legisladores uruguayos, Zelmá Michelini y Héctor Gutiérrez Ruiz (mayo 1976) – arrancados violentamente de sus domicilios, torturados y asesinados por militares argentinos en connivencia con sus pares uruguayos –, hasta los ataques a los hoteles Hilton y del Pino de la ciudad de Buenos Aires donde estaban alojados 110 refugiados (y sus familiares) bajo protección de NNUU; y también el asalto a las oficinas de la Comisión Católica Argentina de Inmigración (9/6/1976) para consumir el robo de más de 2000 legajos de refugiados.

La otra modalidad legal de exilio que ocupó el interés de los expatriados fue la “opción”. Modalidad compleja que tal como la recogía el texto de la Constitución argentina de 1853 no era una pena, sino un derecho⁵⁴ que durante la vigencia del Estado de sitio y en suspensión de las garantías constitucionales, debía operar como único reaseguro para las personas detenidas sin causa ni proceso y como límite a los nuevos poderes que en esas circunstancias concentraba el Ejecutivo. Sin embargo, la Junta militar argentina⁵⁵ actuó primero suspendiendo la “opción” y renovando esa suspensión, aplicando esa suspensión de forma retroactiva y luego reglamentando su aplicación y haciendo un uso arbitrario y discrecional que limitó ese derecho a

⁵⁴ Recordemos que la Constitución de 1853 fue redactada sobre la base de las ideas de un emigrado político del gobierno de Juan Manuel de Rosas (1835-1852), Juan B. Alberdi. Como explican SZNADJER y RONIGER (2013), en la primera mitad del XIX, el exilio funcionaba como instrumento de regulación política y como forma de evitar el desangramiento de las elites y la reproducción de una lógica de guerra civil permanente. Las transformaciones de las comunicaciones a lo largo del siglo XX y la gravitación adquirida por la esfera pública internacional como caja de resonancia y de reimpulso de la actividad política de los exiliados, incidieron en la funcionalidad de ciertas instituciones decimonónicas (“opción”) e impactaron en la lógica de los actores estatales. Así los militares argentinos asumieron que la “guerra contra la subversión” no reconocía fronteras territoriales y que la libertad de quienes promovían “ideas disolventes” debía ser regulada, restringida o anulada. Véase: SZNADJER, Mario y RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*, México: FCE, 2013.

⁵⁵ Sobre la compleja maraña de decretos, actas y leyes referidas al derecho de opción bajo imperio del estado de sitio, véase nota 6 del Capítulo “El derecho a la libertad” del Informe de la visita de la CIDH de la OEA a la Argentina, 1980. Disponible en: <http://desaparecidos.org/nuncamas/web/document/internac/cidh79/04.htm#C.Derecho de opción para salir del país>.

una mera petición.⁵⁶ Asimismo, operó prohibiendo y penalizando el retorno de los opcionados salvo autorización del Poder Ejecutivo. Todo esto en consonancia con la estrategia represiva dominante durante el “Proceso de Reorganización Nacional” (violencia criminal) y desde la convicción de las autoridades castrenses que salida del país de opositores políticos no sólo podría tener consecuencias en términos del cerco internacional –y desde lo que la Junta calificaba como “difamar”, “crear patrañas contra la Argentina” o promover “campañas antiargentinas” –, sino desde el fortalecimiento de la oposición. La Junta entendía los presos opcionados podían usar el exilio como retaguardia, donde rearmarse y volver a la “guerra” (contraofensivas).

Si bien la Junta Militar no innovó en lo fundamental en la lógica que subyacía a las políticas de restricción y reglamentación del derecho de “opción” puestos en práctica desde abril de 1975 y hasta el 11 marzo de 1976 – en una línea de expansión represiva que partiendo de la limitación en su aplicación (decreto 807, BORA 7/4/1975) y pasando por la prohibición a que sus beneficiarios permanecieran en el continente americano (decreto 642 BORA, 17/2/1976) y que llegó a convertirlo en pena de destierro porque criminalizaba el retorno de los “opcionados” (decreto 908 BORA, 17/3/1976) –; lo cierto es que en un contexto de cárceles pobladas por miles de presos políticos que sufrían la rigurosidad de las condiciones de encierro y estaban sometidos a la ley de fugas –; la “opción” pasó a ser una de las cifras del Estado de excepción.⁵⁷ Aquel donde el poder omnímodo es capaz de mover incluso los límites de lo anormal,

⁵⁶ Decía Carlos Brocato: ¿Qué otra cosa que destierro ordenado ha sido el artilugio leguleyo con que la dictadura transformó la “opción para salir del país” bajo Estado de sitio? Curiosa opción la que quedó después: el que optaba era el Poder Ejecutivo. Primero confinaba al reo de un modo singular en una institución carcelaria, en un campo de concentración clandestino o en un mero y tenebroso ‘chupadero’. Como se ve, este peculiarísimo Poder Ejecutivo-Dictadura se autoconfería opciones varias. Podía mantenerlas o cambiarlas, u otorgar la gracia de que el sospechoso se marchara a perpetuidad del país, porque perpetuo era el estado de sitio”. BROCATO, Carlos. *El exilio es nuestro*. Buenos Aires: Sudamericana-Planeta, 1986, p. 74.

⁵⁷ Sugerimos atender a la especial preocupación del gobierno militar por la “opción, consultando las *Actas Secretas de la Junta Militar* encontradas en el Edificio Cóndor. Disponible en: <http://www-archivosabiertos.com/>

para inscribir jurídica o fácticamente otras excepciones (métodos ilegales y prácticas clandestinas).⁵⁸

La ambigüedad de la institución de la “opción” y el uso discrecional que hizo de ella la Junta militar, enfrentó a los exiliados a una nueva disyuntiva en la denuncia. Si por una parte, la suspensión de la “opción” los orientó a luchar por su restablecimiento, efectivización plena y agilización⁵⁹; por la otra, comprendieron que mientras la “opción” servía a la Junta para mostrar interna e internacionalmente que los militares respetaban la Constitución Nacional, en la práctica ese derecho constitucional devenía una forma de destierro institucionalizado. Para quienes estaban presos sin causa ni proceso y aún para quienes el Poder Ejecutivo evaluaba como ciudadanos que no constituían un “peligro” para para “la paz y la seguridad de la Nación”⁶⁰, el derecho a recuperar la libertad plena e inmediata no fue tal. A lo sumo podían acogerse a solicitar la libertad vigilada o a peticionar – muchas veces de manera infructuosa – su salida del país.⁶¹ En tal sentido, la “opción” se tornó un “destierro ordenado” que desnudaba el poder omnímodo y arbitrario que concentró la Junta. Como denunciaba Hipólito Solari Yrigoyen desde

⁵⁸ En los últimos años, la producción académica ha comenzado a interesarse por la reconstrucción sistemática de las articulaciones entre detenciones (legales-ilegales) y exilios (expulsiones, “opciones”, salidas requeridas, etc.). Entre los trabajos centrados en presos políticos opcionados y sobre la imbricación de las faces legal y clandestina de la represión, véase VAN MEERVENNE, Michel. *Buscar refugio en un lugar desconocido. El exilio argentino en Bélgica (1973-1983)*. Buenos Aires: UNSAM, 2016. Tesis de maestría inédita. PISARELLO, Virginia. Los presos políticos de la última dictadura y la opción del exilio. El caso de la cárcel de Coronda. En: JENSEN, S. y LASTRA, S (eds.). *Exilios: militancia y represión Nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata: EDULP, 2014, pp. 283-307.

⁵⁹ CADHU, ob cit, 2014, p. 40.

⁶⁰ Sobre la dinámica dictatorial en concesión de la “opción”, véase Los Decretos Secretos y Reservados del Poder Ejecutivo correspondientes al período 1976-1983. Disponibles en: <https://www.boletinoficial.gob.ar/#!extras/38>

⁶¹ La Asamblea permanente de Derechos Humanos de Buenos Aires elaboró en 1977 un informe en el que señalaba que el artículo 23 de la Constitución Nacional “no tolera cortapisa ni reglamentación alguna, dado que el Estado decide suspender las garantías constitucionales pero no los derechos fundamentales”. Sin embargo, la Junta primero suspendió el derecho de “opción” y luego lo reglamentó introduciendo una enorme distorsión jurídica que instituyó una fórmula “tramposa” e “ilusoria”, disponible sólo para las “familias pudientes” y limitada a la “discrecionalidad” del omnímodo Poder Ejecutivo. En este contexto tan poco auspicioso y a pesar de las dudas y con las prevenciones del caso, la APDH se inclinaba por “no desdeñar su utilización”. APDH. Consejo de Presidencia. *Despacho de la comisión n° 1 sobre derecho de opción*, 30/11/1977.

su exilio parisino, los “opcionados” tenían vedado legalmente el retorno hasta el levantamiento del Estado de sitio y por lo tanto eran candidatos a cometer un “delito de regreso ilegítimo”⁶².

¿En qué medida la apelación al Derecho era una vía eficaz de búsqueda de verdad, libertad y justicia (punitiva)?

La denuncia exiliar de la nueva institucionalidad implantada por las fuerzas de las armas contempló con especial atención no sólo las garantías procesales conculcadas por los militares (asistencia jurídica y defensa en juicio, proceso justo en tribunales imparciales y ante jueces naturales, presunción de inocencia, no retroactividad de las normas penales, presunción de inocencia), sino también el funcionamiento real del Poder Judicial, el comportamiento de los jueces de la Corte Suprema y de los tribunales inferiores ante la denuncia de violaciones a los DDHH y las dificultades que enfrentaban los abogados defensores de presos políticos y gremiales.⁶³ En el ámbito doméstico, los exiliados asumieron el desafío de utilizar – pese a su vaciamiento y perversión – las instituciones de la “justicia burguesa” exigiendo la aplicación estricta de los instrumentos jurídicos disponibles para la protección de los derechos a la vida, la integridad física, la libertad y la verdad (“opción”, amparo, *habeas corpus*⁶⁴). Pero al mismo tiempo,

⁶² PARCERO, Daniel et al. *La Argentina exiliada*. Buenos Aires: CEAL, 1985, p. 137.

⁶³ En el Coloquio Internacional sobre Desaparición Forzada de Personas celebrado en París en 1981, Roberto Bergalli (criminólogo argentino exiliado en Barcelona) recurría al informe de la CIDH para denunciar que en su país se violaba “el derecho de justicia y proceso regular en razón de las limitaciones que encuentra el Poder Judicial para el ejercicio de sus funciones, de la falta de las debidas garantías en los tribunales militares y de la ineficacia que en la práctica y en general, ha demostrado tener en Argentina el recurso de *habeas corpus*.” *Testimonio Latinoamericano*, Barcelona, enero/febrero 1981, n° 6, p. 16.

⁶⁴ En el Coloquio de París, COSOFAM explicaba que el sentido del *habeas corpus* de permitir localizar a aquellas personas detenidas por los poderes públicos era pervertido por el comportamiento de los jueces, que decían ignorar quiénes eran los autores de los secuestros,

exploraron otras formas del Derecho (Derecho Internacional Humanitario) y otros ámbitos jurídicos y no sólo para la búsqueda de verdad y respeto del debido proceso, sino incluso imaginando a la justicia como territorio donde dirimir responsabilidades penales.

En este contexto, mientras los exiliados denunciaban que la Constitución Nacional se había convertido después del 24 de marzo de 1976 en mera referencia formal, continuaron propiciando que víctimas y familiares apelaran a ella e incluso a la normativa de excepción que la Junta promovió, de cara a intentar conseguir la libertad de los detenidos sin causas ni proceso, la mejora de las condiciones de detención de los presos legales o la localización de los que se encontraban en situación de desaparición. Así, en la Navidad de 1977, COSOFAM Madrid en solidaridad con los Familiares de Argentina recurría al pueblo y a las instituciones del Estado español para fortalecer su reclamo a la Junta militar de una “Navidad en Paz” consecuencia de una “Navidad con Justicia”. En el petitorio reclamaba por “la aparición de los desaparecidos y la liberación de los detenidos por razones políticas sin causa ni proceso y/o la opción para salir del país”, pero también por “el juzgamiento de los detenidos que tuvieran causa y/o proceso de acuerdo a la Constitución Nacional y a las leyes”.⁶⁵

En paralelo al uso crítico de las leyes y de la justicia doméstica, los exiliados apelaron a los instrumentos internacionales humanitarios generales y específicos y a las principales organizaciones de ámbito internacional o regional (NNUU, OEA), primero con la intención de denunciar la desprotección jurídica que se

negándose a continuar las investigaciones porque “esto ya no es de su competencia” (COSOFAM Buenos Aires. La búsqueda de los detenidos-desaparecidos en Argentina”. En: AMORÓS, ob cit, 2011, p. 214). En la misma línea, en agosto de 1981, la CADHU denunciaba ante la Comisión de DDHH de NNUU que el comportamiento de las autoridades castrenses “intimidando” y a la vez “dando esperanza” a los familiares sobre la aparición de las víctimas si hay un reintegro silencioso a sus hogares”, hizo que éstos se abstuvieran de “presentar denuncias e interponer recursos de *habeas corpus*, remedio judicial absolutamente enervado en su eficacia pero que cumple fines registrales del número de víctimas”. CADHU. La violación sistemática de los derechos humanos persiste en la república Argentina, Ginebra, agosto 1981. En: AMORÓS, ob cit, 2011, p. 412.

⁶⁵ COSOFAM Madrid. La paz se construye con la justicia, diciembre 1977. En: AMORÓS, ob cit, 2011, p. 126.

vivía en la Argentina⁶⁶; y desde el mediodía del “Proceso de Reorganización Nacional (1979-1981), en búsqueda de un horizonte de justicia punitiva. En ese contexto, fue habitual que los exiliados recurrieran a la Declaración Americana de Derechos y Deberes del Hombre para denunciar la vulneración del derecho de justicia (Art XVIII) y al proceso regular (Art XXVI) o a la Convención Americana sobre Derechos Humanos para criticar el incumplimiento de principios y garantías procesales básicas, a saber: la no retroactividad de las normas penales, la aplicación de la ley penal más benévola, la presunción de inocencia, el derecho a un juicio imparcial y por tribunales competentes e independientes y el derecho a la asistencia profesional y técnica del reo (Arts. 8 y 9).

Si bien dudaban que la eficacia de los instrumentos internacionales humanitarios pudiera ir más allá de una condena política o moral al país; su uso respondió a la necesidad de traducir la situación interna a escala global⁶⁷, de multiplicar la solidaridad internacional y de avanzar por la vía de la justicia buscando los resquicios que les permitieran que las condenas no quedaran reducidas a gestos políticos contra el Estado, sino que derivaran en alguna forma de persecución y castigo de los individuos comprometidos en la violación de los DDHH en su país. En este contexto, los exiliados por un lado, exploraron las posibilidades que ofrecía el espacio público internacional y apelaron a su vigente arsenal normativo para exigir protección jurídica frente a las violaciones DDHH; y, por el otro, avanzaron para que sea desde la utilización de las Convenciones de Ginebra de 1949 y sobre Imprescriptibilidad de Crímenes de Guerra y contra la Humanidad (1968) o desde la elaboración de nuevos instrumentos jurídicos (algún tipo de Convención Internacional sobre Desaparición Forzada

⁶⁶ En *Argentina. Proceso al Genocidio*, la CADHU se asumía como la parte acusadora por las “violaciones graves, masivas, sistemáticas y persistentes de los derechos humanos, civiles, económicos y sociales” que estaba perpetrando la Junta Militar. (CADHU, ob cit, 2014, p. 173).

⁶⁷ En esta línea cabe entender la atención brindada tempranamente a la agresión contra asilados y refugiados instalados en la Argentina. Siguiendo la senda abierta por Chile, los exiliados argentinos convirtieron a asilados y refugiados en cifra del Estado terrorista y la forma más idónea de mostrar que lo que ocurría en Argentina era una afrenta contra la comunidad internacional toda y por lo tanto un crimen internacional. Sobre Chile, véase: BASTÍAS SAAVEDRA, Manuel. *Sociedad civil en dictadura. Relaciones transnacionales, organizaciones y socialización política en Chile (1973-1993)*. Santiago de Chile: Ediciones Santiago Alberto Hurtado, 2013.

de Personas) fuera posible perseguir más temprano que tarde a los responsables del delito más aberrante del gobierno dictatorial argentino: la desaparición forzada de personas.

Mientras en Argentina se multiplicaban los gestos políticos y normativos que apuntaban a que los militares pretendían cerrar (sin verdad ni justicia) el “problema de los desaparecidos”⁶⁸, los exiliados de Argentina⁶⁹ y de otros países latinoamericanos junto con familiares de víctimas y representantes del amplio espectro de organizaciones humanitarias de ámbito nacional y transnacional⁷⁰, más varios juristas de gran trayectoria en el Derecho Penal e Internacional Humanitario⁷¹ movilizaron varios eventos internacionales⁷² que hicieron visible la posibilidad de usar o crear instrumentos jurídicos para enfrentar a las dictaduras de la Doctrina de la Seguridad Nacional y en un futuro juzgar penalmente a los culpables de violaciones a los Derechos Humanos.

De este modo, entre 1979 y 1981, la relación de los exiliados con el universo de lo jurídico-legal comenzó a transitar por nuevos territorios. Mucho antes que la caída de la dictadura argentina

⁶⁸ Me refiero a la aprobación de las leyes de “desaparecidos” (22.062 y 22.068). Para un análisis más acabado del contexto político nacional e internacional, véase: JENSEN, Silvina. Los exiliados argentinos y la Justicia. Desde la denuncia de la vulneración del derecho al debido proceso a la lucha por un “Núremberg” (1976-1981). *VIII Jornadas de trabajo sobre Historia Reciente*, Rosario, UNR, Facultad de Arte y Humanidades, 10-12 agosto de 2016b. Inédito.

⁶⁹ En particular aquellos que hicieron del derecho y de su práctica profesional la forma de hacer efectiva su militancia humanitaria en el destierro: entre otros, Rodolfo Mattarollo, Eduardo Duhalde, vinculados a la CADHU y Roberto Bergalli y Enrique Bacigalupo.

⁷⁰ Entre otras el Servicio de Paz y Justicia, la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, la Liga Argentina de Derechos Humanos, la Comisión de Familiares de Desaparecidos, las Madres de Plaza de Mayo y el Centro de Estudios legales y Sociales de Argentina; la Asociación Internacional de Juristas Democráticos, el Centro Internacional para la Independencia de Jueces y Abogados, la Comisión Internacional de Juristas, la Federación Internacional de Derechos Humanos, el Movimiento Internacional de Juristas Católicos, la Unión Internacional de Abogados, Acción de los Cristianos para la Abolición de la Tortura, la Asociación Francesa de Paz y Justicia, Comité Católico contra el Hambre y por el Desarrollo y el Instituto de Derechos Humanos del Foro de París, entre otras.

⁷¹ Por ejemplo, Louis Joinet, integrante de la Subcomisión de Prevención de Discriminaciones y Protección de las Minorías de la Comisión de Derechos Humanos de NNUU; Héctor Faúndez Ledesma, Edmond Pettiti o Victoria Abellán, autores de proyectos de Convención sobre Desaparición Forzada debatidos por los exiliados argentinos.

⁷² Entre otros, el I Coloquio Internacional sobre Desaparición Forzada de Personas de París (enero 1981), el I y II Congresos Latinoamericanos de Familiares de Detenidos Desaparecidos (San José de Costa Rica y Caracas, enero y noviembre de 1981) y el III Congreso de FEDEFAM (Caracas, junio 1982).

estuviera cercana y cuando la forma de la salida del régimen militar resultaba difícil de precisar, desde el exilio empezaron a ser debatidas cuestiones que serían piedras angulares de la transición democrática. A saber, 1. ¿Cómo punir a los responsables de un delito cometido en la clandestinidad y cuya responsabilidad era sistemáticamente negada por los agentes estatales?; 2. ¿Qué tipo de delito eran las desapariciones forzadas y qué implicaba en términos de persecución penal definirlo como crimen contra la Humanidad y crimen internacional de acción continuada, y por tanto imprescriptible?, 3. ¿Cómo podía aplicarse la jurisdicción penal universal nacida en Núremberg a la persecución de los culpables de desapariciones forzadas en Argentina?; 4. ¿Qué valor tenía trabajar en la articulación de un instrumento jurídico nuevo como la Convención internacional de desaparición forzada para el caso de una dictadura que venía operando clandestinamente desde 1976?; 5. ¿En qué medida el caso argentino sólo habilitaba el uso de los actuales marcos normativos del Derecho Internacional o de la legislación penal del país, para no caer en una aplicación retroactiva de la ley y para evitar hacer de la justicia el territorio de los vencedores?; 6. ¿Cuáles eran los tribunales más idóneos para el juzgamiento de los responsables de las detenciones-desapariciones?, ¿los tribunales argentinos de un futuro gobierno electo por el pueblo, un tribunal internacional *ad hoc* como los de Núremberg o Tokio, una corte penal internacional a constituirse en el futuro?⁷³

A manera de cierre

Este trabajo pretendió incidir en un territorio poco explorado de la historiografía del último exilio político argentino, intentando mostrar cómo la acción colectiva de los desterrados del “Proceso de Reorganización Nacional” interpeló lo jurídico-legal, sea en la pretensión de denunciarlo y/o de utilizarlo a pesar de su perversión en

⁷³ Algunos de estos debates pueden leerse en FundaLatin. *Los desaparecidos. Propuestas para un proyecto de Convención Internacional contra las desapariciones forzadas*. Caracas, 1982

un intento desesperado por proteger los derechos humanos violados sistemáticamente por el Estado (sus aparatos y agentes vinculados); sea en la pretensión de expandirlo desde la apelación al Derecho Penal e Internacional Humanitario y desde la elaboración de nuevos instrumentos de prosecución de los responsables de aquel delito que se constituyó en la seña de identidad de la dictadura argentina: la desaparición forzada de personas.

El artículo hace foco sobre todo en los dilemas de la estrategia jurídica de los exiliados, que no fueron ajenos a la paradoja de una dictadura que operó punitivamente creando espacios de violencia inusitada, por fuera de todo control legal y desde la práctica clandestina; pero a la vez se presentó como uno de los órdenes más legalistas de la historia argentina, mantuvo formalmente la Constitución Nacional y a la vez se abocó a una frenética producción de una pseudojuricidad represiva pensada para servir a la “guerra contra la subversión” y para multiplicar sus posibilidades de enfrentar/retardar las impugnaciones, críticas y resistencias internas y externas.

En ese contexto, el primer dilema de la resistencia exiliar fue asumir que aunque la dictadura argentina procedía represivamente sobre todo de modo extrajudicial, clandestino y extremadamente violento, era importante desnudar la funcionalidad de su ropaje legal en tanto filtro disimulador de la violencia, expresión de la ideología de la Junta y su política de dominación y como amparo normativo incluso del accionar clandestino del Estado.

Del mismo modo, los exiliados asumieron que aunque el Estado negaba la existencia de perseguidos políticos y apenas admitía la presencia de “subversivos” huidos al exterior y de argentinos que habían optado por salir del país tal como estipulaba la Constitución; la persecución y represión (legal/ilegal) sobre asilados y refugiados latinoamericanos y el vaciamiento del sentido del derecho de “opción” eran suficientes para desvelar al mundo la verdadera naturaleza de la dictadura argentina.

Por último, en algunos casos reevaluando sus propias convicciones acerca del valor de la “justicia burguesa” y con enormes dudas tanto acerca de la eficacia del uso de instituciones como el *habeas corpus*, el amparo o la “opción” (en el ámbito argentino), como del impacto de los instrumentos e instituciones humanitarios del

espacio internacional; los exiliados ensayaron diferentes estrategias jurídicas que interpellaron tanto a las instituciones del país, como a las del mundo y en el mediodía del “Proceso” incluso comenzaron a pergeñar un futuro “Núremberg” en el que fueran tramitadas las violaciones a los derechos humanos que se estaban produciendo en el país.

Por todo esto, podemos concluir que si las relaciones entre los exiliados y la ley no fueron sencillas, no por ello dejaron de tener intensidad y potencial en la denuncia de la dictadura.

RECEBIDO EM: 31/08/2016
APROVADO EM: 20/10/2016

ENTRE O REFÚGIO BRASILEIRO E O EXÍLIO EUROPEU: FRAGMENTOS DE MEMÓRIA DE UM MONTONERO

*Between a Brazilian refuge and the European exile:
Fragments of memory of a “Montonero”*

Marcos Gonçalves*

RESUMO

Neste artigo abordo parte da trajetória política e pessoal do militante político argentino Miguel Fernández Long, ex-membro da organização Montoneros. Refugiado no Brasil entre 1977 e 1978, Fernández Long conseguiu exílio na Suécia, onde permaneceu até meados da década de 1980. Meu objetivo é, a partir dos depoimentos de Fernández Long, e ancorado em bibliografia delimitada sobre a temática da proscrição política, circunscrever experiências que deram significado e apoiaram o sistema de crenças da militância montonera durante a ditadura argentina, deslocando o foco de interesse das lideranças da organização para as lembranças individuais de militantes “secundários”. Tomo como referência a problemática de como uma voz que narra em modalidade pessoal no presente interatua com as vozes situadas na dimensão comunitária.

Palavras-chave: ditaduras militares e proscrições políticas; Fernández Long; memórias.

ABSTRACT

The present article treats about part of the political and personal trajectory of the Argentinean Miguel Fernández Long, a political militant and former member of the Montoneros organization. A refugee in Brazil between 1977 and 1978, he was granted asylum

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

in Sweden. Based on Fernández Long's declarations as well as on a delimited political proscription-related bibliography, intention is to be restricted to experiences that added significance and support to the Montoneros' system of beliefs during the Argentinean dictatorship, changing focus of interest from the organization leadership to individual memories of "secondary" activists. Reference used is the way how a voice expressing itself in the present relates to communitarian dimension-connected voices.

Key-words: Military dictatorships and political proscription; Fernández Long; memories.

Introdução – Horizontes

Em suas Memórias, o poeta chileno Pablo Neruda lembrou que o único personagem inesquecível de sua infância foi a chuva: frequente e impassível, a ser observada não como látego que feria as janelas da casa familiar, mas deslizando lenta e pacientemente como arte produzida por um céu cinzento¹. Nessa fronteira extrema do Chile, ao poeta nascido para a vida, para a terra, para a poesia e para a chuva, não houve tempo de vida para testemunhar e entender de pleno jovens de outra geração e outro país nascerem para a luta política, e, no limite, morrerem na política.

Se a Temuco pioneira descrita por Neruda, posto avançado da vida chilena nos territórios do sul revelava uma longa história de sangue, a também pioneira Buenos Aires, aristocrática, cosmopolita e esnobe, centro da cultura latinoamericana; foi ela mesma palco de histórias cuja dimensão trágica mostrar-se-ia em sua inteireza nas décadas em que as ditaduras civil-militares devastaram o continente. Histórias vividas como experiência contraditoriamente acelerada e descontinua do tempo histórico; histórias tragadas com impaciência, e moldadas pela vontade de transformar para além dos irreparáveis danos existenciais, físicos e afetivos daquele agora e do longo depois.

1 NERUDA, Pablo. *Confesso que vivi: Memórias*. Trad. Olga Savary. São Paulo: Difel, 1982, p. 7.

Um dos mais inquietantes significados da história argentina dos anos 1970 talvez não seja a violência em si – esta, inscrita como tatuagem política no corpo do país desde o tempo de suas mitologias fundadoras – e sim, o transbordamento dessa violência em forma de extermínio planejado e sistemático. Um extermínio equivalente àquilo denunciado por Rodolfo Walsh na célebre carta aberta escrita à ditadura militar às vésperas do seu assassinato, como sendo “o terror mais profundo que a sociedade argentina jamais conheceu”.

É dessa história coletiva gerada pela intensificação de um grau inédito de terror de Estado investido de um poder desaparecedor, nos termos empregados por Pilar Calveiro, de onde se podem depreender histórias particulares, fragmentos de militância que atravessam o tempo, instalam-se no passado vivido em refúgio e exílio, e cristalizam no presente como um projeto por justiça menos que encerrado, mas sempre em construção.

Ao empenhar-se na compreensão sobre o “confesso que vivi” do ex-militante montonero Miguel Fernández Long no período que corresponde à adesão aos Montoneros até o refúgio e o exílio entre 1977/78, este texto pretende dialogar com interpretações que, em certa medida, tendem a relativamente desconsiderar as experiências pessoais e as memórias individuais como bases possíveis de entendimento dos processos históricos mais amplos, e que estão dissociadas de grupos de elite.

Este artigo compõe-se de documentos ou “rememorações” de Fernández Long produzidos em duas situações. O primeiro, duas entrevistas concedidas pelo personagem e realizadas por mim no mês abril de 2015, nas quais também incorporo o texto “Apunte sobre la militancia de Beatriz Oesterheld”, de autoria de Fernández Long;² e, por fim, uma declaração testemunhal prestada ao Poder Judicial de la Nación, na cidade de San Martín/Argentina no dia 13 de abril de 2015. Igualmente, minha reflexão não pretende negligenciar um debate, ainda que mínimo, sobre a questão da proscrição política em

2 Além do depoimento, Fernández Long redigiu um documento sob título “Apunte sobre la militancia de Beatriz Oesterheld”, gentilmente cedido a mim, e no qual narra, entre comoção e lucidez, parte da trajetória pessoal e política de Beatriz, sua companheira até meados da década de 1970: “Sus lecturas, los comienzos y el luche y vuelve”, de onde ressalta “Un corazón brillante, una mente lúcida y ética inflexible. Su voz todavía se escucha con claridad”.

suas diversas modalidades, tendo em vista que foi essa a condição primordial que afetou a trajetória de vida de Miguel Fernández Long por quase uma década.

Por que o interesse em um militante “secundário” da organização sendo que a historiografia tem tratado, majoritariamente, a questão dos Montoneros dentro de uma grade pragmática de interpretação, e a partir de um *corpus* documental predominantemente doutrinário produzido pela voz autorizada de suas lideranças? ³ O que pode nos revelar minimamente a trajetória pessoal sobre um fenômeno histórico de tal magnitude para uma sociedade? A experiência da militância e posteriormente a proscrição do país, tomadas individualmente, poderiam representar um desafio de natureza analítica para compreendermos os fenômenos coletivos e/ou comunitários do desterro político?

Sem deixar de reconhecer o valor sintético-compreensivo do testemunho documental tradicional e de como esse testemunho é organizado pelo método histórico enquanto um discurso crítico e compreensivo sobre o passado, trata-se de pensar a experiência do indivíduo como algo que deve encontrar um lugar relacional às interpretações historiográficas ⁴. Ou, como possibilidade de tangenciar a dualidade “memória individual” e “memória normativa” consolidada na historiografia pela atribuição ao relato do personagem da ideia (ou paradigma) de “indivíduo como valor”. Tomar o indivíduo como valor, como destacou Verena Alberti, não é apenas considerá-lo uma entidade valorizada em nossa cultura individualista, o que representaria um evidente reducionismo. Mas nutrir uma

3 Especialmente: GILLESPIE, Richard. Soldados de Perón: Los Montoneros. Buenos Aires: Grujalbo, 1987. E mais recentemente: PACHECO, Julieta. Una aproximación a los antecedentes programáticos de la organización político-militar Montoneros. *Revista SAAP*. Buenos Aires, vol. 8, n. 1, p. 237-257, 2014. PACHECO, Julieta. Montoneros a la luz de su programa. *Revista THEOMAI – Estudios críticos sobre Sociedad y Desarrollo*, n. 29, primer semestre, p. 1-20, 2014. PACHECO, Julieta. Acerca del programa de la organización Montoneros: reformistas o revolucionarios. *Trabajo y Sociedad*, n. 23, 2014, p. 249-265.

4 Neste sentido, note-se o que argumenta Enzo Traverso sobre o fato de que os historiadores, no seu ofício, ao tratarem “sobre la reconstrucción y la interpretación, no tienen el monopolio de su representación. Esta última sigue diversos caminos, que los historiadores no controlan y que suelen superarlos. Su trabajo está puesto al servicio de la sociedad que lo usa como quiere. Ellos no tienen la última palabra”. TRAVERSO, Enzo. *La historia como campo de batalla*. Interpretar las violencias del siglo XX. Trad. Laura Fóllica. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016, p. 283.

imprecisa crença de que esse indivíduo, como outro, comporta a totalidade, apesar de nivelado e fragmentado. “Ele é igual perante os outros, mas é também único e singular”. É neste sentido que Alberti lança duas interrogações inspiradoras para o meu texto:

Ele é igual perante os outros, mas é também único e singular. (...) Mas em que medida a experiência individual pode ser representativa? O que faz um pesquisador procurar um indivíduo que tenha sido ator ou testemunha de determinado acontecimento ou conjuntura para fazer dele um entrevistado? Com certeza a busca de alguma informação e de algum conhecimento que aquele indivíduo detém e que o próprio pesquisador não detém⁵.

Ao longo dos últimos vinte e quatro meses, através de documentos do sistema de informações da ditadura brasileira disponibilizados pelo Arquivo Nacional Brasileiro, estudo a trajetória de refugiados argentinos que começaram a ingressar no Brasil a partir de meados de 1976, quando o *Proceso de Reorganización Nacional* mobilizado pelos militares platinos avançava na erradicação e extermínio físico dos integrantes de duas organizações armadas: o Exército Revolucionário del Pueblo (ERP) e a Organização Montoneros. Essa pesquisa preliminar resultou na produção de um artigo com informações sobre três contextos reciprocamente considerados: os refugiados e seu processo de fuga da Argentina, o papel assumido pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) na proteção a eles, e os dispositivos repressores da ditadura brasileira no enquadramento e vigilância de tais atores⁶.

O ponto central afetado por esses contextos é que caberia ao ACNUR retirar do Brasil, no mais breve prazo, centenas de pessoas às quais tinha dado proteção, e como não interessava ao país

5 ALBERTI, Verena. *Ouvir contar*. Textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 20-23.

6 GONÇALVES, Marcos. Indesejáveis “hermanos”. Os refugiados argentinos e o sistema de informações da ditadura brasileira, 1977-1979. *HIB – Revista de Historia Iberoamericana*. Santiago, vol. 8, n. 2, 2. Semestre, p. 32-53, 2015.

participar do processo de seleção de refugiados para consolidar os termos de destino final na condição de exilados, restou ao ACNUR assumir uma série de responsabilidades e exigências que, se não atendidas, colocariam seriamente em risco a vida dos refugiados argentinos. Encurralados por quatro ditaduras (Argentina, Paraguai, Chile e Uruguai), um caminho pensado pelos refugiados para sobreviverem foi o Brasil, caminho facilitado talvez pela latitude de suas fronteiras, mas ainda, por uma impressão enganosa de que os meios repressivos da ditadura brasileira estivessem iniciando um processo de refluxo.

Não obstante, é equivocada a percepção de que apenas “subversivos estrangeiros” buscaram o Brasil como realidade territorial intermediária, como os documentos da ditadura brasileira registraram de forma tendenciosa. Centenas de familiares de desaparecidos e/ou detidos, ou então, pessoas que sentiam-se ameaçadas pelas condições políticas impostas pela ditadura argentina procuraram em outra ditadura militar o impulso para recompor a vida a partir de um tríplice roteiro: fuga da Argentina, refúgio no Brasil, exílio em algum país disposto a recebê-los. Salvo juízo mais adequado, existem poucos casos registrados pela historiografia brasileira, de argentinos que optaram por uma atitude de risco extremo permanecendo e radicando-se no Brasil ⁷. Nesse aspecto, em face de uma realidade política extremamente desfavorável, a migração, que alude a um “horizonte de assimilação mais definitiva da sociedade de acolhida” ⁸, somente foi possível em casos muito isolados. Assim, a documentação que evidencia as negociações entre o ACNUR e a ditadura brasileira acaba por revelar que a diáspora argentina nesse período atingiu seus mais altos índices de frequência,

7 Ver: QUADRAT, Samantha V. Exiliados argentinos en Brasil: una situación delicada. In: JENSEN, Silvina; YANKELEVICH, Pablo. (Orgs.). *Exilios: destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Livros del Zorral, 2007, p. 63-102. QUADRAT, Samantha V. Da Argentina para o Brasil, de uma ditadura a outra. In: _____. (Org.). *Caminhos cruzados. História e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 169-204.

8 RONIGER, Luis. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios. In: QUADRAT, Samantha V. (Org.). *Caminhos cruzados. História e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 31-61.

transformando o Brasil em um dos corredores de acesso a países da Europa principalmente.

Engolfado por esse processo de diáspora em massa da Argentina, estava o jovem militante montonero Miguel Fernández Long. Sua condição impactou a minha pesquisa sobre os refugiados porque, caso raro entre seus compatriotas no refúgio, Fernández Long teve uma filha nascida no Brasil enquanto aguardava a posição oficial do ACNUR sobre o destino de exílio que acabou sendo a Suécia, como apontaram os documentos investigados⁹. E, como outros refugiados, somente conseguiu ingressar no Brasil pela cidade de Foz do Iguaçu portando documentos falsos:

Salimos en la mañana de Aeroparque en un vuelo que hacía escala en Puerto Iguazú y por lo tanto la aduana se hacía allá, donde asumimos que sería más fácil pasar. Íbamos por separados, ellos con sus documentos legales y yo con uno que tenía desde que pasé a la clandestinidad en el año 75 a nombre de Juan Domingo Montoya, DNI 103557553, nacido el 17 de octubre de 1952, creo que hicimos aduana en San Pablo el 22 o 23 de marzo de 1977 (FERNÁNDEZ LONG, 2015).

Assim, após localizar Fernández Long em Necochea, cidade localizada na costa atlântica da Província de Buenos Aires, e firmar os primeiros entendimentos para obter um depoimento, juntei à minha reflexão categorias conceituais que denotam a privação física, existencial e forçada do espaço original da cultura, além do que, aparecem como marcas emblemáticas de uma história da violência

9 Ofício n. 131 de 05 de abril de 1978, do ACNUR/PNUD ao Ministério da Justiça e cópia ao Ministério das Relações Exteriores. Cf. Arquivo Nacional – Documentos do Executivo e do Legislativo. Classificação BR.RJANRIO.TT_O_AVU_0056 , fls. 264-265. Este documento informa aos órgãos da ditadura que Miguel Fernández Long, sua companheira S. F. e a filha brasileira M. F. L. deixaram o Brasil em 19 de março de 1978 após conseguirem exílio na Suécia. Julguei inusitada a escolha da Suécia como local de exílio, porém, como constatei mais tarde, foram dezenas de milhares os latino-americanos que receberam acolhida no país escandinavo durante a década de 1970.

política latinoamericana, como poderemos observar e discutir na próxima seção, deixando em suspenso, por ora, a voz do militante.

A Polifonia do Refúgio e do Exílio

Uma das questões fundamentais que permeou o debate dos órgãos de informação e segurança da ditadura militar brasileira (1964-1985) a partir de meados dos anos 1970 foi o problema dos refugiados latino-americanos que começaram a debandar em massa de seus países passando a ingressar no Brasil como foi observado, majoritariamente, em situação ilegal ou clandestina. O tema é objeto de situações contrastantes. Primeiro, o refúgio é escassamente tratado na historiografia brasileira sobre o período, e mesmo apresentando distinções, é facilmente intercambiável com o conceito de asilo. De fato, ambos os processos de mobilidade tomam parte de uma história de perseguições e proscrições políticas no âmbito continental que foram sucessivamente alvo de normatizações em Tratados e Convenções regionais, mas que ainda não encontraram correspondência devida em termos de análise histórica.

Depois, é significativa a literatura relacionada às memórias pessoais exilares ou sobre o “estar fora do lugar”, destacando-se nessa tipologia tanto autores consagrados na prosa e poesia latino-americanas que refletiram densamente sobre a condição do proscrito forçado ou voluntário ¹⁰; quanto narrativas que alcançaram

10 Somente como exemplos, ver: BENEDETTI, Mario. *Andamios*. Buenos Aires: Seix Barral: 1997. CORTÁZAR, Julio. *Argentina: Años de alumbradas culturales*. Barcelona: Muchnik Editores, 1984. É bem verdade que as motivações de Julio Cortázar para abandonar a Argentina não estão relacionadas à última ditadura militar, e, sim, ao peronismo. Em 1951, Cortázar alegou como justificativa para seu exílio a alienação que o peronismo havia gerado entre os jovens intelectuais cosmopolitas. No entanto: “En París, su primera reticencia al peronismo se modificó y redescubrió los movimientos populares en América Latina desde la óptica del París cosmopolita. No obstante, su creciente compromiso con el socialismo evitó su vuelta a Argentina cuando la represión institucionalizada descendió cada vez más sobre figuras políticas e intelectuales de su país de origen”. Cf. SNAJDER, Mario & RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 145

expressivos êxitos editoriais e coincidiram, mais ou menos, com o retorno de indivíduos aos seus países de origem. Estas últimas apresentam como estrutura chave, frequentemente, a apresentação de descrições detalhadas dos lugares por onde seus autores/personagens passaram ou estiveram confinados até chegarem ao exílio¹¹. Também relatam, alternando ficção e realidade, as aflições e dificuldades vivenciadas em terras estrangeiras¹². E, não raras vezes, com tons irônicos e anedóticos, são narradas as aventuras tropicais do exílio, o rechaço e o isolamento sofrido entre os grupos de exilados devido a tomada de posições ideológicas que contrariavam os dogmas desta ou daquela organização¹³.

Do ponto de vista de quem procurou viver seu exílio a partir de um suporte existencial como a literatura, é importante lembrar que Edward Said operou agudas reflexões sobre a desumanidade de tal condição, e exaltou o esforço de os exilados conferirem dignidade onde ela não está presente:

Na escala do século XX, o exílio não é compreensível do ponto de vista estético, nem do ponto de vista humanista: na melhor das hipóteses, a literatura sobre o exílio objetiva uma angústia e uma condição que a maioria das pessoas raramente experimenta em primeira mão; mas pensar que o exílio é benéfico para essa literatura é banalizar suas mutilações, as perdas que inflige aos que as sofrem, a mudez com que responde a qualquer tentativa de compreendê-lo como “bom para nós”¹⁴.

11 Ver: GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* São Paulo: Abril, 1984. SARKIS, Alfredo. *Roleta chilena*. Rio de Janeiro: Record, 1981. TAMBURRINI, Claudio M. *Pase libre: la fuga de la Mansión Seré*. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2002.

12 COSTA, Flávio Moreira da. *As armas e os barões*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1974.

13 Refiro-me, neste caso, a: ARBELOS, Carlos. *El exilio de un muchacho peronista*. Buenos Aires: Ediciones Fabro, 2011.

14 SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Trad. Pedro Maria Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 47.

Said reivindica que pensar o exílio desde uma perspectiva de punição política subordina-se a mapear territórios de experiência situados para além da cartografia literária. Em síntese, é preciso pensar na mobilidade forçada de grandes massas populacionais, camponeses, homens e mulheres desconhecidos; é preciso pensar na miséria de pessoas “sem documentos”; os perseguidos e esquecidos que jamais imaginaram uma “Paris” apenas como um cosmopolita e dourado lugar de recepção de exilados, mas como um lugar em que homens e mulheres desconhecidos passaram anos de solidão miserável¹⁵.

Tais observações não nos servem somente como guias de pesquisa para mapeamento de casos. Elas também confirmam a centralidade que a história das proscrições e perseguições políticas adquiriram em nosso continente em perspectiva de longa duração, e de como as linhas de investigação sobre o problema são múltiplas, estando plenamente abertas para perguntas e compreensões a partir de eixos como a memória social e a memória das instituições, a história oral ou as escritas biográficas.

Por sua vez, o desterro político, a expatriação forçada ou voluntária, de acordo com Mario Sznajder e Luis Roniger, foram desenvolvidos como fenômenos de elite durante o século XIX latino-americano, quando a participação política era limitada praticamente em todos os países da região. Somente quando as mobilizações e a participação mais inclusiva enfrentaram o surgimento de regimes autoritários, é que a proscrição por motivos políticos transformou-se numa tendência de massa. Por paradoxo, essa maior participação política e o grau de complexidade atingido por algumas sociedades latino-americanas acarretaram um custo político e humano significativo, na medida em que processos autoritários que romperam com situações mais ampliadas de inclusão política, implicaram, de forma real, numa exclusão política igualmente mais ampliada.

Termos como proscrição, ostracismo, desterro, refúgio, diáspora e exílio, embora não tenham o mesmo significado nas representações literárias e no léxico jurídico; ou sejam enunciados muitas vezes a partir da designação identitária que os próprios

15 SAID, *idem*, p. 49.

sujeitos atingidos atribuem à sua condição e em seu contexto histórico, em algum momento evocam relações de simetria porque ensejam a experiência da perseguição, do abandono e expatriação. É de Silvina Jensen a proposição de revisar a polifonia contida na experiência exilar que atravessa a história nacional argentina desde o século XIX, chegando nos significados que apontaram para a assombrosa diáspora provocada pela ditadura militar na década de 1970¹⁶. No caso de “inimigos públicos” dos regimes, as designações para a expatriação acabaram por assumir sucessivas ressignificações no âmbito do vocabulário político definindo um sistema de referências identitárias negativas: ostracismo, proscrito, desterrado, apátrida, refugiado, perseguido. Em linha de argumentação semelhante, Sznajder e Roniger estudam o exílio como um mecanismo regulador para os sistemas políticos incapazes de criar modelos de participação plurais e inclusivos:

y pese que el destierro se desarrolló como un fenómeno de élite durante el siglo XIX cuando la participación política era restringida, se volvió una tendencia masiva durante el siglo XX, cuando las nuevas movilizaciones y una participación más inclusiva desembocaron nuevamente en regímenes autoritarios¹⁷.

Na alusão ao século XIX, um dos responsáveis por atribuir status político à condição do exílio foi o líder liberal Domingo Faustino Sarmiento, perseguido e desterrado pelo governo de Juan Manuel de Rosas (1793-1877). Nas páginas iniciais do seu clássico texto *Facundo*, Sarmiento advertia sobre as condições que o fizeram abandonar a Argentina: “Em fins de 1840, saía eu de minha pátria, lastimavelmente desterrado, estropiado, cheio de hematomas, pontapés e golpes recebidos no dia anterior, numa dessas bacanais

16 JENSEN, Silvina. Representaciones del exilio y de los exiliados en la historia argentina. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y del Caribe*, vol. 20, n. 1, p. 19-40, 2009.

17 SNAJDER, Mario & RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 19.

sangrentas de soldadesca e mazorqueiros”¹⁸. Evoluímos então, até chegarmos na quintessência nomeadora e estigmatizante dos militantes políticos proscritos, exilados, assassinados e desaparecidos durante as ditaduras mais recentes: o subversivo. O vínculo da diáspora de meados da década de 1970 na sua relação com os desterrados políticos do século XIX é que a fuga em massa dos anos 1970 não pode ser entendida senão:

(...) en esta tradición de expulsiones del territorio tradicional producidas bajo gobiernos autoritarios, dictatoriales y militares que clausuraron la esfera de acción política, pero también bajo regímenes con ciudadanías restringidas y ampliadas que no eliminaron mecanismos legales como la relegación, la deportación o ejercieron la persecución y propiciaron la huida¹⁹.

A historiografia latino-americana começou a indagar mais enfaticamente sobre a condição do proscrito político, e a erigi-lo como objeto de conhecimento há pouco tempo. Temas como as guerrilhas, as atitudes dos partidos de esquerda e os movimentos de resistência angariavam mais prestígio e amplitude na agenda dos pesquisadores. No entanto, a percepção e a inquietação de historiadores sobre o fenômeno da diáspora política latino-americana foram despertadas, sobretudo, quando tonou-se possível circunscrever e organizar um *corpus* documental mais compatível com a magnitude do fenômeno, em muito impulsionado, quando alguns Estados latino-americanos passaram recentemente a investir na implementação de políticas de memórias²⁰.

18 SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo, ou civilização e barbárie*. Trad. Sérgio Alcides. São Paulo: Cosac Naify, 2010, p. 46.

19 JENSEN, Silvina. *Los exiliados*. La lucha por derechos humanos durante la dictadura. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2010, p. 18.

20 Sobre as políticas de memórias em perspectiva comparada e desencadeadas em países como Argentina, Chile e Uruguai, ver: LORENZ, Federico; WINN, Peter; MARCHESI, Aldo; STERN, Steve J. *No hay mañana sin ayer*: Batallas por la memoria histórica en el cono sur. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2015.

Jensen e Yanlevich ²¹, chamaram a atenção para a “visibilidade social do exílio”, encoberta primeiramente ou condicionada a certas situações que prevaleceram em termos de impacto político no período pós-ditatorial de alguns países. A centralidade da justiça de transição e o debate público desenvolvido em torno às responsabilidades jurídicas do terrorismo de Estado justificavam plenamente, o não ingresso das proscricções políticas na pauta dos historiadores. Outro fator a ser considerado na emergência dos estudos sobre a proscricção política deveu-se a uma copiosa literatura relacionada às memórias pessoais e sobre o “estar fora de lugar” que monopolizou, em certos casos e inicialmente, a apreensão sobre os conteúdos mais amplos do fenômeno do exílio. Em outros casos, gerou uma impressão negativa para aqueles que foram alvo direto da violência política em suas sociedades, sem condições de saírem do país por não deterem os capitais sociais correspondentes a essa empreitada ²². Sobretudo, esta seletividade social do exílio ainda carece de problematizações, porque ela agregou uma série de elementos que teriam favorecido a saída mais rápida e menos insegura do país. Possuir contatos pessoais, políticos ou profissionais reservou aos setores médios uma “vantagem” relativa na possibilidade de custear viagens, conseguir documentos falsos e, mesmo, estabelecer previamente contatos que pudessem facilitar o fluxo exilar ²³.

Um ponto de vista sensível é que o dilema geral do retorno de refugiados e exilados, e seu aparecimento em um duplo campo: tanto na literatura descritiva quanto analítica; e na visibilidade que o seu relato pode alcançar na esfera dos direitos humanos são propostos pela figura do (des)exílio, tomada a partir da concepção que o intelectual uruguaio Mario Benedetti lhe atribuiu. Em que medida

21 YANKELEVICH, Pablo; JENSEN, Silvina. (Comps.). *Exilios: destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007.

22 Cf. PISARELLO, María Virginia. Los presos políticos de la última dictadura y la opción del exilio. El caso de la cárcel de Coronda. In: JENSEN, Silvina; LASTRA, Soledad. (Eds.). *Exilios: Militancia y represión. Nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata: EDULP, 2014, p. 283-307.

23 YANKELEVICH, Pablo. Estudiar o exílio. In: QUADRAT, Samantha V. (Org.). *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 11-30.

seria permitido ao proscrito político, gradativamente, tornar-se objeto de atenção de sua sociedade de origem, e mais, como essa sociedade colocar-se-ia na condição de uma escuta que mais tarde pudesse ser normatizada pela historiografia e pela história oral? Benedetti, ele mesmo um exilado arquetípico, em artigo publicado em 18 de abril de 1983 no jornal espanhol *El País*²⁴, e reproduzido em vários órgãos da imprensa latino-americana chamava a atenção para o desencadeamento de uma série de atitudes e sentimentos contraditórios gerados pelo fenômeno do regresso de refugiados e exilados. O (des)exílio, para Benedetti, era um problema quase tão árduo como em seu momento foi o exílio, porque competia a cada exilado a decisão de regressar à terra ou permanecer no país de refúgio. Compreensão era a palavra-chave, desde que o intelectual uruguaio entendia que os “de fora” deviam compreender que os “de dentro” poucas vezes puderam levantar sua voz diante das opressões. E para aqueles que sofreram as perseguições desde dentro do país “deberán entender que los exiliados muchas veces se han visto impulsados a usar otro tono, otra terminología, como un medio de que la denuncia fuera escuchada y admitida... Todos estuvimos amputados: ellos, de la libertad, nosotros, del contexto.” E, afinal, qual papel político assumir nesse retorno? Como compreender um país distinto daquele que foi abandonado? Quais ideais a reconstruir e por quem lutar?

Historiografia & Individuo

No depoimento a mim concedido por Fernández Long, e por uma declaração testemunhal prestada ao Poder Judicial de la Nación na cidade de San Martín em 2015, foi possível recompor minimamente a fórmula esboçada por Benedetti ao referir que o

24 BENEDETTI, Mario. El desexilio. *El País*, 18 de abril de 1983. Disponível: http://www.elpais.com/diario/1983/04/18/opinion/419464807_850215.html Acesso em 14 de agosto de 2015.

(des)exílio realiza-se como uma experiência inquietante, portadora do esforço pela re aquisição de uma cultura de memória. É também, um lugar – impreciso – onde aparecem os fragmentos que permitiram esboçar problemas de pesquisa à luz de variáveis pensadas por Alessandro Portelli.

O autor italiano, em artigos que exploram, como afirma, o modo como a relação entre história e memória toma forma na narração oral, sugere a partir do trabalho de campo, que alguns narradores empenham-se em articular um discurso dual ao combinarem uma “modalidade comunitária”, tracejada por referentes espaciais relativos a um local: trabalho, paróquia, sindicato, partido, etc., que repercutem em seu entorno imediato; e uma “modalidade pessoal”, não dissociada da outra, embora apropriando nesta última referentes sociais e espaciais “concernentes à vida privada, à família, à casa”²⁵. Em que medida é possível perceber tal dualidade na narrativa de Fernández Long?

Com extenso currículo de militante, Fernández Long lembra um pouco o pastor batista norte-americano entrevistado por Alessandro Portelli: “um discurso já experimentado”²⁶, e um domínio sobre a história política recente argentina que parece não somente pré-legitimado pela retórica historiográfica, mas que percorre lugares comuns acerca do entendimento construído sobre a violência política entre os anos de 1960 e 1970. Malgrado esse ponto de vista recortado pela narrativa tradicional, o “discurso experimentado” auxilia na compreensão sobre a precocidade pela qual, entre esses anos, os jovens argentinos de classe média engajavam-se numa espécie de simbiose de militância social e política:

Nací en una clínica de la entonces capital federal, pero fui inmediatamente trasladado a mí casa de becar partido de San Isidro. Tuve educación primaria y secundaria en colegios privados de clase media: San Isidro Labrador, laico; Santa Isabel, de la orden de los salesianos; Nuestra

25 PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral*. Trad. Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 22.

26 PORTELLI, idem, p. 21.

Señora de Fátima; religioso pero administrado por laicos. (...) En la Argentina de años 50, 60 y 70 no se “entraba” en política, la política nos atravesaba desde temprano. Se vivían tiempos signados por la experiencia democratizante del peronismo, no solo en cuanto al respeto a los mecanismos de la democracia representativa republicana, sino que democratizante en el sentido de la tradición moderna revolucionaria o asambleísta ²⁷.

Fernández Long também identifica uma série de transformações associadas a um fenômeno popular que começa a ser visível em meados dos anos 1940, e contribui para o argumento de que a política atravessava a vida dos jovens argentinos, cujo ápice acontece na década de 1970. É a referência sempre obrigatória ao peronismo e ao “evismo”, como expressões e mitos políticos contagiantes da cultura política desde então, e que parecem recobrar continuamente a consciência dos argentinos. Ou, como assinalou José Pablo Feinmann, o peronismo institui-se como filosofia política mais persistente da história argentina ²⁸. Isso é corroborado na fala de Fernández Long:

... la unidad de las organizaciones gremiales en una central única, mas, las políticas educativas que concretaban el ideal de primaria obligatoria y gratuita, la gratuidad de la escuela secundaria y la creación de una universidad del trabajo, generaban un ingreso masivo de sujetos pertenecientes a sectores sociales que en el contexto latinoamericano no suelen participar a la expresión política reconocida en el sistema político. Y a esa democratización se le sumó la cuestión de género,

27 FERNÁNDEZ LONG, Miguel. *Entrevista*. Depoimento concedido a Marcos Gonçalves, abril/maio de 2015. Daqui em diante citarei as inserções de Fernández Long através da expressão “Entrevista”.

28 FEINMANN, José Pablo. *Peronismo: Filosofía política de una persistencia argentina*. Tomo I. Buenos Aires: Planeta, 2012.

representada por, pero no limitada a, el voto femenino y la figura emergente de Eva Perón²⁹.

Ainda muito jovem e bem antes de ingressar em Montoneros, crescendo numa família em que o pai era católico e “profundamente antiperonista y humanista”, Fernández Long conviveu com uma dupla e paradoxal vizinhança: de um lado vivia o brigadeiro Jorge Rojas Silveyra, notório conspirador antiperonista, e ativo participante no golpe que depôs Arturo Frondizi em 1962³⁰. Em outra esquina “vivía Héctor Oesterheld, un geólogo de ideas anarquistas, y el mayor guionista de historietas de la Argentina, creador del *El Eternauta*, un símbolo en la Argentina del héroe colectivo”³¹. Esta referência ao paradoxo e, sobretudo, a Oesterheld não é gratuita nem fugaz. Ela adquire especial significado para a articulação entre as modalidades “comunitária e pessoal” no âmbito da experiência de Fernández Long. Oesterheld foi sequestrado e permanece, como milhares de outros argentinos, desaparecido, igual a três de suas quatro filhas. A outra filha, Beatriz, foi sequestrada e assassinada pelo Grupo de Tarefas 2, atuante no CCD (Centro Clandestino de Detenção) de Campo de Mayo: “con el correr del tiempo, sería mí amiga, después mí novia y mí compañera”.³² Vínculos católicos – embora matize a formação com a palavra “leigo” –, classe média, e “atravessado pela política” tal como grande parte da juventude argentina de então, é Miguel Fernández Long o arquétipo de militante imaginado pela historiografia?

A banalização sobre a história dos Montoneros, e a sua respectiva inserção como ator histórico que irá justificar a “teoria dos dois demônios” tiveram na abordagem jornalística de Pablo Giussani na década de 1980, provavelmente, seu maior impulsor³³. Giussani,

29 FERNÁNDEZ LONG, Entrevista.

30 POTASH, Robert. *El ejército y la política en la Argentina, 1945-1962*. De Perón a Frondizi. Buenos Aires: Sudamericana, 1980, p. 111-113. FERNÁNDEZ LONG, Entrevista.

31 FERNÁNDEZ LONG, Entrevista.

32 FERNÁNDEZ LONG, Miguel. “Apunte sobre la militancia de Beatriz Oesterheld”, s/d.

33 GIUSSANI, Pablo. *Montoneros: la soberbia armada*. Buenos Aires: Tiempo de Ideas, 1992.

a partir da construção de refinadas e criativas metáforas filosóficas, tendeu a considerar a violência perpetrada pela ditadura militar argentina como resposta estratégica (mesmo que geometricamente desproporcional) ao fanatismo dos Montoneros. Estes, projetavam a violência como autorrealização, autoglorificação, ou encobriam seus vícios de origem – a ritualização, a prisão em formas “wagnerianas” de auto identificação, o paternalismo e a instrumentalização – na ideia de um bem substantivo³⁴. Por sua vez, a historiadora Julieta Pacheco argumentou em trabalhos recentes que há uma confusão entre a origem política dos militantes montoneros – classe média, proveniência do nacionalismo católico radicalizado pelos eventos pós Concílio Vaticano II e pela interferência de religiosos nucleados na organização Sacerdotes para o Terceiro Mundo³⁵ – e os antecedentes programáticos da organização, optando por uma separação de campos. A expressão de um programa partidário, segundo a autora, acontece dissociada de possíveis fenômenos religiosos que atuam supostamente como fatores irracionais e/ou emotivos, e que seriam levados para dentro da organização pelos militantes oriundos do catolicismo³⁶. Este fator acentuado por Pacheco é uma crítica evidente ao trabalho pioneiro de Richard Gillespie, ainda realizado no marco do *Proceso*.

Nesse âmbito, a questão mais atual e frequentemente problematizada por estudiosos como Julieta Pacheco em suas investigações da história política sobre Montoneros incide num duplo movimento: 1) reavaliar os modos de interpretação que a historiografia sobre Montoneros e as memórias de ex-militantes (diga-se, lideranças) sedimentaram a *práxis* da organização, e a partir daí; 2) indagar sobre o caráter político da organização: se revolucionário ou reformista. Essa tensão entre reforma e revolução,

34 GIUSSANI, Idem, p. 43 e ss.

35 Seria operativo pensar na configuração sóciopolítica construída por Gillespie: “Al dar conjuntamente al catolicismo radical, al nacionalismo y al peronismo una expresión populista de socialismo, los Montoneros fueron capaces de aglutinar una riqueza de legitimidad histórica en algo que atrajo a los civiles de diversas denominaciones políticas: católicos militantes, nacionalistas populares, nacionalistas autoritarios pero populistas, militantes de la izquierda tradicional y peronistas combativos”. Cf. GILLESPIE, cit., 1987, p. 99.

36 PACHECO, Julieta. Una aproximación a los antecedentes programáticos de la organización político-militar Montoneros. *Revista SAAP*, vol. 8, n. 1, p. 237-257, mayo 2014.

segundo Pacheco, é um dado não resolvido na historiografia precedente, e, portanto, a autora reivindica a verticalização sobre o que, de fato, expressaria a plataforma política da organização para a determinação dos aspectos oscilantes ou descontínuos na relação entre reforma e revolução. O dado trazido por Pacheco, se bem que relevante, não neutralizaria a dialética presente no imaginário dos militantes quanto à pluralidade de fontes que agem sobre os modos de categorizar o mundo do discurso político, e as heranças que irão levar como patrimônio político a ser incorporado na *práxis* do movimento?

Quatro décadas passadas, Fernández Long reconstrói o labirinto de tendências poliédricas no qual constitui-se a experiência intelectual do militante:

(...) quizás a los 14 [anos] leí Los Caudillos del historiador radical Felix Luna, y me identifiqué con los caudillos montoneros, pariticipando en acaloradas discusiones con mis condiscípulos y profesores, después leí El diario de Che en Bolívia; El estado y la revolución; Católicos postconciliares en la Argentina; La introducción a la Crítica de la Economía Política; El origen de la familia, la propiedad y el estado; El miedo a la libertad; Escucha Blanco; y Los condenados de la tierra. La política nacional, las cuestiones sociales e históricas estuvieron siempre en mi vida, cuando tenía 8 a 10 años. Y para el año 70 participaba en todo lo que podía: una revista estudiantil de circulación clandestina de zona norte, acompañando cualquier tipo de actividad política de denuncia. Como en una ocasión que ante la ausencia de mis padres, mi hermano refugió durante unos días en casa, a unos brasileños refugiados del AI-5³⁷.

Assim, a militância pensada somente no âmbito da organização política e de seus conteúdos programáticos, ou quando confrontada com a seletividade da memória individual, subsumiria outras vias possíveis que levam ao engajamento. A referência

37 FERNÁNDEZ LONG, Entrevista.

obrigatória ao binômio reforma/revolução não seria, de fato, central nas escolhas dos militantes, estando mais associada a uma percepção sobre a necessidade de transformações gerais pelas quais uma sociedade deve passar. Assim, no ano de 1971:

En la Villa La Sauce construimos una unidad básica de la juventud peronista sin ningún vínculo orgánico, solo bajo la conducción general de Perón y reivindicando el accionar de las entonces formaciones especiales FAR, FAP y Montoneros y por eso denominamos a la U. B. Cn el nombre de Capuano Martínez, un militante combatiente de la primer organización montoneros³⁸.

Esta época é quando finalmente a convicção de Fernández Long o levou a ingressar na organização, e o primeiro contato foi com a militância nas vilas comunitárias próximas à sua casa, como integrante da juventude peronista. Em 1973, no contexto “camporista”, precedente imediato ao retorno de Perón do exílio, o aprofundamento de sua formação é traduzido pelas práticas que irá exercer em diversas unidades da organização Montoneros. A passagem obrigatória pelas UB (Unidades Básicas), distribuídas em UB revolucionária, UB de aspirantes e UB de combatentes foi um esquema vigente no início de sua militância montonera, até que se chegasse ao esquema clássico de partido de revolução e exército que se consubstancia na luta armada, o ponto de partida para o acelerado colapso do movimento ainda no primeiro ano de vigência da ditadura. Aqui, se retomarmos ao problema da narrativa de autores como Giussani, seu equívoco é interpretar a trajetória da organização de modo mais dogmático que a própria organização, como se o um fosse todos; ou como se a organização produzisse o ar que o militante respirava.

Por que? As várias funções exercidas, assim como, o manancial de sentimentos sobre a necessidade de intensificar a luta

38 FERNÁNDEZ LONG, Entrevista.

armada, já no contexto do *Proceso*, e, ao mesmo tempo, deparar-se cada vez mais com a queda dos companheiros, com o desgaste causado pela clandestinidade, com a burocratização demasiada da organização e o elitismo de seus líderes, levaram Fernández Long a decisões que desconstroem um sistema de crenças que considera o militante mergulhado na disciplina militarizada, no fanatismo messiânico e revolucionário, ou na obediência cega. Ou seja, as prescrições normativo-morais, tanto provenientes da historiografia e das memórias oficiais e “autorizadas”, como salienta Esteban Campos³⁹, são insuficientes para explicar tanto a permanência do militante à organização, como para compreender as discontinuidades, as idas e vindas políticas que caracterizam uma trajetória. É nesse aspecto que o refúgio de Fernández Long no Brasil auxilia em pensar seus contínuos reinícios e suas renúncias.

Ademais, devemos levar em conta um outro condicionante apontado por Pilar Calveiro que talvez tenha agido sobre a lógica de vários militantes ao optaram por outra via – a fuga e a desistência, ao menos temporárias – em lugar da continuidade de uma desastrosa luta armada. A autora, em sua perturbante narrativa sobre os campos de concentração em funcionamento na ditadura argentina, argumentou que a dinâmica interna da guerrilha a conduziu a um isolamento crescente em relação à sociedade. A falta de inserção social, a militarização da atividade política e o predomínio de uma lógica revolucionária oposta a qualquer sentido de realidade, eram premissas inquestionáveis da certeza absoluta do triunfo⁴⁰.

Neste sentido, Fernández Long relata sobre:

...las multiples disidencias que hubo en la organización hasta el año 76. Desde el año 75 en lo personal las cosas habían cambiado mucho, el creciente disciplinamiento interno y la exposición de la militancia de base a la represión de las AAA⁴¹ (que ya sabíamos que era el

39 CAMPOS, Esteban. Memorias, ensayos y polémicas. El balance de la experiencia montonera en los años 80. *Topoi*, v. 14, n. 26, p. 6-17, jan/jun 2013.

40 CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento*: os campos de concentração na Argentina. Trad. Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p. 33.

41 AAA, sigla da Alianza Anticomunista Argentina.

Estado) hacía que uno cuestionara mucho y fuerte a la conducción. Así llegamos al 76 donde toda la columna era muy crítica a la CN y pedía la realización de un congreso que nunca se hizo⁴².

A decisão de continuar com as ações armadas e aceitar a guerra com as Forças Armadas argentinas esteve combinada à intensificação desigual da repressão estatal, e antes do primeiro ano completado de ditadura militar, as organizações guerrilheiras estavam se não destroçadas; desarticuladas no sentido de uma orientação voltada para a resistência que, ao menos, visasse poupar as vidas de seus integrantes. Portanto, nem reforma, nem revolução, mas uma tensão que percorreu a atitude da militância diante de formas inéditas de repressão para as quais estavam despreparadas e onde era impossível refletir sobre caminhos ou que apontassem para o tema da reforma; ou que sinalizassem para o tema da revolução.

Em 1977, com sua deserção da luta armada, Fernández Long resolve refugiar-se no Brasil, empregando o país como porta de acesso ao exílio europeu. No entanto, o período que antecedeu à fuga da Argentina era marcado evidentemente pelo pânico e a insegurança:

Los últimos tiempos yo ya no dormía casi, [y] pasaba la noche esperando que llegaran, velando el sueño de mi compañera que llevaba un embarazo de 6 meses. A los pies de la cama, sentado con una “lupara” del ’12 y una .45, espiando por la persiana americana apenas levantada que me permitía ver la calle. (...) Llegamos a Rio de Janeiro y en un departamento de la calle Barata Ribeiro en Copacabana. Hacia fines del 77 vivíamos en San Pablo [y] yo trabajaba en la “Livraria Zapata”... el gerente de la librería era Helio Muniz, y os dueños eran dos, Luiz Clauset era uno y el otro no recuerdo y Luiz había participado de movimientos armados. Teníamos una casa en Tatuapé que también vía la solidaridad brasileña habíamos podido alquilar estando tan mal de

42 FERNÁNDEZ LONG, Entrevista.

papeles. Unos tíos míos que vivían en Campinas desde mucho antes me salieron de garantes⁴³

O período brasileiro também foi permeado de riscos, nos quais Fernández Long tinha plena certeza de estar sendo vigiado por agentes da Operação Condor: “Yo estaba clandestino en Brasil, pensando que tenía mí hija y su madre una protección [y] sabía que a mí sí me enganchaban me llevaban, todavía no sabía que el nombre de la operación era Condor”⁴⁴. Em 1979, já no exílio, e junto a outros companheiros, produziu o documento “Reflexiones para la construcción de una alternativa peronista montonera auténtica”, que além de marcar a saída definitiva da organização oficial, depois de seis anos de militância, irá propor uma irreal volta à luta armada desde um processo que reorganizasse os Montoneros a partir do exílio.

Talvez caiba uma indagação derradeira: por que a Suécia como exílio? Fernández Long é lacônico sobre o exílio sueco, no entanto, ressalta a figura de Guy Noel Prim, delegado do ACNUR que zelava pelos interesses dos refugiados latino-americanos junto à ditadura brasileira. Encarregado de enviar documentação e processos à Genebra, sede do ACNUR, para que às pessoas ingressas no Brasil pudesse ser concedido o status de “refugiado”, é provável que Noel Prim agisse por conta própria a depender da urgência de casos:

Viajamos com mi hija y S. hasta Rio donde tenía sus oficinas el ACNUR y atendía Guy Prim pero cuando llegamos él se había retirado y yo insistí y me quedé com mi familia ahí hasta que él volvió, escucho mi historia y me dijo que esa noche era su protegido personal y que lo pasara en el hotel Novo Mundo, que él viajaba a la mañana a Buenos Aires y volvía por la tarde [y] que se todo era así recibiríamos el estatus en el momento, que

43 FERNÁNDEZ LONG, Entrevista. O termo “lupara” refere-se a uma arma de fogo normalmente empregada para caça.

44 FERNÁNDEZ LONG, Entrevista.

no lo era usual. Llegamos a Suecia y fuimos recibidos en un campamento de refugiados en Alvesta donde después de un periodo de adaptación y de estudio del idioma y del sistema institucional sueco uno se trasladaba a alguna ciudad con el acompañamiento del ministerio del trabajo y la oficina social⁴⁵.

A intervenção de dois companheiros de militância, Abel Madariaga e Arnaldo Lizaso, e a gestão de Guy Noel Prim junto ao Ministério de Relações Exteriores da Suécia favoreceram a Fernández Long para que este país o acolhesse como exilado. Segundo dados da Sociala Missionen-Diakonia, entre 1975 a 1980 ingressaram na Suécia na condição de exilados 17.401 latino-americanos. Desse total, 2.851 eram argentinos⁴⁶.

Autores como Elda González Martínez e Brenda Canelo afirmaram que a Suécia possuía uma ampla estrutura para recepção de exilados latino-americanos, além de uma política de integração projetada pela socialdemocracia sueca que vinha desde a década de 1960. Tal política tinha especial atenção na ocupação laboral dos exilados, e na manutenção dos seus referentes culturais, porém, buscando uma articulação com os referentes locais, como idioma e hábitos.⁴⁷ Uma política exterior pautada pelo humanitarismo acrescida ainda das seguranças legais e econômicas proporcionadas por um consolidado estado de bem estar social, representava que o país escandinavo acabou transformando-se em uma alternativa possível, “especialmente para quienes carecían de recursos económicos, perspectivas profesionales o contactos personales que pudieran facilitar la inserción en otro país”⁴⁸.

45 FERNÁNDEZ LONG, Entrevista.

46 Sociala-Missionen Diakonia. *La problematica del retorno de los Refugiados Latinoamericanos*. Argentina-Chile-Uruguay, Propositiones para una política. Estocolmo: Sociala-Missionen Diakonia, 1987, p. 10. O maior contingente dentro desse período foi de chilenos: 9.919.

47 MARTÍNEZ, Elda González. *Buscar un refugio para recomponer la vida: el exilio argentino de los años '70*. DEP – *Deportate, esuli, profughe* – *Rivista telematica di studi sulla memoria femminile*, n. 11, p. 1-15, 2009.

48 CANELO, Brenda. *Cuando el exilio fue confinamiento. Argentinos en Suecia (1974-1983)*. Disponível: <http://www.campus.filo.uba.ar/mode/resource/view.php?id=29778> Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

Conclusões – Memória presente e Reparação

Foram comuns as tratativas dos exilados políticos argentinos com as organizações de direitos humanos internacionais, e, sobretudo, com as várias organizações de familiares de detidos/desaparecidos que proliferaram na Europa. Desqualificados tanto pela ditadura militar quanto por órgãos da imprensa argentina comprometidos desde o início com o projeto das juntas militares, os exilados eram vistos como antiargentinos, traidores, e subversivos agindo desde o exterior. Mesmo aqueles não vinculados formalmente com as organizações de direitos humanos, empenharam-se na denúncia da repressão e das graves violações. Fernández Long participou de vários debates e conferências cujo principal tema era o apoio às demandas pelo paradeiro dos detidos/desaparecidos, porém, apenas colaborou sem estar ligado oficialmente a nenhuma delas.

Houve intensa pressão para que a ditadura militar respondesse aos questionamentos da CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) e Comitês espalhados pela Europa repercutiam as demandas de exilados pelas ditaduras latino-americanas, presos sem processo, e familiares de desaparecidos, tais como: Comité de Defensa de Presos Políticos de Chile (CDPPCH), CADHU (Comisión Argentina de Derechos Humanos), Comité Francia-Brasil, Cristianos Latinoamericanos.

No retorno do exílio, Fernández Long gradativamente retomará suas lutas por justiça e reparação. Depois de 2005, quando a Corte Suprema da Nação Argentina votou pela imprescritibilidade dos crimes cometidos por agentes civis e militares da ditadura, e concomitantemente, derogou as leis de anistia do período de Raúl Alfonsín, e os indultos do período de Carlos Menem, Fernández Long irá reconstruir sua experiência em outra esfera: como querelante nos processos de ajuizamento dos criminosos da ditadura. Em 13 de abril de 2015, estava diante do Poder Judicial de La Nación na cidade de San Martín, prestando declaração testemunhal no Processo do CCD – Centro Clandestino de Detención de Campo de Mayo. Foi neste local de confinamento e extermínio que sua companheira à época, Beatriz Oesterheld, depois de sequestrada em 19 de junho de 1976, permaneceu presa e dias depois, nos arredores do Arsenal Esteban de

Luca, foi abatida por seus algozes, em simulação de um enfrentamento armado. Em “Apunte sobre la militancia de Beatriz Oesterheld”, Fernández Long rememora os compromissos de Beatriz com a ética:

Beatriz tenía 16 años en 1971, había ya leído clásicos de la literatura y reconocía los puntos de vista filosóficos tradicionales. El espacio de la casa de Héctor lo estimulaba. Hablaba con entusiasmo de Madame Curie y Simone de Beauvoir, ya le interesaba el pensamiento teórico de Guevara y discutía desde posiciones muy claras en cuanto ética y valores, Desde un tiempo atrás concretaba estas ideas con la práctica solidaria en un hogar de monjas, pese a sus posiciones más bien agnósticas, y en coincidencia con sus ideas sobre la relación Teoría-Práctica. Una fuerte vocación por la medicina y el sanitarismo la acercaba al primer Guevara y sus preocupaciones⁴⁹.

A passagem do tempo repercute na diversidade da transmissão de informações memorizadas. De guerrilheiro montonero a proscrito político, Fernández Long reinicia em seu (des) exílio a luta por reparação e não esquecimento junto à justiça do seu país. Trechos de sua declaração testemunhal em San Martín parecem assentar-se no exemplo de transmissão cultural, tal como esta noção foi proposta por Joel Candau, porque tendem a revelar um mergulho no passado que espera ser apreendido pela sua totalidade e não mais pelo viés da “organização”:

Yo me exilé el 23 de marzo de 1977, y a mi vuelta en diciembre de 1983 cuando volví fui a los archivos y vi esa foto [do corpo de Beatriz e outros companheiros], posteriormente, yo llamo a mí casa, me atiende un

49 FERNÁNDEZ LONG, Miguel. Apunte sobre la militancia de Beatriz Oesterheld, s/d.

familiar mio y me dice que Elsa había encontrada el cuerpo de Beatriz, simultáneamente yo tenía información que circulaba internamente en la organización, nosotros cada vez que caía un compañero hacíamos una investigación. (...) Me olvidé algo de antes, el cuerpo de Beatriz fue llevado al cementerio de San Fernando, y una señora que hacía trabajos domésticos en la casa de mis padres hace mucho tiempo, le avisa a mi madre que no concurramos al cementerio porque había gente esperando, simulando ser empleados del cementerio esperando a ver si aparecíamos⁵⁰

Desde seu primeiro depoimento a mim concedido, até à denúncia que faz à justiça, Fernández Long opera pela transmissão cultural. Esta realiza-se sob várias modalidades que o depoente não consegue, em seu todo, controlar. Como assinala Candau, a transmissão cultural, enquanto informação memorizada é evidenciada tanto pelo formal e informal, pelo modo oral e escrito, consciente ou não, ocasional ou sistemático, horizontal - entre membros de uma mesma geração – ou ainda oblíqua – entre membros não aparentados de gerações diferentes. Ela veicula crenças, normas, valores, saberes, modos de fazer, de ser, de sentir. Em todos os casos, ela passa pelos objetos, pelos corpos, pelos nomes, instituições e discursos. E revela, sobretudo, o quão dolorosa é a transmissão, como ato que implica em selecionar o que deve ser conservado e transmitido.⁵¹

RECEBIDO EM: 31/08/2016
APROVADO EM: 20/10/2016

50 FERNÁNDEZ LONG, Miguel. Declaración Testimonial al Poder Judicial de la Nación, ciudad de San Martín, 13 de abril de 2015.

51 CANDAU, Joel. *Antropologia da Memória*. Trad. Miriam Lopes. Lisboa: Instituto Piaget, 2005, p. 183-185.

Artigos

CONSIDERAÇÕES HISTÓRICO- ARQUEOLÓGICAS COMO ELEMENTOS PARA UMA REAVALIAÇÃO DE MAX WEBER

Historical-Archaeological considerations as elements for a reassessment of Max Weber

Andréa Bernardes de Tassis Ribeiro *

RESUMO

De acordo com Max Weber, a ética judaica foi diretamente influenciada pelo desenvolvimento da *Torá* sacerdotal, na qual os costumes tradicionais de ritual produziram elementos que deram ao judaísmo seu status de pária no mundo. Embora a posição de Weber encontre respaldo na documentação histórica e arqueológica da pesquisa mais moderna, a afirmação do sociólogo de que a posição de povo forasteiro teve por fundamento a impenetrabilidade ritual, ainda na época deuteronomica, é refutada por recentes pesquisas segundo as quais, somente no exílio e pós-exílio, as leis de caráter ritualista e preservacionista foram melhor observadas.

Palavras-chave: Max Weber; povo pária; *Torá*; *Iahweh*; Israel

ABSTRACT

According to Max Weber, the Jewish ethics was directly influenced by the development of the *Torah*, in which traditional customs of ritual produced elements that gave his pariah status of Judaism in the world. Although the position of Weber find support on archaeological and historical documentation of modern research, the sociologist's assertion that the position of people from out of town had based the impenetrability ritual, even at the time of Deuteronomy, is refuted by recent research that only in exile and after exile, the segregationist and ritualistic laws were better observed.

Keywords: Max Weber; pariah people; *Torah*; *Iahweh*; Israel

* Licenciada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto em 2009, recebeu, em 2014, o título de Mestre em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora defendendo a dissertação de título *História e religião na análise weberiana sobre o "povo de Israel" como um "povo pária"*.

Para Weber, é possível entender o povo judeu como um povo segregado a partir, principalmente, de questões religiosas ou rituais que podem ser localizadas em um período anterior ao exílio babilônico, devido à moralidade dual, desenvolvida pela comunidade que agia de uma forma com seus membros e de outra com os estrangeiros. Logo no início de *Ensayos sobre sociologia de la religión*, III, o autor define os judeus como povo pária:

Um povo forasteiro, segregado ritualmente, de maneira formal ou de fato, de seu ambiente social. Tal condição pode deduzir todas as características essenciais do seu comportamento contra o ambiente, especialmente sua voluntária existência de gueto, muito anterior ao tempo do seu confinamento forçado e a modalidade do dualismo de moral de dentro e de moral de fora (WEBER, 1987-88, p. 16/17).

Segundo Weber, essa dualidade se deve, principalmente, no período pós-exílico, à *Torá* sacerdotal, sendo esta determinante na produção dos elementos que transformaram os judeus em um povo segregado. Para o sociólogo, embora originariamente não existisse nenhum tipo de segregação ritual entre naturais e estrangeiros em Israel, mesmo antes do exílio babilônico, a comunidade começou a se desenvolver em direção a uma comunidade confessional, ritualmente segregada (WEBER, 1987-88, p.361/362).

No período do exílio babilônico, entretanto, e principalmente, no período pós-exílico, é possível identificar o estabelecimento de uma legislação ritual levada a cabo de forma que os judeus tornaram-se um povo pária, segregado, com ponto central de culto em Jerusalém e comunidades filiais espalhadas pelo mundo. Weber destaca que, do ponto de vista social, principalmente os camponeses tinham dificuldades em cumprir muitas das determinações rituais de forma inteiramente corretas,

Não só porque o *Šabāth*, o ano sabático e prescrições alimentares eram difíceis de cumprir nas condições de vida rural, mas, acima de tudo, porque para viver uma vida adequada o progressivo desenvolvimento dos preceitos que regiam a conduta foi essencial para instruir-se no ritual (WEBER, 1987-88, p. 387/388).

Dessa forma, pode-se resumir a análise de Weber em três pontos principais: 1) a condição de povo segregado inicia-se antes do período do exílio babilônico; 2) a segregação deriva-se de leis religiosas de caráter ritualístico; 3) identificam-se os principais elementos da segregação judaica na *Torá* sacerdotal. Embora os dois últimos pontos se expressem no mesmo sentido deste artigo, o primeiro não se verifica de acordo com a análise feita.

Ao pesquisar, portanto, a origem das formas de segregação experimentadas pelo “povo de Israel”, percebe-se grande divergência entre os estudiosos, de forma que, enquanto alguns localizam a fonte da segregação nas escrituras, outros a localizam nos acontecimentos históricos que envolvem esse povo e que são mais amplos que a experiência de pertencimento étnico, religioso ou cultural.

Embora a procedência, ou origem dos indivíduos, seja um fator de pertencimento a um grupo, para Weber, os costumes comuns, geralmente advindos de fontes diversas, “originam-se em alto grau na adaptação às condições naturais externas e na imitação dentro do círculo da vizinhança” (WEBER, 1991, p. 274). Ou seja, para o sociólogo, a chamada “consciência tribal”, ou o reconhecimento de indivíduos pertencentes a um mesmo grupo ou povo, está condicionada principalmente aos destinos políticos e costumes comuns. Dessa forma, mesmo sabendo que o “povo de Israel” originou-se por meio da integração de diversos indivíduos e da adaptação dos mais diferentes costumes aos seus próprios preceitos religiosos, qualquer um que quisesse ser aceito como pertencente ao grupo deveria aceitar a religião de Iahweh e com ela a forma de vida desse povo.

Essa forma, por sua vez, encontrava-se determinada pela lei da aliança que, para Weber, constitui a fonte da autosegregação desse povo perante seus vizinhos e o mundo circundante, já que,

segundo as próprias narrativas hebraicas, o “povo de Israel” autodenominava-se “povo escolhido”, eleito entre os demais para ser o “povo de Iahweh”, ou seja, o povo escolhido entre todas as nações para ser o “povo de Deus”.

Utilizando a expressão “voluntária existência de gueto”, Sell, em sua recente análise sobre Weber, considera que o sociólogo alemão compreende o judaísmo antigo como um povo forasteiro, ritualmente segregado dentro do ambiente social em que vive. Weber, entretanto, acreditava que essa voluntária segregação tinha origem, antes do exílio babilônico, no dualismo entre a moral interna e a moral externa, como explicitado. A documentação arqueológica contesta esse dado, já que, mesmo com a tentativa de centralização do culto em Jerusalém e com a construção da unicidade de Iahweh, outros cultos e deuses eram venerados, principalmente pelos camponeses na comunidade judaíta pan-israelita, antes do exílio (SELL, 2013, p. 186/187). Após a perda da soberania política e o desterro, as condições para o isolamento ritual desse povo foram estabelecidas por meio da racionalidade ritualista e legalista (SELL, 2013, p. 202).

O historiador italiano Momigliano, diferentemente de Weber, sugere uma combinação de fatores voluntários e involuntários que explicaria esse distanciamento ou segregação. O exílio, por exemplo, teve como consequência não apenas o fato de tornar a comunidade exílica forasteira em terras estrangeiras, mas também de alimentar a esperança de retorno à terra prometida. Terra esta que, segundo a tradição bíblica, deveria ser mantida nas mãos do “povo de Deus” como sua propriedade e seu direito, através, por exemplo, da proibição, de caráter religioso-legal, de casamentos inter-étnicos. Com base em considerações dessa ordem, Momigliano critica claramente a posição de Weber que, no seu entendimento, confunde “segregação” (a separação ritual pressupondo direitos soberanos) e “vida no gueto” (MOMIGLIANO, 1980, p. 317).

Outro autor, Fahey, considera que, nos estudos de Weber, a “marginalização” da cultura do “povo de Israel” deu-se em decorrência das imposições advindas de uma civilização central, dominante e imperial. Como Momigliano, Fahey compreende que o exílio na Babilônia poderia ser pensado como uma forma de “punição” (religiosa) que, associada às esperanças expostas por

Ezequiel e *Deutero-Isaias*, resolveria o “paradoxo de status de pária da congregação judaica”: o fator externo e involuntário (a dominação político-militar imperial babilônica) confirmaria o fator interno e religioso (a justiça divina de acordo com a religião de Iahweh) (FAHEY, 1982, p. 72). Dessa forma, a crença religiosa manteria a unidade do povo com base na promessa da superação da sua degradação política.

Schluchter, por sua vez, considera que a situação dos membros da comunidade exílica e do pós-exílio favoreceu as regulamentações de cunho teológico-político que justificavam a segregação, por meio de dois vetores: a determinação de prescrições ritualísticas e a revisão da tradição histórica da *Torá Levítica* (SCHLUCHTER, 1989, p. 195).

A partir desse levantamento teórico, cabe indagar se as questões relativas à segregação, que constam na literatura veterotestamentária, acontecem por motivos históricos e/ou legais. Ao estudar as narrativas bíblicas sobre o “povo de Israel”, é possível notar que grande parte das suas diferenças com os povos situados em seu entorno concentrava-se, primordialmente, nas questões religiosas e suas emulações *legais*. Essas questões marcaram, posteriormente, a identidade judaica e, paradoxalmente, constituíram o diferencial que reforçou as práticas responsáveis por caracterizá-los como “povo pária” ou, de acordo com a definição menos impactante de Schluchter, como uma “organização confessional marginalizada”.

Um indicativo da diferenciação por motivos históricos e/ou legais encontra-se no fato de que, segundo a narrativa bíblica, por exemplo, Iahweh em nenhuma época possuiu uma imagem para ser adorada tal como nos cultos orgiásticos promovidos por outras religiões que, em geral estimulavam a fantasia e afastavam o crente da “verdadeira fê” (MONLOUBOU, 1996, p. 286/287). A lei que se refere à imagem de Iahweh, entre outras, está localizada em Ex 20,4, onde se lê sobre a proibição da confecção de imagens do que existe nos céus, embaixo da terra e nas águas que estão embaixo da terra.

Assim, por meio desse tipo de interdição, os membros da comunidade judaíta, tornaram-se o único povo, na antiguidade médio-oriental, que preconizou o culto a um deus sem imagem. Tal procedimento explica-se pelo fato de, nesse contexto narrativo, o próprio ser humano ser considerado, a “imagem de deus”, ao

contrário dos “pagãos”, que identificavam seus deuses sob formas zoomórficas e metamórficas, ou a partir de fenômenos naturais. Por outro lado, encontram-se ao mesmo tempo semelhanças que aproximam a comunidade judaíta pan-israelita dos povos de seu entorno, inclusive no que se refere aos preceitos religiosos.

Dentro dessa perspectiva, a cultura babilônica, por exemplo, influenciou em grande medida a formação dessa comunidade. De acordo com Weber, a estrutura formal do Código de Hamurabi consistia em um código de *mišpātīm*, isto é, de prescrições de natureza jurídica, moral e cultica, tal como pode ser visto no *Deuteronômio*. Ao estilo da coleção de Manu¹, esses textos (verdadeira matriz jurídica), em função dos interesses da época, sofreram inúmeras adições posteriores, contendo paralelismos com o *Código de Hamurabi* e com os códigos que o precederam, tais como o código de leis promulgado por Lipit-Ishtar de Isin (por volta de 1870 a.E.C.), redigido em sumério, e o do reino de Eshnunna (anterior ao décimo oitavo século), editado em acádio. No entendimento de Brighth, tais paralelismos

Provam, sem deixar margem à menor dúvida, que este [código de Hammurabi] se apoiava numa tradição legal antiga, muito difundida, que remonta ao código de Ur-nammu de Ur e a tempos ainda anteriores. Como o código de Hamurabi, ambos [os códigos em sumério e em acádio] revelam notável semelhança com o Código da Aliança da Bíblia (Ex 21-23) e indicam que a tradição legal de Israel também se desenvolveu de semelhantes antecedentes (BRIGHTH, 2003, p. 74/75).

Diante disso, embora sejam considerados preceitos divinos, percebe-se, por meio de documentação antiga, como demonstrou Weber, que o arcabouço jurídico (a *Torá*) do “povo de Israel” tem

1 O Código de Manu é parte de uma coleção de livros bramânicos, enfeixados em quatro compêndios: o *Mahabâta*, o *Ramayana*, os *Puranas* e as *Leis Escritas de Manu*. Escritos em sânscrito, esses compêndios fundam a legislação do mundo indiano.

origem semelhante à dos povos vizinhos. Dessa forma, a princípio, as leis da comunidade judaíta pan-israelita, bem como o Código da Aliança – CA (e o *Deuteronômio* para o período do exílio) absorveram parâmetros jurídicos regulamentadores das sociedades que compunham o cenário médio-oriental. Cabe, então, a partir da tese de Weber, que acreditava na segregação ritual dos judeus advinda da observância e do respeito às prescrições rituais, a análise de algumas leis previamente selecionadas para que se possa entender sua função e o contexto em que foram elaboradas.

Diante disso, diversas são as leis que, no CA, caracterizam a cultura do “povo de Israel” e que serão confrontadas ao longo desse artigo. Em uma análise mais direcionada, em leis como Ex 19,5; 20,4; 23,31-33, é possível verificar a abordagem de temas referentes aos estrangeiros, aos casamentos, ao culto a Iahweh, entre outras.

Para Blum, em Ex 19,5, encontra-se o tema central do discurso da promessa da aliança, ligado à ideia da “proximidade com Deus”, ou seja, o discurso está permeado de um tom “paternal” por parte de Iahweh. Esse tom conforma o modelo legal-religioso que definiu a relação do “povo de Israel” com Iahweh, prevendo punições pelos pecados e agraciamentos pela observância da lei. Trata-se de um modelo semelhante aos antigos tratados legais, do Oriente Antigo, em que se encontravam enumeradas as bênçãos e as maldições, ao final, para os que cumpriam e os que não cumpriam a lei, respectivamente (PURY, 1996, p. 217).

Ainda no texto referente à aliança, outra lei que deve ser destacada é a da passagem de Ex 20,4, proibindo esculturas, inclusive cultuais. Analisando-a pormenorizadamente, Blum faz uma comparação entre os textos de Dt 5 e Ex 20 e conclui que a primeira lei, quando Moisés proclama o Decálogo, corresponde à segunda (aos eventos que ocorreram no dia da assembleia, no monte Sinai) tanto na estrutura de base como em algumas de suas formulações. Assim, essa passagem demonstra, que os diversos códigos surgem para substituir as antigas leis, retomando o que a sociedade decide manter e alterando ou ampliando as demais em função de seus contextos.

Seguindo a leitura do texto do CA, chega-se ao Ex 34 que, junto com os Ex 21 e 22 (*mishpatim*), está entre as leis escritas mais antigas e conhecidas da história do “povo de Israel”. Para Blum, mais uma vez, a encenação dessa lei retoma, no cap. 19, o início da

perícopo do Sinai, com a renovação da relação privilegiada com deus, formalmente selada com Moisés e o povo (PURY, 1996, p. 223). Dito de outra forma, Ex 34 tem por objetivo a reafirmação da aliança por meio da retomada dos eventos do Sinai.

A ação de deus expulsando os inimigos de diante do “povo de Israel”, no início do v.11, é um demonstrativo de eleição divina e de reafirmação dessa aliança. Do v.14 ao 16 de Ex 34, a prescrição contra a adoração a outros deuses, cria problemas de convivência com os povos vizinhos em virtude de leis que proibiam refeição sacrificial, relações de casamento com mulheres estrangeiras que levavam, para o meio da “comunidade santa”, deuses de culto sacrificial com aspecto orgiástico-sexual. Para Crusemann, “a proibição de fazer alianças procura colocar um freio em tudo isso, exigindo uma separação de mesa e cama em relação ao ‘morador da terra’” (CRUSEMANN, 2012, p. 179). Esse é um exemplo claro de prescrições rituais que Weber considerava essencial para a definição de segregação ritual que, por fim, gerou a designação de “povo pária” para os judeus.

Tentando impossibilitar a relação com outros deuses, o ciúme do “Deus de Israel” impede as relações de vizinhança com os moradores da terra, quando se trata de refeições culturais ou casamentos. Tal proibição do casamento, embora seja um fator importante para a teologia deuteronomica-deuteronomista (Dt 7,3), pode abranger outros fatores.

Um caso específico é Nm 25, em que mulheres moabitas convidam o “povo de Israel” para o sacrifício aos seus deuses. Pertencente, provavelmente, ao contexto das decisões e conflitos teológicos e históricos do séc. IX a.E.C., esse texto que, de acordo com Crusemann, não é uma obra deuteronomista, não pode ser considerado modelo para Ex 34,12ss (CRUSEMANN, 2012, p. 181/182 e 195)².

Disso pode-se deduzir que a imagem cruel de expulsão e destruição dos cananeus é esboçada em uma época de violência, um período em que a comunidade judaíta pan-israelita via-se ameaçada pelo exército assírio, desenvolvendo, assim, uma contraimagem

² Os conflitos do séc. IX a.E.C. referem-se à invasão assíria em Israel.

análoga (CRUSEMANN, 2012, p. 189). Essas leis são a representação do contexto histórico manipulado por uma ideologia político-religiosa de cunho pan-israelita.

As leis de Ex 34,19 e 26 determinam ainda não só que os primeiros frutos da terra e o primogênito de todo animal de criação devam ser ofertados a Iahweh, mas também que tais oferendas devam ser trazidas a uma casa de Iahweh, somente ali devendo ser celebradas as festas anuais. Essa determinação traz, como consequência, por um lado, a diminuição dos rituais aos deuses da fertilidade e, por outro, a exclusividade da adoração ao “Deus de Israel” no templo de Jerusalém (CRUSEMANN, 2012, p. 194 e 196).

Outra lei relevante encontra-se em Dt 28,43-44, cuja referência às maldições, funciona como uma espécie de motivação ao crente. Como é sabido, os tratados de vassalagem eram comuns no Oriente Próximo, desde o segundo milênio a.E.C.: “Nesses tratados [escreve Romer] o rei suserano põe por escrito diversas estipulações às quais os reis vassalos devem conformar-se. A ideia central é obrigar os vassalos a uma lealdade absoluta a seu senhor” (ROMER, 2008, p. 78). Uma parte importante desses tratados no livro do *Deuteronômio* são as maldições e as bênçãos responsáveis pela motivação dos vassalos e fiéis, respectivamente.

Para Romer, existem fortes indícios de elos, inclusive dependência literária, entre o *Deuteronômio* e os juramentos de lealdade neo-assírios, como é possível verificar, os textos veterotestamentários aproximam-se sobremaneira do modo de redação dos tratados de vassalagem do Oriente Antigo:

Especialmente importante são os *adê* (juramentos de lealdade) de Asaradon escritos em 672 a. C. (p. ex. (266-268) Amarás Assurbanipal [...] rei da Assíria, teu senhor, como a ti mesmo.; (283-291) Este tratado [...] tu o exporás a teus filhos e netos, à tua semente e à semente de tua semente que nascer no futuro) (ROMER, 2008, p. 79).

Para Fahey ao longo de sua formação até o pós-exílico, o culto a Iahweh conviveu pacificamente com outras divindades, muitas vezes em um mesmo santuário, principalmente nas zonas agrícolas da Palestina/Canaã (FAHEY, 1982, p. 65). Weber lembra que, na narrativa de Labão (Gn 31,19), por exemplo, todos os membros de pleno direito de uma linhagem dispunham, em sua casa, de um lugar de culto ou ídolos domésticos, conhecidos como *Baals*. Dessa forma, principalmente nas regiões agrícolas da Palestina, o culto a Iahweh sobreviveu por muito tempo junto aos cultos a outros deuses e astros ligados à vegetação e à natureza, sendo, muitas vezes, venerados, com naturalidade, dentro de um mesmo santuário (WEBER, 1987-88, p. 166, 175 e 183).

Já para Finkelstein e Silberman, no séc. VII a.E.C., os líderes judaítas declararam que todos os traços da cultura de adoração da religião estrangeira eram a causa das desgraças ocorridas em Judá (FINKELSTEIN, 2003, p. 12). O caráter orgiástico dos cultos de *Baal*, por exemplo, com seus ritos etílicos e sexuais, foram radicalmente condenados, sendo que, nesse mesmo período, foram destruídos vários santuários rurais, ideia compartilhada por Weber (WEBER, 1987-88, p. 219).

No *Êxodo*, encontra-se um preceito que proíbe a aliança com outros povos e seus respectivos deuses, devendo todos ser expulsos e a total destruição desses povos inimigos e de seus templos um exemplo dos anátemas impostos por Iahweh às “falsas deidades”, como se comprova em Ex 23,31-33 e 34,15.

Já em *Levítico*, além de proibições, como a de seguir as normas e os costumes dos povos vizinhos (Lv 18,3-4 e 29) e de oferecer um filho a *Moloc* (Lv 20,2), existe a obrigação da consagração dos filhos e bens a Iahweh (Lv 20,26). É certo que tais preceitos reforçam a crença de que esse é o povo escolhido entre os demais, tornando-se o “povo de Israel” devedor de Iahweh, tendo por obrigação reverenciar somente a ele e confiar em seu auxílio.

Em tal contexto, o *Deuteronômio* evidencia uma grande mudança no entendimento e na forma da religião atribuída ao “povo de Israel”. Se antes os outros deuses, tidos como falsos pela narrativa, eram considerados “inferiores”, a partir do Dt 4,35, Iahweh torna-se o

único deus do universo, “além dele não existe outro”³. A crença em outros deuses, no entanto, não deixou de existir somente por meio da redação veterotestamentária.

Seguem-se outros exemplos de leis deuteronomicas que enfatizam a relação de Iahweh com o “povo de Israel”: em Dt 6,4, afirma-se a unicidade de Iahweh; em Dt 7,1-4, estabelece que o “povo de Israel” é separado dos demais povos (eleição); e em Dt 29,9-14, refere-se à aliança em Moab, passagem em que os estrangeiros são claramente diferenciados do restante do “povo de Israel”.

Para Weber, quando se analisa Dt 6,4 e outras leis que se referem à essência de Iahweh, entende-se que este continuou como um deus sem complemento feminino, adorado sem imagens e carente de um culto derivado da orgiástica e da magia mitológica dos demônios que estimulava a fantasia do crente e a poesia (WEBER, 1987-88, p. 256). Sabe-se hoje, todavia, por meio da pesquisa arqueológica, que existe além da possibilidade de ter havido um complemento feminino para Iahweh, as narrativas em que ocorrem lutas contra deuses/demônios no AT (Gn 32,23). Ainda em relação a Dt 6,4, de acordo com os redatores, pode-se afirmar que, no texto bíblico, a existência de outros deuses no período antigo nunca foi expressamente afirmada, mas à medida que Iahweh tornou-se o senhor de Israel, a negação de outros deuses tidos como falsos sistematizou-se (AT, 1992, p. 266).

Segundo Romer, a *ideologia de separação* em relação às nações que habitavam a terra prometida pode ser encontrada em leis expostas em Dt 7,1-6.22-26 e 9,1-6, as quais são estritamente ligadas ao tema do santuário único, como se vê em Dt 12 (ROMER, 2008, p. 68). Romer acredita que a última revisão dos textos de Dt 12,2-7 e 20-7, sobre o discurso acerca da separação dos outros povos pertence, provavelmente, a uma nova perspectiva no contexto do imaginário deuteronomista, no período persa (ROMER, 2008, p. 131). Segundo o autor, “os v.2-7 revelam uma ideologia de segregação. O principal

3 No Decálogo havia a proibição do culto a deuses estrangeiros, considerados inferiores a Iahweh. Por meio de Dt 4,35 esses deuses passam a não mais existir. Cf. O Antigo Testamento. 2011, p. 264. Neste texto, com exceção das citações, a palavra deus é utilizada na forma minúscula para evitar a conotação religiosa do deus do monoteísmo como o salvador e dos deuses pagãos como falso.

tema da lei da centralização transformou-se agora na proibição e destruição daquilo que é considerado como cultos ilegítimos” (ROMER, 2008, p. 70).

Consequentemente, de acordo com Josefo, em sintonia com as narrativas de sua época, para evitar a idolatria e o abandono das leis em virtude de um relacionamento mais próximo com os “estrangeiros pagãos”, o “povo de Israel” teria destruído os povos inimigos (como os camponeses que adoravam os “falsos deuses”), seus templos, altares e bosques consagrados a esses deuses (JOSEFO, 2007, p. 217).

No mesmo sentido, para Weber, as concepções religiosas começaram a adquirir um racionalismo dirigido por um deus universalista, necessitando-se de explicações tanto para as ameaças políticas quanto para as derrotas sofridas pelo “povo de Israel”. Como conclusão lógica desse racionalismo, por meio do *b^erît*⁴, Iahweh tinha o direito de castigar Israel em caso de desobediência aos seus mandamentos.

Dessa forma, à medida que a concepção de deus ganhou status universalista, Israel transformou-se numa nação eleita, e a *b^erît* transformou-se em uma promessa unilateral divina, da qual nascia o amor gratuito por parte de Iahweh e a abominação aos cultos estrangeiros. Por meio do status de deus universal, Israel adquire posição privilegiada em relação aos demais povos, tornando-se o “povo eleito”, com direitos e deveres, rituais e éticos, que os diferenciavam (WEBER, 1987-88, p. 366/367).

Segundo Freitas, no exílio babilônico (séc. IV a.E.C.), quando os exilados viviam agrupados em lugares específicos para eles, os judeus teriam se transformado em um “povo-pária, autossegregado, ressentido, ritualista, legalista, orientado por uma ética dual (isto é, com um padrão de comportamento em relação aos judeus e outro em relação aos gentios)” (FREITAS, 2007, p. 109). Essa autossegregação deve-se ao fato de sacerdotes e mestres da *Torá* terem considerado importante o estabelecimento de barreiras rituais,

4 Em hebraico, בְּרִית, aparece em passagens como Gn 15,18; Ex 23,32; Dt 5,2, significa aliança, pacto, acordo, contrato; pode ser usado em campo profano ou religioso. Toda palavra em hebraico, utilizada neste texto, segue a escrita segundo o dicionário hebraico de Monloubou e Du Buit.

por meio da codificação unificada dos quatro primeiros livros do *AT* e da redação inicial do *Deuteronômio*, a começar pela proibição e dissolução dos matrimônios mistos.

Josefo sugere que as leis supostamente criadas por Moisés (mas codificadas pelos deuteronomistas), como a proibição do adultério, somada à proibição de casamentos com estrangeiros, representou uma opção do “povo de Israel” pelo separatismo com relação aos “gentios” (JOSEFO, 2007, p. 186)⁵.

Weber, entretanto, sugere que, no judaísmo tardio, a circuncisão, o descanso sabático e o *šabbāt*⁶, entre outros costumes, passaram a ser observados com mais rigor, para garantir a radical separação entre os judeus e os “gentios” (WEBER, 1987-88, p. 416/417). Para esse mesmo autor, contudo, a transformação dos judeus em um “povo-pária”

Teve início ainda antes do exílio (586 a.C.) e consumou-se com a Restauração judaica, após o exílio (538 a.C.), tal como relatada nos livros de *Esdras* e *Neemias*. A partir de então, iniciou-se um processo de auto-segregação, pois não era mais concedido aos judeus o direito de se casar com gentios, e os casamentos ‘mistos’ já existentes foram desfeitos por decreto (FREITAS, 2007, p. 122).

De qualquer forma, é plausível afirmar que as prescrições rituais da *Torá* deram base para a autosegregação do “povo de Israel” difundida na época deuteronômica, lembrando, todavia, como faz Weber, que esse processo atingiu seu auge com a redação dos códigos de *Esdras* e *Neemias*. Originalmente formado também por forasteiros, o “povo de Israel” tornou-se “uma comunidade

5 Flávio Josefo, também conhecido pelo seu nome hebraico Yosef ben Mattityahu (יוסף בן מתתיהו) e, após se tornar um cidadão romano, como Tito Flávio Josefo foi um historiador judaico-romano, que registrou a destruição de Jerusalém, em 70 d.C., pelas tropas do imperador romano, período em que viveu. As obras de Josefo fornecem um importante panorama do judaísmo no século I. Cf. *Flávio Josefo*, Wikipédia.

6 Em hebraico, שָׁבָט, aparece em passagens como Gn 2,2; Lv 26,35, significa descanso, repouso, sábado.

confessional ritualmente segregada, cujos membros são recrutados pelo nascimento e pela admissão dos *prosélitos*” (WEBER, 1987-88, p. 386). Dessa forma, não foi o fator consanguíneo ou linguístico que distanciou o “povo escolhido” dos demais vizinhos (canaanitas, amoritas, entre outros), mas a tradição religiosa com a qual haviam celebrado um compromisso sagrado. Para Weber o separatismo do “povo de Israel” tem sua origem nas questões legais advindas da ritualística religiosa. Deve-se lembrar, no entanto, que Weber desconsidera a transformação dessas leis no decorrer da história desse povo, suscitando a crítica por parte de Arnaldo Momigliano (MOMIGLIANO, 1980).

Ao longo deste artigo, a ênfase tem sido dada ao “povo de Israel”, atendo-se à análise histórica e arqueológica que sugere, contudo, a inexistência desse povo tal como descrito na *Bíblia*. Deve-se esclarecer, que as reflexões a seguir sobre quem era considerado membro desse povo serão balizadas pelo texto veterotestamentário, ou seja, a partir da definição de “israelita”, no AT.

O “israelita” veterotestamentário era considerado o indivíduo de origem consanguínea ou da terceira geração de convertido que havia observado uma vida correta, possuindo, assim, *status* privilegiado. Se, por um lado, a lei sagrada, a princípio, estabelecia os mesmos preceitos para o “israelita” e para o *ger* (forasteiro ou estrangeiro), por outro lado, direitos e obrigações separavam os nativos dos estrangeiros⁷. Dessa forma, ainda que o *Êxodo* determine uma única lei para o cidadão e o imigrante (consta também em Nm 9,14), para Weber há uma diferenciação legal dos *gerim*⁸, os quais “não eram parte dos *benê Jiśrā’el*⁹ que estavam sujeitos à leva militar,

7 Weber afirma que *ger* também era conhecido como *nôkri* (yrlk.n”, Rt 2,10; Gn 31,15; Dt 14,21, estrangeiro, forasteiro, entretanto, no hebraico, essas palavras tem conceitos diferenciados sendo utilizado normalmente para definir mulheres estrangeiras e prostitutas).

8 Em hebraico, גֵּרִים, plural de *ger* (forasteiro, peregrino, imigrante, hóspede, opõe-se a nativo, portanto pode ser tanto gentio quanto um israelita de outra tribo; juridicamente assemelhavam-se aos órfãos e viúvas).

9 Em hebraico, בְּנֵי יִשְׂרָאֵל, aparece em passagens como 1Cr 2,1, significa filhos de Israel.

como os *gibbôrîm*¹⁰ ou como os ‘*am hammilhmah*¹¹’ (WEBER, 1987-88, p. 59).

De acordo com as narrativas de Siquem e Diná, portanto, os *gerîm* eram segregados ritualmente e excluídos do convívio entre os iguais. Exemplo desse tratamento é encontrado nas leis do AT, mais especificamente em Ex 22,25, que, ao condenar a exploração do *pobre*, refere-se ao “israelita” em sentido pleno (*am*). Dessa forma, segundo Weber, “um israelita, que está endividado não deve ser tratado como um servo, mas como um trabalhador livre” (WEBER, 1987-88, p. 94), ao contrário do estrangeiro, que poderia vir a ser servo ou escravo. Embora, no *Êxodo*, possa-se identificar a proibição de submeter o estrangeiro e o oprimido (Ex 22,20 e 23,9), embora ainda, no *Levítico*, conste a obrigação de amar o estrangeiro como um compatriota (Lv 19,34), impondo o mesmo tratamento jurídico para naturais ou estrangeiros (Lv 24,22), verificam-se, no CA, diversos preceitos que estigmatizam os estrangeiros e os diferenciam do “povo de Israel”. Também em *Êxodo*, no cap. 23,9, há referência aos deveres para com os inimigos ou estrangeiros.

Como já se afirmou, as leis de Ex 21-22 (*mishpatim*) estão entre as leis escritas mais antigas e conhecidas do “povo de Israel”, podendo ser datadas do séc. VII a.E.C. Como se comprova, no CA, a escravidão, tratada nos *mishpatim*, não existiu antes da época do estado judaíta já que, até então, a produção tanto no reino de Israel quanto no de Judá ainda não se caracterizava pelo trabalho dependente. Só no período após o estabelecimento do pan-israelismo, a escravidão e o direito dos escravos tornaram-se relevantes (CRUSEMANN, 2012, p. 217/218 e 235).

Importante ressaltar que, quando os textos veterotestamentários se referem a estrangeiros, também conhecidos como *gēr*, faz-se alusão a pessoas que não pertencem a um lugar desde sua origem ou que nele não têm parentes ou propriedades, de forma que estrangeiros podem ser tanto os próprios “israelitas”, que vivem nas áreas de outras tribos, quanto outros povos ou membros de

10 Em hebraico, גִּבּוֹרִים, plural de gibbôr (varão, soldado, senhor).

11 Em hebraico, עַם-מִלְחָמָה, aparece em passagens como Ex 15,3; Nm 31,28, significa povo guerreiro, combatente, soldado.

outras religiões. De acordo com Weber, o próximo é considerado o compatriota assim como o companheiro na fé. Nesse sentido, o amor ao próximo era visto como o amor ao irmão de fé (WEBER, 1987-88, p. 368).

Nos séc. VII e VI a.E.C., Judá recebeu grande leva de imigrantes refugiados do reino do Norte, em virtude da sua destruição pelos assírios. As fontes arqueológicas e literárias atestam que esse processo fundamenta a teoria de que o CA, com sua problemática sobre os estrangeiros e o direito social, deve ser datado nas últimas décadas do séc. VIII ou início do VII, e não antes dos acontecimentos que resultaram na destruição da Samaria, em 722 a.E.C. (CRUSEMANN, 2012, p. 259/260 e 278). O CA seria, portanto, uma narrativa resultante da catástrofe do reino do Norte. Ademais, apesar de as leis do *Deuteronomio* e as Sacerdotais garantirem certa proteção aos estrangeiros, independentemente de sua origem ou religião, ambas possuíam algumas contradições (CRUSEMANN, 2012, p. 261/262).

No *Levítico*, por exemplo, permite-se aos “naturais” – leia-se “israelitas” – possuir servos e escravos como herança perpétua, desde que provindos de outras nações. Por outro lado, proíbe-se a imposição de trabalho escravo a um irmão que se vende devido à pobreza e/ou sua venda como escravo a terceiros (Lv 25,39-42 e 44-46). Dessa forma, essa lei faz clara distinção entre naturais e estrangeiros, visto que a venda de escravos estrangeiros a terceiros não era condenada. A lei do Lv 19,34, por sua vez, estabelece prescrições morais e culturais que deveriam ser observadas também pelos estrangeiros que viviam entre os “israelitas” bíblicos.

No Livro de *Números*, em que os estrangeiros são especificamente citados, encontram-se outras leis de natureza cultural, nas quais são estabelecidas as mesmas obrigações e costumes para naturais e estrangeiros: Nm 9,14 (sobre a festa da Páscoa); Nm 15,15-16 (sobre a oblação que acompanha os sacrifícios); Nm 19,10 (a respeito das cinzas da novilha vermelha); e Nm 35,14-15 (sobre as cidades de refúgio). Essas leis culturais podiam facilmente ser observadas por um “israelita” que estivesse fora de sua tribo de origem (estrangeiro). Por outro lado, um indivíduo que não fosse adepto da fé em Iahweh ou que não fosse convertido teria problemas em relação à observação de algumas das prescrições, especialmente

as de caráter cultural, como a circuncisão obrigatória para festejar a Páscoa.

O *Deuteronômio* é outro compêndio de leis que, junto ao *Êxodo* e ao *Levítico*, apoia a usura para com os não adeptos da fé javista, embora lhes atribua alguns direitos e proíba o trabalho aos sábados, tanto aos “naturais” quanto aos estrangeiros (Dt 5,12-14)¹². Ao lado dessas leis, que garantem respeito e auxílio mínimo aos estrangeiros que vivem entre os “israelitas”, outras são prescritas no *Deuteronômio*: em Dt 15,3, permite-se a exploração do estrangeiro, mas proíbe-se a cobrança de empréstimo feito ao irmão de fé; em Dt 17,14 e 15, proíbe-se a nomeação de um rei estrangeiro; em Dt 23,21, autoriza-se o empréstimo a juros a estrangeiros, no entanto proíbe-se a cobrança de juros de um irmão; em Dt 23,3, proíbe-se a presença de bastardos (descendentes de matrimônios entre “israelitas” e estrangeiros, até sua décima geração) nas assembleias cultuais; em Dt 23,8-9, exige-se respeito ao edomita ou egípcio; em Dt 24,14, proíbe-se a opressão ao assalariado pobre, seja “natural” ou estrangeiro, que vive nas terras do “povo de Israel”; em Dt 24,16, estabelece-se que cada um será executado por seu próprio crime, estabelecendo, assim, a responsabilidade individual; em Dt 24,19-21, estabelece-se como pertencente ao estrangeiro, órfão ou viúva, o que for esquecido na colheita ou dela sobrar; por fim, em Dt 27,19, maldiz-se aquele que perverte o direito do estrangeiro, do órfão e da viúva.

Outro ponto relevante para esta pesquisa pode ser encontrado no *Gênesis*, em que diversas passagens, além de condenarem o casamento com estrangeiros, determinam os direitos da mulher obtidos por meio do matrimônio. Tanto a narrativa do casamento de Isaac (Gn 24,3-4) quanto a da violência contra Diná (Gn 34) são usadas por Oseias (profeta que viveu possivelmente no reino de Israel antes da queda de Samaria) como tradição oral conhecida de todos os seus ouvintes, donde se conclui que os textos de Gn 25-35 são de tempos antigos (PURY, 1996, p. 212).

Quanto à primeira narrativa, de quando Abraão envia a seus parentes um servo para que este escolha uma mulher de mesma

12 De acordo com Crusemann, tanto Dt 4 e 5 quanto 9,7-10,11 são textos tardios, não pertencendo às camadas mais antigas do *Deuteronômio*. Cf. CRUSEMANN, op. cit., p. 73.

origem para casar com Isaac, tem-se, possivelmente, a primeira demonstração de segregação (Gn 24,3 e 4). Na segunda narrativa (Gn 34), mais do que a rejeição de parentesco por casamento e a intenção de homicídio por parte dos irmãos de Diná, o v. 13, de Gn 34, demonstra, segundo Crusemann, o descumprimento de uma promessa: não se trata, portanto, do casamento com estrangeiros, mas da quebra de um contrato de forma premeditada, com dolo, como foi feita pelos irmãos da moça violentada (CRUSEMANN, 2012, p. 107).

Pode-se perceber, nesse sentido, o uso do dispositivo de não aceitação do estrangeiro, por meio do matrimônio, em todas essas narrativas, como no relato sobre Diná, quando pedida em casamento: seus irmãos afirmam ser uma desonra para a família aceitar o casamento de uma filha com um homem incircunciso (Gn 34,14 e 15).

Diferentemente da narrativa de Isaac, que procura entre os seus uma esposa, a de Judá, em Gn 38, ressalta a união entre membros do “povo de Israel” e estrangeiros, já que Judá toma por esposa uma mulher cananea, pagã, cuja conversão não é relatada no texto e escolhe Tamar, cuja origem não é mencionada, como esposa para um de seus filhos, mostrando controvérsias no conjunto da obra veterotestamentária. Outra passagem, que segue a mesma direção da narrativa de Judá, refere-se a Esaú, quando este não pede permissão ao pai para casar, sabendo que ele não aprovaria a aliança com estrangeiros (JOSEFO, 2007, p. 104).

Outro exemplo é o caso de José que, no Egito, casa com a filha do sacerdote de On, e com ela tem filhos (Gn 41,50-52)¹³. Esse caso pode ser usado como exemplo tanto para condenação da união entre membros do “povo de Israel” com “pagãos” quanto para a questão relativa aos filhos considerados bastardos gerados dentro dessas uniões.

Existem ainda leis que asseguram a inviolabilidade da mulher virgem, estando determinado em Ex 22,15s que, se uma virgem for violada, o violador deverá pagar o dote e casar com ela. A questão nessa lei, contudo, não é a segurança da mulher, mas a relação de

13 No caso dos filhos de José, segundo a tradição fundaram as tribos de Efraim e Menassê.

propriedade, ou seja, o valor do dote que deverá ser pago ao pai da moça (CRUSEMANN, 2012, p. 347).

No *Levítico*, os membros do “povo de Israel” têm por obrigação tomar por esposa somente as virgens do seu povo (Lv 21,13-15), visto que, na interpretação religiosa, se a mulher for profana, como viúvas, mulheres repudiadas ou prostituídas, além de estrangeiras, sua descendência será profana.

De acordo com Weber, foi no exílio que se observaram as proibições de casamentos mistos, consumando, portanto, a segregação ritual da comunidade (WEBER, 1987-88, p. 365 e 376). Somente no pós-exílio, por meio da redação sacerdotal, verifica-se a dissolução dos matrimônios mistos já existentes.

Em *Números*, no último capítulo (Nm 36,5-9), que versa sobre o casamento das filhas do “povo de Israel” e a manutenção da propriedade por meio da herança, Crusemann destaca dois momentos: enquanto, no primeiro, a norma dirige-se ao caso isolado, no segundo, dirige-se a uma regulamentação geral. Isso demonstra que, nos casos não previstos, ou não regulamentados pelo sistema jurídico ou pelas normas tradicionais vigentes, a decisão tornava-se precedente fundamental para a normativa jurídica do Estado (CRUSEMANN, 2012, p. 149/150).

Diante disso, para Crusemann, Nm 36 foi elaborado no período final da redação do *Pentateuco*, isto é, no pós-exílio. Deve-se ressaltar também que o conteúdo da norma legisla a favor da mulher, mas com ressalvas: o direito de herança das filhas está vinculado ao casamento com um homem de sua escolha, desde que pertencente ao clã da tribo paterna, já que a herança não deve passar de tribo para tribo¹⁴.

No *Deuteronômio*, Iahweh proíbe a aliança e os matrimônios mistos (Dt 7,1-5). Nesse mesmo livro, encontram-se estabelecidas as seguintes normativas: condições para tomar por esposa uma prisioneira de guerra (Dt 21,10-14); proibição da entrada de um bastardo até sua décima geração na assembleia de Iahweh (Dt 23,3);

14 Josefo destaca que as filhas de Zalfate terão o direito de receber sua herança desde que se casem com homens membros de sua tribo; se, por outro lado, casassem com membros de outra tribo, esse direito lhes seria negado de modo que cada tribo conservasse os bens que pertencesse a cada um de seus membros Cf. JOSEFO, op. cit., p. 215.

autorização à terceira geração de um edomita ou egípcio para entrar na assembleia de Iahweh (Dt 23,8 e 9); determinação de que quando um irmão deixa viúva sem descendentes deverá o cunhado casar-se com ela para garantir o nome aos descendentes e manter as terras na posse da tribo (Dt 25,5)¹⁵. Dessa forma, Dt 25,5-10, também conhecida como lei do levirato, trata da questão da herança e da tradição do nome. A norma dita que o irmão do falecido deverá gerar descendentes com a viúva sem filhos está diretamente relacionada tanto com o direito à herança da criança e da mãe quanto com a importância de perpetuar o nome da estrutura familiar patrilocal (CRUSEMANN, 2012, p. 354).

Só na época do exílio, a família é pensada como a representação física do “povo de Israel” e de sua religião, já que, longe de sua terra de origem e de seu Estado, os membros desse povo ligavam-se à promessa da aliança por meio de ambas. Para isso, as leis que garantiam as antigas regras de endogamia e proibiam as uniões não tradicionais adquiriram importância radical a ponto de proibirem e, em alguns casos, anularem casamentos mistos, principalmente no retorno à terra prometida (CRUSEMANN, 2012, p. 407).

Segundo Graetz, a abolição do casamento misto e a expulsão das mulheres não judias bem como de seus filhos deram origem a um sentimento de ódio contra os judeus. Para Sand, aos olhos do profeta Esdras, em Esd 9, o casamento misto era um pecado horrível (SAND, 2011, p. 143).

Segundo Doubnov, a abolição dos casamentos mistos foi, no entanto, uma tentativa de ampliar o separatismo nacional, impedir que a pureza da cultura judaica, ainda frágil e em formação após o retorno à terra prometida, absorvesse os cultos religiosos do Oriente (SAND, 2011, p. 173/174).

As leis dos alimentos, por sua vez, foram, igualmente, de grande importância na estrita observância das práticas religiosas judaicas. As proibições nutricionais podem ser encontradas na

¹⁵ Josefo enfatiza também que o filho gerado desse segundo matrimônio deverá receber o nome do marido/irmão falecido e que os bens deste será herdado pela criança a fim de que seu nome perpetue e seus bens sejam mantidos na família. Cf. JOSEFO, op. cit., p. 225.

legislação sacerdotal, que criou dificuldades extraordinárias para as práticas alimentares (WEBER, 1987-88, p. 377).

A ritualização dos costumes alimentares dificultou o convívio com os demais povos, embora o preceito da segregação de qualquer “pagão” recaísse somente sobre o “israelita” que pretendesse realizar um ato de culto (Jo 18,28). No *Êxodo*, em que o próprio deus faz conhecer suas leis, existem as que distanciam cada vez mais o “israelita” de seus vizinhos: em Ex 12,19, o que come pão fermentado, durante a Festa dos Ázimos, será eliminado do “povo de Israel”; em Ex 12,43, não é permitido a nenhum estrangeiro, durante a Páscoa, comer do alimento ritual; em Ex 12,48 e 49, o que quiser participar da celebração da Páscoa deverá circuncidar todos os varões de sua casa, convertendo-se à fé em Iahweh. Essa última norma consta também em Nm 9,14.

No Ex 12,19, está também a lei que proíbe consumir carne com vida, o que para o “povo de Israel” significa o consumo de sangue. Segundo Crusemann, essa regra alimentar é, provavelmente, antiga, sendo a base do Ex 22,30 e recebendo nova interpretação em Dt 12 (CRUSEMANN, 2012, p. 402).

No *Levítico*, por sua vez, há proibições alimentares essencialmente ligadas ao culto, tais como: obrigação de oferecer um holocausto em sacrifício na entrada da Tenda da Reunião (Lv 17,8 e 9). Nesse livro, encontra-se não só a proibição de ingerir sangue, porque, de acordo com a *Torá*, a alma reside no sangue do ser, e esta pertence a deus (Lv 17,10), mas também a obrigação de derramar o sangue da caça e cobri-lo com terra, pois nenhum ser deve ficar insepulto (Lv 17,13). Há ainda a obrigação de banhar-se com água e lavar as vestes após comer um animal morto ou dilacerado (Lv 17,15); proibição da prática dos costumes do Egito e de Canaã (Lv 18,3 e 4). A punição ao transgressor de quaisquer desses preceitos era o degredo. Além disso, em *Levítico*, nas regras referentes à pureza e à impureza, verifica-se uma lista de animais aquáticos, terrestres e alados considerados puros, sendo, portanto, passíveis de ser ingeridos.

Por último, no *Deuteronômio*, há apenas uma lei referindo-se à alimentação. Trata-se do Dt 14,21, que proíbe a ingestão de animais cuja *causa mortis* não possa ser identificada.

Segundo Finkelstein e Silberman, os ossos recuperados nas antigas vilas das regiões montanhosas da Palestina, do período do

Ferro, diferem dos demais encontrados em outras regiões: não foram encontrados ossos de porco, significando que eles não eram cozidos, comidos ou mesmo criados nas regiões que abrangiam os reinos de Judá e de Israel, de modo que tal proibição não era de natureza ambiental ou econômica. Provavelmente, antes mesmo da composição do texto bíblico, séc. VII a.E.C., os habitantes dessas regiões já haviam determinado a proibição de comer carne de porco, por meio de normas dietéticas. De fato, essa é a prática mais antiga e arqueologicamente atestada que se tem do “povo de Israel”, por meio da qual é plausível supor a existência de uma prática específica compartilhada entre as diferentes populações das aldeias montanhosas, a oeste do Jordão, que constituem as comunidades protoisraelitas (FINKELSTEIN, 2003, p. 169/170).

Além das leis bíblicas relativas à alimentação, existem as que abordam diferentes temas, como prescrições rituais, observância do sábado, entre outras, encontradas a partir do livro do *Gênesis*: Gn 2,4a, 4,26, 11,31, 13,14-18, enfatizam o caráter de povo especial, escolhido e separado dos demais povos que a narrativa do *AT* constrói ao longo do seu texto.

A aliança, no *AT*, com a descendência de Abraão, é, segundo o texto bíblico, a primeira e significativa diferenciação estabelecida, por meio de uma celebração, entre o “povo de Israel” e o restante dos povos. Segundo Pury, os relatos de Abrão podem ser fragmentos de reflexão teológica característicos das comunidades judaicas da época pós-exílica, de forma que Gn 12-13 (emigração de Harã e teofanias de Siquém e de Betel) provavelmente são uma apropriação da tradição ou do ciclo de Jacó, não podendo, portanto, ser atribuídos a uma tradição antiga (PURY, 1996, p. 208/209).

Por outro lado, prevalecia, por volta do séc. VI a.E.C., a tradição de um patriarca, Abraão, eleito por deus e ancestral do “povo de Israel”, como sendo o primeiro a tomar posse da terra, como narra a passagem de Is 51,2. De acordo com Pury, a “tradição já devia estar suficientemente gravada na consciência coletiva para ser conhecida tanto dos exilados como dos que haviam permanecido na terra” (PURY, 1996, p. 211).

Em relação às prescrições culturais e às festas, os textos de Ex 12,43 e 48-50 referem-se à cerimônia e à festa da Páscoa, sendo que,

nos vv.43-50, estão estipulados, entre outras, as condições para que os estrangeiros participem e preparem a ceia.

O texto que segue em Ex 12-16 traz como temática a “festa do êxodo” (*Pessah*¹⁶ e *Massot*¹⁷) que, no período persa, introduz uma dimensão temporal no próprio texto, já que, em sua origem, o êxodo significava a libertação da morte, e a Páscoa ainda não era uma festa, mas um rito apotropaico de proteção, ou seja, um dos sinais de libertação entre os protoisraelitas e judaítas. Para Zenger, o Ex 12,1s interpreta a saída do Egito como o verdadeiro começo da história de Israel (PURY, 1996, p. 253 e 263).

Entre as leis de prescrições culturais e relativas às festas que fazem referência aos “israelitas” e aos estrangeiros arrolam-se: Lv 16,29-30; 17,8-10; 13 e 15-16; 24,16 e 22, segundo as quais ambos têm os mesmos direitos; Dt 27,19, segundo a qual deus maldiz aquele que perverte o direito do estrangeiro, assim como o da viúva e o do órfão.

Uma característica importante dos judeus é a observância, supostamente desde a origem desse povo, do *Shabat*, dia do senhor ou dia santo, melhor identificada em Nm 15,32-36. Segundo Crusemann, o fato de o infrator, não observando o sábado, ter sido posto sob guarda, até o momento da decisão sobre seu futuro, demonstra a inexistência inicial da norma jurídica para tal infração que, depois de tomada a decisão torna-se prescrição para os demais casos (CRUSEMANN, 2012, p. 148). Dito de outra forma, Nm 15 é uma lei nova que não determina punição para o delito cometido, sendo, portanto, uma prática que começa a se firmar no período da elaboração da escritura veterotestamentária, mais especificamente com os textos deuteronomistas. Dessa forma, a observância do sábado como um dia santo não era algo que acontecia desde a origem do “povo de Israel”, mas uma norma elaborada ao longo da história e do desenvolvimento dos costumes.

16 Em hebraico, **פסח**, aparece em passagens como Ex 12,11; Nm 33,3, significa Páscoa, ritual da Páscoa.

17 Em hebraico, **מַצּוֹת**, aparece em passagens como Ex 12,8; 23,15; Lv 23,6; Dt 16,16, significa pães ázimos ou festa dos pães ázimos como também era conhecida a Páscoa visto que não era permitido ingestão ou feitura de pães com levedo.

De acordo com Romer, em Dt 5,12-16, o texto que determina guardar o sábado por parte do “povo de Israel” e daqueles que vivem em seus espaços

mostra a novidade da compreensão do sábado como o sétimo dia da semana, que provavelmente surgiu durante o período exílico (...). Sua transformação talvez esteja ligada à invenção de um ‘tempo sagrado’ em vez do ‘espaço sagrado’ (templo), que no exílio não era acessível (ROMER, 2008, p. 130).

Em virtude da perda da terra santa, foi necessária a criação de dispositivos vinculando o povo à religião e à aliança para que, permanecendo unidos, não perdessem sua identidade de “povo escolhido”. Para tanto, o vínculo à família bem como a observância das leis, que limitavam a interação com estrangeiros, foram melhor sistematizados com o objetivo de serem postos em prática.

Pode-se verificar, dessa forma, ao longo do estudo do *Pentateuco*, que em diversas passagens encontram-se as leis que dificultam o convívio de judeus com as populações vizinhas. Ainda que se leve em conta que toda a documentação sobre o “povo de Israel” atualmente disponível, inclusive a *Bíblia* como narrativa escrita, foi produzida cerca de 1500 anos após o suposto surgimento do grupamento patriarcal, é possível perceber a singularidade das proposições contidas nesse livro. Essa possibilidade explica-se porque a própria história permite constatar um maior ou menor afastamento e diferenciação dos judeus face às outras nações, em função de uma autêntica e efetiva crença na eleição divina.

Avançando no tempo para melhor compreender a formação desse povo e levando-se em conta o fenômeno do exílio, após o período de adaptação, quando a comunidade judaica espalhou-se entre as diferentes comunidades estrangeiras, emerge o reconhecimento da identidade religiosa de forma mais pontual e rigorosa. O afastamento da terra prometida traz como consequência a afirmação de uma fé atenta à prática dos princípios religiosos.

Durante o exílio, com a desmilitarização, foram paulatinamente eliminadas as diferenças entre os judeus de pleno direito e os *gerîm*¹⁸. Com a constituição da comunidade da *gôlāh*¹⁹, na qual os judeus, destituídos de seus antigos domínios territoriais, isolaram-se em assentamentos próprios, em territórios estrangeiros, consolidou-se seu próprio ideal religioso que, mais tarde, transformá-los-ia em um povo forasteiro, internacionalmente disperso.

A destruição dos reinos de Israel e de Judá, bem como a consequente perda de território, foram vistas como o “castigo de deus” em função da desobediência às suas leis, como previa a *b’rît*: “como antes, Javé permanece indiferente em relação a outros povos. Mas ele os usou como ‘flagelo de Deus’” (WEBER, 1987-88, op. cit., p. 366). Foi imposta a observância da ética cotidiana e dos preceitos religiosos-normativos na tentativa de se redimir dos pecados cometidos para, novamente, obter as graças de deus, um deus que se torna o único deus de Israel, regendo todos os povos, mas sendo cultuado cada vez mais individualmente. À medida que Iahweh convertia-se no deus supremo do céu, da terra e dos povos, como já dito, um deus único e universal, a comunidade exílica concebia-se como o “povo eleito”, aquele que um dia terá o poder de ser o e guia espiritual de todos os povos.

Dessa forma, como destaca Freitas, para Weber, as promessas messiânicas da doutrina legalista foram responsáveis por erigir barreiras étnicas e de nascimento entre a comunidade judaica, que se autoproclamava “povo eleito”, e os demais povos (FREITAS, 2010, p. 17). A promessa de que a comunidade de “Israel” prevaleceria sobre as demais nações e que, após o exílio babilônico, foi responsável pela autossegregação, orientou-se por uma ética dual em que os “israelitas” tinham um padrão de comportamento em relação a seus iguais e outro em relação aos “gentios” (FREITAS, 2010, p. 21).

18 Essa desmilitarização ocorreu com a desarticulação militar da confederação israelita, concebida ainda no processo de formação das tribos para a proteção destas. Para maiores detalhes sobre a confederação israelita verificar cf. WEBER, 1987-88, op. cit., p. 49/50.

19 Em hebraico, גולה, aparece em passagens como 1Cr 5,22, significa deportação, desterro, exílio, expatriação.

O problema, no entanto, consiste no fato de Weber identificar a existência desse comportamento, a que ele chama “pária”, ainda *antes* do exílio. De fato, existiram movimentos, como o profetismo “israelita”, que defendiam a observação da lei em sua forma minimalista. Esses movimentos, em contrapartida, não atingiram a maioria da população, de origem camponesa, que ainda cultuavam seus deuses familiares e outras divindades agrárias além de Iahweh, mesmo durante o contexto da comunidade judaíta pan-israelita.

Nesse sentido, o “reino da legalidade”, como chamou Schluchter, foi instituído como observância *mecânica* de normas concretas somente após 538 a.E.C., no período da “Restauração Judaica”, isto é, no pós-exílio, quando então se suspende o direito dos “israelitas” de casarem com “gentios” e se impõe, pela via da lei bíblica, a dissolução dos casamentos mistos realizados ao longo do exílio (FREITAS, 2010, p. 22).

Referências Bibliográficas

BRIGTH, John. **História de Israel**. 7ª edição, São Paulo: Paulus, 2003.

CRUSEMANN, Frank. **A Torá: teologia e história social da lei do Antigo Testamento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FAHEY, Tony. Max Weber's Ancient Judaism. **The American Journal of Sociology**, The University of Chicago Press, vol. 88, nº 1, p. 62/87, July, 1982.

FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. **A Bíblia não tinha razão**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

FREITAS, Renan Springer de. A sociologia da religião como recapitulação da teologia cristã: Weber e as raízes proféticas do racionalismo ocidental. **RBCS**, São Paulo, vol. 22, nº 65, p. 110/125, out., 2007.

JOSEFO, Flávio. **História dos Hebreus: de Abraão à queda de Jerusalém – Obra Completa**. 11ª ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.

MOMIGLIANO, Arnaldo. A note on Max Weber's definition of judaism as a pariah-religion. **History and Theory**, vol. 19, nº 3, p. 313/318, out., 1980.

MONLOUBOU, Louis e DU BUIT, F. M. **Dicionário bíblico universal**. Petrópolis, RJ: Vozes; Aparecida, SP: Editora Santuário, 1996.

O Antigo Testamento. **A Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Edições Paulinas, 2011.

ROMER, Thomas. **A chamada História Deuteronomista: introdução sociológica, histórica e literária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SAND, Shlomo. **A invenção do povo judeu: da Bíblia ao sionismo**. São Paulo: Benvirá, 2011.

SCHLUCHTER, Wolfgang. Ancient Judaism. In. SCHLUCHTER, Wolfgang. **Rationalism, religion and domination: a weberian perspective**. Oxford: University of California Press, 1989, p. 163/204.

SCHOKEL, Luis Alonso. **Dicionário bíblico hebraico-português**. Tradução Ivo Storniolo, José Bortolini. São Paulo: Paulus, 1997.

SELL, Carlos Eduardo. **Max Weber e a racionalização da vida**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

WEBER, Max. **Ensayos sobre sociología de la religión**. Vol. 3, Madrid: Taurus Humanidades, 1987-88.

_____. Relações Comunitárias Étnicas. In. WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Vol. I. Brasília: UnB, 1991, p. 267/277.

RECEBIDO EM: 20/12/2015
APROVADO EM: 18/03/2016

AS DEMOLIÇÕES DE PARIS: A MODERNIDADE EM “ROCAMBOLE” (1857-1870)

The demolitions of Paris: Modernity in Rocambole (1857-1870)

Máira de Souza Nunes*

RESUMO

Com base na leitura do romance de folhetim *Rocambole*, o presente artigo pretende analisar as transformações da cidade de Paris durante o II Império de Napoleão III, investigando as representações do processo civilizador oitocentista, da experiência burguesa, bem como as relações entre a cidade e o enredo da obra. Pensar, a partir da narrativa folhetinesca, de que maneira a experiência urbana foi vivenciada na Paris moderna, cenário das aventuras de *Rocambole*. Representada pelo autor Ponson du Terrail como a “babilônia moderna”, a capital francesa foi ela mesma um personagem importante da trama. A vida urbana representada pelo autor compreende a circulação pelas paisagens parisienses tanto dos bairros ricos e nobres, quanto dos subúrbios assolados pela miséria. O conceito de civilização que norteia esta pesquisa baseia-se na ideia de que o indivíduo moldou seu comportamento em resposta às demandas criadas pelas transformações que marcaram o século XIX. As transformações que caracterizaram o período, relacionadas à ideia de progresso, resultaram na construção do conceito de modernidade enquanto desenvolvimento do pensamento burguês nas esferas pública e privada. Porém, o preço desse enriquecimento da sensibilidade pessoal vivenciado a partir da cidade significava o afastamento dos confortos psicológicos da tradição e de qualquer sentido de participação em um todo social integrado. Os personagens de *Rocambole* vivenciam todas essas experiências modernas de maneira distinta, e representam as contradições presentes na sociedade e na cidade de Paris.

Palavras-chave: Rocambole; Paris; Civilização.

* Professora do Centro Universitário Internacional Uninter, mestra em História (UERJ), doutoranda em Comunicação e Linguagens (UTP). Integrante do grupo de pesquisa JorXXI (UTP).

ABSTRACT

Based on the reading of the serial novel *Rocambole*, this article analyzes the transformations of the city of Paris during the II Empire of Napoleon III, investigating the representations of the nineteenth century civilizing process, the bourgeois experience as well as the relationship between the city and the history of the novel. The research intends to think, from the feuilletonistic narrative, how the urban experience has been experienced in modern Paris. The city of Paris was the center stage for the adventures of *Rocambole*. Posed by Ponson du Terrail as "Modern Babylon", the French capital was itself an important character in the plot. The urban life represented by the author includes the circulation in Parisian landscapes from rich and noble neighborhoods, and also the suburbs plagued by poverty. The concept of civilization that guides this research is based on the idea that individuals have shaped their behavior in response to demands created by the transformations that marked the nineteenth century. The transformations that characterized the period, related to the idea of progress, resulted in the construction of the concept of modernity as a development of bourgeois thought in the public and private spheres. But the price of this enrichment of the personal sensitivity experienced from living in the city meant the removal of the psychological comforts of tradition and of any sense of participation in an integrated society. The *Rocambole* characters go through all these modern experiences in different ways, and represent the contradictions present in society and in the city of Paris.

Keywords: Rocambole; Paris; Civilization.

Rocambole era um mero garoto de Paris que após fugir da correccional, aos dezesseis anos, foi “adotado” por uma taverneira e passou a ajudá-la a administrar os negócios, divertindo-se em roubar os clientes. Possuía uma astúcia fora do comum e um senso de oportunidade que lhe garantiam escapar das situações mais perigosas. Interessado em um bom pagamento, associou-se ao Visconde Andréia, fidalgo deserdado que desejava vingar-se do meio-irmão, a quem considerava responsável pela sua ruína. Sob sua orientação, Rocambole desenvolveu modos de conduta necessários para frequentar a alta sociedade e ambos reuniram uma organização secreta que buscava, por meio de uma rede de intrigas e manipulações, alcançar o benefício financeiro e social. Após falhar em suas empreitadas, Rocambole foi vítima de uma vingança que o deixou desfigurado, mas proporcionou a circunstância da sua

redenção. Arrependido de seus crimes voltou à sociedade parisiense decidido a utilizar suas habilidades para o bem, ao prover o auxílio necessário às vítimas de um sistema social opressor e corrupto, regido pelo poder monetário. Conhecedor dos vícios que assolavam a sociedade moderna, utilizava as mesmas armas de sua antiga vida criminosa – dissimulação e engodo - para combater o crime e a vilania.

Assim surgiu o grande herói literário do II Império francês, justiceiro folhetinesco que reuniu uma legião de fãs, responsáveis pela extensão de suas aventuras durante 13 anos. Figura constante nos jornais, o personagem foi alvo de caricaturas e sátiras devido não apenas às suas “aventuras sem fim”, mas principalmente ao seu principal talento: a trapaça. O sucesso da série intrigou os críticos, inconformados com o fato de um romance de folhetim alcançar tamanha repercussão e transformar o personagem, um jovem bandido, em um herói popular.

O conjunto de aventuras de Rocambole, reunidas sob o nome *Les Drames de Paris*¹, foi escrito por Ponson du Terrail e publicado nos jornais parisienses durante os anos de 1857 a 1870². A publicação coincide com o império de Napoleão III, período em que a França passou por um processo de grande desenvolvimento caracterizado pela ascensão da burguesia ao poder, o avanço do capitalismo, mudanças nas esferas pública e privada. Esse processo foi resultado das transformações ocorridas a partir da grande Revolução de 1789 e gerou uma série de contradições que estiveram presentes durante todo o século e marcaram a sociedade do II Império.

Com base na leitura do romance de folhetim *Rocambole*, o presente artigo pretende analisar as mudanças na vida parisiense

1 As aventuras de Rocambole compreendem 13 episódios principais, reunidos posteriormente em volumes que compõem a série Os Dramas de Paris. As condições de publicação da obra, inicialmente em folhetins diários e depois reunida em volumes, dificultam estabelecer um número preciso de volumes, pois estes variam de acordo com a edição.

2 Para esta pesquisa, foi utilizada a edição brasileira da Companhia Brasil Editora, de 1946, sob o título de Rocambole e composta por 12 episódios reunidos em oito volumes: TERRAIL, Ponson du. *Rocambole*. São Paulo: Companhia Brasil Editora, 1946. (Coleção Particular). Volumes: 1. A Herança Misteriosa; 2. O Clube dos Valetes de Copas; 3. As Proezas de Rocambole; 4. A Desforra de Baccarat / Os Cavaleiros do Luar / O Testamento do Grão de Sal; 5. A Ressurreição de Rocambole; 6. A Última Palavra de Rocambole; 7. As Misérias de Londres / As Demolições de Paris; 8. A Corda do Enforcado / As Maravilhas do Homem Pardo.

durante o II Império de Napoleão III, investigando as representações do processo civilizador oitocentista, da experiência burguesa, bem como as relações entre a cidade e o enredo da obra. Pensar, a partir da narrativa folhetinesca, de que maneira a experiência urbana foi vivenciada na Paris moderna.

O Folhetim e a Civilização do Século XIX

Criado na França, no início do século XIX, o folhetim designava um espaço geográfico no jornal, o rodapé, cuja finalidade era atrair o público leitor e suprir, pela via do entretenimento, o vazio deixado pela censura napoleônica.³ O processo de alfabetização das massas, realizado ao longo do século XIX, resultou em um número crescente de novos leitores interessados especialmente em periódicos e ficção barata.

Um dos fatores relacionados à ampliação do público leitor, durante todo o século XIX, foi o barateamento do preço dos impressos, responsável pelo aumento da publicação de jornais e da tiragem de livros. Um conjunto de variáveis tornou essa expansão possível. As inovações técnicas no ramo tipográfico favoreceram o processo de fabricação e a introdução do uso de prensas mais modernas permitiu o aumento da produtividade dos jornais. A ampliação dos espaços de leitura foi favorecida pelo gabinete de leitura, surgido durante a Restauração, que oferecia o aluguel de livros e jornais mediante uma assinatura a preço acessível. As formas de divulgação também foram melhoradas através da

3 MEYER, Marlise. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.

literatura de *colportage*, composta por volumes baratos vendidos por mascates.⁴

A proposta inicial era que fosse um espaço para a publicação de variedades e foi durante a década de 1830 que os jornais franceses passaram a publicar obras literárias de ficção, divididas em fragmentos diários. Marlise Meyer⁵ classifica a produção folhetinesca oitocentista em três momentos: 1836-1850: folhetim romântico ou democrático (Alexandre Dumas, Eugène Sue); 1851-1871: Rocambole ou a “Iliada de realejo” (Ponson du Terrail); 1871-1914: os romances dos “dramas da vida” (Xavier de Montépin, Émile Zola). Em sua análise, a autora investiga os modos de escrita do folhetim, estabelecendo um comparativo entre os principais autores, e destaca a importância da obra de Ponson du Terrail no mercado folhetinesco.

Da mesma forma, a relação entre o folhetim e a sociedade foi estudada por Roger Bellet, em sua análise sobre a imprensa do Segundo Império.⁶ O autor pesquisou os registros de época sobre jornais, editores, escritores e leitores e discute a ação jornalística e a difusão do romance de folhetim no governo de Napoleão III. Durante o regime imperial, a imprensa viveu um período de expansão, regulada por uma legislação restritiva que limitou principalmente o viés político dos jornais. O esvaziamento das discussões sobre a atuação do governo abriu espaço para o fortalecimento do folhetim, que passou a ser recebido pelo público leitor como uma possibilidade de escape à realidade. Nesse sentido, o autor preocupou-se em investigar a relação entre o romance de folhetim e a realidade social e quais os limites da influência recíproca entre ambos, ressaltando que a realidade do II Império não deixou de ser folhetinesca.⁷

Um dos caminhos de análise sobre as transformações resultantes do desenvolvimento oitocentista é a discussão do conceito

4 NUNES, Máira de Souza. Modernidade e civilização na imprensa francesa oitocentista: o romance-folhetim. In: *Tuiuti: Ciência e Cultura*, n. 48, p. 33-49, Curitiba, 2014.

5 MEYER, op. cit.

6 BELLET, Roger. *Presse et journalisme sous le Second Empire*. Paris: Armand Colin, 1967.

7 BELLET, Roger, op. cit., p. 203.

de civilização e do decorrente processo civilizador oitocentista. Para Norbert Elias⁸, o conceito de civilização representa a expressão da consciência que o ocidente tem de si mesmo. Essa consciência decorre da mudança estrutural ocorrida na sociedade ocidental, a qual procura descrever o que representa seu caráter especial, aquilo de que se orgulha, sua visão de mundo. A partir dessa consciência, o processo civilizador resulta na mudança de comportamento do indivíduo com relação aos seus controles emocionais, um caminho de aprendizado de comportamento a partir das mudanças no que a sociedade exige e proíbe. Dessa forma, estruturas de personalidade e estruturas sociais sofrem uma evolução inter-relacionada, levando à necessidade de adaptação por parte do indivíduo e do mundo a sua volta, para tornar possível a existência no mundo moderno.⁹

O termo civilização foi formulado no século XIX e referia-se a um conceito pré-existente – civilidade – significando “abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento da polidez, cultura das artes e das ciências, crescimento do comércio e da indústria, aquisição das comodidades materiais e do luxo.”¹⁰ No século XIX, a ideia de civilização foi ampliada e além do aperfeiçoamento interior dos indivíduos e o desenvolvimento de suas qualidades afetivas e intelectuais, passou a significar também o crescimento dos recursos e da segurança que correspondem ao gênero de vida das classes sociais abastadas da sociedade industrial moderna. No entanto, essas duas faces, interior e exterior, permanecem contraditórias enquanto “a justiça, a liberdade, a moralidade não acompanham a acumulação dos bens e do desenvolvimento complexo das leis e das instituições públicas.”¹¹

O conceito de civilização que norteia este artigo baseia-se na ideia de que o indivíduo moldou seu comportamento em resposta às demandas criadas pelas transformações que marcaram o século XIX. Nesse sentido, Sigmund Freud considera que a civilização foi

8 ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. Vol. 1 – Uma história dos costumes.

9 Idem.

10 STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 14.

11 Idem, p. 44-45.

responsável pela infelicidade do ser humano a partir do momento em que a tarefa de evitar o sofrimento colocou a de obter prazer em segundo plano. Em troca de segurança, o sujeito civilizado moderno abriu mão de sua individualidade e de sua liberdade e esse esforço civilizacional representou o sacrifício do “ser feliz” nessa civilização. Assim, as forças externas tolheram a possibilidade de autonomia e nivelaram o indivíduo em uma existência regulada pelo social.¹²

Relacionado à ideia de Freud, de que as sociedades exigem que seus membros sacrifiquem seus desejos para garantirem a sobrevivência comum, Peter Gay¹³ salienta que o desenvolvimento técnico e a fundação de instituições para distribuir os bens essenciais possibilitaram ao indivíduo do século XIX uma espécie de “ataque” ao mundo. Esse ataque foi destinado a reduzir a dor da existência e refere-se à capacidade de ser *agressivo* e de transformar situações desagradáveis em um impulso mobilizador. Essa agressividade não representa apenas a ideia de violência, mas, principalmente, de *transformação*. Dessa forma, o século XIX foi uma *era de agressão*, em que a destruição representou a preparação para a reconstrução, e que marcou as relações do indivíduo em sociedade.

É essa “agressividade” que caracteriza o personagem Rocambole. No romance, seu “ataque” ao mundo revela-se inicialmente como confronto social por meio do banditismo, do qual Rocambole espera extrair dividendos que compensem a sua situação social. Num segundo momento, após seu arrependimento, Rocambole empreende este ataque como forma de justiça social ao fugir da impotência que regula as relações sociais, e estabelece seu próprio padrão de reação à uma sociedade que não possibilita soluções coletivas.

As transformações que caracterizaram o século XIX, relacionadas à ideia de progresso, resultaram na construção do conceito de modernidade enquanto desenvolvimento do pensamento burguês nas esferas pública e privada. Este conceito comumente se refere ao século XIX como o “século moderno”. No caso da França e

12 FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p. 137.

13 GAY, Peter. *O cultivo do ódio: a experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

da cidade de Paris, particularmente, a modernidade é frequentemente percebida como um fenômeno que transformou radicalmente a cidade e seus habitantes. Walter Benjamin, a partir dos escritos de Charles Baudelaire, nomeou Paris como “a capital do século XIX”, devido ao fato de a cidade ter abarcado vários elementos inerentes à modernidade. A partir da reforma urbana realizada durante o II Império, o papel da multidão, do *flâneur* e de várias personagens urbanas desenvolveu novas formas de sociabilidade e fez com que Paris passasse a ser vista como a “babilônia” do século XIX.¹⁴

Marshall Bermann considera que a modernidade compreende a transformação urbana decorrente do avanço capitalista e a visão cultural dos indivíduos que vivem esse processo de modernização. Essa experiência da modernidade significa “encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas, ao mesmo tempo, ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos.”¹⁵

Nestes estudos privilegiou-se a análise da ordem da transformação, representada pelo desenvolvimento técnico e sua influência na vida cotidiana, em detrimento da ordem da permanência representada pelo ideal conservador e pelas estruturas sociais tradicionais. O conceito de modernidade foi estabelecido como um rompimento radical com o passado, de tal ordem que torna possível ver o mundo como uma tabula rasa, sobre a qual o novo pode ser inscrito sem referência ao passado.¹⁶ No entanto, é possível pensar esta sociedade como estando “a meio caminho”, entre o velho e o novo, pois as mudanças convivem com a permanência de antigos modos de vida. Dessa forma, a análise do projeto civilizacional do ocidente moderno pressupõe a identificação do caminho percorrido pelo indivíduo desse tempo, em seu aprendizado social do *ser* moderno. Pensar, a partir da noção de perda de sentido para a

14 BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 35.

15 BERMANN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 15.

16 HARVEY, David. *Paris, capital of modernity*. New York: Routledge, 2006, p. 10.

civilização do século XIX, como esse processo foi vivido e em que acarretou, para o indivíduo e a sociedade, esse aprendizado.

A crença no progresso, resultado do avanço capitalista, trouxe uma crescente racionalização e intelectualização, a certeza de um futuro onde tudo pode ser previsto e dominado. Para Max Weber, esse pensamento representa o mesmo que “despojar de magia o mundo”. Este desencantamento do mundo acarretou para a sociedade moderna a construção de uma civilização rica em pensamentos e experiências, mas longe de uma plenitude de vida¹⁷. Ao capturar apenas o provisório, ante um novo progresso, o indivíduo da vida moderna jamais atinge o grau último de satisfação pessoal, a sensação de missão cumprida. Dessa forma, a perda de sentido característica desse desencantamento demonstra que o avanço científico não acrescenta nenhum valor à existência humana, não apresenta nenhuma resposta às questões do espírito, apenas transforma-se em vertigem, diante de cada nova descoberta.

Sobre a experiência moderna, Carl Schorske¹⁸ considera que surgiu na França, durante a metade do século XIX, uma nova maneira de pensar e sentir que lentamente estendeu seu domínio sobre a consciência do Ocidente. Esse processo de reavaliação do papel da razão e do sentido da história incluiu a ideia da cidade, “situada para além do Bem e do Mal”, a partir da perda da clareza de sentido de seu papel exercido anteriormente (vício ou virtude). Na história da ideia de cidade, como em outros ramos da história, o novo frutifica a partir do velho com mais frequência que o destrói. A questão colocada sobre “o que é a vida moderna?” revelou a cidade em todos os seus aspectos positivos e negativos, como base essencial da existência moderna, a qual deveria ser experimentada em sua plenitude pessoalmente. Porém, o preço desse enriquecimento da sensibilidade pessoal vivenciado a partir da cidade significava o afastamento dos confortos psicológicos da tradição e de qualquer sentido de

17 WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2005, p.38.

18 SCHORSKE, Carl. A ideia de cidade no pensamento europeu: de Voltaire a Spengler. In: *Pensando com a História: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

participação em um todo social integrado.¹⁹ Os personagens de *Rocambole* vivenciam todas essas experiências modernas de maneira distinta, e representam as contradições presentes na sociedade e na cidade de Paris.

Rocambole em Paris

Paris representou a cidade moderna²⁰ não só pelo seu crescimento durante o século XIX, mas também pela maneira como criou espaços para o desenvolvimento de novas formas de sociabilidade e possibilidades de se relacionar com o urbano.

Porque Paris era uma cidade diferente de qualquer outra, ao mesmo tempo uma capital nacional, um foco de atividades e ambições políticas e intelectuais, um centro de manufatura (baseada em métodos de atividade manual que ainda predominavam no continente antes de 1850) e o cenário de uma população de estudantes ampla e extremamente consciente.²¹

Walter Benjamin analisa a cidade de Paris como o cenário de representação do *flâneur* o curioso indivíduo errante e observador das ruas parisienses:

A rua se torna moradia para o *flâneur* que, entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o

¹⁹ SCHORSKE, op. cit., p. 66.

²⁰ Walter Benjamin considera a Paris do século XIX como o laboratório da cidade moderna.

²¹ SEIGEL, Jerrold. *Paris Boêmia: cultura, política e os limites da vida burguesa. 1830-1930*. Porto Alegre: L&PM, 1992, p. 29.

burguês entre suas quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; muros são a escrivaninha onde apóia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho observa o ambiente.²²

Esta paisagem aberta ao *flâneur* sofreu sua principal transformação quando o Barão Haussmann, nomeado prefeito de Paris em 1853, iniciou o projeto de reforma da cidade. Um novo espaço urbano, um novo mundo ao qual Eric Hobsbawm classifica como um mundo que não consistia apenas em fábricas, empregados e proletários, ou que tivesse sido transformado repentinamente pelo enorme progresso de seu setor industrial; mas que, juntamente com o trabalho industrial em si, na sua organização característica - além da urbanização - eram certamente as formas mais dramáticas da nova vida.²³

O desenvolvimento capitalista promoveu a transformação da cidade e da sociedade e criou novas demandas de produção. Os meios de comunicação e de transporte participaram deste desenvolvimento geral. Nesse período, a expansão da imprensa deveu-se à industrialização que atingiu a cidade e o campo: “o jornal vai se inserir cada vez mais na vida cotidiana das populações menos disseminadas e cada vez mais ávidas por conhecer o mundo. Até nas províncias os jornais vivem das cidades.”²⁴ Deve-se somar a este papel da indústria e das cidades o do público, que cresceu e aumentou as suas exigências. A indústria jornalística, visando ampliar sua tiragem, criou o *journal à un sou*, o jornal de um tostão. Empresários passaram a construir uma diferenciação de classes entre o público burguês e o público popular.

22 BENJAMIN, op. cit., p. 35.

23 HOBBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 222.

24 MEYER, op. cit., p. 91.

O II Império representou para a imprensa uma época de grande expansão. O barateamento do jornal produziu uma diferenciação de público-leitor alvo: cada camada social, seja burguesa ou popular, procurou o jornal mais adequado à sua condição. O jornalismo sofreu a influência da vida material que o cercava, seja financeira ou industrial, com o surgimento de novas prensas e máquinas de imprimir. A imprensa alimentou-se também dos novos espaços de sociabilidade criados na cidade. Segundo Walter Benjamim a atividade dos cafés treinou os redatores no novo ritmo informativo antes mesmo que a sua maquinaria estivesse desenvolvida, tornando o espaço público o principal local de produção.

Assim, a assimilação do literato à sociedade em que se encontrava se consumou no bulevar. Era no bulevar que ele tinha à disposição o primeiro incidente, chiste ou boato. No bulevar, desdobrava os ornamentos de suas relações com colegas e boas-vidas, e estava tão dependente de seus efeitos quanto as coquetes de sua arte de se transvestir. No bulevar, passava suas horas ociosas, exibindo-as às pessoas como parcela de seu horário de trabalho. Portava-se com se tivesse aprendido de Marx que o valor de cada bem é definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. Dessa forma o valor de sua própria força de trabalho adquire alguma coisa próxima ao fantástico em face do dilatado ócio que, aos olhos do público, é necessário para o seu aperfeiçoamento.²⁵

Os cafés literários, a imprensa sensacionalista, o telégrafo elétrico, na metrópole do século XIX, eram os sinais de um ritmo cada vez mais acelerado da indústria de informação. Para a literatura, como para o jornalismo, passaram a valer as mesmas condições de

25 BENJAMIN, op. cit., p. 25.

produção das demais mercadorias: era fabricada em ritmo industrial.²⁶ Toda esta expansão do mercado editorial e seu caráter comercial permitiram que o jornal se tornasse a porta de entrada aos jovens escritores interessados em arriscar-se na carreira literária. Porém, esta forma de produção possibilitou a criação de um caráter de mercadoria às obras, em que o autor não tinha mais controle sobre a sua produção.

A confecção do romance estava sujeita à vontade do editor e do público, fazendo com que o autor deixasse de ter poder sobre a sua criação, tendo que responder a uma demanda que o tornava apenas o fabricante de um produto de mercado, sujeito às leis do mesmo.

Muitos estavam convencidos de que a cultura só poderia ser rebaixada com sua entrada no mercado. O mundo do comércio era muito estreito para conter os amplos espaços da imaginação. Seus valores eram utilitários e terrenos, baixando a aspiração da beleza e da exaltação que inspiravam a poesia e a arte. O artista foi privado do lazer necessário ao desenvolvimento de seus talentos pela necessidade de ganhar o seu pão. Também não lhe foram dadas as oportunidades de criar em grande escala e produzir a obra monumental que havia permitido ao gênio de expressar no passado.²⁷

Ao se pensar em história literária deve-se ter como base, no contexto de formação do mercado literário, a literatura em estreita inter-relação com a história da imprensa e da informação, visto que a importância crescente dos jornais em detrimento das revistas representou o início de um novo ritmo de escrever que privilegiava a informação curta e abrupta. Segundo Walter Benjamin, as inovações técnicas introduzidas no jornal na década de 1830 acabaram por definir este novo ritmo de produção que incluíam, como forma de

26 BOLLE, Willie. *Fisiognomia da metrópole moderna*: representação da história em Walter Benjamin. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 77.

27 SEIGEL, op. cit., p. 30.

atrair novos leitores, a diminuição do preço da assinatura, da inserção cada vez maior de anúncio e do romance-folhetim. Os literatos tiveram que se adaptar aprendendo técnicas de escrever mais rápido, mais diversificado e mais leve, criando o “estilo folhetinesco”. O folhetim tornou-se o produto literário mais importante, do ponto de vista do mercado, em torno do qual giravam os demais gêneros; sendo que a análise destes leva à compreensão do imaginário social e da mentalidade presentes na “Grande Cidade”.²⁸

O rápido e aparentemente caótico crescimento de Paris durante o século XIX tornou a vida urbana difícil de decifrar, decodificar e representar. Muitos dos romancistas do período lutaram para estabelecer os termos da natureza da cidade. Eles registraram muito sobre seu mundo material e os processos sociais que fluíam ao seu redor, exploraram diferentes formas de representar seu mundo e ajudaram a moldar a imaginação popular sobre o que a cidade era e o que deveria ser. Eles decodificaram a cidade e a tornaram legível, fornecendo formas de representar os processos da transformação urbana.²⁹

A cidade de Paris foi o palco principal para as aventuras de Rocambole. Representada por Ponson du Terrail como a “babilônia moderna”, a capital francesa foi ela mesma um personagem importante da epopeia rocambolesca. A vida urbana representada pelo autor compreende a circulação pelas paisagens parisienses tanto dos bairros ricos e nobres, quanto dos subúrbios assolados pela miséria.

A seus pés o colosso de pedras e de lama, Paris dormia, envolvida na névoa, o seu sono febril e ruidoso.

Perto dali, no tópo da subida, coroava o teatro da Ópera uma auréola de claridade; os boulevards estavam iluminados com grinaldas de luz e pareciam ligar a Paris brilhante e esplêndida da Madalena à Paris sombria do “faubourg” Santo Antonio; a Paris dos ricos e dos pobres à Paris da ociosidade dourada, e a do trabalho árduo.

28 BOLLE, op. cit., p. 78.

29 HARVEY, op. cit., p. 35.

Mais longe, no horizonte, na margem oposta do Sena, avistava o máscara o Panteon envolvido na neblina da noite, elevando a sua cúpula severa sob a sombria abóbada do céu.

À direita daquele monumento, o austero "faubourg" S. Germain, [...]. À esquerda, e estendendo-se até as ribanceiras lamacentas de Bievre, o miserável "faubourg" S. Marceau, mal alumado por candieiros colocados a longos intervalos, semelhantes a faróis dispersos em um mar tempestuoso.³⁰

Durante o período em que a série foi escrita, 1857-1870, a cidade de Paris passou por uma intensa reforma urbana que transformou as antigas vielas medievais do centro da cidade em grandes *boulevards*, ampliou a área da cidade a partir da anexação das comunas vizinhas e alterou a estrutura de vida dos cidadãos parisienses. No entanto, os primeiros episódios da série se passam na década de 1840, durante a Monarquia de Julho, período anterior à grande reforma urbana de Napoleão III. Ponson descreve a cidade em detalhes e reaproxima o leitor do universo conhecido e familiar pré-reforma.

Dezembro desdobrava as nubladas asas sobre a grande cidade que se estende pelas duas margens do Sena.

Uma chuva fina, penetrante e gelada, saía do nevoeiro que cobria Paris, e molhava as ruas. Os candieiros da iluminação espargiam débil claridade nos becos e ruas estreitas dos bairros populosos.

Era noite, uma noite fria de inverno, e os que passavam nas ruas corriam como espectros, que, demorando-se na terra, e vendo aproximar-se o dia, fugiam para os sepulcros.

Paris parecia deserta àquela hora. Soava lugubrememente no espaço a meia noite, nos sinos de todas as igrejas; as praças do mercado, o grande foco do movimento e da

30 TERRAIL, op. cit., vol. 1, p. 27.

vida popular, dormiam por instantes, esperando os pesados carros dos hortelões.

Recolhera-se a última carruagem do baile, e a primeira carreta de trabalho ainda não começara a rodar. Um silêncio sepulcral reinava nas duas margens do rio e deixava ouvir, com longos intervalos, o passo regular das patrulhas fazendo ronda, ou o uivar de algum cão de guarda dos pátios das velhas casas do Marais.

No cáis de S. Paulo, perto do pôsto da guarda, um homem embrulhado em uma capa caminhava pausadamente, indiferente ao frio e à chuva, e parecendo absorto em profunda meditação.

De vez em quando parava e olhava para o rio lodacento que corria com surdo murmúrio entre as duas margens, ora para o montão de casas velhas que ornava o cáis, e representam ali o último vestígio, um resto arruinado da Paris de Carlos VI e de Luiz XI.

Depois olhava para as negras tôrres de Nossa Senhora, que se destacava sob o céu sombrio, e subindo às nuvens com a sua corôa de nervos. O homem continuava o seu caminho e parecia falar consigo mesmo.

Chegou assim à ponte de Diamante, na qual entrou, atravessando-a rapidamente; depois, chegando ao cáis da ilha de S. Luiz, levantou a cabeça e examinou com rápida vista os últimos andares das casas vizinhas.

Por detrás do hotel Lambert, no sexto andar de uma casa da rua S. Luiz, brilhava uma luz junto dos vidros da janela.

A casa era de modesta aparência, e parecia habitada, ou por artistas, ou honrados burgueses que, em um bairro tão retirado, como o da Ilha de S. Luiz, não costumavam velar de certo até muito tarde.³¹

Em muitas situações, o local de moradia dos personagens complementa a sua descrição e ressalta as características sociais. Como no caso do Conde Armando de Kergaz, que se instala próximo

31 TERRAIL, op. cit., vol. 1, p. 33.

ao *faubourg* Santo Antônio para poder exercer melhor sua atividade filantrópica.

Armando morava na rua Culture-Saint-Catherine desde que tomara posse de sua imensa fortuna. O isolamento daquele bairro agradava-lhe e permitia estar, ao mesmo tempo, mais perto das classes laboriosas e pobres, que beneficiava com suas esmolas misteriosas.³²

No caso de Joana de Balder, futura esposa de Armando, o local de moradia reflete sua decadência econômica após a morte do pai: Joana e sua mãe não conseguem mais manter o padrão de vida que tinham enquanto o coronel estava vivo, e precisam mudar de residência para um local mais barato.

A Sra. de Balder e sua filha tinham ido morar naquele bairro, primeiro por economia, segundo para se tornarem esquecidas na sociedade rica e elegante em que tinham brilhado; porque no ano que precedeu a morte do coronel, perdera ele uma causa importante, que o deixara completamente arruinado.³³

As peregrinações dos personagens pela cidade servem também para proporcionar as situações de encontro e mesmo confronto. Bastien, serviçal de Armando, reconhece o vilão Andréia ao vê-lo passar pelos Campos Elíseos. Armando impede um ataque de bandidos ao presenciar um diálogo numa de suas vigilâncias em Belleville. Os encontros no trânsito parisiense são parte fundamental da narrativa: neles os sentimentos vêm à tona, amor, amizade, cumplicidade e ódio.

32 Idem, p. 39.

33 TERRAIL, op. cit., vol. 1, p. 74.

Da rua Serpent, entrou Williams na rua de Saint-Andre des Arts, subiu-a toda até a praça do mesmo nome, e dirigiu-se para o cáis.

Passou o Sena, atravessou a cidade e chegou à praça do Chatelet.

Nesse momento, uma carruagem puxada por dois cavalos desembocou na rua de S. Diniz, e o cocheiro gritou: “arreda!...” ao capitão, que um sentimento de vaga curiosidade obrigara a aproximar-se. O capitão e o trem cruzaram-se sob a luz de um candieiro da rua.

Williams, desviou-se, mas olhou para a carruagem que tinha os vidros corridos, e à luz do candieiro viu um homem que lhe fez sufocar um grito.

- Armando!... exclamou ele.

Mas a carruagem seguiu a trote largo, levando o homem a quem Williams chamara Armando, e que, sem dúvida, não teve tempo nem de ver Williams, nem de ouvir o grito que este soltou.

O capitão ficou um momento imóvel, olhando para a carruagem que se afastava na direção do cáis; depois, cruzando os braços, disse com expressão de ódio:

Estamos finalmente na presença um do outro, irmão; tu, a estulta encarnação da virtude, eu o gênio do vício, e a personificação do mal! Vais talvez suavizar algum infortúnio com o ouro que roubaste? Pois bem, agora nós, porque tenho sede de ouro e de vingança.³⁴

Em *Rocambole* a cidade oferece o cenário no qual “o vício acotovela a virtude” e onde o mal pode triunfar. Este cenário fascinou os leitores do século XIX, ansiosos e repelidos pelos mistérios que se ocultavam sob a superfície da vida da cidade, cômicos de que novas formas de projetos industriais e de reconstrução urbana ameaçavam destruir um mundo que ainda se assemelhava, se comportava e cheirava como uma reminiscência da Idade Média.³⁵ A narrativa de Ponson du Terrail mesclava referências à Paris antiga e moderna,

³⁴ Idem, p. 38.

³⁵ SEIGEL, op. cit. p. 143

porém sempre relacionando as condições de pobreza e exploração ao sofrimento do proletariado e ao aumento das atividades criminosas.

Em 1850, Paris era uma cidade agitada com problemas e possibilidades sociais, econômicas e políticas.³⁶ Alguns a viam como uma cidade doente, varrida por tormentas políticas, separada, partida pela luta de classes afundando sob o peso de sua própria carga de decadência, corrupção, crime e cólera. Outros a viam como uma cidade de oportunidades para a ambição privada ou progresso social. Durante todo o século XIX, a preocupação com o racionalismo mecanicista e o consequente culto do dinheiro estiveram presentes. O crescimento da taxa de urbanização e o surgimento da cidade industrial de construção barata dramatizaram as condições urbanas que até então passavam despercebidas. Essa transformação negativa da paisagem social ocorreu contra o pensamento otimista sobre o progresso e a riqueza da civilização por meio da cidade. A cidade como símbolo ficou presa na rede psicológica de esperanças frustradas, agora simbolizada em tijolos, fuligem, imundície e crime.³⁷

As novas ruas e construções durante o Segundo Império começaram a destruir alguns antigos setores habitacionais e dar à cidade um aspecto diferente, mais moderno. Essa grande “expurgação da imagem urbana” fez com que bairros inteiros desaparecessem e surgissem, em seu lugar, espaços de renovação urbana, dentro da ideia de “limpar e moralizar”.

Maior número de trapeiros surgiu nas cidades desde que, graças aos novos métodos industriais, os rejeitos ganharam certo valor. Trabalhavam para intermediários e representavam uma espécie de indústria caseira situada na rua. O trapeiro fascinava a sua época. Encantados, os olhares dos primeiros investigadores do pauperismo nele

36 A capital francesa foi palco de diferentes processos revolucionários em um curto período de tempo: a Revolução Francesa de 1789, a Revolução Liberal de 1830 e a Primavera dos Povos de 1848 resultaram em um cenário instável de intensas contradições.

37 SCHORSKE, op. cit., p. 61.

se fixaram com a pergunta muda: "Onde seria alcançado o limite da miséria humana?"³⁸

Esta foi a época de grande expansão da arquitetura e da construção, marcada pela elevação dos preços de casas e demais imóveis nos bairros centrais da cidade. O Barão Haussmann. "[...] realizou sua transformação da imagem da cidade com os meios mais modestos que se possa pensar: pás, enxadas, alavancas e coisas semelhantes"³⁹. Mas enquanto a classe média crescia e construía o seu próprio espaço habitacional, as classes exploradas continuavam apenas beneficiando-se de despesas básicas de saneamento e sendo cada vez mais afastadas das regiões nobres, encaminhadas para onde não incomodassem os mais abastados com sua presença inoportuna.

Para os planejadores de cidades, os pobres eram uma ameaça pública, suas concentrações potencialmente capazes de se desenvolver em distúrbios deveriam ser impedidas e cortadas por avenidas e bulevares, que levariam os pobres dos bairros populosos a procurar habitações em lugares menos perigosos. Esta também era a política das estradas de ferro, que fazia suas linhas passarem através destes bairros, onde os custos eram menores e os protestos negligenciáveis. Para os construtores, os pobres eram um mercado que não dava lucro, comparado aos ricos com suas lojas especializadas e distritos de comércio, e também às sólidas casas e apartamentos para a classe média. Quando os pobres não ocupavam os distritos centrais das cidades abandonadas pelas classes mais elevadas, seus lugares eram construídos por empresários especuladores ou pelos construtores dos grandes blocos de aluguel [...].⁴⁰

38 BENJAMIN, op. cit., p. 16.

39 Idem, p. 84.

40 HOBBSBAWM, op. cit., p. 224.

As consequências da Revolução Industrial levaram a questionamentos: o problema de adaptação da cidade ao novo modo de produção e de transporte, sua nova vocação de espaço econômico, o problema social pela existência de um proletariado urbano. A solução desses problemas necessitava do auxílio do governo, da iniciativa privada e de peritos técnicos e foi efetivada por Napoleão III e Haussmann. Enquanto as obras públicas prévias serviram de paliativo para as crises econômicas e políticas, eram agora utilizadas massivamente para sustentar a prosperidade e resolver os problemas resultantes do crescimento anárquico. A rede de ruas foi ampliada, num esforço concentrado para melhorar a comunicação dentro do centro e entre o centro e os subúrbios.

As reformas administrativas estenderam os limites da capital para abarcar os subúrbios e ampliaram o número de bairros de doze para vinte, o que dobrou a área da capital. A aliança entre o Estado e a iniciativa privada promoveu o programa de trabalhos públicos que transformou a estrutura das ruas, esgotos e fornecimento de água. Por meio da criação de novas artérias, construções e parques, a fisionomia de Paris foi permanentemente alterada.⁴¹

Os historiadores ofereceram dois tipos de explicação para o programa de obras públicas do II Império. O mais frequente acentua os papéis do imperador e do prefeito e atribui a eles motivos diversos: estéticos, políticos, práticos e estratégicos. Napoleão III e Haussmann transformaram a capital, melhoraram sua comunicação, tornaram-na mais saudável e segura contra insurreições. Sem dúvida, o desejo de prover empregos não estava de todo ausente. Tão importante, no entanto, é a explicação funcionalista que enxerga a reconstrução de Paris como o necessário autoestabilizador de um sistema urbano que enfrentava problemas sem precedentes. Em toda a Europa, urbanização e industrialização forçaram as municipalidades a lidar com problemas referentes à ordem e à vida. Na primeira metade do século XIX a população parisiense dobrou, atingindo mais de um milhão de habitantes em 1851 de maneira desigual, pois os quatro

41 BOLLE, op. cit.

bairros que compunham a margem direita do rio Sena continham quase um terço dos habitantes da cidade.⁴²

Os novos bulevares permitiram ao tráfego fluir pelo centro da cidade e mover-se em linha reta, de um extremo ao outro; eliminaram as habitações miseráveis e abririam “espaços livres” em meio a camadas de escuridão e apertado congestionamento. Estimularam a expansão de negócios locais, em todos os níveis, e ajudariam a custear imensas demolições municipais, indenizações e novas construções; também criaram longos e largos corredores através dos quais as tropas de artilharia poderiam mover-se eficazmente contra futuras barricadas e insurreições populares.

As novas avenidas, imensamente amplas, meticulosamente retas, estendendo-se por quilômetros, seriam vias expressas para o tráfego pesado.⁴³ O macadame, superfície com que foram pavimentadas, era notadamente macio e fornecia perfeita tração para as patas dos cavalos. Pela primeira vez, corredores e condutores podiam lançar seus animais em plena velocidade. O aperfeiçoamento das condições carroçáveis não só aumentaram a velocidade do tráfego previamente existente, mas geraram um volume de tráfego mais intenso do que havia sido previsto.

No entanto, há falhas inquestionáveis nas melhoras. As habitações operárias receberam pouco incentivo de uma administração preocupada em construir para a riqueza, e não foi tomado cuidado na prevenção do aparecimento de novos bairros pobres. A diferença do leste para o oeste era acentuada e o lado direito continuou a atrair mais indústrias, comércio. Mais importante, a atenção dispensada às obras públicas na cidade contrastaram com o incontável crescimento dos subúrbios externos, novos centros para as populações operárias despejadas da cidade.

Os responsáveis pela demolição e reconstrução não demonstravam nenhum tipo de preocupação especial com o problema de acomodação dessa população que fora despejada. Estavam abrindo novas e amplas vias de desenvolvimento nas partes norte e leste da

42 ECHARD, William (edit.). *Historical dictionary of the French Second Empire*. Westport: Greenwood Press, 1985, p. 233.

43 BERMAN, op. cit., p. 153.

cidade; nesse meio tempo os pobres fariam, de algum modo, como sempre haviam feito.

Entre o Bosque de Bolonha e o novo boulevard que tomou o nome de Rei de Roma, há um bairro deserto que ainda não sofreu a mais breve transformação. As ruas que vão dar a ele são apenas indicadas pelos letreiros dos terrenos que estão para vender. Em baixo fica Chaillot, ao sueste Passy e ao sudoeste Auteil.

Esse bairro na época em que falamos era ocupado por uma população também sem nome como ele. Quem por ali se perde, de verão e em pleno dia, vê alguns trapeiros fumando nos seus cachimbos, mulheres cobertas de farrapos, e crianças rolando pela areia.⁴⁴

A cidade tornou-se então a forma de expressão material da vida burguesa, modelada para atender aos interesses desta classe já hegemônica, que busca de forma desenfreada o desenvolvimento capitalista. De acordo com a análise de Marshall Bermann sobre as preocupações de Marx a respeito da sociedade burguesa moderna, a dinâmica do desenvolvimento capitalista representa uma nova imagem da “vida boa”⁴⁵, como um processo de crescimento contínuo, incansável, aberto, ilimitado, esperando cicatrizar as feridas da modernidade a partir de uma modernidade mais plena e profunda. Desta forma, Marx apresenta-se excitado e entusiasmado com a burguesia e o mundo por ela criado. De forma que

[...] a burguesia proclama ser o “Partido da Ordem” na política e na cultura modernas. O imenso volume de dinheiro e energia investido em construir e o auto-

44 TERRAIL, op. cit., vol. 5, p. 121.

45 Marshal Bermann considera que Marx aproximou-se de seus inimigos burgueses e liberais, indo contra os expoentes tradicionais do comunismo, ao negar a valorização do autossacrifício, a condenação da individualidade e o sonho de um projeto onde só a luta e o esforço atingiriam o almejado fim; e principalmente ao idealizar o desenvolvimento como uma forma de vida boa.

assumido caráter monumental de muito dessa construção - de fato, em todo o século de Marx, cada mesa e cadeira num interior burguês se assemelhava a um monumento – testemunham a sinceridade e a seriedade dessa proclamação. Não obstante, a verdade é que, como Marx o vê, tudo o que a sociedade burguesa constrói é construído para ser posto abaixo. “Tudo que é sólido” – das roupas sobre nossos corpos aos teares e fábricas que as tecem, aos homens e mulheres que operam as máquinas, às casas e aos bairros onde vivem os trabalhadores, às firmas e corporações que os exploram, às vilas e cidades, regiões inteiras e até mesmo as nações que as envolvem – tudo isso é feito para ser desfeito amanhã, despedaçado ou esfarrapado, pulverizado ou dissolvido, a fim de que possa ser reciclado ou substituído na semana seguinte e todo o processo possa seguir adiante, sempre adiante, talvez para sempre, sob formas cada vez mais lucrativas.⁴⁶

É este mundo aristocrático que serve de cenário para a primeira parte da série. Andréia e Rocambole são mestres na arte de falsificar papéis e representar “nobres estrangeiros”. Munidos de cartas de apresentações e títulos de nobreza, reforçados pelo carisma pessoal, apresentam-se sem temores em embaixadas e consulados, nos clubes exclusivos e nas residências aristocráticas. Os nobres mantêm regularmente seus palácios em Paris e suas propriedades no campo, para onde frequentemente se retiram, seja em férias ou para tratar de problemas administrativos.

Em Paris, os nobres já estavam adaptados às novas condições modernas. Frequentavam a “boa sociedade”, e transitavam nos cafés, nas festas e nas “salas que eram uma espécie de terreno neutro, onde se reunia cordialmente a burguesia dinheirosa e a aristocrática.”⁴⁷ Os personagens administravam suas propriedades e levavam a vida prazerosa dos *boulevards*. Esta característica é constantemente ressaltada: o gosto pela Ópera dos Italianos, os passeios no *Bois de*

46 BERMAN, op. cit., p. 97.

47 TERRAIL, op. cit., vol. 2. p. .89

Boulogne, o hábito de vestir-se como “um ‘leão’ do boulevard, denominação então em moda, e que resumia o homem elegante, rico e ocioso daquele tempo.”⁴⁸

Estes jovens fidalgos mantêm a ideia da virilidade, e a preocupação com a honra regula aspectos significativos da vida e reforça os rituais de representação. O prestígio e a boa posição, aos olhos de todos, deveriam ser resguardados a qualquer preço. Dessa forma, multiplicam-se os duelos, como forma de retratação, vingança e expressão de masculinidade. Reforça-se o papel da coragem e da natureza heroica desse homem que não se deixa afrontar sem “exigir satisfações”. As situações de duelo são narradas em detalhes, expressando os antigos códigos de honra e, principalmente a possibilidade do exercício de seus poderes agressivos, controlado por regras socialmente aceitas.

Se a aproximação com a burguesia permitiu certa mudança nos hábitos e códigos aristocráticos, o resultado desse contato foi mais determinante para os burgueses, ansiosos socialmente, pelo desejo de aprenderem a melhor forma de conduta. Os burgueses possuíam grandes anseios de participar da vida aristocrática. Em termos de riqueza e educação, os aristocratas e os burgueses estavam no mesmo nível, mas eram os primeiros que definiam os termos desse encontro. Os aristocratas apresentavam os gestos corporais, faciais e verbais que os burgueses não só se esforçavam em imitar, como, sobretudo, analisavam minuciosamente em busca de chaves para entender a sua própria posição insegura.⁴⁹

Para Peter Gay, os burgueses estabeleceram uma série de comportamentos (a reserva, decência burguesa e mesmo a hipocrisia) diante dessa insegurança, que lhes permitiam organizar “sua reação a um mundo em constante transformação.” Em meio a progressos materiais e a sucessos políticos, as classes médias estavam apreensivas com relação à condição social, às regras morais, aos conflitos familiares e às mudanças culturais. A classe burguesa não era homogênea e a desigualdade em seu interior revela as diferenças de origem e rendimentos. A maioria dos comerciantes e dos

48 Idem., p. 17.

49 MAYER, op. cit., p. 112.

funcionários públicos recebiam baixos salários e lutavam para sobreviver com meios insuficientes. A possibilidade de mobilidade social servia como estímulo e fonte de esperança. A máxima das “carreiras abertas ao talento” expressava a ideia de que o mundo burguês não possuía barreiras e que possibilitava que a inteligência, a persistência e o trabalho duro fossem recompensados com a ascensão social.⁵⁰

Os personagens nobres e burgueses compartilham o cuidado com a cultura e o refinamento. Suas casas são descritas em detalhes e mostram o hábito de gastar grandes somas para manter um certo decoro em suas roupas, sua acomodação e alimentação. A moradia de elite deveria ter um *salon*, mobiliado com um piano, pinturas, candelabros, relógios e bibelôs, para receber visitas e mostrar que seus donos possuíam uma riqueza dedicada à vida cultivada, além das necessidades básicas. A expressão do conforto representada nos objetos de decoração, amplamente narrada por Ponson, oferece aos leitores também um pouco da vida íntima que eles mesmos gostariam de ter.

A disseminação da prosperidade gerou abundantes recursos excedentes que pediam para ser investidos não apenas em ações, mas também na caridade. O fato de a maioria das mulheres de classe média ser dispensada da atividade econômica as encaminhava para a filantropia. A caridade era uma prática incentivada durante o II Império, na ausência de uma política que realmente apresentasse soluções para o problema da miséria e da criminalidade. As famílias preocupavam-se principalmente com a prostituição e destinavam boas somas às doações que pudessem ajudar na reabilitação das pecadoras.

Há em Paris intermináveis meses de inverno, durante os quais o pão é caro, a lenha mais cara ainda, e que numerosas famílias vivem do insuficiente salário do seu chefe, salário que a maior parte das vezes é insignificante. O senhor foi operário, e por conseguinte conhece perfeitamente as misérias, as aflições e também

50 GAY, Peter. *A educação dos sentidos: a experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 55.

as virtudes dos seus irmãos. Foi, pois, o senhor quem eu escolhi de preferência, para aliviar essas misérias, consolar essas aflições, e animar essas virtudes ignoradas. O senhor era operário, e eu torno-o mestre. Estabeleça-se no centro do arrabalde Santo Antônio, abra uma vasta oficina de marceneiro, em que possa dar trabalho a duzentos ou trezentos operários. Dê preferência, trabalho aos que forem chefes de família; para a escolha consulte sempre o seu coração.⁵¹

Rocambole, ao sair da prisão, encontra essa cidade transformada e diz a Milon: “Mas não sabes que quando estivemos na galé, e fomos companheiros, a cidade de Paris progrediu? Construíram e demoliram milhares de casas, abriram-se ruas novas, e desapareceram muitas outras.”⁵² O cenário de demolição e destruição da cidade é descrito por Ponson:

As obras estavam desertas. No meio das ruínas da casa demolida, por entre as pedras recentemente desbastadas, via-se a fogueira acesa pelo inválido, guarda das obras e do material.

Teriam posto Paris a ferro e fogo? Seria alguma horda bárbara, vinda do norte que, conquistando a rainha das cidades, deixasse a miséria e a desolação na sua passagem? [...]

Dum lado derrubavam-se as casas velhas, do outro elevavam-se as construções modernas que cresciam pouco a pouco, graças aos esforços duma legião de operários. Àquela hora porém, parecia um campo de batalha, depois de enterrados os mortos.⁵³

51 TERRAIL, op. cit., vol. 2, p. 35.

52 TERRAIL, op. cit., vol. 5, p. 67.

53 Idem., vol. 7, p. 338

Para Carl Schorske, a demolição da cidade resultou para o indivíduo no afastamento dos confortos psicológicos da tradição e de qualquer sentido de participação num todo social integrado. Na visão dos novos artistas urbanos, a cidade moderna destruiu a validade de todos os credos integradores herdados. Tais crenças preservaram-se somente de forma hipócrita, como máscaras historicistas da realidade burguesa. A apreciação estética da vida moderna tornou-se, nesse contexto, apenas um tipo de compensação para a falta de âncora, de integração social ou de crença.⁵⁴

Esta falta de integração social fez com que o indivíduo passasse a reivindicar a preservação da autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica de vida. As pessoas resistem a serem niveladas por mecanismos sociotecnológicos e a personalidade necessita de uma acomodação nos ajustamentos às forças externas. Neste sentido, a base psicológica do tipo metropolitano de individualidade consiste na intensificação dos estímulos nervosos, que resulta da alteração brusca e ininterrupta entre estímulos exteriores e interiores.⁵⁵

O estímulo constante imposto ao indivíduo pela cidade resulta na atitude *blasé*, que constitui a estimulação nervosa constante, imposta pelas mudanças e o ritmo acelerado da metrópole. Uma vida em perseguição desregrada ao prazer torna uma pessoa *blasé* porque agita os nervos até seu ponto de mais forte reatividade por um tempo tão longo que eles finalmente cessam completamente de reagir.⁵⁶ Da mesma forma, a partir da rapidez e contraditoriedade de suas mudanças, surge a incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada. A autopreservação em face da cidade grande exige um comportamento social e um estilo de vida cuja composição e ritmo formam um todo inseparável e, em muitas situações, a pessoa em nenhum lugar se sente tão solitária e perdida quanto na multidão metropolitana.

54 SCHORSKE, op. cit., p. 68.

55 SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 12.

56 SIMMEL, p. 15.

Considerações Finais

O foco principal do romance *Rocambole* é o crime que assola a sociedade industrial moderna, a maneira como os indivíduos estão desprotegidos frente à ausência de valores, impotentes e impedidos de reagir às situações de perigo a que estão sujeitos. Dessa forma, Paris fornece ao “agente do mal” suas vítimas, as quais serão usadas sem escrúpulos na obtenção da meta final, seja ela o enriquecimento, a vingança, a sedução ou a simples eliminação daqueles que representem uma ameaça à concretização de seus empreendimentos criminosos.

Ponson du Terrail não tinha pretensões de criar uma obra que fosse uma “análise” de seu tempo. Ele tinha plena consciência do caráter comercial de seus escritos, e do interesse de seus leitores, chegando a afirmar que “não gostavam de se encontrar diante dos atores de seu mundo. O homem do povo não gosta do homem do povo, nem o marquês do marquês... São necessárias as infelicidades de uma duquesa para fazer as lavadeiras chorarem.”⁵⁷ Dessa forma, Ponson explora os dois mundos, e ricos e pobres se tornam vítimas do crime.

A imprensa cotidiana parisiense estava povoada de relatos de crimes e execuções, da atuação de seitas secretas, como os *Thugs*, que serviram de inspiração para os “estranguladores” do episódio *A Última Palavra de Rocambole*. Sociedades secretas, assassinatos, roubos, chantagens, captação de heranças, sequestros, substituições, duelos, envenenamentos e restabelecimentos estranhos, mulheres enigmáticas, condenados milionários, criminosos redimidos, é o obscuro e fantástico tecido do romance, e é a trama de uma realidade social misteriosa.⁵⁸

Em *Rocambole*, a representação do Bem e do Mal permite uma aproximação do ideal de civilização enquanto “regulação crescentemente diferenciada de impulsos”⁵⁹. Os personagens representantes do bem são aqueles que melhor controlam seus

57 BELLET, op. cit., p. 209.

58 Idem., p. 203.

59 ELIAS, op. cit., p. 195.

impulsos agressivos e sexuais; já os representantes do mal são os que não possuem o autocontrole das paixões. Porém, essa mudança nos padrões de atitude e comportamento que constitui o processo civilizador é um caminho de aprendizado, o qual se torna cada vez menos definido em decorrência das muitas possibilidades oferecidas pela existência moderna. Dessa forma, os personagens acabam sujeitos às forças do mal e oscilam em seus comportamentos.

A sociedade francesa do século XIX vivenciou a experiência da modernidade em todas as suas contradições. A esperança depositada no progresso e a possibilidade de transformação – autotransformação e transformação do mundo ao redor – foi acompanhada por um turbilhão de permanente desintegração, luta, ambiguidade e angústia.⁶⁰ Ao mesmo tempo, as mudanças de atitude resultantes do processo civilizador marcaram a experiência da sociedade burguesa durante todo o período. Inseguras em relação a si mesmas, as classes médias ainda não dispunham de formas de representação social e cultural próprias. As divisões internas da burguesia, a permanência do mundo aristocrático e o crescimento do proletariado resultaram na ausência de modelos a serem seguidos e dificultaram ainda mais o aprendizado de como viver e se comportar no mundo moderno.

Nobres, burgueses e trabalhadores; homens e mulheres, todos vivenciaram as transformações resultantes da modernização francesa. Os papéis sociais não estavam definidos e os personagens experimentam os incômodos dessa ausência de determinação. Os elementos da tradição ainda estavam presentes, mas não são mais os únicos reguladores do comportamento. Esta sensação de viver em dois mundos, a meio caminho entre o antigo e o novo, é responsável pelo caráter da experiência do indivíduo no século XIX.

Na tentativa de manter a ordem estabelecida a aristocracia procurou administrar, durante esse período, a supremacia social e cultural, bem como conservar sua concepção de mundo autoritária e hierárquica sem, contudo, distanciar-se das possibilidades oferecidas pelo avanço do capitalismo. Longe de ser homogênea, a sua unidade era cimentada com “representações e tradições coletivas, antigas, mas

60 BERMAN, op. cit., p. 15.

dotadas de vida, pretensões sociais e culturais partilhadas e preferências políticas comuns.”⁶¹ Novas ideias e práticas, trazidas pelo contato com a burguesia, eram adaptadas de maneira que seu *status* e tradição não fossem seriamente ameaçados.

A sociedade do Segundo Império, folhetinesca, foi marcada por estas transformações e a imprensa não deixou de registrá-las. Diariamente, eram publicadas na imprensa informações sobre a ascensão da burguesia, a decadência da nobreza, esse meio termo entre a tradição e a modernidade, bem como os relatos de crimes, trapagens, golpes e duelos. A partir da afirmação de Roger Chartier⁶² de que a invenção da imprensa criou uma cultura da impressão, entende-se que as práticas e relações estabelecidas durante a época moderna consolidam sociabilidades, interferem nas esferas pública e privada e transformam a cultura. Neste sentido, a análise das mudanças ocorridas no processo de modernização vivido na Paris do Segundo Império, a partir de seu registro em *Rocambole*, partiu da noção de que o folhetim era considerado a escola dos escritores da modernidade e permitiu uma aproximação dos modos de vida oitocentistas, bem como da experiência moderna da reforma urbana da Paris de Haussmann.

RECEBIDO EM: 03/01/2016
APROVADO EM: 04/04/2016

61 MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime. 1848-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 88.

62 CHARTIER, Roger. Textos, impressões e leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 236.

O ALIMENTO COMO CATEGORIA HISTÓRICA: SABERES E PRÁTICAS ALIMENTARES NA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO (RS/BRASIL)

Food as a historical category: knowledge and food practices in the region of Vale do Rio Pardo(RS/Brazil)

Everton Luiz Simon* e Éder da Silva Silveira**

RESUMO

O presente artigo realiza um exercício de caracterização de alguns costumes alimentares da Região do Vale do Rio Pardo/RS – Brasil, bem como apresenta uma revisão e reflexão sobre a análise realizada por Simon (2014) ao tentar perceber a influência ou a presença de características dos modelos alimentares “romano” e “bárbaro” em hábitos alimentares de descendentes de alemães e italianos nessa região. Além de pesquisa bibliográfica e documental, fez parte da metodologia o trabalho a observação *in loco*, e a realização de entrevistas semiestruturadas com 39 sujeitos qualificados nas comunidades regionais investigadas. Considera-se que a identificação dessas características na culinária regional de colonos alemães e italianos no Sul do Brasil devem ser vistas na perspectiva de um processo complexo e intercultural que não se reduz aos modelos alimentares romano e bárbaro, mas, sim, que ocorrem em diferentes processos de integração e adaptação.

Palavras chave: História da Alimentação; modelos alimentares; culinária regional.

* Doutorando em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos – Bolsista Capes - Prosup. Professor do curso de Gastronomia da Universidade de Santa Cruz do Sul – Departamento de história e geografia.

** Professor do Programe de Pós-Graduação em Educação e do Departamento de história e geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC.

ABSTRACT

This article conducts an exercise of characterization of some dietary customs in the region of Vale do Rio Pardo/RS – Brazil, as well as presents a review and reflection on the analysis performed by Simon (2014) when trying to understand the influence or presence of characteristics of food templates "Roman" and "barbarian" in feeding habits of descendants of Germans and Italians in this region. In addition to bibliographical and documentary research, took part in the work methodology of participant observation, observation *in loco*, and semi-structured interviews with 39 subjects qualified regional communities investigated. It is considered that the identification of these characteristics in the regional cuisine of German and Italian settlers in southern Brazil should be seen in the perspective of a complex process and intercultural which is not reduced to the Roman food models and barbaric, but, yes, that occur in different processes of integration and adaptation.

Key words: History of food; food models; regional cuisine.

Introdução

Os temas da comida e da alimentação têm invadido as ciências humanas, especialmente a partir do momento em que se percebeu que o gosto alimentar não resulta exclusivamente dos aspectos nutricionais e biológicos dos alimentos. O termo “comer”, diferentemente de “alimentar-se”, implica em um ato social, na medida em que constitui e é constitutivo de “atitudes ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações”, conforme salientou Carlos Antunes dos Santos¹. Na perspectiva apresentada por Santos, a qual compartilhamos, o alimento constitui uma categoria histórica, pois carrega vestígios dos padrões de permanências e mudanças dos hábitos e das práticas alimentares, referenciais importantes da cultura humana.

1 SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A alimentação e seu lugar na História: os tempos da memória gustativa. In: História: Questões & Debates (UFPR), Curitiba, n. 42, p. 11-31, 2005, p.12.

O presente texto insere-se no campo da história da alimentação e seu tema está relacionado à formação dos hábitos alimentares da região do Vale do Rio Pardo, localizada no sul do Brasil. A partir das discussões realizadas por nós no grupo de estudo e pesquisa recentemente constituído no departamento ao qual estamos vinculados em nossa universidade², buscaremos apresentar aspectos relevantes do estudo realizado por um de nós³, que compreendeu o papel da alimentação e da culinária no contexto do desenvolvimento regional. Trata-se de um exercício de caracterização de alguns costumes alimentares dessa região, bem como de uma revisão e reflexão sobre a análise realizada por Simon (2014) ao tentar perceber a influência ou a presença dos modelos alimentares “romano” e “bárbaro” em hábitos alimentares de descendentes de alemães e italianos na referida região.

De acordo com a pesquisa de Simon (2014), com os movimentos de colonização do Sul do Brasil, ocorridos no século XIX, imigrantes alemães e italianos teriam trazido para a Região do Vale do Rio Pardo traços culturais e hábitos alimentares de suas regiões de origem. Esses traços, segundo o estudo, carregariam influências e características dos dois modelos alimentares que marcaram a Europa durante séculos, os modelos dos povos romanos e bárbaros, respectivamente. Esse artigo pretende refletir sobre os limites e possibilidades da relação estabelecida naquele momento, onde defendeu-se que, ao colonizarem regiões no sul do Brasil, alemães e italianos trouxeram influências desses dois modelos, as quais, ao longo do tempo, mesclaram-se com outras, como as de indígenas e negros, originando a chamada “culinária regional”⁴.

2 Trata-se de um grupo vinculado ao projeto de pesquisa “Entre o garfo e a pena: trabalho e alimentação no Vale do Rio Pardo nos registros de viajantes europeus do século XIX”, em desenvolvimento na Universidade de Santa Cruz do Sul.

3 SIMON, Everton Luiz *Culinária regional: história, saberes e identidade regional no Vale do Rio Pardo/RS - Brasil* / Everton Luiz Simon. – 2014. 118 f. : il. ; 30 cm. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2014. Orientadora: Profª. Drª. Virgínia Elisabeta Etges.

4 “São processos de lentas fusões e mestiçagens, desencadeadas nas áreas fronteiriças e, depois, arraigadas nos territórios como emblemas de autenticidade local, mas cuja natureza é sempre híbrida e múltipla”. MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. 2. ed. São Paulo: SENAC-SP, 2013, p.11.

Para estudar as influências dos modelos alimentares trazidos pelos imigrantes europeus, na formação de marcas identitárias na culinária da região do Vale do Rio Pardo, Simon optou pela pesquisa de campo, com observação *in loco*, bem como com a coleta de dados secundários e realização de entrevistas semiestruturadas. Foram realizadas 39 entrevistas com informantes qualificados, indicados por Clubes de mães, Grupos de terceira idade, Grupos de manifestações culturais, como o Centro Cultural Vinte Cinco de Julho (Alemães) e o Círculo Cultural *Bella Itália* (Italianos); também foram entrevistados informantes indicados por outras instituições, como Grupos da Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas – OASE; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Estado Rio Grande do Sul – EMATER/RS e o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA; além da indicação dos próprios sujeitos das comunidades regionais. A metodologia que deu suporte às entrevistas esteve baseada em roteiros que consideraram aportes relativos à metodologia da História Oral e, também, às categorias de conteúdo vinculadas às características dos modelos alimentares “romano” e “bárbaro” presentes na obra de Flandrin e Montanari (1998).

Além dos dados coletados nas entrevistas, buscou-se também coletar documentos e informações junto às associações culturais regionais. A coleta desses documentos visou ampliar o conhecimento a partir do cotejamento de fontes e triangulação de dados, como os obtidos no mapeamento e análise de cadernos de receitas, registros fotográficos das famílias, e outros vestígios de saberes e práticas alimentares de imigrantes e seus descendentes. Dessa maneira, foram analisados os conteúdos de variados documentos que revelam, além dos sabores e gostos de uma época, a expressão histórica da região pelo viés da alimentação.

O texto estará dividido em três partes. Na primeira, apresentamos uma caracterização do cenário do estudo, a região sulina do Brasil conhecida como “Vale do Rio Pardo”. Na segunda, abordamos algumas características e aspectos históricos dos modelos alimentares dos romanos e bárbaros presentes no estudo realizado por Simon (2014). Baseados nesse mesmo estudo, a terceira parte irá caracterizar alguns saberes e práticas alimentares dessa região a partir da pesquisa empírica que o fundamentou. Em seguida, sobretudo a respeito do consumo de cereais e derivados, apresentamos algumas

conclusões e relativizações a respeito da ideia presente no estudo de Simon de que imigrantes alemães e italianos teriam trazido e difundido características e influências desses modelos alimentares.

A região do Vale do Rio Pardo

A formação territorial do Vale do Rio Pardo, conforme Klarmann⁵, teve características históricas distintas em seu processo de povoamento, marcada pela presença de diferentes grupos étnicos. Segundo o autor, a região, aos poucos, foi sendo ocupada por colonos⁶ alemães, originando as colônias de Santa Cruz, Monte Alverne e Candelária. De acordo com o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo⁷:

A região povoada pelos imigrantes e descendentes alemães deu origem a vários municípios na parte mais central do Vale do Rio Pardo e influenciou fortemente nos traços culturais da população de Santa Cruz do Sul, Candelária, Vale do Sol, Vera Cruz, Passo do Sobrado, Vale Verde e Sinimbu. A busca por novas terras fez com que os colonos de origem teuta subissem a encosta da serra, terminando por encontrar-se com os habitantes de origem luso-brasileira e italiana. A região setentrional do Vale do Rio Pardo teve boa parte de suas terras ocupadas por descendentes de italianos. A procura por novas terras também determinou que levas de colonos de origem

5 KLARMANN, Herbert. *Região e identidade regional: um estudo da espacialidade e representatividade regional no Vale do Rio Pardo*. 1999. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 1999.

6 Neste artigo entende-se por colono “um camponês imigrante ou filho de imigrantes europeus” (ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002, p.173).

7 CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO PARDO (RS). *Plano estratégico de desenvolvimento do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1998. P.18.

italiana constituíssem um importante fluxo migratório das regiões de ocupação pioneira do RS em direção a esse espaço. Assim, nos municípios de Boqueirão do Leão, Gramado Xavier, Ibarama, Sobradinho e Arroio do Tigre, apesar da presença de outras origens étnicas, predomina a população de procedência italiana. Tunas, Lagoão, Herveiras e Barros Cassal, apesar de se localizarem no norte do VRP, têm na população de origem luso-brasileira a maioria de seus habitantes. Já na parte meridional do VRP, ou seja, nos municípios de Encruzilhada do Sul, Rio Pardo, Pantano Grande e General Câmara, houve uma forte ligação histórica com a conquista do território, o latifúndio, a criação extensiva do gado, a escravidão e a herança cultural deixada pelos antepassados.

Em Santa Cruz, de acordo com Vogt⁸, os primeiros colonizadores alemães chegaram a partir de 19 de dezembro de 1849 e “foram assentados no local atualmente denominado de Linha Santa Cruz (*Alte Pikade*), às margens da Estrada de Cima da Serra”, caminho que ligava o entreposto comercial de Rio Pardo aos campos de gado da região de Soledade. O autor⁹ refere que:

De Linha Santa Cruz, a colonização se expandiu na direção de Rio Pardo, Dona Josefa, Linha Andréas, Sinimbu, Vila Tereza e Ferraz. Uma vez ocupadas as terras devolutas da Colônia, áreas de particulares foram loteadas dando origem, dentre outras, a Rio Pardense, Faxinal de Dentro, Colônia Germânia (Candelária), Entre-Rios, Formosa, Trombudo, Pomerânia, Chaves, Linha João Alves, Cerro Alegre, São João da Serra, Pinheiral, Linha Nova e outras.

8 VOGT, Olgário Paulo. A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o capital social. Tese (Doutorado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2006. P.97.

9 Idem, p.96.

Roche¹⁰ destaca que as terras ocupadas pelos imigrantes alemães eram de relevo acidentado e cobertas por densas matas. Para o autor, o desenvolvimento colonial sempre foi muito heterogêneo, e o que certamente contribuiu para a formação de características identitárias do povo, foram fatores tais como a aglutinação dos imigrantes que tinham a mesma origem, que falavam o mesmo dialeto e que praticavam a mesma religião, fatores esses que contribuíram, ainda, para limitar o raio de seu horizonte de vida e a conservar as tradições familiares.

Segundo o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo¹¹, compõem a região vinte e três municípios que são: Arroio do Tigre; Boqueirão do Leão; Candelária; Encruzilhada do Sul; Estrela Velha; General Câmara; Herveiras; Ibarama; Lagoa Bonita do Sul; Mato Leitão; Pantano Grande; Passa Sete; Passo do Sobrado; Rio Pardo; Santa Cruz do Sul; Segredo; Sinimbu; Sobradinho; Tunas; Vale do Sol; Vale Verde; Venâncio Aires e Vera Cruz.

Etges¹² afirma que, a partir do ponto de vista histórico e cultural, não se deve pensar em uma região homogênea, considerando-se o fato de que a mesma tem uma tradição histórica fortemente marcada pela presença de luso-brasileiros e pelos imigrantes alemães e italianos. Há também outras características que particularizam a geografia, a economia, os aspectos socioculturais, e as influências históricas advindas dos processos de colonização. É neste amplo espaço que a região se apresenta como um processo de construção de identidade territorial, ultrapassando assim os limites dos municípios constituídos.⁷

O desenvolvimento, então, pode ser entendido como um processo dinâmico presente no território, com dimensões que a cada momento são construídas e reconstruídas através das relações sociais,

10 ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, v. 2. (Provincia) 1969.

11 CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO PARDO (RS). Plano estratégico de desenvolvimento do Vale do Rio Pardo. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2011.

12 ETGES, Virginia E. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O.; SILVEIRA, R. Vale do Rio Pardo: reconhecendo a região. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

econômicas e ambientais. O desenvolvimento, de acordo com Brandão¹³,

é um processo multifacetado de intensa transformação estrutural resultado de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade. Deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos, buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão.

Nesse sentido, a promoção do desenvolvimento regional exige dos agentes diretamente envolvidos no processo, e da sociedade como um todo, a definição de um projeto político que aponte o caminho a ser trilhado¹⁴. Por desenvolvimento regional, Etges¹⁵ entende “todo um processo de construção amparado na potencialização de capacidades endógenas”. Em Benko¹⁶, encontramos a afirmação de que o desenvolvimento regional volta-se aos problemas da integração regional, e não possui apenas implicações econômicas, mas tem consequências políticas e culturais, tornando a região um produto social, construído pela sociedade nos espaços de vida.

13 BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento, territórios escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos Roberto Sanchez (Org.) Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009. P.154.

14 Idem, Ibidem.

15 ETGES, V. E. O Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. In: REDES, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 1, p. 57-69, jan./abr. 2003. P.67

16 BENKO, G. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. 2ªed. São Paulo: Hucitec, 1999.

Modelos alimentares dos romanos e dos bárbaros: algumas características e aspectos históricos

A civilização romana originou-se a partir de uma pequena comunidade agrícola, na Península Itálica. A cidade de Roma, localizada na porção central desse território, surgiu por meio dos esforços dos povos latinos e sabinos que, por volta de 1000 a.C., estabeleceram um povoado no monte Capitolino, junto ao rio Tibre¹⁷.

Montanari¹⁸ afirma que os povos romanos não mostravam grande interesse pelas áreas de florestas. Formavam uma sociedade que sempre esteve ligada às práticas de produção agrícola e arboricultura, principalmente a cultura das oliveiras, sendo esses os principais eixos da sua economia. No cultivo de cereais, apostavam no trigo como um produto altamente valorizado, destinado às classes altas, no meio urbano. Os romanos designaram pejorativamente de bárbaros¹⁹ os povos que não faziam parte do seu império, que não falavam a sua língua e “que não se dedicavam à agricultura, não comiam pão, nem bebiam vinho”²⁰.

Segundo Freixa e Chaves²¹, os romanos cultivavam as “oliveiras para obter a azeitona e o óleo de oliva; parreiras para a produção de vinho, e cereais para fazer o pão. Havia uma abundância de legumes, favas, feijões, lentilhas, tremoços, couve e rábano (raiz comestível)”. As verduras e hortaliças constituíam os alimentos de base do camponês, juntamente com as frutas do tipo figo, ameixas e uvas.

17 PINHEIRO, K. A. de P. N. História dos hábitos alimentares ocidentais. In: *Universitas Ciências da Saúde*, Vol. 03, n.01, 2005, p. 173-190.

18 MONTANARI, M. A fome e a abundância: história da alimentação na Europa. Tradução: Andréa Doré. Bauru: EDUSC, 2003. p.18

19 Ao contrário de Flandrin e Montanari compartilhamos da ideia de Mota & Braick que o termo bárbaro inicialmente tinha relação com “aquele que balbuciava (gaguejava)”, isto é, aquele que tinha dificuldade para falar o idioma do império, o latim. Com o tempo teria havido um processo de ressignificação semântica onde o termo veio a assumir novo significado, mais pejorativo. MOTA, Myriam Becho. História: das cavernas ao terceiro milênio: Volume único/ Myriam Becho Mota, Patrícia Ramos Braick. – 1. Ed. – São Paulo: Moderna, 1997.

20 FLANDRIN, J.-L.; MONTANARI, M. História da alimentação. 3. ed. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1998. p.111

21 FREIXA, D.; CHAVES, G. *Gastronomia no Brasil e no mundo*. 2. ed. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2008. p.46

A carne teve um papel importante na alimentação dos romanos, segundo Flandrin e Montanari²², principalmente devido à tradição “itálica” na criação de porcos. A utilização de carne bovina era rara e, quando consumida, era proveniente de animais velhos e fracos, que não eram mais úteis para o trabalho no campo²³.

O pão, o vinho, o óleo de oliva, acompanhado de um pouco de carne de porco e, principalmente, pelos ricos queijos, complementavam os valores alimentares e caracterizavam o modelo alimentar chamado de mediterrâneo²⁴. Esse modelo, segundo Flandrin e Montanari²⁵, foi construído pela ideologia grega e romana, fundado sobre os três valores importantes “do trigo, da vinha e da oliveira (ou seja, do pão, do vinho e do azeite)”, base de uma tríade de valores produtivos e culturais que aquela civilização tinha assumido como símbolos da própria identidade. Os romanos eram descritos como homens orgulhosamente ligados aos produtos da terra, alimentando-se, por consequência, de uma ceia constituída por cereais, legumes, leguminosas, verduras, frutas e castanhas.

Os povos bárbaros, conforme Montanari²⁶, eram as populações celtas e germânicas que, durante séculos, estavam habituados a percorrer as grandes florestas das regiões norte e central da Europa, na época do Império Romano. Os rios Reno e Danúbio eram as fronteiras que separavam as cidades romanas das zonas habitadas pelos bárbaros. Esses povos viveram em relativa harmonia com os romanos, até os séculos IV e V da nossa era, chegando, até mesmo a realizar trocas e comércio com os romanos, através das fronteiras.

Os bárbaros eram constituídos de tribos nômades que praticavam o pastoreio e a agricultura itinerante. Seus principais alimentos eram a carne, o leite e os queijos. É característica dos povos bárbaros a exploração das terras não cultivadas, das florestas, a prática da caça, da pesca e a coleta de plantas silvestres, sendo que

22 Idem, *Ibidem*.

23 Idem, p.47.

24 Idem, *Ibidem*.

25 Idem, p.112.

26 Idem, p.19.

estas tornaram-se as atividades centrais e características do seu sistema de vida²⁷.

Montanari²⁸ destaca que, nessa civilização, nem o pão, nem o vinho e nem a polenta foram elementos centrais da alimentação; mas sim a carne, sendo que a abundância deste ingrediente caracterizava-se como o item de valor alimentar de maior importância. Esses povos não bebiam vinho, mas sim leite e líquidos ácidos que dele derivavam. Segundo ele, outras bebidas advindas de processos de fermentação, como a cerveja e a cidra, nos locais onde se cultivam cereais e nos bosques, tornaram-se bebidas muito apreciadas por esses povos. O autor complementa essa informação, indicando que a utilização de manteiga e toucinho era fortemente marcada no regime alimentar desses povos, assim como o consumo de cereais, mingaus de aveia e o pão de cevada, diferentemente dos produtos que faziam parte preponderante da alimentação dos romanos.

Carneiro²⁹ afirma que “o pão branco tinha se tornado o alimento mais típico da alimentação mediterrânea”. Já o pão dos bárbaros – povos celtas e germânicos - era um pão de cor preta, de sabor mais marcante e denso. Item produzido a partir do centeio que, de acordo com Carneiro³⁰, era “o único cereal panificável além do trigo, usado para produzir pão preto, identificado com os povos bárbaros, nórdicos e pobres”.

A carne de porco, conforme Montanari³¹, tornou-se o ingrediente alimentar por excelência, sempre presente nas mais diferenciadas modalidades de preparação; ora assada, cozida, ao forno ou ensopada, foi a protagonista indispensável onipresente nos dois principais modelos alimentares europeus, seja na civilização bárbara, seja na romana.

Montanari³² acrescenta que a alimentação dos diferentes povos era organizada, na maioria das vezes, da mesma forma, mas é importante considerar “o papel específico de cada produto no regime

27 Idem, *Ibidem*.

28 Idem, *Ibidem*.

29 CARNEIRO, Henrique S. *Comida e sociedade. Uma história da alimentação*. Rio de Janeiro-RJ: Campus, 2003. P.55.

30 Idem, p.56.

31 Idem, *Ibidem*.

32 Idem, p.20.

alimentar, a posição e a importância que cabia a cada um no interior de um sistema que se organizava como uma unidade coerente, de modo diferente em cada caso”.

Fica evidente que a história das civilizações tem um papel decisivo no processo de formação e definição de modelos alimentares, destacando-se o cristianismo como elemento fundamental na disseminação, por toda a Europa, dos hábitos alimentares baseados na tríade pão, vinho e óleo, alimentos que caracterizam o modelo alimentar mediterrâneo.

Destaca-se, dessa maneira, que os hábitos alimentares têm raízes profundas na identidade social dos indivíduos. Flandrin e Montanari³³ assinalam que Romanos e Bárbaros representavam, respectivamente, a civilização da agricultura contra a da exploração de florestas, do pão contra a da carne, do leite contra a do vinho, da manteiga contra a do óleo, do doméstico contra a do selvagem. E é com essas oposições, com modelos de produção e de consumo divergentes, que começará, no início da Idade Média, uma nova fase da história da alimentação e da cultura alimentar.

Culinária regional: cereais, pães, bolos e biscoitos

Segundo Knigh³⁴, “o trigo foi introduzido no Rio Grande do Sul em 1749 pelos colonos vindos dos Açores”. Conforme destaca Roche³⁵ “o trigo foi cultivado em primeiro lugar pelos colonos desejosos de afirmar a superioridade de sua condição, comendo pão branco” [...] que “cedo declinou, pois essa cultura oferecia muitas possibilidades, mas não lucros suficientes para atrair agricultores”. O autor ainda complementa que “quase não se produz trigo nas colônias

33 Idem, p.119.

34 KNIGHT, Peter T. Revista Brasileira de Economia. Revista da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, v. 26, 1972, n. 2, p. 4.

35 Idem, p.245.

alemães, onde o milho o suplantou na fabricação do pão cotidiano”³⁶. Já a introdução da cultura do trigo nas colônias italianas ocorreu nos últimos anos do século XIX, conforme destaca Roche³⁷. Entretanto, o trigo jamais se constituiu em um produto importante, pois não trouxe a contribuição que o estado esperava.

Roche³⁸ afirma que “o centeio fora associado ao trigo pelos primeiros colonos, que de início, se alimentavam do “pão alemão”, ou pão misto (trigo e centeio em partes iguais). Mas uma série de más colheitas fê-lo desaparecer diante do milho”. Sobre esse tema, Heinzelmänn³⁹ relata que na Alemanha, principalmente nas regiões central e do norte, era muito comum o consumo de milho e centeio, sendo que este último era considerado anteriormente como uma erva daninha; com o tempo, esses grãos juntaram-se a vários outros tipos como de trigo e cevada. Sobre esse assunto, Bender⁴⁰ uma das entrevistadas, que frequentemente visita a Alemanha, destaca que “na Alemanha os alemães estão acostumados com centeio, aqui quando chegaram a partir de 1824 tiveram que se adaptar principalmente e, por vezes, somente com o milho”.

O uso do milho fica evidente ao longo da pesquisa, pois nas famílias de origem alemã, o uso de farinha de milho na preparação de alimentos do dia a dia era muito comum, tanto no preparo de pães quanto no de biscoitos, *waffle* e bolinhos. Na falta do tradicional pão de milho no café da manhã e/ou da tarde, era substituído por bolinhos ou *waffle* de farinha de milho.

O *waffle* é preparado a partir de uma massa de farinha e ovos, prensada em uma forma de ferro que, ao fazer a cocção no fogão à lenha, imprime texturas sobre a massa. Era muito comum nos cafés, quando havia a falta do pão, “antigamente também aqui em casa a

36 Idem, *ibidem*.

37 Idem, *ibidem*.

38 Idem, p.246.

39 HEINZELMANN, U. Food culture in Germany - Food culture around the world. British Library, 2008.

40 BENDER, L. Práticas alimentares de descendentes alemães. Entrevista concedida ao autor em 10-03-2014. Santa Cruz do Sul, residência da entrevistada, 2014.

mãe ou a vó faziam os *waffles* no fogão a lenha, a massa era feita à base de milho”⁴¹.



Forma de preparação de Waffle para fogão à lenha

Fonte: Simon, 2014, p 56.

A farinha de milho também era muito utilizada pelos alemães para auxiliar a secagem da massa caseira, que era o tradicional prato dos domingos. Fülber⁴² esclarece o motivo da utilização da farinha de milho em substituição à farinha de trigo. Segundo ela, "a farinha de trigo naquela época era um produto muito caro, quando se usava muita farinha de trigo era somente nas festas de natal, páscoa, comunhões, aniversários, onde a mãe e a avó faziam cuca, bolo, bolachas”.

Grãos *versus* preparações

Farinha de trigo	Farinha de milho
Somente em datas especiais (Pães, cucas, bolos e biscoitos).	Pães, <i>waffle</i> , bolos e bolinhos.

Uso do trigo e do milho na alimentação dos alemães

Fonte: Simon, 2014, p. 57.

41 DETTEMBORN, E. Práticas alimentares de descendentes alemães. Entrevista concedida ao autor em 15-03-2014. Vale Verde, residência da entrevistada, 2014.

42 FÜLBER, H. Práticas alimentares de descendentes alemães. Entrevista concedida ao autor em 13-03-2014. Santa Cruz do Sul, residência da entrevistada, 2014.

Entre os italianos, há de se considerar, conforme De Boni⁴³ o milho foi, junto com o trigo, um produto muito importante, principalmente no que tange à alimentação; graças ao seu cultivo e à produção de farinha nos moinhos espalhados pelos vilarejos, havia a tradicional polenta e o pão de milho, quando faltava o trigo.

Na agricultura, o cultivo se destacava principalmente em virtude do milho ser um elemento com várias destinações, que ia muito além da presença na alimentação humana. Com o milho, alimentavam-se os animais de trabalho e de leite, tratavam-se as galinhas e engordavam-se os porcos, dos quais se obtinha banha, torresmo, morcelas (ou morcilhas, como também são chamadas nas colônias), além de linguças, copas, salames, entre outros produtos. Enfim, o milho era o principal responsável pela geração de renda, quando a terra lhes proporcionava bons excedentes.

Os hábitos de consumo do milho, por parte dos italianos, verificados nas conversas, já diferem, se comparados aos dos alemães, pois nos seus hábitos alimentares há a presença dos dois tipos de farinha; entretanto, elas aparecem em preparações completamente diferentes no cotidiano das famílias. É possível visualizar essa diferença na tabela a seguir:

Grãos versus preparações	
Farinha de trigo	Farinha de milho
Pão branco, cuca alta, bolos e biscoitos.	Polenta, pães.

Uso do trigo e do milho na alimentação dos italianos

Fonte: Simon, 2014, p. 57.

Alguns entrevistados, de ascendência italiana, também destacam a utilização da farinha de milho na preparação de pães, conforme descreve De Boni⁴⁴ e o relato da entrevistada Tolotti⁴⁵: “o

43 DE BONI, L. A.; COSTA, R. Far la Mérica: a presença italiana no Rio Grande do Sul = Making it in America: the italian presence in Rio Grande do Sul. Porto Alegre: RIOCELL, 1991.

44 Idem, Ibidem.

trigo era plantado na propriedade e moído lá em casa mesmo, na falta dele a mãe incorporava ao pão um pouco de farinha de milho”, produzindo assim o pão misturado, comum também nas regiões alemãs.

De acordo com os relatos dos entrevistados, o pão dos descendentes de alemães era principalmente o pão de milho. Entretanto, quando possível era incorporado um pouco de farinha de trigo, originando o pão misturado, com uma textura mais macia e um pouco mais leve se comparado ao de milho. Os pães de milho eram produzidos para dois ou três dias, sempre assados em forno à lenha; e era considerado um alimento de todos os dias nas famílias alemãs.

Outro tipo de pão consumido pelos colonos alemães na região era o elaborado com centeio, conforme destaca Roche⁴⁶. Nos primeiros anos na colônia, o pão de centeio era muito produzido; entretanto, com as más colheitas do grão, ele acabou sendo substituído pelo pão de milho. Segundo relato da entrevistada Seibert⁴⁷,

Sempre caseiro – milho era o ingrediente principal, depois foram adicionando o trigo para deixar o pão mais leve, e mais tarde foram incorporando centeio às vezes. Nós plantávamos o milho e o melhor nós levávamos ao moinho para fazer farinha, em cada canto aqui da localidade tinha um moinho. A farinha naquela época era muito melhor.

O pão de trigo, conforme a figura 5, geralmente sovado e de cor clara, tem presença maior nos relatos dos entrevistados de descendência italiana. Cortonesi⁴⁸ descreve que, em toda a Itália

45 TOLOTTI, I. Práticas alimentares de descendentes italiano. Entrevista concedida ao autor em 23-02-2014. Santa Cruz do Sul, residência da entrevistada, 2014.

46 Idem, *ibidem*.

47 SEIBERT, G. Práticas alimentares de descendentes alemães. Entrevista concedida ao autor em 16-03-2014. Vale Verde, residência da entrevistada, 2014.

48 CORTONESI, A. "Cultura de subsistência e mercado: a alimentação rural e urbana na baixa Idade Média". In: FLANDRIN, J.-L.; MONTANARI, M. (Orgs.). *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

meridional e em grande parte dos campos comunais, o pão branco, elaborado a partir da farinha de trigo, é o alimento de base dos mais humildes trabalhadores da terra, bem como dos habitantes das áreas urbanas da Itália.



Pão Italiano de trigo sovado

Fonte: Simon, 2014, p. 59

É importante considerar que, conforme relatos, o pão de trigo para os alemães era um alimento especial, pois era preciso adquirir trigo, e comprar, conforme já mencionado, era um termo, e também um ato, não muito comum nas colônias. Dessa forma, obter o trigo e produzir produtos com sua farinha, acontecia somente nas festas ou datas muito especiais. O uso cotidiano e abundante da farinha de trigo nas colônias de descendentes alemães tinha um significado de classe social diferenciada. Bender⁴⁹, em seu relato, afirma que:

O pão de farinha de trigo era mais utilizado em eventos muito especiais, porque tinha que se comprar a farinha, e era muito cara na época. Comprar era uma palavra meio que estranha no vocabulário da família no interior, e não só da minha família, mas no interior como um todo. Fazia-se tudo em casa, adquiria-se só em casos extremos.

49 Idem, *ibidem*.

Azambuja⁵⁰ destaca que “quando uma visita ou aniversário se anunciava, assava-se cuca de açúcar, cuca recheada e enrolada, amanteigados recheados com canela ou bolachinhas diversas que eram guardadas em latas para a visita imprevista”. Azambuja⁵¹ complementa que “os aniversários raramente eram comemorados com muitos convidados. O que não significava que o evento não fosse muito significativo para a família”.

No que se refere à cuca, percebe-se que ela era quase exclusivamente relaciona a data especiais: “os aniversários eram café com cuca”, comenta Seibert. A cuca tradicional era sempre a de farofa de açúcar (*Streussel*) ou também a de requeijão (*Kässchmier*) como é possível compreender nos relatos abaixo de Rauber⁵².

Cucas assim como posso dizer... principalmente a cobertura são muitas que podem ser, e assim no início que as minhas antepassadas e tuas também, vieram pra cá e então elas encontraram muitas frutas aqui e em toda região, então elas começaram a adaptar a cobertura com essas frutas, elas faziam doce de frutas e colocavam em cima da cuca, mas geralmente sobre a cuca vai o nosso *Streussel*. O *Streussel* é quase que característico”. *Kässchmier kuchen* era muito feito na colônia também, porque quando sobrava leite, as colonas preparavam o *Kässchmier*.

Bender⁵³ corrobora ao afirmar: “o meu aniversário era cuca, desde a mais remota lembrança, era cuca, não havia festa, não havia presente, mas havia cuca”. A entrevistada complementa essas informações, relatando sua percepção em relação às diferenças entre

50 AZAMBUJA, Lissi Bender (Org.). Forno e fogão: como no tempo de nossos avós = Kochen und Backen : Wie Unsere Grosseltern. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. P.23.

51 AZAMBUJA, Lissi Bender (Org.). Forno e fogão: para dias festivos = Kochen und backen für feierliche tage. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. P.29.

52 RAUBER, G. Práticas alimentares de descendentes alemães. Entrevista concedida ao autor em 09-04-2014. Santa Cruz do Sul, residência da entrevistada, 2014.

53 Idem, ibidem.

as cucas dos alemães da atual Alemanha, dos descendentes aqui da região e a dos italianos conforme figura 6:

A diferença que eu percebo entre as cucas alemãs e italianas está relacionada à altura da massa da cuca italiana, que é tipo pão e com a farofa por cima, e eles chamam isso de cuca. A alemã tem a massa baixinha e não é seca, a Italiana é uma massa seca. A alemã tem uma cobertura generosa, é diferente, a massa é feita com fermento biológico e é muito comum no norte da Alemanha, é de lá que ela veio, do nordeste; dizem as pesquisas que a cuca de açúcar veio da Silésia, que já foi alemã, e não é mais hoje. As cucas do norte são sempre com cobertura de frutas da estação. [...] E no sul da Alemanha é mais comum ver a cuca feita com fermento químico, a cuca rápida que eles também chamam de bolo, e também aquela feita com massa podre, que fazem só aquele fundo e a beirada da forma e depois colocam aquele recheio todo lá dentro. *Käsküchen* é diferente da nossa, a dos alemães é feita com massa podre.



Cuca italiana

Fonte: Simon, 2014, p. 61.

A tradicional cuca dos alemães, com o passar do tempo, foi sofrendo alterações no seu modo de preparo. Do tradicional de açúcar (*Streussel*), hoje as cucas são produzidas com vários recheios, de quase todos os tipos de frutas, e tantos outros recheios inusitados

como, por exemplo, da famosa cuca de açúcar com linguiça. A iguaria, apresentada em diferentes versões e com variados sabores, é também um atrativo turístico reconhecido em todo o estado. A Festa das Cucas⁵⁴, que se iniciou em 2001 e chegou em 2014 na sua 14ª edição, consolida-se como o segundo maior evento no município de Santa Cruz do Sul, depois da *Oktoberfest*. Durante a festa, são comercializadas em torno de 18.000 unidades de cucas, além de produtos coloniais dos produtores do município.

Alguns desses novos sabores, ainda que reinventados, passam de geração em geração, sempre mantendo a sua essência. Nos municípios de colonização alemã, as cucas tradicionais, “modernas”, enroladas e rápidas são as deliciosas e tradicionais companhias das famílias da região; a cuca de açúcar (*Streussel*), por exemplo, afirmam Azambuja e Heinle⁵⁵, é a “rainha entre a imensa variedade de cucas produzidas nas regiões de colonização alemã”.



Cucas alemãs

Fonte: Festa das Cucas 2014. Foto extraída de Simon (2014, p.62)

Outra preparação que os colonos de origem alemã entrevistados destacaram foi a cuca de melado. A cuca de melado é uma adaptação da cuca de mel, muito comum entre eles.

54 FESTA DAS CUCAS. Disponível em: <http://www.festadascucasrs.com.br>. Acesso em: Ago. 2014.

55 AZAMBUJA, Lissi Bender; HEINLE, Sabine (Org.) Receitas do Sul - Brasil e Alemanha (Rio Grande do Sul / Baden-Württemberg) = Rezepte aus dem Süden - Brasilien und Deutschland (Rio Grande do Sul / Baden-Württemberg). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. P. 69.

Já para os italianos, a cuca tradicional é a cuca alta, “que é um pão alto com farofa de açúcar por cima”, relata Raminelli⁵⁶. Essa cuca de massa doce e com adição de ovos é finalizada com farofa por cima e é chamada de cuca na região serrana do Vale do Rio Pardo, em que predominam os descendentes de italianos.

A partir dos dados coletados nas entrevistas, percebe-se que, mesmo nos municípios de descendência italiana, a cuca alemã se sobressai em relação a tradicional cuca alta, pois segundo Ceretta⁵⁷,

A cuca a gente faz, mas não seguido, mas eu já faço a baixa, que eu prefiro. Agora já nem se faz mais daquela alta com farofa por cima, aqui em casa a gente só faz as baixinhas, com recheio de uva, coco, abacaxi.

A produção de biscoitos também é muito comum nos municípios visitados. Silva⁵⁸ destaca que a “bolacha de natal”, também chamada de *Teegebäck*, e os docinhos específicos eram sempre produzidos em datas especiais, como as festas de final de ano. Além destes, eram muito comuns, nas regiões de descendentes de alemães, os biscoitos tradicionais à base de manteiga e também os *Spekulatius*, que eram elaborados com farinha de trigo e manteiga. Entretanto, eles eram aromatizados com especiarias do tipo canela, cravo e noz moscada, preparados para acompanhar o chá ou o chimarrão dos finais de semana, principalmente quando se recebia uma visita. Azambuja⁵⁹ ressalta que “na Alemanha a tradição na confecção de doces natalinos se mantém viva e é carinhosamente cultivada”.

56 RAMINELLI, M.. Práticas alimentares de descendentes italiano. Entrevista concedida ao autor em 22-03-2014. Arroio do Tigre, residência da entrevistada, 2014.

57 CERETTA, V. DE B. Práticas alimentares de descendentes italianos. Entrevista concedida ao autor em 22-03-2014. Sobradinho, residência da entrevistada, 2014.

58 SILVA, M. C. G da. O impacto da imigração europeia sobre a produção de alimento e a culinária do médio Vale do Itajaí, SC In: Desafios contemporâneos/organizadores Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert. Blumenau: Nova Letra, 2007.

59 Idem, p.19.

Em relação aos biscoitos, Frey⁶⁰ destaca que “os biscoitos eram preparados quase sempre em datas especiais como final de ano, e eram os de manteiga, ou aqueles tradicionais de natal pintados com glacê”. Nas famílias de descendentes de italianos, os biscoitos de natal cobertos com glacê também eram muito comuns. Raminelli⁶¹ destaca que:

A gente fazia aquela bolacha bem comum de natal que a gente passava açúcar, canela e ovo por cima da massa e assava. Somente para o natal que a gente comprava o açúcar normal para fazer bolacha, nos demais dias do ano as preparações eram usadas apenas o açúcar mascavo.

A produção de pães e de cucas são elementos característicos que distinguem as duas etnias pesquisadas. A produção desses itens estava condicionada ao uso do fermento biológico - *Saccharomyces cerevisiae*, ingrediente importante, pois este elemento é o responsável para que a massa fique leve e macia. Dettemborn⁶² relata que “antigamente não se comprava esses fermentos que hoje temos à disposição no mercado”, ele era produzido em casa, e sua forma de produção variava de família e região, conforme relatos. Kroth⁶³ complementa que,

Quando a gente fazia pão o fermento era sempre feito em casa, com farinha de milho, mas eu não sabia fazer, pois tinha uma vizinha que fazia e ela não falava como, sabe tipo mantinha em segredo. Quando terminava o nosso fermento, tinha a nossa vizinha lá no cerro que fazia, eu lembro que minha mãe pedia para eu ir buscar, mas ela

60 FREY, T.T. Práticas alimentares de descendentes alemães. Entrevista concedida ao autor em 12-04-2014. Linha Áustria – Santa Cruz do Sul, residência da entrevistada, 2014.

61 Idem, ibidem.

62 Idem, ibidem.

63 KROTH, E.L.. Práticas alimentares de descendentes alemães. Entrevista concedida ao autor em 10-04-2014. Cerro da Boa Esperança – Passo do Sobrado, residência da entrevistada, 2014.

nunca dizia como ela fazia, eu só me lembro que eu tinha que ir lá na casa dela pegar, os colonos tudo lá faziam com esse fermento dela, as cucas e os pães eram todos feitos com o fermento dela.

Ebert⁶⁴, moradora de outra colônia alemã, relata que em sua casa o fermento também era produzido artesanalmente, mas lembra que era feito com uma espécie de mistura de farinha de milho e água:

E então botava no sol, mas só colocava água e aí começava a fermentar ali mesmo no sol, nós não tínhamos condições de comprar o fermento pronto, era caro, então era o que a gente fazia. Depois de pronto guardava num vidro fechado e pegava quando precisava.

Nas famílias de origem italiana, percebeu-se que as trocas de fermentos também promoviam a socialização e a reciprocidade entre as famílias entrevistadas. Fardin Ceretta⁶⁵ relata o processo de elaboração artesanal do fermento:

Assim... tu rala uma batatinha, e bota três colheres de farinha, duas de açúcar e uma de sal, e tu completa o vidro com água, e isso fica na geladeira bem embaixo. E no dia que tu vai fazer o pão tu tira de manhã da geladeira, e daí tu renova ele (o fermento né), tu rala mais duas batatinha, coloca mais farinha, mais açúcar e sal ali e completa de água. E daí de noite tu aumenta aquilo com um quilo de farinha, mas, reserva um pouco sempre né, para ter o fermento vivo. Isso faz uma massa mole, e deixa crescer a noite inteira. Daí no outro dia você faz o pão, coloca os outros ingredientes, é melhor

64 EBERT, H. Práticas alimentares de descendentes alemães. Entrevista concedida ao autor em 13-04-2014. Linha Áustria – Santa Cruz do Sul, residência da entrevistada, 2014.

65 CERETTA FARDIM, M.A. Práticas alimentares de descendentes italianos. Entrevista concedida ao autor em 22-03-2014. Ibarama, residência da entrevistada, 2014.

de manhã e deixar crescer, pois o processo é mais lento, mas o sabor fica bem melhor, lá em casa antigamente a mãe fazia só dessa forma.



Processo de fermentação com batata inglesa

Fonte: Simon, 2014, p. 64.

O fato curioso é que o fermento era, e é ainda hoje, elaborado pelas senhoras, entretanto, com ingredientes e procedimentos diferentes, se comparados aos das famílias alemãs. Entre os descendentes de italianos, ele é preparado a partir do uso da batata inglesa em um processo de fermentação.

(Re)considerações Finais

A alimentação torna-se um dos principais componentes da etnicidade e está fortemente ligada aos fatores culturais. Além de toda sua roupagem de calorias, proteínas e carboidratos, nela é possível encontrar um universo de significados, de representações e de história.

A produção e o consumo de pães são elementos da cultura alimentar da Região do Vale do Rio Pardo que manifestam, segundo Simon(2014), a presença de características dos modelos alimentares “romano” e “bárbaro”. Particularidades desses modelos, segundo o

autor, estão presentes nos hábitos dos colonos alemães e italianos que compuseram o grupo estudado.

Na transição da antiguidade para o medievo, o pão branco tinha se tornado o alimento mais típico da alimentação dos povos romanos, enquanto o pão de cor mais escura, de massa densa e com sabor marcante, era considerado o pão dos bárbaros – povos celtas e germânicos. Ingredientes, saberes e formas de preparo constituíram-se em elementos que distinguiram os dois modelos alimentares na Europa.

As reflexões realizadas recentemente a respeito da temática permitiu-nos reconsiderar algumas questões sobre a abordagem e as conclusões apresentadas por Simon.

A análise realizada nesse momento, sobretudo a respeito do consumo de cereais e derivados, permite relativizar a identificação de que os imigrantes trouxeram e difundiram características e influências dos modelos alimentares estudados. Embora sejam vetores de cultura e tradição, não é possível explicar a permanência e transmutação de determinadas características dos modelos bárbaro e romano apenas a partir da imigração alemã e italiana no sul do Brasil. Se assim fosse, tais elementos teriam se estruturado num tempo de longa duração, o que não é possível afirmar. A literatura disponível hoje no campo da História da Alimentação possibilita maior amadurecimento a respeito desse tema, permitindo-nos inferir que muitas das características dos costumes alimentares presentes nesses modelos também podem ser encontradas em hábitos alimentares do Mediterrâneo que já haviam sido trazidos ao Brasil nos primeiros anos de colonização portuguesa.

A presença de características desses modelos nos costumes de alemães e italianos na Região do Vale do Rio Pardo não deve ser vista na perspectiva de uma permanência que teria subsistido a uma transposição de tempo e espaço. A identificação dessas características na culinária regional de colonos alemães e italianos no Sul do Brasil deve ser vista na perspectiva de um processo complexo e intercultural que não se reduz aos modelos alimentares romano e bárbaro, mas, sim, que ocorre em diferentes dinâmicas de integração e adaptação.

Desse modo, o pão elaborado a partir da farinha de trigo e dos saberes e formas de preparo, tornam-se elementos característicos dos descendentes de italianos, na região do Vale do Rio Pardo. Já os

saberes e práticas relacionados à elaboração dos pães de cor escura, preparados a partir de grãos do tipo centeio, pão característico do modelo bárbaro, também era comum, entre as colônias alemãs nos primeiros anos de colonização. Entretanto, dentre as causas e processos plausíveis a respeito das adaptações, vimos que problemas relativos às más colheitas e à falta do cereal também explica a adaptação/substituição dos colonos alemães à cultura do milho.

As particularidades desse processo são de grande relevância para a compreensão da configuração dos costumes alimentares da região do Vale do Rio Pardo. No sul do Brasil, reprodução e adaptação, permanência e transformação, coexistem e se entrecruzam no que diz respeito à constituição e caracterização das culinárias regionais.

RECEBIDO EM: 15/05/2016
APROVADO EM: 25/06/2016

A Universidade Federal do Paraná instituiu o Sistema Eletrônico de Revistas (**SER**), abrindo um importante canal de interação entre usuários e a comunidade científica. Neste espaço estão listadas as Revistas Técnico-Científicas publicadas com recursos próprios ou com recursos do programa de apoio à publicação instituído pela UFPR.

O **SER** utiliza-se do *Open Journal System*, software livre e com protocolo internacional que permite a submissão de artigos e o acesso às revistas de qualquer parte do mundo. Nesse sistema já estão cadastradas 42 revistas da UFPR, abrangendo diversas áreas de conhecimento. O sistema pode ser acessado por **AUTORES**, para a submissão de trabalhos, **CONSULTORES**, para a avaliação dos trabalhos, **EDITORES**, para o gerenciamento do processo editorial e **USUÁRIOS**, interessados em acessar e obter **CÓPIAS** de artigos já publicados nas revistas.

A **SUBMISSÃO** de artigos é feita por meio eletrônico e o autor poderá fazer o **ACOMPANHAMENTO** do processo de **AVALIAÇÃO** por parte dos consultores até a editoração final do artigo. As **NORMAS** de publicação e demais instruções, bem como os endereços dos editores são encontrados nas páginas de cada revista.

Findo o processo de editoração, uma cópia (pdf) dos artigos é disponibilizada em meio digital, dentro do Sistema SER, enquanto outra segue para impressão nas gráficas determinadas para cada publicação.

Para submeter um trabalho pela primeira vez será, antes, necessário entrar em **CADASTRO**. Uma vez cadastrado, abre-se uma caixa de diálogo indicando os passos a serem seguidos para o processo de submissão do artigo. Desejando apenas consultar

trabalhos já publicados, basta acessar **ARQUIVOS** e obter o artigo desejado.

O **SER** oferece ainda o **Public Knowledge Project**, poderosa ferramenta de pesquisa, com acessibilidade global. Para fazer a busca por um tema de seu interesse utilizando essa ferramenta basta clicar em PKP e, em seguida, digitar uma palavra-chave na caixa de diálogo. Com isso você acessará artigos sobre o tema de seu interesse publicados em diversas partes do mundo.

Universidade Federal do Paraná
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)
Rua Dr. Faivre, 405, Ed. D. Pedro II, 1º andar, Centro
80060-140 – Curitiba – Paraná – Brasil
Tel.: (41) 3360-5405/ Fax: (41) 3360-5113
prppg@ufpr.br
ser@ufpr.br

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *História: Questões & Debates* é uma publicação da Associação Paranaense de História (APAH) e do Programa de Pós-Graduação em História (PGHIS) da Universidade Federal do Paraná. Trata-se de uma publicação voltada para a História como conhecimento, pesquisa e instrumento de educação. A revista preocupa-se também com as relações da História com as demais ciências e com o valor que a sociedade lhe atribui. É organizada a partir de dossiês temáticos e sessões de tema livre no campo da História, Historiografia e afins, e aceita trabalhos sob a forma de artigos, entrevistas, resenhas de livros e transcrições comentadas de fontes.

Todos os trabalhos submetidos são encaminhados a dois avaliadores *ad hoc*; havendo conflito entre os pareceres, o trabalho é encaminhado a um terceiro avaliador. Os editores, com a aprovação do Conselho Editorial da Revista, reservam-se o direito de convidar autores ou de traduzir artigos considerados relevantes.

1. Para submeter um trabalho ao Conselho Editorial da Revista, deverá fazê-lo por intermédio do Sistema Eletrônico de Revistas da UFPR (SER). Caso ainda não esteja cadastrado, precisará criar login e senha de usuário. Acesse a página da Revista (<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/index>) e clique em “ACESSO”, na barra de menu superior. Uma nova página será aberta, na qual está localizado um *link* para cadastrar-se. Preencha os campos conforme solicitado e clique em “CADASTRAR”. Em seguida, receberá no e-mail informado uma mensagem com uma senha de acesso (que poderá ser alterada). Para o envio do artigo, ingresse como AUTOR e obterá todas as informações necessárias.
2. Os trabalhos não devem ser identificados: nome do autor, titulação, filiação institucional e endereço são inseridos diretamente no sistema.

3. Formato e extensão: os textos devem ser apresentados em “doc”, ou formato compatível; os artigos devem ter entre 15 e 20 páginas (formato A4, com margens iguais a 2 cm) e as resenhas, entre 3 e 5 páginas.

4. Fonte e espaçamento: utilizar a fonte *Times New Roman*, tamanho 12, com entrelinhas 1,5. As citações no texto devem estar entre aspas e as maiores que 3 (três) linhas devem ser destacadas em bloco, sem aspas, com recuo à esquerda de 2 cm, fonte *Times New Roman*, tamanho 10, com entrelinhas 1.

5. Resumo e palavras-chave: na página inicial, os artigos também devem apresentar um resumo com, no máximo, 250 palavras, acompanhado de sua versão em inglês (*Abstract*) e de três palavras-chave, com tradução para o inglês (*keywords*). Abaixo do título original, apresentar sua versão em inglês.

6. Caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deve ser mencionada em nota de rodapé inicial, identificada por asterisco (*).

7. As traduções devem vir acompanhadas da devida autorização do autor, cópia do original e referência bibliográfica completa (anexe os documentos por intermédio do sistema).

8. Não informe bibliografia ao final do texto. As referências bibliográficas e notas explicativas devem vir no rodapé, com numeração contínua.

a. Para livros e monografias no todo: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome do autor. *Título em itálico*: subtítulo (se houver). Local de publicação: Editora, data, número de página(s) citada(s), se for o caso.

b. Capítulos em coletâneas: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome do autor. Título do capítulo. In: SOBRENOME DO ORGANIZADOR, Prenome do organizador (Org.). *Título da coletânea em itálico*. Local de publicação: Editora, data, números das páginas inicial e final do capítulo, número de página(s) citada(s), se for o caso.

c. Para artigos em periódicos: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome do autor. Título do artigo. *Título do*

periódico em itálico. Local de publicação, volume, número do fascículo, páginas inicial e final, data, número de página(s) citada(s), se for o caso.

9. Gráficos, tabelas e/ou ilustrações devem ser encaminhados em arquivos à parte, devidamente identificados, com títulos e legendas (anexe os arquivos por intermédio do sistema). No texto, devem ser indicados os locais das respectivas inserções.

10. Os originais não publicados não serão devolvidos. Os trabalhos deverão, obrigatoriamente, observar todos os itens acima, caso contrário, não terão a submissão aceita pelos Editores.

Endereço postal:

História: Questões & Debates

Rua General Carneiro, 460 – 6.º andar

80060-150, Curitiba/PR

Tel.: +55 (41) 3360 5105

E-mail: hqd.ufpr@gmail.com